

Callipole



Revista de Cultura
Nº 10/11 - 2002/2003

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

Nº 10/11 - 2002/2003



Vila Viçosa

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Professor Manuel João Fontainhas Condenado

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA
Professor Joaquim António Mourão Viegas

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR

Manuêl Inácio Pestana

CONSELHO DE REDACÇÃO

João Tavares

Joaquim Saial

Joaquim Soeiro Torrinha

Manuel Inácio Pestana

Phillipa Cannon Sousa da Câmara

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Divisão de Serviços Culturais

Largo D. João IV / Tel.: 268 889314

7160-254 VILA VIÇOSA

EXECUÇÃO GRÁFICA

A Triunfadora-artes gráficas, Lda.

Almada

Tiragem: 1000 ex.

Depósito Legal: 121787/98

ISSN - 0872 5225

Periodicidade Anual

Colaboração solicitada

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores

CAPA:

Peça do acervo do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, Vila Viçosa
(Jarra/recipiente para gelo. Marc Schoelcher, 1798-1834. Invº 1357/1360)

SOLICITA PERMUTA - ON DEMANDE L'ECHANGE
EXCHANGE WANTED - MAN BITTET UM AUSTAUSCH

<http://www.alentejodigital.pt/callipole>

Sumário

Tempo de História

Vila Viçosa: do Neolítico à Romanização	13
<i>Manuel Calado</i>	
As Revoltas Mudéjares no 'Algarbe' ibérico em meados do séc. XIII e a divisa dos Násridas de Granada na zona do Médio Guadiana	19
<i>António Rei</i>	
«ASTROZ» Num Testemunho Singular	27
<i>Mário Alberto Nunes Costa</i>	
A População do arcebispado de Évora em 1592	33
<i>Jorge Fonseca</i>	
A CASA DE BRAGANÇA E A CASA DE MEDINA SIDÓNIA Relações históricas e familiares - Sécs. XVI e XVII	49
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
Salvador Correia de Sá e Benevides à luz de um documento inédito	63
<i>Rui Miguel da Costa Pinto</i>	
Os bens móveis da Misericórdia de Vila Viçosa em 1764	73
<i>Maria Marta Lobo de Araújo</i>	
Marginalidade e banditismo no Alentejo de finais do Antigo Regime	93
<i>Teresa Fonseca</i>	
O Municipalismo e o Concelho de Vila Viçosa no Século XIX	105
<i>Nuno Vitor de Pádua Marcelino Antunes Milheiro</i>	
Notícias Históricas	119
<i>Major Nicholas Hallidie</i>	

Tempo de Artes & Letras

Tomás de Castro - Um ourives de Vila Viçosa e outras notícias Pai de Púbia Hortênsia de Castro?	127
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II, Duque de Bragança - (1583-1630)	135
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
Las Ideas de Vitrubio Aplicadas a la Iglesia de Santa María de la Asunción de Olivenza	155
<i>Miguel Ángel Vallecillo Teodoro</i>	
As coleções de porcelana oriental e europeia do Paço Ducal de Vila Viçosa	161
<i>Teresa Parra da Silva</i>	
O Lugar do Presépio na Imaginária Alto-Alentejana	173
<i>Joaquim Francisco Soeiro Torrinha</i>	

A Problemática da influência/criação poética de Florbela Espanca.	
A imagem de António Nobre na Obra Florbeliana.	191
<i>Maria Amélia Cordeiro Velez</i>	
Florbela Espanca e José Régio - O Alentejo em Verso!	217
<i>Maria Luísa Galiano Tavares Moreira</i>	
A vingança de Heliodoro Patacas	225
<i>Joaquim Saial</i>	

Tempo de Poesia

Poemas Sinfónicos.	243
<i>Nicolau Saião/Almeida e Sousa/Juan Ribeyrolas</i>	
O que os olhos nos dão	245
<i>Nicolau Saião</i>	
Viagens.	247
<i>Ruy Ventura</i>	
Último desejo/A Virgem e o Alentejo	249
<i>Leolinda Trindade</i>	
O caçador	250
<i>Hugo Santos</i>	
Gajo porreiro	252
<i>Carlos Garcia de Castro</i>	
Alentejo	254
<i>Maria Lúcia Lobo de Araújo</i>	
Lamentação	254
<i>José Galhardas</i>	
Olhar o Monte.	255
<i>José do Carmo Francisco</i>	
Arronches (janela)/Balada da Rua do Castelo (Portalegre).	256
<i>José do Carmo Francisco</i>	
Tempestade	258
<i>Marilute</i>	
«Jaz morto o menino de sua mãe»	259
<i>Marilute</i>	
<i>Catarina Camões</i>	260
Da minha janela	262
<i>Mariana de Jesus Carreto Gomes</i>	
Certeza	263
<i>Mariana de Jesus Carreto Gomes</i>	
Em louvor do chapéu	264
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	

NOTA DE ABERTURA

O conhecimento humano é adquirido, armazenado e transmitido.

Retirar significados desse processo interactivo é aprender a transformar a nossa realidade. Os dinamismos e as estruturas fundamentais do pensamento e do acto permanecem e actuam, de uma forma continuada, na arquitectura do saber.

Para que haja a sequenciação criadora é preciso estímulo à acção.

A existência de lugares provocadores, em que os limites reflexivos, sobre múltiplos campos da actividade intelectual e artística, se procuram expandidos para além do que o olhar à primeira vista alcançada, é algo de essencial e necessário.

É um sítio assim que se pretende seja esta nossa Revista Callipole.

Testemunhos culturais que despertam o desejo de aprender, praticar e aperfeiçoar são os que se querem dar a conhecer com a actividade editorial da Câmara Municipal de Vila Viçosa, de que decorre esta publicação.

É com edições como esta que pretendemos também contribuir para ajudar a construir um Alentejo melhor, mais conhecido e compreendido.

À forma de o exprimir, muito se deve o labor de todos os que conosco têm vindo a colaborar, trabalho meritório que reconhecidamente agradecemos, sem o qual este texto não faria sentido.

O VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA

Joaquim António Mourão Viegas

PRIMEIRA PÁGINA

Dez anos na vida de uma publicação é data merecedora de registo. De facto, foi no ano de 1992 que esta Revista nasceu, quando a proposta apresentada ao Município foi acolhida com todo o entusiasmo. CALLIPOLE se chamou em homenagem à tradição histórica e cultural da terra que lhe serviu de berço.

Fiel aos seus princípios e ao seu estatuto de se afirmar como «o novo areópago das letras, das artes, da ciência e da cultura do nosso tempo, da história e da vida», como dissemos então, e no espaço privilegiado da velha Callipole e destas terras de Entre-Ossa-e-Odiana, tem procurado cumprir, da forma mais correcta possível, os seus desígnios. Melhor sempre se deseja fazer e nessa intenção se prosseguirá com o mesmo empenho, a mesma dedicação e a mesma intensidade, comprometidos, além do mais, neste momento com a candidatura de Vila Viçosa a património mundial, projecto em que naturalmente a Revista também se empenhará com entusiasmo e conforme total disponibilidade.

Sempre a Câmara Municipal, através dos sucessivos executivos, se mostrou compreensiva e interessada, prestando inteiro e efectivo apoio, integrando a Revista no plano da sua política cultural. Vila Viçosa e as sua gentes só ganham, com este projecto, quanto é certo que a CALLIPOLE já conquistou no espectro cultural de País um lugar digno e honroso. Para tanto muito têm contribuído, naturalmente, os autores - historiadores, investigadores e ensaístas com o prestígio do seu nome, apresentando trabalhos valiosos, enriquecedores do nosso património cultural. Não é de mais registar neste momento, mais uma vez, o nosso maior reconhecimento.

1993 foi, a seguir, o ano da primeira edição de CALLIPOLE, por isso esperamos poder comemorar em 2004 com toda a dignidade, através de um programa à altura de tão importante acontecimento.

Até lá, fica a nossa saudação amiga a quantos connosco, de uma ou outra forma, têm colaborado tão desinteressadamente.

E fica também o convite para o passeio pelas páginas do presente volume, que nos oferece interessantíssimos trabalhos das áreas da história local e da região, das artes, das letras e da poesia.

O DIRECTOR

Tempo de História

Vila Viçosa: do Neolítico à Romanização

Manuel Calado*

1. Breve história da investigação

Deve-se a André de Resende a primeira notícia sobre o santuário romano de Endovélico. No entanto, foi o Duque D. Teodósio de Bragança quem, durante uma caçada, descobriu, nas ruínas da capela de S. Miguel da Mota, as primeiras lápides votivas dedicadas ao famoso deus pré-romano e, consciente



Torre

da relevância da descoberta, se apressou a comunicá-la a Resende que redigia, por essa altura, a sua obra “Antiquitates Lusitaniae”.

O tema tornou-se, a partir do séc. XVI, uma referência fundamental, no capítulo das religiões pré-romanas peninsulares, tendo sido glosado em obras diversas, de carácter mais ou menos erudito.

Na segunda metade do séc. XIX, investigadores locais como Gabriel Pereira ou o ilustre calipolense Padre Joaquim Espanca não resistiram ao fascínio de Endovélico, seguidos, nos finais do século, pelo fundador da Arqueologia portuguesa, José Leite de Vasconcellos.

Foi este último quem se encarregou da tarefa de transferir para o actual Museu Nacional de Arqueologia, o pesado espólio epigráfico, iconográfico e arquitectónico que restava no local.



Cabeços com memórias: povoado neolítico de Bencatel



Povoados calcolíticos da Vigária

* Arqueólogo



Cabeços com memórias: povoados calcolíticos do Forte do Conde

Apesar de localizado no concelho do Alandroal, a história do santuário de Endovélico esteve, desde a sua fundação, intimamente relacionada com Vila Viçosa, que mais não fosse porque o mármore, que foi a matéria-prima de todas as peças recolhidas em S. Miguel da Mota, era quase certamente proveniente da área de Vila Viçosa.

Para além do santuário de Endovélico, a arqueologia do concelho beneficiou particularmente do interesse do Padre Espanca que deixou notícias de um número importante de vestígios de época romana e até de alguns monumentos funerários pré-históricos (antas e tholoi).

Já no século XX, o Padre Henrique Louro deu-nos a conhecer alguns sítios



Famão

novos, com destaque para o “castros” da Brioia e dos Coroados, assim como Abel Viana e António Dias de Deus que, em parceria, escavaram e/ou publicaram alguns sítios e monumentos funerários de vários tipos e épocas; é ainda de assinalar o contributo de D. Fernando de Almeida e, mais tarde, de José d’Encarnação, que estudaram epígrafes depositadas em Museus, nomeadamente no Museu da Casa de Bragança e de Jorge Alarcão que reuniu os dados dispersos sobre a época romana. No início dos



Castelo da Afeiteira

anos setenta, deve-se ainda a José Arnaud a descoberta e publicação dos povoados pré-históricos de Famão e Aboboreira.

Os importantes contributos acima referidos resultaram todos, como seria, aliás, de supor, de achados avulsos, sem que tivesse havido qualquer trabalho sistemático de prospecção arqueológica.

Foi só nos finais dos anos noventa que se iniciou um projecto, ainda não concluído, de cartografia arqueológica à escala concehial, de que resultou um número elevado de novos sítios arqueológicos e a reavaliação de alguns dos que anteriormente tinham sido registados.

2. A pré-história

A ocupação humana do território de Vila Viçosa remonta, pelo menos, ao Neolítico Antigo (cerca de 5000 antes de Cristo), facto atestado pelos vestígios do povoado de Bencatel, o único dessa época que se conhece no Alentejo, fora do eixo Montemor o Novo-Évora-Reguengos de Monsaraz.

Infelizmente, os restos arqueológicos desse povoado foram severamente perturbados pela exploração do mármore que aflora no local.

As prospecções mais recentes efectuadas no concelho conduziram à descoberta de diversos vestígios que garantem uma continuidade de ocupação da região ao longo do Neolítico e, de uma forma especialmente notória, no Calcolítico. São desta última época (entre 3000 e 2000 antes de Cristo) os povoados da Torre, da Vigária e do Castelo da Afeiteira, este último com evidências de fortificações, assim como os já referidos de Aboboreira e de Famão, entre outros. No povoado de Famão, foram recentemente detectadas evidências de uma ocupação tardia dentro do Calcolítico, materializada pela recolha, no local, de cerâmica de tipo campaniforme inciso (Ciempozuelos).



Cabeços com memórias: povoados da Idade do Bronze dos Coroados



Pero Lobo

Note-se que foi no final do Calcolítico que a metalurgia do cobre ganhou uma importância económica relevante, facto a que não é estranha a presença de importantes mineralizações cupríferas no termo de Vila Viçosa e áreas limítrofes.



Fortim romano republicano do Outeiro Pintado

Quanto aos monumentos megalíticos, Vila Viçosa não pode ser considerado, em termos regionais, um concelho particularmente rico, muito embora existam diversos monumentos desse tipo um pouco por toda a área concelhia. Merecem um destaque particular algumas sepulturas proto-megalíticas recentemente identificadas, atendendo à relativa escassez desse tipo de estruturas funerárias e ao facto de serem mais antigas do que as verdadeiras sepulturas megalíticas (antas); por outro lado, a existência de



Ruínas romanas da Torre do Cabedal

algumas sepulturas de falsa cúpula, ou tholoi, geralmente posteriores às antas, também constitui uma nota relevante na arqueologia pré-histórica calipolense.

3. A proto-história

Vila Viçosa tem, no seu território, dois sítios com vestígios dos finais da Idade do Bronze (por volta de 1000 antes de Cristo) de notável envergadura: os povoados dos Coroados e de Pero Lobo. Trata-se de autênticos castros, ambos defendidos por mais do que um circuito de muralhas e implantados em lugares naturalmente inexpugnáveis. Num e noutro caso, foram registadas evidências de actividade metalúrgica o que, como acima se referiu, se pode relacionar com o potencial mineiro da região, relativamente rica em minério de cobre e de ferro.

Ambos parecem ter-se extinto nos alvares da I Idade do Ferro, configurando um padrão reiterado em outros exemplares do Sudoeste peninsular.

Quanto à II Idade do Ferro (séculos V-II antes de Cristo), os indícios disponíveis são ainda pouco consistentes, tanto mais que não se fizeram nunca escavações que permitissem afinar enquadramentos cronológicos e culturais. O extraordinário povoado da Brioia, dividido em dois núcleos alcantilados em ambas as margens de um afluente da ri-

beira da Asseca, é o melhor candidato no concelho, embora reste a dúvida se se trata de um verdadeiro povoado indígena ou de um fortim do início da ocupação romana da região. Pelo contrário, o sítio do Outeiro Pintado é notoriamente atribuível a esta última fase, mesmo que seja discutível se os seus construtores e utentes eram ainda os indígenas (célticos) ou já os romanos.

4. A época romana

São muitos e muito importantes os restos arqueológicos correspondentes ao período do domínio romano em Portugal. Sem contar os inúmeros sítios de carácter rural, de pequenas dimensões, contam-se, no concelho de Vila Viçosa, várias villae reveladoras do esplendor económico e social que a região conheceu nessa época. A Galharda, junto a Bencatel, a Fonte da Moura, junto a Pardais ou a Torre do Cabedal, na freguesia de Ciladas, são alguns dos exemplares mais interessantes. Em termos de restos arquitectónicos é a Torre do Cabedal o melhor conservado ou, pelo menos, o mais conspícuo.

Por outro lado, localiza-se em Vila Viçosa a única pedreira de mármore inventariada em Portugal, a da Vigária. É conhecida a importância que o mármore desta região assumiu no mundo romano peninsular e, em



Divindade aquática da Vigária

particular, no Conventus Emeritensis. Elementos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos fundamentais terão sido feitos com mármore calipolense, faltando, porém, estudos rigorosos sobre esta matéria. Recorde-se, em todo o caso, que



Vestígios de extração de mármore da Vigária

um dos devotos que ofereceram lápides votivas a Endovélico era “marmorarius” e, muito provavelmente, desta região.

É certo também que o Maciço Calcário não foi apenas responsável pela riqueza industrial de Vila Viçosa: efectivamente, as características hidrogeológicas e pedológicas do Maciço contribuíram e muito para a riqueza hídrica da região, tal como a auréola de terra rossa que o envolve proporcionou solos de qualidade superior àquela que, em geral, encontramos no resto do Alentejo Central.

5. O futuro do passado

Apesar do esforço acumulado de mais de um século de investigação arqueológica, quase toda assente nos achados casuísticos ou, na melhor das hipóteses, na prospecção de superfície, é notória a ausência de escavações que permitam aprofundar conhecimentos, valorizar sítios e esclarecer questões fundamentais.

Na verdade, depois das escavações de Abel Viana, efectuadas por meados do século XX, não houve, no concelho, qualquer escavação arqueológica; em contrapartida, a oportuna reorganização do Museu de Arqueologia, no Castelo, promovida pela Fundação da Casa de Bragança, permitiu um

avanço muito significativo no estudo dos materiais provenientes das escavações antigas e de achados avulsos de que havia, aliás, já alguns trabalhos de referência.

A integração de alguns dos sítios e monumentos arqueológicos mais notórios

em futuros roteiros culturais passará, necessariamente, por programas prévios de escavações arqueológicas que permitam revelar as paisagens invisíveis e obter elementos concretos para a história antiga de Vila Viçosa e do seu território.

Sítios como a Torre do Cabedal, o Outeiro Pintado ou os Coroados justificariam certamente esse esforço, atendendo aos respectivos graus de conservação e às acessibilidades. Outros, mais afastados da rede viária suscitam outros tipos mais ligeiros de aproveitamento socio-cultural.

Por outro lado, enigmas como é o do eventual santuário de Proserpina nos arredores ou no local da Igreja de S. Tiago, cuja transcendência para a história da própria vila é evidente, só poderão ser resolvidos mediante prospecções e escavações bem programadas.

Recorde-se que Proserpina é tida como a romanização da divindade indígena Atægina que, por sua vez, complementa, na região, o culto de Endovélico.

Como nota curiosa, e para terminar, decorreram, durante o mês de Outubro de 2002 as primeiras escavações arqueológicas no santuário descoberto, há mais de quatro séculos, pelo Duque D. Teodósio e divulgado por André de Resende. *E puore si muove.*

6. Bibliografia

- Alarcão, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris and Philips.
- Almeida, F. (1974) – *Arte Visigótica em Portugal*. Lisboa.
- Arnaud, J. (1971) – *Os povoados “neo-eneolíticos” de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa). Notícia preliminar*. Actas do 2º Congresso Nacional de Arqueologia. Coimbra, p. 199-221.
- Calado, M. (1995/1996) – *O povoado neolítico de Bencatel (Vila Viçosa)*. Callipole, 3-4, p. 13-18.
- Calado, M. (2001) – *Da Serra d’Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: IPA.
- Encarnação, J. (1984) – *Inscrições Romanas no Conventus Pacensis*. Coimbra.
- Espanca, P.J. (1882) – *O deus Endovélico dos Celtas (sic) do Alentejo*. Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa. Lisboa, 3ª Série, 4, p. 253-256; 5, p. 274-296.
- Nolen, J. (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- Pereira, Gabriel (1889) – *O santuário de Endovélico*. Revista Archeologica. Lisboa, 3, p. 145-149.
- Resende, André (1790) – *Antiquitates Lusitaniae*. Coimbra: Typ. Academico Regia.
- Vasconcellos, J.L. (1895) – *Culto de Prosérpina (no Alto Alentejo, na época luso-romana)*. O Arqueólogo Português. 1, p. 244-246.
- Vasconcellos, J.L. (1897-1913) – *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

As Revoltas Mudéjares no 'Algarbe' ibérico em meados do séc. XIII e a divisa dos Násridas de Granada na zona do Médio Guadiana

António Rei *

Há grandes incertezas quanto à extensão espacial que as revoltas mudéjares¹ de meados do século XIII atingiram no ocidente ibérico, principalmente porque não se sabe com exactidão a totalidade de espaço que seria então abarcado pela designação de 'Algarbe' < *al-gharb* ('ocidente')². Há, no entanto, na zona do Médio Guadiana alguns sinais que, contextualizados, nos podem dar alguma luz sobre a situação daquele espaço de fronteira naquele período conturbado.

1. As revoltas mudéjares na Península Ibérica - breve ponto de situação

Cerca de três anos depois da conquista de Niebla, ocorrida em 1261, e levada a cabo por Afonso X de Castela³, os muçul-

manos da região ocidental a sul do Guadalquivir, assim como os da região de Murcia, na zona leste da Península, protagonizaram uma série de revoltas⁴.

Os sublevados, ao reconhecerem como seu chefe e guia a Muhammad al-Ahmar, o primeiro monarca granadino dos Násridas⁵, protagonizaram, uma efémera acção de 'reconquista islâmica', retirando ao controle castelhano todas as regiões referidas, entre 1264 e 1266⁶.

A razão de ser daquelas rebeliões era ainda, e principalmente, a sobrevivência de um espírito de resistência, e uma tentativa de alteração do domínio político-militar sobre as regiões em causa, alteração essa que fosse um passo na direcção de uma nova contra-ofensiva islâmica.

* Investigador / Bolseiro do FCT

Instituto de Estudos Medievais / Universidade Nova de Lisboa e Centro de Estudos Luso-Árabes / Silves

¹ Mudéjar (< ár, mudajjân: 'os que permanecem') (cf. Federico CORRIENTE, *Diccionario Árabe-Español*, 2ª.ed., Madrid, IHAC, 1986, p.238), é o termo genérico actualmente adoptado para designar os muçulmanos a viver sob o domínio político-militar cristão, desde a 'Reconquista' até às datas de expulsão e que tem vindo a substituir o termo tradicional 'mouró'.

² Sobre as problemáticas envolvendo a designação e os limites do espaço ocidental peninsular, designado na documentação cristã medieval por 'Algarbe', na fase final da 'Reconquista' portuguesa, na época da conquista castelhana de Niebla, e na «questão do Algarve», ver os estudos de Luís Gonzaga de AZEVEDO, "A Doação de Aben-Maffó e as Pretensões de Afonso X ao Domínio do Algarve", *Brotéria* 15 (1932), pp.88-94 e "Questão sobre o Domínio do Algarve", *Id.* 16 (1933), pp.249-255; ver ainda a análise e problematização sobre este mesmo tema, elaborada por José MATTOSO nas «Notas Críticas ao Livro VI»: n.ºs. 12, 55e 56, na *História de Portugal* de Alexandre HERCULANO, (Lisboa, Bertrand, 1980, t.III) e de Florentino PEREZ EMBID, *La frontera entre los reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilha, 1975.

³ Sobre a data da conquista de Niebla, v. José MATTOSO, «Notas Críticas às Notas de Fim de Volume»: n.º 4, *História de Portugal* de Alexandre HERCULANO, (Lisboa, Bertrand, 1980, t.III).

⁴ Sobre as revoltas mudéjares de 1264-66, v. Rachel ARIÉ, *L'Espagne musulmane au temps des Nasrides (1232-1492)*, Paris, 1973, pp. 63-65; IDEM, *España Musulmana (siglos VIII-XV)*, vol.III da *Historia de España* (dir. M.Tuñón de Lara), Barcelona, Labor, 1984, p.38.

⁵ Rachel ARIÉ, *España Musulmana (siglos VIII-XV)*, p.38; Alexandre HERCULANO, *ob.cit.*, p. 87.

⁶ *Ibidem*.

Neste contexto Muhammad al-Ahmar, que conseguira também apoios militares da nóvel dinastia dos Marinidas, ter-se-á aliado também com os revoltosos de ambas as regiões⁷. Independentemente do teor do apoio granadino àquelas revoltas, de qualquer forma cremos que tal apoio, ainda que apenas não tivesse passado de promessas, o mesmo terá tido, por parte dos mudéjares revoltosos, uma segura componente 'simbólica' de grande importância, que analisaremos mais adiante.

1. 1. *As revoltas mudéjares no ocidente peninsular*

As revoltas no ocidente peninsular alastraram por uma vasta área a ocidente de Sevilha, onde se incluíam Jerez de la Frontera, Medina Sidónia, Utrera, Lebrija, Cádiz e Niebla, a primeira e a última das cidades como focos mais importantes destas sublevações⁸. São ainda citadas também umas regiões do 'Algarbe', como zonas de significativas acções revoltosas, fortes o bastante para que Afonso X tivesse que enviar os seus melhores chefes militares para as devolver à submissão⁹.

Ora, o termo 'Algarbe' é bastante dúbio neste contexto.

Ou designaria o espaço entre Sevilha e o Guadiana, espaço que se mantêve totalmente castelhano entre o Tratado de Badajoz (1267)¹⁰ e o de Alcanizes (1297)¹¹, quando, neste último momento, a actual 'margem

esquerda do Guadiana' portuguesa foi definitivamente integrada no Reino de Portugal; ou todo aquele espaço atrás definido, a que se associaria o actual Algarve português, então objecto de litígio entre Portugal e Castela¹²; ou apenas qualquer espaço, que por se situar a ocidente de Sevilha, seria designado de 'algarbe'.

A situação fronteiriça entre os dois reinos era então ainda suficientemente instável e pouco definida para que qualquer das duas primeiras hipóteses pudesse ser minimamente aceitável, pelo menos como conclusão provisória a testar futuramente. Inclina-mo-nos, no entanto, preferencialmente, para a primeira delas.

Mas, neste momento, o nosso objectivo, limita-se apenas à análise e tentativa de contextualização cronológica e espacial de duas inscrições epigráficas que, surgindo junto ao Médio Guadiana, em espaço hoje português, nos transmitem mensagens com teores perfeitamente correlacionáveis com aquele período conturbado e revoltoso em certas zonas do ocidente peninsular.

2. *Os Testemunhos Epigráficos - análise e tentativa de contextualização*

Surgidas em região hoje totalmente portuguesa, situada na bacia do Médio Guadiana, são conhecidas hoje duas inscrições epigráficas, que se atendermos às suas mensagens, constatamos que são claramente correlacionáveis com o possível ideá-

⁷ Sobre estas alianças v. IBN BASSÂM, *al-Dhakhira*, p. 102 e IBN IDHÂRĪ, *Bayân al-Mughrib*, II, p.288. V. ainda R. ARIÉ, *L'Espagne musulmane au temps des Nasrides...*, p.64, n.5.

⁸ *Ibid.*; Rachel ARIÉ, *España Musulmana (siglos VIII-XV)*, p. 38.

⁹ Alexandre HERCULANO, *ob.cit.*, p.87, n.112.

¹⁰ António MOREIRA e Alcino PEDROSA, *As Grandes Datas da História de Portugal*, Lisboa, Ed. Notícas, p.33.

¹¹ *Idem*, p.35.

¹² As revoltas mudéjares ocorreram entre 1264 e 1266, e só em 1267, através do atrás citado Tratado de Badajoz, se solucionará definitivamente a chamada «questão do Algarve».

rio que estaria subjacente às revoltas mudéjares, pelo menos as da zona ocidental.

As epígrafes em causa permitir-nos-ão, por um lado, tentar precisar melhor o âmbito espacial do que então era entendido por 'Algarbe' (< *Al-Gharb*); e por outro, abordar preliminarmente a questão da autoridade islâmica reconhecida aos monarcas de Granada, a qual terá sido uma autoridade essencialmente simbólica, porque as circunstâncias político-militares não permitiram que a mesma tivesse chegado a converter-se numa autoridade islâmica efectiva.

As inscrições em causa são: a da lápide 'Legali', presente no Castelo do Alandroal¹³; e uma outra numa lápide encontrada em Moura, no espaço do antigo cemitério islâmico ou almocavar¹⁴.

O que têm elas em comum? Em primeiro lugar, o facto de ambas apresentarem a divisa da dinastia granadina dos Násridas, no conjunto inscrito: "*Wa LÂ GHÂLiBi ILLa'LLÂH*". Em segundo lugar, o facto de serem as duas únicas lápides, que se conhecem, em toda a Península, e que, consoante tal divisa, aparecem fora dos limites do então Reino de Granada¹⁵.

2. 1. a lápide 'Legali' do Castelo do Alandroal

Toda a inscrição se apresenta em caracteres latinos, mesmo na parte em que é transliterada a divisa árabe. Esta última, de acordo à forma como se apresenta grafada, "LEGALI : BI : IL : ILLALLA", terá sido submetida a um tratamento a que chamaremos 'criptográfico', pois terão procurado dissimular a verdadeira semântica da informação contida naquela parte da inscrição, através de vários processos¹⁶. A tradução do sentido completo da frase 'WA LÂ GHÂLiBi ILLA'LLÂH' é: [Juro que] não [há] triunfador; vencedor; dominador (leituras possíveis para *ghâlib*) senão Deus". Para além da divisa granadina, tudo o mais inscrito na lápide surge em português¹⁷. Esta inscrição é datável, de entre 1294 e 1298, período em que decorreu a construção do Castelo.

2. 2. a lápide sepulcral do almocavar de Moura

A segunda, a do almocavar de Moura, é uma lápide sepulcral em caracteres árabes, inscrita em ambos os lados, facto conside-

¹³ Sobre esta legenda, v. António REI, "A epígrafa 'Legali' do Castelo do Alandroal", *História* 172 (1994), pp. 80-85; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval (862-1422)*, 3 vols., FCG/CT, 1999, vol. II, t. 1, pp. 1114-1118. Ver ainda uma antiga citação feita por José Leite de VASCONCELOS, na sua obra *De Terra em Terra*, III vols., Lisboa, s. ed., 1927, vol. III, pp. 171 e 191, em que refere uma leitura de David Lopes à inscrição em causa, e em que este eminente arabista aventa tratar-se da divisa dos monarcas granadinos.

¹⁴ 12 Artur Goulart de Melo BORGES e Santiago MACIAS, "Almocavar de Moura. Localização e epigrafia", *Arqueologia Medieval* 1, Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, 1992, pp. 65-69.

¹⁵ António REI, "Os Castelos entre o Odialuiciuz e o Odiana, (713-1298)", *Castelo do Alandroal - VII Séculos (1298-1998)*, *Actas*, Junta de Freguesia de N.º Sr.ª da Conceição do Alandroal, 2001, pp. 9-22, p. 19, n. 57.

¹⁶ Sobre esta questão, ainda sob discussão, v. António REI, "A epígrafa 'Legali' do Castelo do Alandroal", pp. 83-84; IDEM, "Os Castelos entre o Odialuiciuz e o Odiana, (713-1298)", pp. 18-19 e ns. 50-57. Mário Jorge BARROCA, *ob. cit.*, vol. II, pp. 1114-1118, especialmente pp. 1116-1117, apresenta uma leitura diferente, embora, quanto a nós, insuficientemente apoiada do ponto de vista linguístico. No entanto, tendo este autor baseado uma parte substancial do seu estudo sobre a inscrição 'Legali' no nosso trabalho acima referido em primeiro lugar, e atendendo a vários considerandos tecidos pelo mesmo autor, vemo-nos obrigados a repetir que 'WA' não é traduzível por 'E', pois não se trata de uma copulativa, mas sim de uma partícula de juramento, questão que referimos também atendendo à vogal final presente em 'Legali' ser um 'i' e não um 'a', e as implicações desta diferença (pp. 83-84), facto que, por lapso, infelizmente terá escapado, e conduzido àquelas conclusões, demasiado literalistas, que não literais, presentes na nota 189 da p. 1116.

¹⁷ O que vem em português é como segue: "...DEUS: / E: E: DEUS:SERA:POR: QUENEL: / FOR: ESE: VENCERA: EU: MOURO: CALVO: FOI: MAESTRE: DEFAZER: EST/ ECASTELODOALANDROAL", v. António REI, "A epígrafa 'Legali' do Castelo do Alandroal", pp. 80 e 82.

rado pouco habitual¹⁸. De um dos lados, aquele que subreporia directamente a cabeceira da sepultura, tem inscrita a profissão de fé islâmica¹⁹. Do outro lado, que ficaria virado para o exterior da sepultura, surge então a divisa dos monarcas granadinos, mas sem a partícula de juramento ["Wa"] que surge no início da frase, ou seja apenas apresenta "LÂ GHÂLiBi ILLa'LLÂH"²⁰. Nada nela nos informa da sua cronologia, embora já tivesse sido atribuída aos finais do século XIII ou inícios do XIV²¹.

Pomos a possibilidade de que tal falecimento se tivesse produzido durante a época das revoltas, ou durante as décadas subseqüentes, quando ainda se manteria viva a memória das mesmas sublevações, atendendo ao período, de cerca de três décadas, que medeia entre as revoltas e a construção do Castelo do Alandroal, e consequentemente ao surgimento da lápide 'Legalí'.



Em vista destes dois documentos epigráficos, e relativamente aos seus autores, poderemos portanto, estar em presença de três casos possíveis: ou de dois participantes directos nas revoltas; ou de dois mudéjares que viveram nos ecos da revolta; ou

ainda, de que um deles, o de Moura, tenha estado no primeiro caso, e o do Alandroal no segundo, atendendo à cronologia da última inscrição.

No entanto, ambos quiseram fazer prova de um compromisso político-religioso, e também com muito de simbólico, pois se no caso do *alarife* do Alandroal, ele efectivamente terá continuado a viver sob o domínio cristão²², o de Moura, se tiver falecido já depois do período de revoltas, terá também, ao menos, morrido e sido enterrado em terra sob o domínio cristão.

3. O reconhecimento do último monarca muçulmano de al-Andalus pelas comunidades mudéjares: o seu simbolismo político-religioso

Os reis de Granada arrogavam-se, desde 1240, o título de *Amîr al-Muminîn* (Príncipe dos Crentes)²³, titulação tanto mais simbólica quanto se trata, tão somente, do próprio título califal.

Assim, os mentores ou autores das epígrafes em causa reconheciam, teorica e mais ou menos simbolicamente, o monarca granadino, único senhor muçulmano autónomo em toda a Península Ibérica, senão como seu *Amîr* [Emir] (autoridade político-militar)²⁴, ao menos como seu

¹⁸ A.G. de Melo BORGES e S. MACIAS, *ob.cit.*, p. 68.

¹⁹ Profissão de fé (shâhada): "LÂ iLaHa iLLa'LLÂH MUHAMMADun RASÛLu'LLÂH", traduzível em português por: "Não [há outra] divindade além de Deus, [e] Muhammad [é] o Mensageiro de Deus". Na lápide em causa, falta 'MUHAMMAD' por motivo de quebra do suporte no sítio daquela palavra. Cf. *Ibidem*.

²⁰ A que acresce ainda a expressão "LÂ HaWLa Wa LÂ QuWWata iLLa Bi'LLÂH" (cf. A.G. de Melo BORGES e S. MACIAS, *ob.cit.*, pp. 67-68), "não [há] força nem poder senão em Deus" ou "...senão através de Deus".

²¹ A.G. de Melo BORGES e S. MACIAS, *ob.cit.*, p. 68. Informação retomada por Santiago MACIAS, "Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um Estudo Histórico e Arqueológico", *Arqueologia Medieval 2* (1993), Mértola/Porto, CAM / Afrontamento, pp. 127-157, p. 131.

²² Não esqueçamos que ele foi um arquitecto muçulmano a trabalhar para a Ordem Militar de Avis, e talvez mais do que episodicamente. Cf. António REI, "Os Castelos entre o Odialuiciuez e o Odiana, (713-1298)", pp. 18-19.

²³ Cf. António REI, "A epigrafia "Legalí"...", p.84.

²⁴ Lit. "o que ordena; o que manda", cf. F.CORRIENTE, *ob.cit.*, pp. 19-20.

Imâm (autoridade espiritual)²⁵, ou seja manifestavam, nas pedras inscritas, o seu *bay'a* (juramento de obediência)²⁶.

Segundo uma Tradição Profética (*Hadith*), o muçulmano que faleça sem ter reconhecido uma autoridade islâmica, morre como nos tempos pré-islâmicos²⁷.

Se, sob a luz dada por este relato tradicional, a inscrição do Alandroal ganha uma nova importância semântica, no caso da lápide sepulcral de Moura esta nova importância torna-se completa e totalmente pertinente, pois tudo o que ela evoca, enquanto cenário de passamento, reproduz um teor em tudo idêntico ao do citado relato.

E além do reconhecimento expresso da autoridade islâmica do monarca granadino no momento da sua morte, facto importante para a crença da pessoa falecida, naquela inscrição é detectável ainda um lado pedagógico, pois aquela divisa permanece, *post-mortem*, como um sinal, como um testemunho para todos os vindouros.

Se a este contexto político-religioso, de cariz teocrático, associarmos o factor espacial, de que não apenas no ocidente peninsular, mas na totalidade da Península fora do espaço do reino granadino, não é conhecida a presença de mais inscrições tes-

temunhando a divisa dos Násridas, encontramos, portanto, diante de fontes únicas e de extrema importância para o período das revoltas mudéjares e da vinculação mudéjar à dinastia dos Banû Nasr.

Aquele vínculo terá existido não apenas da parte de muçulmanos que tenham tido uma possível intervenção directa nas sublevações, mas eventualmente também em gerações posteriores que continuaram remembering aquele ideário, atendendo tanto ao lapso cronológico entre as revoltas e a lápide do Alandroal, como à função pedagógica *in extremis* da lápide de Moura.

Talvez estejamos pois, afinal, em presença de alguma dessas regiões do 'Algarbe' que tiveram que ser mais duramente reprimidas, e onde, por consequência, mais fortemente ficou gravada aquela memória, até ao momento desconhecida em outras partes do espaço ibérico.

Granada constituía-se então como a última esperança relativamente a um futuro ressurgimento de uma forte autoridade islâmica em al-Andalus, sendo a única testa de ponte que havia na Península, em vista de uma possível acção militar de envergadura que partisse do Norte de África.

²⁵ Lit. "o que vai à frente; o que guia", cf. *idem*, pp. 20-21.

²⁶ Lit. "juramento; homenagem; pacto", cf. *id.*, p. 72. A importância deste juramento ou pacto estabelecido entre o muçulmano e aquele a quem ele reconhece como autoridade, tem um simbolismo equivalente a ser o mesmo estabelecido com a própria Divindade, pois no Alcorão é afirmado "Em verdade, os que te juram fidelidade, juram fidelidade a Deus. A Mão de Deus está sobre as suas mãos" (48 : 10) (cf. *Alcorão Sagrado*, trad. portuguesa de Samir el-HAYEK, São Paulo, Centro de Divulgação do Islam para América Latina, 1989, p.408).

²⁷ O hadith apresenta várias versões que variando nas terminologias não variam no sentido. Numa recolha de Al-Shahrastānī o mesmo tem duas versões: ("MaN· MĀTa Wa LaM· Ya'RiF· IMĀMa ZaMĀNiHi MĀTa MaYTatan JĀHiLiYYatin") e ("MaN· MĀTa Wa LaM· YaKuN· Fī 'UNuQiHi BaY'ata IMĀMin MĀTa MaYTatan JĀHiLiYYatin"), respectivamente: "quem morra e não conheça o Imâm do seu tempo morre uma morte de ignorância pré-islâmica" e "quem morra e não exista, no seu pescoço, o juramento [de obediência] a um Imâm, morre uma morte de ignorância pré-islâmica" (cf. Al-SHAHRĀSTĀNĪ, ed. Cureton, p.147,3 : apud I. GOLDZIHĒR, "Mohammed ibn Toumert et la Théologie de l'Islam dans le Maghreb, au XIe Siècle", introdução de *Le Livre de Mohammed Ibn Toumert. Mahdi des Almohades*, ed. Luciani, Alger, 1903, pp. 1-102, p. 21, n.6) . A versão que surge numa colectânea recente parece ser uma variante do segundo texto apresentado de al-Shahrastānī, e diz como segue: ("MaN· MĀTa Wa LaYsa Fī 'UNuQiHi BaY'atan MĀTa MaYTatan JĀHiLiYYatin" = "quem morra e não tenha, no seu pescoço, um juramento [de obediência], morre uma morte de ignorância pré-islâmica". Cf. Muhammad Fā'iz al-MATT, *Qabas min Nūr Muhammad (Cintilações da Luz de Muhammad)* (Colectânea de Tradições Proféticas), 3ª.ed., Beirute / Damasco, Al-Maktab al-Islamiyyī, 1404 / 1984, n.º 420, p.79 (tex.ár.).

Cerca de meio século depois da construção do Castelo do Alandroal, essa acção militar conjunta, acabou finalmente por vir a acontecer, organizada entre os Marinidas do Magrebe e o monarca granadino da época, Yûsuf I²⁸. Mas foi de pouca dura, pois o exército islâmico conjunto acabou por ser vencido na Batalha do Salado, em 1340, pela coligação de portugueses e castelhanos.

Mas retornando ao último quartel do século XIII, é aceitável que ainda fossem acaalentadas naturais esperanças, individuais e colectivas, naquele sentido, pelo menos por parte de algumas comunidades mudéjares do 'Algarbe', como no-lo parecem dizer este par de muito importantes testemunhos epigráficos que aqui tentámos contextualizar, sob as perspectivas linguístico-semântica e político-cultural.

4. Conclusões

Atendendo à localização das duas lápides encontradas, poder-se-á concluir que, senão verdadeiras revoltas mudéjares, das submetidas pelos caudilhos do Rei-Sábio, ao menos o espírito ou o ideário das mesmas esteve seguramente presente no espaço do Médio Guadiana, onde Moura era, naquele momento, parte do Reino de Castela²⁹.

Da mesma forma, o termo 'Algarbe', referir-se-ia a todo um espaço alargado que englobaria toda a margem esquerda do Guadiana.

Queremos ainda levantar aqui algumas questões que, cremos, nos podem ajudar a reconstituir um cenário plausível para aquela zona do Médio Guadiana entre a época das revoltas e os inícios do século XIV.

Pouco tempo depois daquelas revoltas, em 1271, Afonso X 'escambou' Moura e Serpa, então parte dos senhorios da Ordem Militar do Hospital³⁰. Buscaria o monarca castelhano um maior domínio naquela região de fronteira com Portugal? Ou procuraria antes um maior e mais directo controle sobre uma região onde os mudéjares testemunhavam 'lapidarmente' a sua fidelidade islâmica ao rei granadino, alimentando assim um ideário potencialmente subversivo?

Quando da reintegração de Moura e de Serpa no Reino de Portugal, em 1295³¹, as medidas de excepção fiscal com que D.Dinis brindou os mudéjares ou 'mouros forros' de Moura³², talvez não visassem apenas uma política tendente à fixação dos mesmos naquela região, mas também uma possível estratégia de pacificação da mesma. Convém

²⁸ R.ARIÉ, *Espanha Musulmana...*, p.510. Já em 1279 existira uma aliança entre os Násridas e os Merinidas, com vista à defesa de Algeciras (cf. Robert MANTRAND, *As Grandes Datas do Islão*, Lisboa, Ed.Notícias, 1991, p.75)

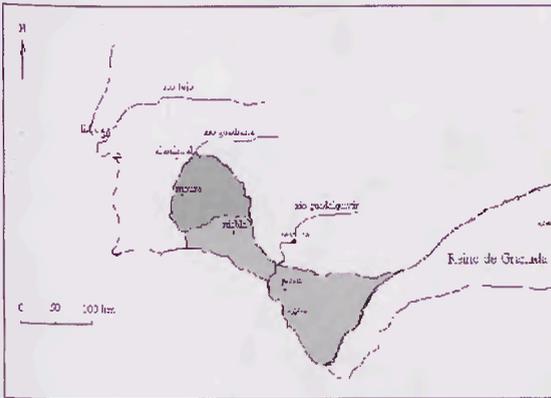
²⁹ Sobre as inúmeras mudanças de domínio de Moura e de Serpa entre 1232 e 1295, entre diferentes reinos e diferentes senhores laicos e eclesiásticos, v. Conde de FICALHO, *Notas Históricas acerca de Serpa*, Lisboa, s/ed., 1979, pp.109-139; e João Carlos GARCIA, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, pp. 63-68. Aquelas alterações eram maioritariamente e apenas de senhorio, que em nada alteravam as situações das populações no terreno, v. Conde de FICALHO, ob.cit., pp. 136-137.

³⁰ Sobre aquele 'escambo' ver Paula Maria de Carvalho Pinto COSTA, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval, Fac. Letras da Univ.do Porto, 1990, pp. 157-158; e José Mendes da Cunha SARAIVA, *Subsídios para a História da Ordem de Malta*, Lisboa, 1948, vol.IV, pp. 122-125.

³¹ José MATTOSO, "Dois Séculos de Vicissitudes Políticas (1096-1325)", *História de Portugal* (dir. J.Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, v. II, p.151.

³² Pelo menos no Foral dos Mouros Forros de Moura concedido em 1296 (cf. Maria Filomena Lopes de BARROS, "Génese de uma minoria. O período formativo das comunas muçulmanas em Portugal", *Islão Minoritário na Península Ibérica*, Lisboa, Hugin, 2002, pp.29-43, p.36; David VALENTE, *Acerca dos Forais de Moura*, Câmara Municipal de Moura, 1991, pp. 20-21), e na introdução de uma cláusula de protecção aos mudéjares a quem, também D.Dinis, arrendou o melhor terreno de Moura, em 1309 (cf. Stéphane BOISSELLIER, *Naissance d'une Identité Portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe Siècles)*, Lisboa, INCM, 1999, p.380, n.73).

Espaço das Revoltas Mudéjares no Ocidente Peninsular (1264-1266)



LEGENDA:

O cinzento mais claro indica os espaços onde se conhecem com segurança a existência de revoltas mudéjares.

O cinzento mais escuro é a nossa proposta como alargamento da zona das revoltas no 'Algarbe': a região medeando, grosso modo, entre o curso do Guadiana e a serra de Aracena, ou seja a parte oriental da antiga kura de Beja (cf. J. C. GARCIA, *ob.cit.*, *passim*).

recordar que por essa mesma altura, estava a ser grafada a outra referência aos monarcas de Granada, a presente no Castelo do Alandroal. O espírito evocativo continuava, pois, presente.

Curiosamente o mesmo D.Dinis terá feito também com que, poucos anos depois, em 1304, a concertação diplomática

peninsular da qual ele mesmo foi o mentor, para além de todos os reis cristãos, integrasse o próprio rei de Granada, à época Muhammad III³³ que também assinou o Tratado de Agreda³⁴.

Em vez da segregação aos 'mouros', que poderia conduzir mais facilmente ao deflagrar de conflitos, com possíveis repercussões nas minorias islâmicas radicadas dentro dos reinos cristãos, não seria uma melhor política tentar uma integração pacífica do reino de Granada na concertação geral do todo ibérico? Acto muito pouco comum nos monarcas cristãos, buscaria D.Dinis, através dele, exconjurarmos algum perigo ou ameaça potencial? Muito possivelmente,

tanto mais que a possibilidade do ataque a partir do Norte de África continuava a existir.

As boas relações com Granada poderiam talvez perspectivar um apaziguamento das comunas mudéjares em território cristão. Pensaria o Rei-Poeta em algumas, em especial dentro do seu Reino?

³³ O reinado deste monarca foi muito curto, (1302 - 1309), tendo sido deposto (daí o seu cognome de «al-Makhliû», «o Destronado») poucos anos depois do Tratado de Agreda (1304). (cf. Robert MANTRAND, *ob.cit.*, p.76) É possível que a sua aproximação aos monarcas cristãos peninsulares não tenha agradado aos muçulmanos granadinos partidários da luta armada e da tentativa de recuperação do espaço andaluz perdido, e que aquele facto também tenha contribuído para a sua deposição.

³⁴ Fr. Francisco BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, vol. VI, Livro XVIII, Cap. III; Robert MANTRAND, *ibidem*.



Un cein des vieilles mureilles fortifiées d'Alandroal, près de Vila Viçosa (Dessin)
S. M. La Reine Amélie de Portugal Princesse de France.
Desenho n.º 54 do Álbum de 100 desenhos e aguarelas publicado em Londres em 1928 por Maggs Bros.

«ASTROZ» Num Testemunho Singular

Mário Alberto Nunes Costa *

Um Litígio no século XIII

A Ordem religiosa fundada por Giovanni Bernardoni (1181-1226), conhecido por São Francisco de Assis, foi confirmada pelo papa Honório III em 1223 e ratificada pelo seu sucessor, Gregório IX, em 1230¹.

Passadas poucas décadas, no início do terceiro quartel do século XIII, quando reinava ainda em Portugal D. Afonso III, surgiu uma discórdia entre os frades menores, chegados anos atrás a Estremoz, e o mestre e os freires antes ditos de Évora, agora em Avis, professos da Ordem de Calatrava, os quais o papa Inocêncio III tomara sob a sua protecção, pela bula «Religiosam vitam»².

A discórdia resultara de os franciscanos estarem, no ano de 1277, a construir umas casas ou um mosteiro, para morarem, na

vila de Estremoz, povoação ao tempo já fortificada pelo referido monarca, e os freires de Avis se oporem a essa construção, invocando direitos antes adquiridos, pelo que mandavam destruir de noite quanto os franciscanos erguiam de dia.

Esta questão não consta da *Crónica da Ordem dos Frades Menores: 1209-1285*, manuscrito que é tradução parcial de uma crónica inserta nos *Analecta Franciscana*, de redacção atribuída a meados do século XIV³. Mas há referências à questão em cronistas franciscanos posteriores, quer no século XVII, quer no XVIII, designadamente no «Suplemento» que acompanha a segunda edição dos *Annales Minorum...*, de Lucas Wadding, publicada em 1732, e na *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves...*, do P.e Fr. Jerónimo de Belém, publicada em 1750⁴.

* Académico de Número da Academia Portuguesa de História (cadeira n.º 22)

¹ *Dicionário Enciclopédico de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 503.

² Bula «Religiosam vitae», do papa Inocêncio III ao mestre e freires da milícia de Évora, professos da ordem de Calatrava, com protecção apostólica à milícia, bem como a seus bens presentes e futuros, em especial os possuídos em Évora, Coruche, Benavente, Santarém, Lisboa, Mafra, Alcanede, Alpedríz, Oriz, Siva Escura e Panólas, os quais lhes confirma; e concessão das instituições, liberdades, imunidades e indulgências que ele e os pontífices seus antecessores tinham liberalizado à Ordem de Calatrava. Latrão, 17 de Maio de 1201. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Lisboa - *Cartório da Ordem de Avis*: Documentos avulsos, n.º 2.

³ *Crónica da Ordem dos Frades Menores: 1209-1285. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico* por José Joaquim Nunes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918. 2 vol. É impressão do ms. n.º 94 da, ao tempo, Biblioteca Pública de Lisboa, de título *Coronicas dos ministros geraaes da Ordem dos Fraires Menores*, um códice em português que é tradução parcial da *Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum*, inserta nos *Anacleta Franciscana*, sive *Chronica* ataque varia documenta ad historiam fratrum minorum spectantia, que teve redacção nos meados do século XIV.

⁴ WADDING, Lucas - *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco Institutorem*, 2. ed. loculetiur, et ascurator opera et studio R.^{mo} P. Joseph Mariae Fonseca ab Eborac..., t. 4, Romae: Typis Rochi Bernabò, 1732, p. 100, no «Supplementum P. Antonii Melisani de

É fora de dúvida que tal discórdia surgiu em Estremoz. Outras ocorreram em várias terras portuguesas com a chegada de franciscanos e dominicanos no século XIII. As perturbações espirituais e, também, financeiras que essas chegadas acarretaram fizeram entrar em competição os beneficiários já instalados nas terras⁵.

Perante a desagradável situação que se criara em Estremoz, os franciscanos dirimiram-se ao arcebispo de Compostela, então metropolitano de várias dioceses portuguesas, inclusive as de Lisboa e Évora⁶. Tinham-no como conservador da sua Ordem em Portugal, pelo que resolveram apresentar-lhe

queixa contra o mestre, o comendador e os frades de Avis da Ordem de Cister.

O mestre dos frades menores da Província da Santiago, Fr. M. Mendes, fez-se representar junto do arcebispo compostelano, ao tempo D. Gonçalo Gomes, por Fr. Rodrigo, guardião dos mesmos frades em Compostela, a quem passara procuração, feita na Corunha, aos 15 de Dezembro de 1277 («XViii Kalendas januarij Era M CCC XV»). Nesta procuração se especificava que o mosteiro dos menores, em causa, se situava em «Stremoz», com mais rigor, na vila chamada vulgarmente «Stremoz» («in villa que Stremoz uulgariter appellatur»).

Macro»; BELÉM, P.º Fr. Jerónimo de - *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves, da Regular Observancia de Nosso Serafico Padre S. Francisco, em que se trata da sua Origem, Progressos, e Fundações de seus Conventos*. Parte primeira. Lisboa: Of. de Inácio Rodrigues, 1750, p. 89.

⁵ O P.º Miguel de Oliveira resumiu as dificuldades iniciais dos franciscanos em Portugal nos seguintes termos: «A fundação do convento de Leiria, em 1232, foi contariada pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A do Porto, no ano seguinte, teve a oposição dos cônegos e do bispo e só pôde efectuar-se em 1244. No arcebispado de Braga, chegou a proibir-se aos frades que pedissem esmola. Em Guimarães, havia conflitos com a Colegiada em 1272. Em várias dioceses, recusavam-se aos franciscanos as faculdades de pregar e confessar. «Este autor fez notar, no entanto, que «em outros países se deram idênticas perseguições, ou ainda maiores» (*História Eclesiástica de Portugal*, 3. ed. Lisboa: União Gráfica, 1958, p. 146).

Quanto aos dominicanos, o mesmo autor escreveu que «foram, a princípio, mais bem recebidos pelos prelados do que os franciscanos». «Não faltaram, todavia, algumas contrariedades. Pouco depois de ter recomendado os frades pregadores, o bispo do Porto suspendeu-os do ministério eclesiástico e embargou-lhes a obra do convento», depois de D. Pedro Salvadores lhes ter oferecido «instalação em 1237». «Este incidente, motivado por queixas de clero secular a quem os religiosos faziam concorrência pouco leal, chegou a tomar aspecto grave e só foi resolvido por intermédio de Gregório IX. Em outras dioceses iguais motivos ocasionaram novos conflitos, aos quais por sua vez ocorreu o papa Clemente IV, em 1266» (*Ibidem*, 1958, p. 147-148).

Relatos semelhantes podem ler-se na *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida (Nova ed., preparada e dirigida por Damião Peres... Porto: Portucalense Editora (1930)), designadamente, quanto aos franciscanos, no vol. 1, p. 136-138.

⁶ Dado que Mérida tinha caído em poder dos mouros, o papa Calisto II (pontif. 1119-1124), pela Bula «Omnipotentis dispositione», dirigida ao bispo de Compostela em 26 de Fevereiro de 1121 (segundo o cônego Joaquim dos Santos Abranches, in *Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra: F. França Amado, 1895, p. 237, com base no Livro preto de cartório da Sé de Coimbra, fl. 233) ou em 27 de Fevereiro de 1120 (segundo António López Ferreiro, in *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, t. 4, 1901, p. 3-5 do Apêndice, no final, tendo como fonte o Tombo B, fl. 261 v.º do respectivo cartório), concedeu a Compostela, enquanto Mérida não fosse recobrada pelos cristãos, a dignidade de metropolitano das dioceses sufragâneas que lhe haviam pertencido, excepto Coimbra e Salamanca. O mesmo papa pediu, em seguida, pela Bula «Antiquae sedis», dirigida aos bispos e outros fiéis das províncias de Mérida e Braga, que aceitassem e obedecessem ao arcebispo de Compostela como seu delegado; e, pela Bula «Commissi nobis», de poucos dias depois, dirigida aos bispos de Coimbra e Salamanca, que, seguindo o costume dos bispos aufragâneos, obedecessem e reverenciassem, bem como os bispos de suas províncias, ao arcebispo de Compostela, reconhecendo a igreja deste como sua mãe (ABRANCHES, Joaquim dos Santos - *Obra cit.*, 1895, p. 237).

A sujeição de Lisboa e Évora foi disputada em tempo do papa Inocêncio III (pontif. 1198-1216) por Compostela e Braga, dado que a igreja bracarense se julgava com direito à posição de metropolitano daquelas duas dioceses a partir da tomada aos mouros das respectivas terras, por D. Afonso I, rei de Portugal, mas este papa determinou, pela Bula «In causa duorum», que a igreja de Braga não interferisse no pleno exercício da Jurisdição de metropolitano por parte da igreja de Compostela nas igrejas de Lisboa e Évora (ABRANCHES, J. S. - *Obra cit.*, 1895, p. 258-259).

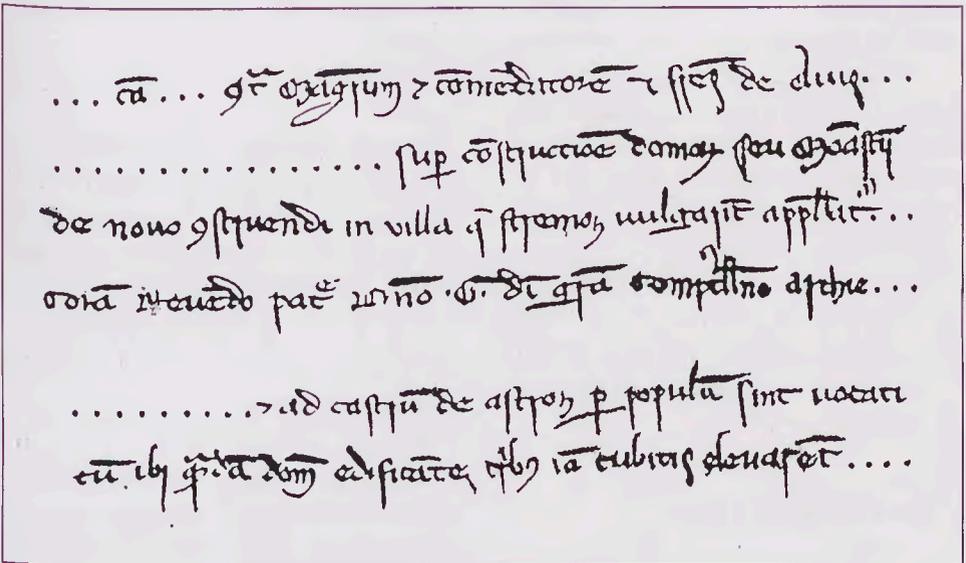
Esta decisão não foi acatada pacificamente, quer por Braga, que fora restaurada como diocese com o bispo D. Pedro em 1070 e, como metropolitano, com o arcebispo D. Geraldo em 1101, quer pelos reis portugueses. Contudo, só em 1394 (Nov. 10), a instâncias dos reis de Portugal D. João I, o papa Bonifácio IX, pela Bula «In eminentissimae dignitatis specula», erigiu a igreja de Lisboa em metropolitano, elevou o bispo D. João Anes à dignidade de arcebispo e sujeitou à sua Jurisdição de metropolitano, entre outras, a diocese de Évora (SOUSA, António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 1. ed., t. 1, Lisboa, 1739, p. 364).

Fr. Rodrigo compareceu perante o arcebispo, que estava acompanhado pelo notário compostelano Dimingos Peres, em 20 de Dezembro.

No mesmo dia e hora, ali compareceu também o clérigo Fernando Pais, com uma carta de excusa e procuração, datada de Avis, a 22 de Novembro anterior, passada pelo mestre, o comendador e o convento de Avis, a fim de impugnar a aplicação no processo de um alegado rescrito de Alexandre

IV, papa que em 1258 (Dezembro, 13) teria designado conservador dos frades menores o titular do Arcebispado compostelano⁷.

Junta esta carta, como a anterior, ao processo, o procurador dos frades menores formulou a petição ou queixa, na qual invocou a reconhecida devoção, o fervor, a afeição especial à Ordem do beato Francisco sentida pela população cristã e lembrou os privilégios concedidos à referida Ordem, entre os quais se contava o de os frades



LITÍGIO ENTRE OS FRADES MENORES E A ORDEM DE AVIS - 1277
Extractos, ligeiramente ampliados, da certidão notarial do processo
Arquivo Nacional da Torre do Tombo

⁷ Segundo o P.^o Miguel de Oliveira (*Obra cit.*, 3. ed. 1958, p. 147), «As casas portuguesas [dos franciscanos] estiveram longo tempo dependentes das províncias franciscanas de Santiago (Espanha)». Quer, por exemplo, nos *Annales Minorum* do Lucas Wadding, quer na *Chronica Seraphica* de Fr. Jerónimo de Belém, este rescrito do papa Alexandre IV é citado. Em ambas as obras se fala na existência de uma sua cópia ou transunto no convento franciscano de Évora, em cujo cartório teria, supomos que no século XVIII, o n.º 11.

Contudo, na obra de Antonio López Ferreiro *Historia de la Santa Apostolica Metropolitana Iglesia de Santiago de Compostela* (Santiago: Seminario Conciliar Central, 1898-1909, em 11 volumes) não localizamos a sua referência e Mariano Lopez não cita esse rescrito em *La provincia de España de los Frailes Menores: Apontamiento...* (Santiago de Compostela, 1915). As várias tentativas por nós feitas até hoje para localizar o original, um registo ou uma cópia do rescrito de Alexandre IV, inclusive Junto do Cabido de Santiago de Compostela e do Archívio Secreto Vaticano, foram infrutíferas.

Podemos, apesar disto, afirmar que o papa Alexandre IV (pont. 1254 Dezembro 20 - 1261 Maio 25) foi, segundo a *Orbis Seraphicus Historia de Tribus Ordinibus a Seraphico Patriarcha S. Francisco Institutis...*, t. 1 (Romae: Typis Stephani Caballi, 1682, p. 501 e 719), devotís-

menores poderem edificar casas para serviço e honra do mesmo beato, nas terras a que fossem chamados pelas populações.

Acrescentou, em seguida, que os franciscanos tinham sido chamados pelo povo a «Astroz» («ad castrum de Astroz») e que ali estavam a construir uma sua casa, mas, quando esta já tinha três côvados, a intolância do mestre da Ordem de Avis, do comendador e dos freires da mesma Ordem moradores na localidade estava a prejudicar gravemente os frades menores, não só no que se referia a essa construção, como também pela proibição a seus vassallos de lhes fazerem esmolas, o que outros cristãos praticavam. Por isso pedia ao arcebispo, como seu conservador, que exercesse os respectivos poderes, em defesa do direito dos frades menores a construirem casas no referido lugar.

O processo recebeu forte contestação do procurador da Ordem de Avis e a concórdia só terá surgido, segundo o cronista franciscano Fr. Jerónimo de Belém, depois de Maio do ano seguinte.

Duas afirmações a reter

De quanto acima narramos, há duas afirmações a sublinhar aqui.

Em primeiro lugar, a do mestre dos frades menores da Província de Santiago, em sua procuração, de que a vila em que os factos apontados se davam era chamada vulgarmente «Stremoz».

Em segundo lugar, a do seu procurador, segundo a qual os frades menores tinham sido chamados pelo povo a «Astroz», onde estavam a construir casas para ali residirem.

«Stremoz» e «Astroz» são, assim, topónimos que identificam uma só povoação, Estremoz. Designada pelo seu povo «Stremoz», o seu nome era ou teria sido antes «Astroz».

Será esta identificação aceitável pela História?

Está provado que um dos termos usados durante o século XIII para designar Estremoz foi «Stremoz»⁸. Sabe-se que, a par deste termo, foram então igualmente usados «Stormoce» e «Stormocie».

Que dizer de «Astroz»?

O Documento

Ambas as afirmações por nós agora relevadas constam de um documento pergamínico de 953 x 250 mm, em grande parte bem conservado, mas que apresenta uma perfuração extensa entre as linhas 13 e 16 e

simo de S. Francisco, promoveu e propagou o seu culto, defendeu e ampliou a sua Ordem, como um verdadeiro filho dela. Já antes de 1258, por exemplo, em 28 de Agosto do segundo ano do seu pontificado, ao dirigir-se, em bula (já dada por Lucas Wadding e que a obra supra repete quase de verbo a verbo) endereçada ao Geral, aos ministros provinciais e a outros irmãos da Ordem dos menores, depois de lembrar a protecção a eles concedida pelos pontífices romanos Inocência III (1198-1216), Honório III (1216-1227), Gregório IX (1227-1241) e Inocência IV (1243-1254), além dele próprio, defendeu as prerogativas, os favores, as graças especiais, os privilégios e as imunidades da Ordem e protegeu-a dos prejuízos que pudessem vir de prelados e outros subditos, dando por irritos e inanes todos os interditos, as suspensões e as sentenças de excomunhão que lhes fossem feitos, bem como a suas igrejas e oratórios (*Obra cit.*, t. 1, 1682, p. 522).

⁸ Veja-se, em registo coevo, no ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Lisboa - *Chancelaria de D. Afonso III*, livro 1, fl. 19 e 43 v.º; e em original, no mesmo Arquivo - Cartório da Ordem de Avis: Documentos avulsos, n.º 83, Carta de D. Afonso III, rei de Portugal e do Algarve, a confirmar à Ordem de Avis, em 5 de Novembro de 1271, a pedido de D. Simão Soares, actual mestre da Ordem, a carta de doação do padroado das igrejas de Estremoz e do seu termo que fizera a D. Martinho Fernandes, mestre que fora da mesma Ordem, em 28 de Abril de 1260.

ligeiras lesões laterais da matéria subjectiva, uma e as outras com perda de algum texto. Está também afectado por manchas que dificultam e chegam a impossibilitar uma leitura integral do documento.

O texto é uma certidão do processo que inicialmente referimos, feita, a pedido do procurador da Ordem de Avis, pelo notário compostelano Domingos Peres, o qual, para garantir a autenticidade, nele apôs o seu sinal: Sobre o cruz linear de braços iguais, uma flor rodada de oito pétalas, cada uma das quais apresenta, em minúsculas, uma das oito primeiras letras do antropónimo «dominicvs», inserindo-se a última letra no centro da flor.

Redigido em latim medieval, o texto não apresenta interpolações, nem vestígios de ter sido alterado. A letra é a gótica cursiva notarial usada em Portugal na segunda metade do século XIII, logo em conformidade com as datas nele constantes, expressas segundo a cronologia então em vigor no País, a chamada Era de César.

Este documento pertenceu ao cartório da Ordem de Avis e conserva-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa⁹.

O Testemunho e a História

Embora o processo original do litígio não seja conhecido, parece de aceitar como integralmente correcto o texto da certidão, inclusive quando cita um e outro dos topónimos apontados. A presença de cada um destes é acidental, o que acrescenta a credi-

bilidade de ambos, e a de «Astroz» em vez de «Stremoz» pode significar um recuo a tempo anterior à apresentação da queixa, mas não se mostra susceptível de influenciar a decisão sobre a matéria de fundo do litígio.

A frase, inserida na certidão, segundo a qual Estremoz era ou teria sido designada por «Astroz», não parece de atribuir a erro involuntário do notário. Pouco antes, vinte e uma linhas acima, escrevera «Stremoz». A referência a «Astroz» será devida, como o notário atribuiu, a Fr. Rodrigo, o representante dos franciscanos, pessoa cuja competência para intervir no litígio é de admitir, face não só à delegação de poderes feita a seu favor, como também à argumentação por ele utilizada durante o processo.

A expressão segundo a qual os frades menores terão sido chamados pelo povo a «Astroz» («ad castrum de Astroz per populum sint uocati») não oferece, em si, sequer dificuldade de interpretação.

Acresce que ambos os procuradores citados estiveram presentes no acto de a certidão autêntica ter sido redigida e escrita e que a citação dos topónimos não lhes terá merecido reparo a assinalar ou exigência de correcção. A certidão termina com estas palavras: «Ego dominicus petri notarius suprascriptus cum praedictis Guardiano et Fernando Pelagij procuratore praedictorum Magistri et Conventus de Auis uocatus et rogatus a praedicta acta coficienda et conscribenda omnibus praedictis interfui et confirmo et signum meum appono in testimonium praemissorum». Segue-se o sinal do notário¹⁰.

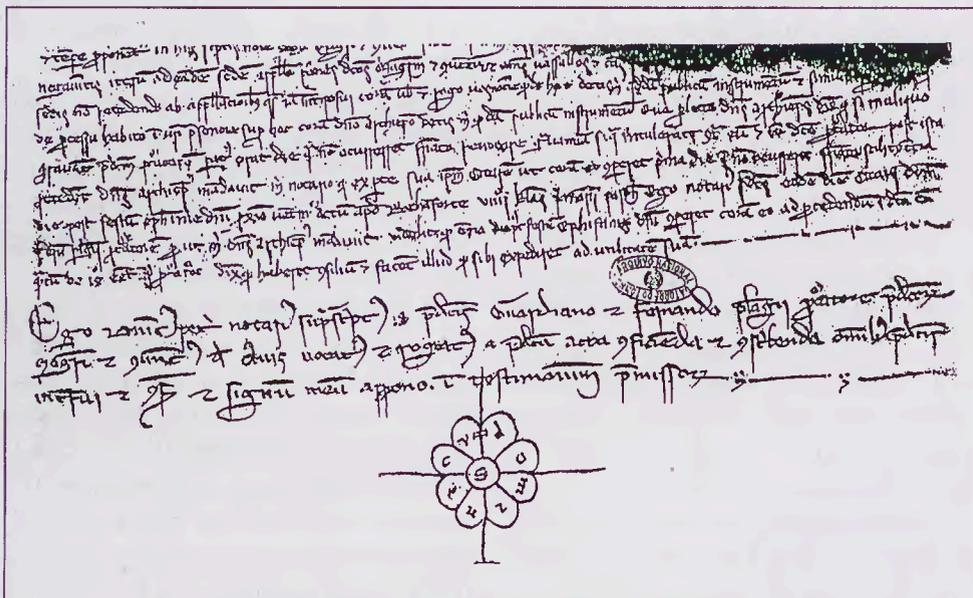
^{9/10} ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Lisboa - *Cartório da Ordem de Avis: Documentos avulsos*, n.º 113.

Assim, atendendo ao conjunto de circunstâncias consideradas, parece, à primeira vista, de conceder valor positivo à informação sobre o topónimo «Astroz» atribuído a Estremoz.

Contudo, não nos precipitemos. Estamos em presença de um único testemunho, o que torna impossível a sua comprovação.

Conhecido o testemunho singular, cabe aos historiadores, de ora avante, tê-lo presente, a fim de, eventualmente, colherem outros testemunhos que sejam susceptíveis de confirmar o do guardião compostelano dos frades menores em 1277.

Terá o topónimo «Stremoz» sucedido, na boca do povo, a «Astroz»?



LITÍGIO ENTRE OS FRADES MENORES E A ORDEM DE AVIS - 1277
Linhas finais, reduzidas, da certidão notarial do processo
Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A População do arcebispado de Évora em 1592

Jorge Fonseca *

É propósito deste trabalho dar a conhecer uma contagem quincentista das almas que habitavam o território do arcebispado eborense, mandada realizar pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança. A mesma consta de um documento guardado hoje no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, integrado no fundo dos condes do Vimieiro¹. Atendendo à escassez das fontes úteis ao estudo da demografia portuguesa da Época Moderna, nomeadamente do século XVI, vamos divulgá-lo e tentar a respectiva análise.

O arcebispo D. Teotónio de Bragança, que governou a diocese de Évora entre 1578 e 1602, destacou-se, como é sabido, pelo apoio às ordens religiosas - em que se inseriu a fundação da Cartuxa eborense - a defesa da fé católica e a oposição aos cristãos

217

+
 Numero das almas do arcebispado de Évora
 havido pelas visitas dos visitadores no anno de
 1592. Per orden do arcebispo dom D. Teo-
 tonio de Bragança.

A cidade de Évora se em 5. de Junho
 de 1592. almeida

Paróquia	Almas	Almas	Almas	Almas
Trancoso	2801.	2409.	358.	285.
Santa Helena	1291.	1127.	221.	159.
São mandu	761.	720.	136.	101.
Santa Maria	400.	450.	60.	40.
São João	700.	610.	92.	77.
Santiago	199.	187.	29.	25.
São Pedro	125.	113.	29.	19.
— Termos de Évora —				
S. Miguel de marçade.	245.	147.	36.	27.
S. Bento de marçade.	214.	142.	25.	18.
S. João de marçade.	255.	124.	25.	15.

* Historiador

¹ Arquivo Histórico Municipal de Cascais, Fundo Faros da Casa do Vimieiro, Apontamentos sobre a história da Igreja Portuguesa, f. 219-224; Guia do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, Cascais, Câmara Municipal, 1993, p. 39. Maria da Graça David de Morais refere-se a dois documentos da diocese eborense aparentemente elaborados com base na mesma contagem, em «O Arcebispado de Évora no século XVI. Tentativa de caracterização demográfica», Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora - Actas, I vol., Évora, Instituto Superior de Teologia, 1994, p.281-291.

	Homens	Mulheres	menores de 14	maiores de 14
San B ^{to}	192	33	15	5
San João	171	65	25	16
San Marcos	362	277	50	26
Sã Sebastião	165	105	22	22
Santa D. da Chaga	192	127	70	72
Santa D. da Graça do C. do C.	313	153	25	15
San Mateus	270	155	25	22
Santa D. do Beneditino	152	107	21	15
San B ^{to}	150	91	20	15
San Marcos	270	166	36	27
San Bento do Reguengo	176	73	12	15
Torre dos Cavaleiros	151	106	21	15
San Jo. do S. João				
Devidade S. João	1427	5616	948	705
Devidade S. João S. João	3252	1579	529	266
Devidade S. João S. João	650	7495	137	101

novos². O seu episcopado foi o de um devotado pastor de almas e administrador incansável, pelo que se compreende a preocupação de conhecer com rigor o número dos seus súbditos espirituais. Daí a realização da estatística que aqui nos traz.

Mas esse interesse era partilhado por outros espíritos da época e isso leva-nos até

ao conhecido polígrafo e chantre eborense Manuel Severim de Faria, pois foi, provavelmente, pela sua mão que aquele documento chegou até nós. Sabe-se da importância que o erudito escritor atribuía à população do seu país como base da respectiva prosperidade. Defendeu-o exaustivamente em várias obras³. Também sabemos, pelos seus biógrafos, do infatigável zelo com que recolhia dados que apoiassem as suas teses. Barbosa Machado defendeu que "investigou com indefeso trabalho diversos arquivos e cartórios donde extraiu irrefragáveis documentos para estabelecer (...) as opiniões que seguia"⁴. O mesmo autor incluiu na sua bibliografia inédita um *Index do Cartório do Cabido de Évora*, "na composição do qual gastou muitos anos"⁵.

Foi certamente durante tais investigações que Severim de Faria recolheu o documento que agora nos ocupa, provavelmente copiando-o. Após a sua morte, em 1655, a sua valiosa biblioteca, constituída por volumes impressos e colecções de manuscritos, alguns da sua autoria, deve ter sido herdada pelo sobrinho, Gaspar de Faria Severim, cuja filha, D. Maria Francisca de

² Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca lusitana*, tomo III, Lisboa, 1752, reedição de Coimbra, Atlântida, 1966, p. 733-735; Pinharanda Gomes, *O arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança (Escritos pastorais)*, Braga, Ed. Do Autor, 1984.

³ Vitorino Magalhães Godinho, "Alguns problemas da economia portuguesa no século XVII de depressão internacional", *Revista de História Económica e Social*, n.º 5, Lisboa, Sá da Costa, 1980, p. 105-123; Paulo Machado, "Padre Manuel Severim de Faria. O pensamento demográfico seiscentista revisitado", *Anais - Série Sociologia*, v. I, Lisboa, Universidade Autónoma, 1997, p. 271-297.

⁴ Diogo Barbosa Machado, *Ob. cit.*, p. 369.

⁵ *Idem*, p. 373.

Meneses, veio a casar pouco depois com D. Diogo de Faro e Sousa, 7º senhor do Vimieiro⁶. Na livraria dos condes do Vimieiro, em Lisboa, veio D. Francisco Xavier de Meneses a encontrar, em 1724, o espólio documental e bibliográfico do chantre de Évora, ao qual se referiu em comunicação à Academia Real da História⁷. E o mesmo confirmou Barbosa Machado em 1752⁸. À morte do último conde do Vimieiro, em 1801, a respectiva casa foi herdada pela 3ª condessa de Lumiares, bisavó do conde de Castro Guimarães, instituidor do Museu e Biblioteca com o seu nome, em Cascais, do qual provem o fundo Faros do respectivo Arquivo Municipal⁹. Foi provavelmente também este o percurso do documento que vamos analisar.

O mesmo é constituído por oito páginas de papel, com um quadro estatístico que é encabeçado pelo título: *Número das almas que tem este Arcebispado d'Évora, tirado pelos róis dos confessados no ano de 1592, per ordem do Arcebispo Dom Teotónio de Bragança*. As duas primeiras páginas referem-se à cidade e termo de Évora, sendo indicado o número de almas de cada freguesia urbana e rural, assim como os números glo-

bais das duas áreas. Nas restantes seis páginas são indicados apenas os números totais de cada localidade do arcebispado, bem como os do termo respectivo. Como a maior parte do território transtagano correspondente ao actual distrito de Portalegre estava já, nesse tempo, sob a administração da diocese dessa cidade, criada em 1549¹⁰ e da de Elvas, criada em 1570¹¹, a área

220

<i>Alma da Beza.</i>	<i>Nomay.</i>	<i>Hoayay.</i>	<i>Hoay men.</i>	<i>Hoay men.</i>
<i>Beza.</i>	2615	2791.	464.	398.
<i>Seu termo.</i>	4856.	3388.	880.	558.
<i>Seufa.</i>	1633.	1678.	378.	284.
<i>Seu termo.</i>	1179.	905.	284.	200.
<i>Moum.</i>	1877.	2059.	198.	168.
<i>Seu termo.</i>	2414.	2011.	436.	277.
<i>Montemor.</i>	2157.	2149.	289.	270.
<i>Seu termo.</i>	2469.	1807.	409.	380.
<i>S. Pedro.</i>	1815.	1830.	287.	246.
<i>Seu termo.</i>	1995.	1687.	392.	367.
<i>Alcacer.</i>	1082.	1052.	279.	195.
<i>Seu termo.</i>	1006.	783.	216.	100.
<i>Oribaniga.</i>	960.	903.	73.	62.
<i>Seu termo.</i>	580.	315.	68.	56.
<i>Novajil.</i>	776.	817.	110.	105.
<i>Seu termo.</i>	1027.	708.	178.	95.

⁶ Maria Alice Beaumont, *Cartas e alvarás dos Faros da Casa Vimieiro*, Cascais, Câmara Municipal, 1968, p. 17.

⁷ Maria Alice Beaumont, *Ob. cit.*, p. 17-18.

⁸ Diogo Barbosa Machado, *Ob. cit.*, p. 374.

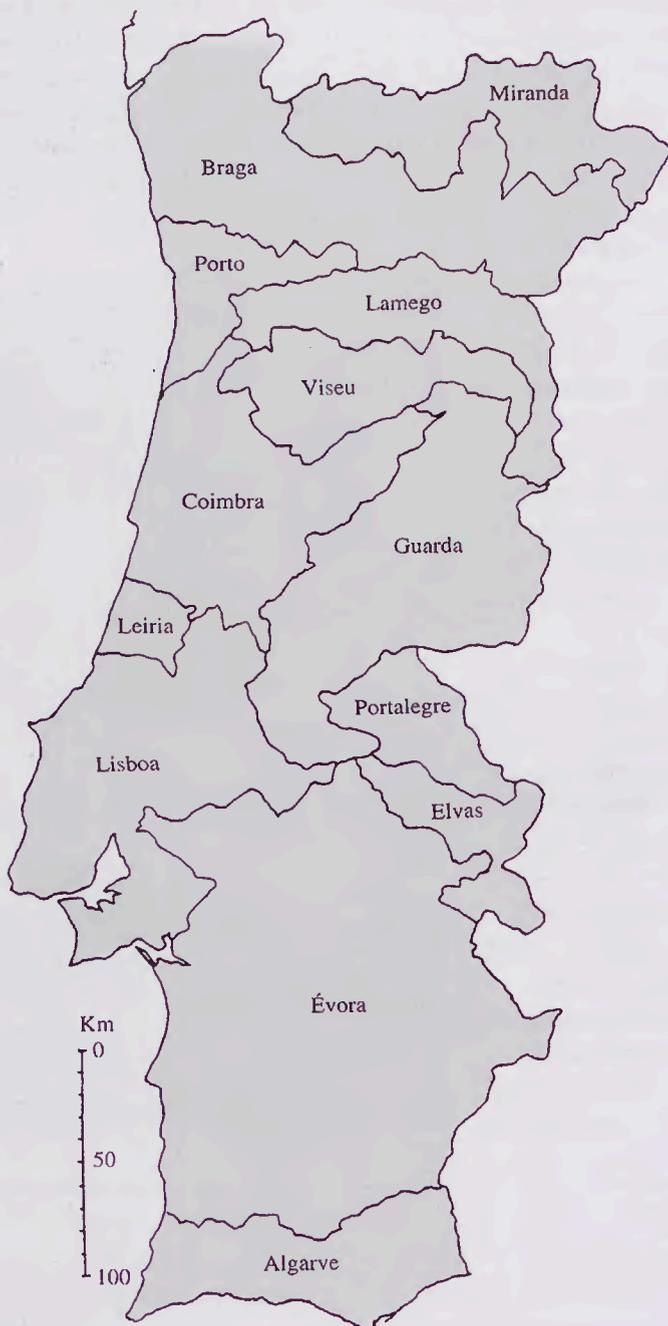
⁹ Maria Alice Beaumont, *Ob. cit.*, p. 11.

¹⁰ Júlio César Baptista, "Limites da diocese de Évora", *A Cidade de Évora*, n.º 55, Évora, Câmara Municipal, 1972, p. 12.

¹¹ *Idem*, p. 17.

Dioceses do Reino na segunda metade do séc. XVI

(segundo João José Alves Dias. *Gentes e Espaços [...]*, 1, p. 280)



abrangida pela contagem foi, com pequenas diferenças referidas mais adiante, a dos actuais distritos de Évora e Beja, da parte alentejana do distrito de Setúbal, de dois concelhos do de Santarém, Coruche e Benavente, além da parte sudoeste do de Portalegre. São mencionadas 63 localidades, a maior parte das quais com o respectivo termo. As que o não menciona são as que têm apenas uma freguesia.

O quadro está, no entanto, incompleto. À povoação de Padrões, a última referida, não são atribuídos valores populacionais; faltam Montoito, Noudar e Sines e não é apresentado o número total das almas do arcebispado, como era de esperar e devia ser o fim principal da contagem. Ou o moroso trabalho da sua elaboração não chegou a ser concluído ou a cópia posterior não foi terminada. Mesmo assim, as terras abrangidas correspondem à quase totalidade do território da diocese.

Como se observa, os valores são apresentados separadamente para *Homens*, *Mulheres*, *Moços menores* e *Moças menores*. A idade que separava os dois primeiros grupos, os dos *adultos*, dos dois últimos, situava-se, segundo a prática da Igreja, entre os 12 e os 14 anos, a partir de quando os fiéis passavam a estar obrigados à comunhão e a ser considerados *pessoas de sacramento*¹².

	Homens	Mulheres	Moços men.	Moças men.
Borba.	1174.	1747.	118.	89.
Santarém.	329.	242.	40.	30.
Alentejo.	1065.	1015.	89.	91.
Beja.	779.	772.	98.	68.
Santarém.	2146.	2080.	423.	283.
Beja.	685.	709.	150.	94.
Santarém.	1077.	731.	82.	71.
Beja.	412.	582.	105.	79.
Santarém.	1025.	1011.	200.	166.
Beja.	427.	397.	67.	37.
no Distrito de Évora	79.	59.	22.	12.
Beja.	442.	402.	101.	86.
no Distrito de Évora	131.	125.	35.	14.
Beja.	153.	129.	17.	11.
no Distrito de Évora	110.	99.	22.	15.
Beja.	236.	238.	50.	41.

A estatística não inclui, no entanto, aqueles que os róis de confessados também não abrangiam, ou seja, os menores de 7 anos, ainda não admitidos à confissão. Tê-los-emos que calcular, se quisermos aproximar-nos do total da população. Para isso aplicaremos a taxa de 18 % sobre a população maior de 7 anos, utilizada por João José Alves Dias para o Algarve do século XVI¹³.

¹² Norberta Bettencourt Amorim, *Exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, Guimarães, 1982, p. 9; João José Alves Dias, *Gentes e espaços*, v. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ JNICT, 1996, p. 46-47.

¹³ João José Alves Dias, *Gentes e espaços*, p. 50-51.

População do arcebispado de Évora em 1592

Localidades	Homens	Mulheres	Moços menores	Moças menores	Maiores de 7 anos	Menores de 7 anos	Total da População
Aguiar	186	137	36	22	381	69	450
Águias	156	103	32	20	311	56	367
Albergaria	64	34	17	9	124	22	146
Alcácer do Sal	1082	1052	279	195	2608	469	3077
Termo	1006	733	216	100	2055	370	2425
Total	2088	1785	495	295	4663	839	5502
Alcáçovas	891	887	142	176	2096	377	2473
Aljustrel	622	556	106	113	1397	251	1648
Termo (S. João)	158	117	17	12	304	55	359
Total	780	673	123	125	1701	306	2007
Almodôvar	974	954	225	173	2326	419	2745
Termo	602	581	167	118	1468	264	1732
Total	1576	1535	392	291	3794	683	4477
Alvalade	230	204	28	37	499	90	589
Termo (N.ª S.ª do Roxo)	90	73	22	6	191	34	225
Total	320	277	50	43	690	124	814
Alvito	1065	1015	89	91	2260	407	2667
Arraiolos	776	817	110	105	1808	325	2133
Termo	1027	708	178	95	2008	361	2369
Total	1803	1525	288	200	3816	686	4502
Avis	612	531	0	0	1143	206	1349
Termo	566	406	75	54	1101	198	1299
Total	1178	937	75	54	2244	404	2648
Beja	2615	2791	464	398	6268	1128	7396
Termo	4856	3888	880	558	10182	1833	12015
Total	7471	6679	1344	956	16450	2961	19411
Benalvergue	121	118	18	11	268	48	316
Benavente	532	418	39	27	1016	183	1199
Termo	185	114	36	14	349	63	412
Total	717	532	75	41	1365	246	1611
Benavila	235	144	33	2	414	75	489
Termo (S. Saturninho)	71	37	9	8	125	22	147
Total	306	181	42	10	539	97	636

População do arcebispado de Évora em 1592 (continuação)

Localidades	Homens	Mulheres	Moços menores	Moças menores	Maiores de 7 anos	Menores de 7 anos	Total da População
Beringel	349	288	61	50	748	135	883
Borba	1174	1344	118	89	2725	491	3216
Termo	329	242	40	30	641	115	756
Total	1503	1586	158	119	3366	606	3972
Cabeção	187	148	34	28	397	71	468
Cabrela	305	266	65	63	699	126	825
Cano	269	241	45	45	600	108	708
Casével	109	84	10	3	206	37	243
Castro Verde	560	544	186	107	1397	251	1648
Colos	236	233	50	41	560	101	661
Coruche	715	341	97	57	1210	218	1428
Termo	665	439	138	115	1357	244	1601
Total	1380	780	235	172	2567	462	3029
Entradas	186	199	55	30	470	85	555
Estremoz	1815	1830	287	246	4178	752	4930
Termo	1935	1687	392	367	4381	789	5170
Total	3750	3517	679	613	8559	1541	10100
Évora	6427	5616	948	705	13696	2465	16161
Termo	3232	1879	399	266	5776	1040	6816
Total	9659	7495	1347	971	19472	3505	22977
Évoramonte	347	347	76	72	842	152	994
Ferreira	442	402	101	86	1031	185	1216
Termo (Fig. dos Cavaleiros)	131	125	35	14	305	55	360
Total	573	527	136	100	1336	240	1576
Figueira	89	94	0	0	183	33	216
Galveias	322	200	15	6	543	98	641
Garvão	153	129	14	11	307	55	362
Termo (Santa Luzia)	110	99	22	15	246	44	290
Total	263	228	36	26	553	99	652
Grândola	590	491	117	73	1271	229	1500
Termo	310	291	36	24	661	119	780
Total	900	782	153	97	1932	348	2280
Landeira	126	79	14	10	229	41	270

População do arcebispado de Évora em 1592 (continuação)

Localidades	Homens	Mulheres	Moços menores	Moças menores	Maiores de 7 anos	Menores de 7 anos	Total da População
Lavre	328	282	63	65	738	133	871
Termo (S.Lourenço)	150	93	27	20	290	52	342
Total	478	375	90	85	1028	185	1213
Mértola	779	772	93	68	1712	308	2020
Termo	2146	2080	423	283	4932	888	5820
Total	2925	2852	516	351	6644	1196	7840
Messejana	427	397	67	37	928	167	1095
Termo (Conceição)	79	59	22	12	172	31	203
Total	506	456	89	49	1100	198	1298
Monsaraz	685	709	150	94	1638	295	1933
Termo	1077	731	82	71	1961	353	2314
Total	1762	1440	232	165	3599	648	4247
Montemor-o-Novo	2157	2149	289	270	4865	875	5740
Termo	2469	1807	409	380	5065	912	5977
Total	4626	3956	698	650	9930	1787	11717
Mora	270	218	37	26	551	99	650
Moura	1877	2059	193	168	4297	773	5070
Termo	2414	2011	436	277	5138	925	6063
Total	4291	4070	629	445	9435	1698	11133
Mourão	512	531	33	33	1109	200	1309
Termo (S. Leonardo)	62	32	5	7	106	19	125
Total	574	563	38	40	1215	219	1434
Odemira	345	288	87	80	800	144	944
Termo	550	488	78	83	1199	216	1415
Total	895	776	165	163	1999	360	2359
Oriola	99	93	19	10	221	40	261
Ourique	514	497	29	32	1072	193	1265
Termo	924	890	151	100	2065	372	2437
Total	1438	1387	180	132	3137	565	3702
Panóias	240	200	61	43	544	98	642
Pavia	434	294	68	29	825	149	974

População do arcebispado de Évora em 1592 (continuação)

Localidades	Homens	Mulheres	Moços menores	Moças menores	Maiores de 7 anos	Menores de 7 anos	Total da População
Portel	680	765	157	114	1716	309	2025
Termo	863	637	68	45	1613	290	1903
Total	1543	1402	225	159	3329	599	3928
Redondo	574	491	110	69	1244	224	1468
Termo	430	264	66	57	817	147	964
Total	1004	755	176	126	2061	371	2432
Santiago do Cacém	412	532	105	79	1128	203	1331
Termo	1025	1011	200	166	2402	432	2834
Total	1437	1543	305	245	3530	635	4165
Serpa	1633	1678	378	284	3973	715	4688
Termo	1179	905	234	200	2518	453	2971
Total	2812	2583	612	484	6491	1168	7659
Sousel	706	576	148	125	1555	280	1835
Terena	358	325	64	52	799	144	943
Termo	302	396	65	47	810	146	956
Total	660	721	129	99	1609	290	1899
Torrão	675	763	155	108	1701	306	2007
Termo	303	200	30	28	561	101	662
Total	978	963	185	136	2262	407	2669
Viana	903	950	131	116	2100	378	2478
Vidigueira	732	874	153	86	1845	332	2177
Vila Alva	237	244	50	47	578	104	682
Vila de Frades	464	491	81	49	1085	195	1280
Vila Nova de Alvito	493	534	122	65	1214	219	1433
Vª Nª de Milfontes	53	62	6	7	128	23	151
Termo	122	81	19	12	234	42	276
Total	175	143	25	19	362	65	427
Vila Ruiva	194	244	45	17	500	90	590
Vila Viçosa	960	903	73	62	1998	360	2358
Termo	530	315	68	56	969	174	1143
Total	1490	1218	141	118	2967	534	3501
Vimieiro	548	520	68	45	1181	213	1394
Termo (Santa Justa)	145	80	20	6	251	45	296
Total	693	600	88	51	1432	258	1690
SOMA	72.894	64.577	12.011	9.027	158.509	28.531	187.040

Os valores obtidos são os do quadro que se segue. Nele, as freguesias da cidade de Évora e as do termo respectivo aparecem consideradas globalmente, ao contrário do que sucede no documento, por não ter interesse para os objectivos em vista considerá-las separadamente. As localidades são apresentadas por ordem alfabética, para

mais fácil leitura. Às colunas incluídas no documento foram acrescentadas mais três: uma para o total da população maior de 7 anos, outra para o cálculo da população menor de 7 anos e outra para o total da população. Em cada localidade foi também adicionada uma linha com os valores totais da mesma e do respectivo termo.

	Homens	Mulheres	Populac. men.	Populac. men.
J. de Évora.	375.	233.	37.	30.
S. Sebastião.	530.	488.	78.	83.
Alameda.	230.	204.	28.	37.
no termo de S. João	490.	78.	22.	6.
Coelha.	109.	84.	10.	8.
S. Raphael.	622.	556.	106.	113.
no termo S. João.	158.	117.	17.	12.
S. Salvador.	196.	199.	55.	30.
Alentejo.	974.	954.	225.	173.
S. Sebastião.	602.	581.	107.	118.
Junqueira.	514.	497.	29.	32.
S. Sebastião.	924.	890.	151.	100.
Crujeira.	560.	544.	178.	107.
Changiz.	240.	200.	61.	43.
Trancoso de S. João.	58.	62.	6.	7.
no termo de S. João	122.	81.	19.	12.

De acordo com os valores revelados pelo quadro estatístico e com os que foram calculados para a população menor de 7 anos, devemos admitir que a população da vasta área em estudo ultrapassava os 187.000 indivíduos em 1592.

Se atendermos à estrutura sexual dos maiores de 7 anos, verificamos serem os homens em maior número que as mulheres, respectivamente, 84.905 e 73.604, com uma relação de masculinidade (número de homens para cada 100 mulheres) de 115,3. Este valor aproxima-se dos que foram encontrados para populações do sul de Portugal no Antigo Regime, como a de Coruche em 1789¹⁴, a de Samora Correia, em 1790¹⁵ e a do Alentejo em geral em 1801¹⁶. A mesma variava, no entanto, dos maiores de 12/14 anos para os menores que esta idade. No primeiro caso era de 112,8 e no segundo de 133.

¹⁴ J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime. Aspectos sociodemográficos de Coruche*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 19

¹⁵ J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, *A demografia portuguesa do Antigo Regime. Samora Correia em 1790*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1987, p. 4.

¹⁶ João Pedro Ferro, *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Presença, 1995, p. 41., que cita Fernando de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, tese policopiada, Porto, Universidade, 1979, p. 166-167.

Evolução da população do arcebispado entre 1527-1532 e 1592

Localidades	1527-1532		1592	Variação	
	Fogos	Indivíduos	Indivíduos	N.º absolutos	%
Aguiar	31	133 a 149	450	+ 317 a 301	+238% a 202%
Águias	29	125 a 139	367	+ 242 a 228	+194% a 164%
Albergaria	12	52 a 58	146	+ 94 a 88	+181% a 152%
Alcácer do Sal	767	3298 a 3682	5502	+2204 a 1820	+67% a 49%
Alcáçovas	379	1630 a 1819	2473	+843 a 654	+ 52% a 36%
Aljustrel	304	1307 a 1459	2007	+ 700 a 548	+ 54% a 38%
Almodôvar	481	2068 a 2309	4477	+2409 a 2168	+ 116% a 94%
Alvalade	133	572 a 638	814	+ 242 a 176	+ 42% a 28%
Alvito	454	1952 a 2179	2667	+715 a 488	+ 37% a 22%
Arraiolos	760	3268 a 3648	4502	+ 1234 a 854	+ 38% a 23%
Avis	741	3186 a 3557	2648	- 538 a 909	- 17% a 26%
Beja	2811	12087 a 13493	19411	+ 7324 a 5918	+ 61% a 44%
Benalvergue	-	-	316	-	-
Benavente	248	1066 a 1190	1611	+ 545 a 421	+ 51% a 35%
Benavila	173	744 a 830	636	- 108 a 194	- 15% a 23%
Beringel	117	503 a 562	883	+ 380 a 321	+ 76% a 57%
Borba	933	4012 a 4478	3972	- 40 a 506	- 1% a 11%
Cabeção	-	-	468	-	-
Cabrela	140	602 a 672	825	+ 223 a 153	+ 37% a 23%
Cano	124	533 a 595	708	+ 175 a 113	+ 33% a 19%
Casével	56	241 a 269	243	+2 a -26	+ 0,8% a -10%
Castro Verde	283	1217 a 1358	1648	+ 431 a 290	+ 35% a 21%
Colos	183	787 a 878	661	-126 a 217	-16% a 25%
Coruche	341	1466 a 1637	3029	+1563 a 1392	+ 107% a 85%
Entradas	135	581 a 648	555	- 26 a 93	- 4,4% a 14%
Estremoz	1421	6110 a 6821	10100	+ 3990 a 3279	+ 65% a 48%
Évora	3601	15484 a 17285	22977	+ 7493 a 5692	+ 48% a 33%
Évoramonte	311	1337 a 1493	994	- 343 a 499	- 26% a 33%
Ferreira	375	1613 a 1800	1576	- 37 a 224	- 2% a 12%
Figueira	52	224 a 250	216	- 8 a 34	- 4% a 14%
Galveias	72	310 a 346	641	+ 331 a 295	+ 107% a 85%

Evolução da população do arcebispado entre 1527/32 e 1592 (continuação)

Localidades	1527-1532		1592	Variação	
	Fogos	Indivíduos	Indivíduos	N.º absolutos	%
Garvão	174	748 a 835	652	- 96 a 183	- 13% a 22%
Grândola	245	1054 a 1176	2280	+ 1226 a 1104	+ 116% a 94%
Landeira	-	-	270	-	-
Lavre	110	473 a 528	1213	+ 740 a 685	+ 156% a 130%
Mértola	994	4274 a 4771	7840	+ 3566 a 3069	+ 72% a 64%
Messejana	298	1281 a 1430	1298	+ 17 a - 132	+ 1% a - 9%
Monsaraz	647	2782 a 3106	4247	+ 1465 a 1141	+ 53% a 37%
Montemor-o-Novo	1594	6854 a 7651	11717	+ 4863 a 4066	+ 71% a 53%
Mora	74	318 a 355	650	+ 332 a 295	+ 104% a 83%
Moura	1612	6932 a 7738	11133	+ 4201 a 3395	+ 61% a 44%
Mourão	454	1952 a 2179	1434	- 518 a 745	- 27% a 34%
Odemira	466	2004 a 2237	2359	+ 355 a 122	+ 18% a 5%
Oriola	61	262 a 293	261	- 1 a 32	- 0,4% a 11%
Ourique	582	2503 a 2794	3702	+ 1199 a 908	+ 48% a 32%
Panóias	161	692 a 773	642	- 50 a 131	- 7% a 17%
Pavia	115	495 a 552	974	+ 479 a 422	+ 97% a 76%
Portel	804	3457 a 3860	3928	+ 471 a 68	+ 14% a 2%
Redondo	389	1673 a 1867	2432	+ 759 a 565	+ 45% a 30%
Santiago do Cacém	585	2516 a 2808	4165	+ 1649 a 1357	+ 66% a 48%
Serpa	1277	5491 a 6130	7659	+ 2168 a 1529	+ 39% a 25%
Sousel	457	1965 a 2194	1835	- 130 a 359	- 7% a 16%
Terena	300	1290 a 1440	1899	+ 609 a 459	+ 47% a 32%
Torrão	471	2025 a 2260	2669	+ 644 a 409	+ 32% a 18%
Viana	418	1797 a 2006	2478	+ 681 a 472	+ 38% a 24%
Vidigueira	353	1518 a 1694	2177	+ 659 a 483	+ 43% a 29%
Vila Alva	81	348 a 389	682	+ 334 a 293	+ 96% a 75%
Vila de Frades	155	667 a 744	1280	+ 613 a 536	+ 92% a 72%
Vª Nova de Alvito	297	1277 a 1426	1433	+ 156 a 7	+ 12% a 0,5%
Vª Nª de Milfontes	77	331 a 370	427	+ 96% a 57	+ 29% a 15%
Vila Ruiva	101	434 a 485	590	+ 156 a 105	+ 36% a 22%
Vila Viçosa	1066	4584 a 5117	3501	- 1083 a 1616	- 24% a 32%
Vimieiro	203	873 a 974	1690	+ 817 a 716	+ 94% a 74%
TOTAL	30.088	129.378 a 144.422	187.040	+57662a 42618	+45% a 30%

Vamos procurar agora conhecer a evolução populacional desde o *Numeramento* de 1527 - 1532, por localidades e globalmente. Dadas as numerosas alterações na divisão administrativa ocorridas entre a realização daquele e 1592, com a criação de novas unidades a partir das antigas, foi necessário fazer corresponder os dados da primeira contagem¹⁷ à configuração administrativa usada na segunda.

No cálculo do número de indivíduos correspondentes aos fogos apresentados pelo *Numeramento* usaremos os coeficientes multiplicadores de 4,3 e 4,8, propostos por João José Alves Dias¹⁸, em cujo intervalo esperamos que esse número se encontre. Estabeleceremos o paralelo utilizando apenas os valores globais das localidades com os respectivos termos e não separadamente, por se verificar terem existido diferentes critérios, nas duas contagens, para diferenciar as sedes administrativas desses termos.

Verifica-se que houve um acréscimo de 57.662 a 42.618 habitantes, no conjunto das terras consideradas, entre 1527-1532 e

1592, numa percentagem que variou entre 45 % e 30 % (conforme usarmos o coeficiente 4,3 ou 4,8, respectivamente, para o cálculo do número de indivíduos em 1527 - 1532), com um crescimento anual médio entre 0,69 e 0,46 %. Esse aumento confirma a tendência para o crescimento da popu-

	Homens	Mulheres	Alcacermen.	Alcacer. m.
Bevangel.	349.	283.	61.	50.
Albergaria.	64.	34.	17.	9.
Tranna.	903.	950.	131.	116.
Benavilla dulcis.	497.	534.	122.	65.
Vilavieira.	194.	244.	45.	17.
Vila alva.	237.	244.	50.	47.
Benalguergue.	121.	113.	13.	11.
Ourota.	97.	98.	19.	10.
Aldeia de S. João.	394.	387.	142.	170.
Lousada.	675.	703.	155.	103.
Sentinho.	303.	200.	30.	23.
Grândola.	590.	491.	117.	73.
Sentinho.	310.	291.	36.	27.
Galveias.	120.	79.	14.	10.
Cabrela.	305.	266.	85.	63.
Landeira.	130.	137.	36.	22.

¹⁷ Servimo-nos, para tal, da *Edição crítica do Numeramento de 1527-1532 - Comarca de Entre Tejo e Guadiana*, Cascals, Patrimonia Historica, 1999, da autoria de João José Alves Dias. As alterações são indicadas em notas ao quadro. As localidades de Benalguergue ou Benalvergue, cf. Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, v. I, Lisboa, 1873, p. 382), Cabeção, termo de Avis e Landeira, termo de Cabrela, consideradas em 1592, não são atribuídos valores em 1527-1532, por não termos conseguido determinar a sua população através do Numeramento, pois neste vem integrada globalmente nos termos concelhos de que essas localidades faziam parte. Mas são consideradas no cómputo final da população em 1592. Quanto à população considerada em Alcácer do Sal, em 1527-1532, a mesma não compreende a de Grândola e "casais apartados do limite desta aldeia" (*Edição crítica*, p. 169 9; a de Avis não inclui a de Galveias e Benavilla, mas sim a de Cabeção; a de Benavilla, termo de Avis, junta-se a de S. Saturninho, termo de Fronteira (conforme a *Edição crítica*, p. 116); Cabrela inclui Landeira.

¹⁸ João José Alves Dias, *Gentes e espaços*, p. 58-61.

22

	Alentejo	Algarve	Alentejo mar.	Alentejo int.
Beja	328	282	83	65
no Alentejo S. J. J.	150	98	27	20
Évora	715	841	97	57
no Alentejo	665	439	137	115
Benavente	532	418	39	27
Sousel	185	114	36	14
Cabeção	187	145	37	28
Borba	437	294	68	29
Moreira	270	218	87	26
Alentejo	156	108	32	20
Figueira	822	200	15	6
Avis	612	581	0	0
Sousel	566	406	78	54
Benavente	489	94	0	0
Benavente	285	144	38	2
no Alentejo S. J. J. no S. J.	71	37	9	8

negativa²¹. Se atendermos à distribuição geográfica dessas descidas constatamos que, exceptuando os casos isolados de Mourão e Oriola, elas podem agrupar-se em dois conjuntos: um no Baixo Alentejo, formado por um território contínuo de pequenos concelhos (Colos, Garvão, Panóias, Messejana, Casével e Entradas), a que podemos associar Ferreira; e outro no Alto Alentejo: quatro concelhos da periferia de Estremoz (Borba, Vila Viçosa, Évoramonte e Sousel), contíguos a outro espaço (Avis²², Benavite e Figueira).

Relativamente ao primeiro conjunto, a diminuição populacional deveu-se, provavelmente, ao êxodo dessas pequenas povoações para centros maiores, como Beja ou Ourique, que aumentaram de população. Quanto ao segundo, deve ter-se tratado de fenómeno semelhante. A proximidade de terras de maior dimensão e dinamismo,

como Estremoz, uma das vilas mais populosas do Alentejo, devido à actividade económica e importância política, ou mesmo Évora, poderão explicar a relativa decadência de centros como Vila Viçosa, importante corte ducal, Borba (com um decréscimo reduzido, tal como Sousel), Évoramonte e mesmo de Avis e das localidades

lação que outras fontes indicam ter ocorrido no país ao longo do século XVI¹⁹. O acréscimo global esconde, no entanto, como se observa no quadro, diferenças entre as várias localidades. Se em 44 das 60 em que foi possível acompanhar a evolução (73,4 %) ²⁰ houve um nítido aumento da população, em 16 (26,6 %) a variação foi

mo, como Estremoz, uma das vilas mais populosas do Alentejo, devido à actividade económica e importância política, ou mesmo Évora, poderão explicar a relativa decadência de centros como Vila Viçosa, importante corte ducal, Borba (com um decréscimo reduzido, tal como Sousel), Évoramonte e mesmo de Avis e das localidades

¹⁹ A H Oliveira Marques e João José Alves Dias, "A população portuguesa nos séculos XV e XVI", *Biblos*, v. LXX, Coimbra, 1994, p. 177 e 186; António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Universidade, 1971, p. 167-189; Teresa Ferreira Rodrigues, "As estruturas populacionais", *História de Portugal* (dir. José Mattoso), v. 3, Lisboa, Estampa, 1993, p. 211-213.

²⁰ Aquelas em que não foi possível são as mencionadas Benalvergue, Cabeção e Landeira.

²¹ Incluímos aqui dois concelhos em que a evolução varia entre a subida e a descida, de acordo com o coeficiente usado: Casével e Messejana.

²² Mesmo considerando que Cabeção está integrado em Avis, em 1527-1532, o que aumenta a diferença, para menos, da população desta vila entre as duas contagens, a sua exclusão não afectaria a tendência negativa.

adjacentes referidas. A evolução negativa de algumas dessas terras já foi assinalada para o curto período de 1527- 1532 a 1538 – 1544, em que Borba, Évoramonte e Sousel baixaram os seus efectivos e Vila Viçosa experimentou apenas um pequeno aumento²³. As causas aduzidas para explicar tal evolução – a “informação pouco precisa apresentada pelo duque (de Bragança)”, donatário dessas localidades e responsável pelo cômputo realizado nas mesmas no primeiro daqueles dois momentos, penso não serem suficientes no nosso caso. Outras localidades daquele donatário, Arraiolos, Monsaraz e Portel, aumentaram a sua população - em percentagens próximas da média nos dois primeiros casos e mais afastada, no terceiro – e outras, pertencentes ao rei e às ordens militares, diminuíram.

	Homeny	Hoboy	Hovoy	Hovoy
Caro	269	241	75	75
Sousel	690	570	140	125
Borba	578	520	68	75
Evoramonte	143	80	20	0
Beato	574	496	110	69
Sousel	430	264	66	57
Evora	858	825	64	52
Sousel	302	396	65	77
Evoramonte	347	347	76	72
Beato	680	765	157	114
Sousel	868	687	68	75
Borba	732	874	158	86
Beato	464	491	51	49
Evora	512	536	33	33
Evoramonte	62	32	5	7
Beato				

²³ João Cosme, "A população da comarca de Estremoz em 1538", *A Cidade*, Nova série, n.º 8, Portalegre, 1993, p. 92.

A CASA DE BRAGANÇA E A CASA DE MEDINA SIDÓNIA

Relações históricas e familiares

Sécs. XVI e XVII

Manuel Inácio Pestana *

Tema de uma comunicação apresentada à M.I. Academia Mundial de Ciências,
de Valência (Espanha) em 27 de Abril de 2002.

I

1. A Casa de Bragança e a Casa de Medina Sidónia são historicamente das mais relevantes na Península.

Das relações que entre elas se estabeleceram por via familiar nos propomos falar, trazendo ao conhecimento das história alguns dados inéditos ou menos divulgados.

A Casa de Bragança, em Portugal, teve sua origem em 1442 quando, em tempo do rei D. Afonso V, ao 8º Conde de Barcelos D. Afonso foi concedido, com o termo da cidade de Bragança, o título de duque. A acumulação dos condados de Barcelos, Ourém, Neiva e Arraiolos conferiu-lhe um extenso domínio patrimonial e, ainda por razão dos muitos e particulares privilégios consequentes de exclusivas e excepcionais concessões régias. No mesmo momento, a Casa de Bragança começa a organizar-se, estabelecendo nesse espaço territorial a “pequena nação” administrativa e economicamente incomparável a qualquer situação similar até então existente em Portugal, sempre distinta da Casa Real, mas tão esplendorosa e majestosa como ela, prosseguindo e alcançando um privile-

giado estatuto de verdadeiro “estado se-
nhorial”, à medida que sobre os bens patri-
moniais vai acrescentando doações,
heranças e morgados.

Ao 1º duque, filho legitimado de el-rei D. João I, o iniciador da expansão ultramarina portuguesa com a conquista de Ceuta em 1415, sucederam-lhe na corte brigantina, ainda no século XV, D. Fernando I (n.1403, dq. 1461, f. 1479), 2º do título, ao qual acrescentou o de 1º Marquês de Vila Viçosa, terra esta onde fixou residência e dela fez a sede do ducado; D. Fernando II (n. 1430, dq. 1496, f. 1438), também 1º Duque de Guimarães, em cujo tempo a casa ducal foi abastida pelo rei D. João II; D. Jaime, 4º duque (n.1488, dq. 1496, f. 1532), filho do anterior, após 13 anos de exílio da família em terras dos Reis Católicos, se restaurou a dita Casa por decisão do Venturoso Rei D. Manuel I.

Nos séculos seguintes, foram duques de Bragança: D. Teodósio I (n. 1504, dq. 1532, f. 1563); D. João I (n. 1536, dq. 1563, f. 1583); D. Teodósio II (n. 1568, dq. 1583, f. 1630); e, por fim, D. João II (n. 1604, dq. 1630, f. 1656), este, o 8º Duque, que em 1640 restaurou a monarquia portuguesa, tornando-se o rei D. João IV.

* Historiador. Académico

Depois deste, os reis portugueses mantiveram o título de duques de Bragança, transferindo-o, porém, para o filho primogénito e príncipe herdeiro, sendo o rei, durante a menoridade deste, apenas administrador da Casa em seu nome. Efectivamente, o 8º Duque, sendo rei, em carta de 27 de Outubro de 1645 fez doação ao Príncipe D. Teodósio, seu primeiro filho, e aos primogénitos dos reis seus sucessores, do título de Príncipe do Brasil e Duque de Bragança, estatuinto por lei fundamental que essa Casa seria perpétua e especialmente destinada “para alimentos do Príncipe herdeiro do Trono Português¹ e salvaguardando a incorporação que algum dia pudesse dar-se dos seus bens nos da Coroa, estabelecendo assim a distinção na mesma pessoa das duas qualidades em habilitosa solução jurídica.

2. A Casa de Medina Sidónia era em Espanha igualmente uma grande casa senhorial. Teve, e mantém, sua sede capital em San Lucar de Barrameda, estendendo os seus domínios com todas as rendas, títulos e jurisdições desde a embocadura do Guadalquivir até à foz do rio Guadalete.

Foi esta poderosa Casa fundada no século XIII por Alonso Pérez de Guzmán (n. 1256, f. 1309), 1º Senhor de San Lucar, chamado El Bueno, porque, ao serviço de Sancho IV de Castela, defendeu heroicamente a praça de Tarifa e por não a entregar aos muçulmanos em troca do filho traído pelo Infante D. João e refém dos inimigos preferiu vê-lo morto: “Dijo que antes queria

que le mataren aquel hijo y otros cinco si los tuviera que no darle la villa del rey su señor”, segundo se pode ler na *Crónica de Sancho El Bravo*.

No rol desta distinta família tomaram lugar de destaque, nomeadamente as seguintes figuras:

- D. Juan Alonso de Guzmán (1410-1468), conde de Niebla, que foi efectivamente o 1º. Duque de Medina Sidónia;
- D. Juan Alonso de Guzmán, ou simplesmente, D. Juan de Guzmán, 5º conde de Niebla e 3º Duque de Medina Sidónia, 1º. Marquês de Cazaza (em África), senhor de Gibraltar e de outros domínios, fronteiro-mor de Andaluzia e um dos mais distintos e prestigiados fidalgos de Castela;
- D. Juan Manuel Domingo, o 8º Duque, pai de D. Luísa Francisca, que alguns autores dizem ter-se chamado propriamente Alonso Pérez de Guzmán, como, aliás, consta do registo de baptismo de sua filha na paróquia de S. Pedro de Huelva e noutros quadros genealógicos se diz ser seu nome *Manuel Alonso Pérez de Guzmán*. O biógrafo português Hipólito Raposo, a propósito e para que se possa de algum modo entender esta diversidade de nomes, escreve o seguinte: “Como os nomes e apelidos eram muitos, os autores mostravam tendência para os reduzir”². Para nós, o nome mais certo será este último citado de D. Manuel Alonso, pois assim está na

¹ F. A. F. Silva Ferrão, *Tractado Sobre Direiros e Encargos da Serenissima Casa de Bragança*. Lisboa, 1852.

² Hipólito Raposo, *Dona Luísa de Gusmão Dvqvessa e Rainha (1613-1666)*. Lisboa, 1947, p. 29.

carta confirmativa do dote de casamento de D. Luísa com o duque de Bragança D. João II, como mais adiante se refere.

- *D. Alonso Pérez de Guzmán* (1560-1696), capitão-general do Mar Oceano, que comandou em 1588 a famosa Invencível Armada, destroçada nos mares de Inglaterra;
- *D. Gaspar Alonso Pérez de Guzmán*, herdeiro do ducado em 1636, casou com sua tia Ana, num momento em que esta nobre e poderosa Casa “passava por una crítica situación financiera ya que sobre la enorme fortuna ducal pesaban elevadas cargas e hipotecas agrabadas por la visita real al coto de Doñana en 1624 y las contribuciones crecientes que exigía el Rey de España”³. Foi também capitão-general do Mar Oceano e das Costas de Andaluzia desde o Guadiana até Gibraltar. Quando das alterações portuguesas de Évora e do Algarve no ano de 1637, a ele foi cometida a intervenção militar de submissão dos rebeldes. Quando, por fim, ocorreram os movimentos sediciosos da Catalunha, de Nápoles e da Sicília e de outros domínios e aconteceu a subida de seu cunhado duque de Bragança ao trono português, este 9º Duque de Medina Sidónia, ele próprio, aproveitou a oportunidade para lançar o movimento independentista da Andaluzia contra Filipe IV. Perdoado pelo rei, transferida habilmente a responsabilidade da acção para o marquês de Ayamonte, justiciado em Segóvia em

1648, D. Gaspar, perdendo embora San Lucar e pagando ao rei 200 000 ducados de “donativo”, foi ainda obrigado a desafiar o rei de Portugal para um duelo, próximo de Valencia de Alcántara, “en un intuito de lavar su imagen”, mas seu cunhado D. João IV não se dignou corresponder ao repto.

3. As relações da família Guzmán com Portugal remontam aos séculos XII e XIII. D. Teresa, mulher do conde D. Henrique, mãe do 1º Rei de Portugal, era filha de D. Ximena Nuñez e neta do conde Nuno Rodriguez de Guzmán.

D. Beatriz, que casou com o 5º Rei de Portugal, D. Afonso III, era filha natural de Afonso X o Sábio, e de D. Maria Guillen de Guzmán, e foi a mãe de D. Isabel de Aragão, a Santa Rainha do milagre das rosas.

4. As relações com a Casa de Bragança, essas, estabeleceram-se em 1500 quando se negociou e depois se efectivou o casamento do duque D. Jaime com D. Leonor de Mendoza y Guzmán.

Era D. Leonor, nascida em 1489, filha do 3º Duque de Medina Sidónia e de D. Isabel de Velasco e seria de idade de 7 anos – “menor de 12 e maior de 7”, conforme rezam as crónicas – quando seu pai iniciou diligências e negociações para lhe dar um marido, na mesma altura em que, estando em Sevilha, onde estanciava com frequência, o duque D. Juan de Guzmán, prematuramente viúvo, acertava segundas núpcias com sua prima D. Leonor de Guzmán y Zuniga, irmã do duque de Bejar D. Álvaro.

³ José Manuel de Molina, *Alonso de Medina Sidonia, Rey de Andalucía en 1641*. Internet, Enero 1997.

D. Jaime de Bragança era uma peça de suma importância nos imbróglis diplomáticos da época. Porque herdeiro presuntivo do rei D. Manuel, se porventura alcançasse o trono português, bem se pode imaginar como o seu casamento pesaria nos envoltórios políticos. O rei português chegou a projectar o casamento dele com D. Joana de Aragão; o próprio Imperador Maximiliano sonhara casar com ele sua filha Margarida, que, entretanto, enviudara do príncipe herdeiro D. João, filho dos Reis Católicos. E outros interessantes partidos lhe foram destinados, todos, diremos, a bem de políticas de conveniência.

Tem oportunidade recordar aqui como o casamento com D. Leonor se insere nas demandas pela posse de Gibraltar.

Como se sabe, esta fortaleza era uma das jóias de Casa de San Lucar e tão preciosa e cobiçada que Isabel a Católica “desde que começou a governar estos reinos trabajo siempre con el duque Don Henrique padre deste duque Don Juan que le diese la ciudad de Gibraltar por ser cosa conveniente a los reyes de Castilla e que le daría equivalencia por elle, e le señaló que le daría por Gibraltar la villa de Utrera, tres leguas de Sevilla”⁴.

“Gibraltar era um brasão de família”⁵ e custara muito sangue e muita fazenda, daí que D. Juan respondesse negativamente à proposta régia, acrescentando com altivez “que lo que la casa de Niebla tenia que se hubiese dado los reyes de Castilla era la

tierra despoblada de Sanlucar para que la poblasen”⁶ e que “fuesen sus altezas servidos de nos les pedir Gibraltar pues no se la dieran”⁷.

É, pois, nestas defensivas do conde de Niebla e duque de Medina Sidónia que o casamento de sua filha com o duque português assume relevo. Porquê? – perguntaremos. Porque, servindo-se os Reis Católicos do casamento de sua segunda filha, D. Maria, com o rei de Portugal para corrigir as precárias relações políticas entre os dois países, o casamento de D. Jaime, como dissemos presuntivo sucessor de D. Manuel e tão estimado como se do rei fosse filho, ajudaria a sustentar os direitos de Niebla sobre Gibraltar. O próprio D. Jaime, em carta que mais tarde dirigiu ao sucessor de D. Manuel, el-rei D. João III, evoca os acontecimentos e sintetiza essa ideia nos seguintes termos: “[...]: o duque meu sogro estava mui receoso da rainha vossa avó [Isabel a Católica] lhe tomar Gibraltar e parecendo-lhe que segundo a muita estima que el rei meu senhor mostrava que me tinha, e o muito que a rainha desejava de contentar a el rei meu senhor [...] para o casar com a rainha vossa madre [D. Maria de Castela], que salvaria Gibraltar, e como elle tinha mui grande thesouro que o podia levemente fazer [referia-se ao dote de casamento] havia que comprar Gibraltar e que casava sua filha com quem el rei de Portugal dizia que era seu filho e herdeiro”⁸.

⁴ Alonso Barrantes Maldonado, *Ilustraciones de la Casa de Niebla, insertas na Coleção da Real Academia de la Historia de Madrid* “Memorial histórico español”. Vol. IX. Madrid, 1857.

⁵ Luciano Cordeiro, *A Senhora Duquesa*. Lisboa, 1889, p. 32.

⁶ Barrantes, *Ibidem*.

⁷ Idem, *Ibidem*.

⁸ L. Cordeiro, *Ibidem*, p. 34.

Diz-nos a História que, afinal, não se sabe bem por que artes, pouco tempo depois, os Reis Católicos haveriam de apoderar-se da tão disputada fortaleza das Portas de Hércules, situação que daria azo a prolongados confrontos. D. Juan por três vezes cercou a cidade, não conseguindo levar a melhor. Seu filho e sucessor D. Henrique, por ser de menor idade, foi tutelado pelo cunhado D. Pedro de Girón, o qual se apoderou do ducado como se o tivesse herdado. O rei D. Fernando logo o intimou a devolver os domínios ao legítimo herdeiro. Este, induzido e enganado, foi por D. Pedro convencido a fugir de suposta perseguição do rei, exilando-se ambos em Portugal, precisamente em Vila Viçosa, no solar da duquesa sua irmã. Cerca de dois anos mais tarde (1513), mercê de diligências conduzidas pelo rei de Portugal e pelo próprio duque de Bragança regressariam a suas terras. Gibraltar, porém, jamais retornaria à posse da Casa de Medina Sidónia.

5. Prevalecendo a união matrimonial de D. Jaime com D. Leonor de Guzmán sobre todas as outras propostas, celebrou-se o respectivo contrato em 11 de Setembro de 1500, documento que existe no Arquivo

Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, nele se declarando “que o dito Senhor duque de Medina Sidonia haja de entregar e entregue a dita Senhora Dona Leonor sua filha à Senhora Duquesa de Bragança [D. Isabel de Lencastre, mãe do duque D. Jaime] daqui até fim de março primeiro que vem”, ou seja, a futura duquesa seria entregue aos cuidados da Duquesa-Mãe até fins de Março do ano seguinte de 1501, esperando a idade núbil. D. Leonor atingiria os 14 anos em 1503. E nesta altura ocorreu efectivamente o consórcio⁹.

A propósito se lembra que Damião de Góis, o cronista do rei D. Manuel, atribui o ano de 1501 como sendo a data do contrato do casamento e diz que D. Leonor veio para Portugal em 1502. João de Sousa da Câmara (*Morrer não é acabar*, Braga, 1997) denuncia o erro do cronista, aliás, repetido por Luciano Cordeiro e por Anselmo Braamcamp Freire, servindo-se de documentos da Família Lima existentes no Arquivo Histórico da Casa de Bragança, escrevendo: “... é preciso referir que, para além do contrato de casamento, que preceituava a entrega da futura duquesa de Bragança na fronteira, nos fins de Março de 1501, existem documentos que provam que

⁹ No AHCB, em Vila Viçosa, existem traslados setecentistas dos seguintes documentos relativos ao Duque D. Jaime:
- 1500. *Set. 01*: Escritura entre partes El Rei D. Manuel, a Rainha D. Leonor, Mulher de El Rei D. João II, e D. Isabel Duquesa de Bragança, Mãe do Duque D. Jaime, com o Duque de Medina Sidónia, sobre parte do dote que este prometia a sua filha para casar com o Duque de Bragança, pela qual se obrigou a pôr nos ligares d'África que El Rei determinasse seis mil e quatrocentos cafizes [medida de 16 ou de 8 alqueires] de Pão que importam em 8 320\$000 rs., que se dariam entregariam ao Duque D. Jaime como parte do seu dote (Ms. NNG. 1, fls. 158-165v. / Apógrafo de 1758 Jan.30).
- 1500. *Set. 14*: Ao Duque de Bragança Dom Jemes confirmam, e aprovam do comtrauto, dote, e casamento, arras, e comtentamento feito amtre elles e a Duquesa Donna Lianor de Mendoça filha do Duque de Medina dos Regnos de Castilla (Ms. NNG.1, fls. 166-182v. / Apógrafo de 1756. Nov. 01).
Ver: M. Inácio Pestana, *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança*, Ed. Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1985, p. 46). O dote de D. Leonor de Guzmán foi fixado em 26 contos depois de várias exigências do rei de Portugal, sabendo como era avultado o “tesouro” dos duques de Medina Sidónia e como a ele próprio, rei, convinha. A divisa dos duques de Bragança era “Depois de Vós [Rei], Nós [Duques]”, legenda muito significativa da relação da Casa de Bragança com o Rei. Por sua morte, D. Jaime concederia de arras a sua esposa 5 milhões de maravedis, dando como penhor as rendas e jurisdições das vilas de Sousel e Alter do Chão, no Alentejo.

Leonor estava no Reino quando se deu a saída do duque. São as próprias cartas de D. Manuel que garantem o que Luciano Cordeiro não descobriu. Uma já publicada e em que se diz “sua esposa já entregue nestes Reynos em poder de sua may” (A.C.Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa, 1898) e outra que se conserva nos Arquivos da Casa de Bragança, e onde se confirma: “lhe rogamos e mandamos estreitamente pella obediencia que nos deve que elle não va mais adiante e se torne e que se lembre de tam poucos dias há que casou e jurou seu casamento”. Ora, tanto esta última carta [...], como uma outra de El-rei (*Docs. Da Família Lima*, AHCB) para poder circular livremente em terras de Espanha, têm inscrito 4 de Junho de 1501: portanto, o dia, o mês e o ano em que o soberano enviou esse mensageiro atrás do sobrinho desaparecido. Nada mais é preciso para anular, definitivamente, o falso testemunho de Damião de Góis e dos seus partidários”. A saída de D. Jaime do reino que aqui se refere é a fuga que secretamente empreendeu para ir a Roma pedir a anulação do vínculo matrimonial com D. Leonor e fazer-se frade em Jerusalém. D. Manuel mandou emissários em sua perseguição para que tornasse a Portugal, encontrando-o quando já estava em Calatayud.

6. Não foi esta união um casamento feliz – recordamo-lo cinco séculos passados com sombria tristeza... Uma tremenda tragédia se abateria sobre ele. Foi o caso de, no distante ano de 1512, volvidos 10 anos

sobre a data do casamento e depois de já nascidos os dois filhos do casal – D. Teodósio e D. Isabel – se levantarem sobre a duquesa graves suspeitas de adultério de cumplicidade com um dos pagens do Paço Ducal de Vila Viçosa, de seu nome António Alcoforado.

Chegada a notícia ao conhecimento do Duque, este, encontrando-os em flagrante, logo fez justiça por suas próprias mãos. Ao jovem pagem ordenou que um seu criado o apunhalasse e à Duquesa, ele mesmo com um cutelo de caça impiedosamente degolou. De imediato e para que não ficassem dúvidas para a História, D. Jaime chamou os magistrados competentes e se elaborou in loco auto de inquirição e devassa – eram duas horas da madrugada do dia dois do mês de Novembro do Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1512. O documento subsiste e pode ser consultado no mesmo Arquivo Nacional de Lisboa (Gav. XI, Mç. 8, doc. 10, fls. 243-278 v.º.)¹⁰.

O corpo da inditosa duquesa foi conduzido para o convento de Nossa Senhora da Luz, em Montes Claros, transferido setenta e oito anos mais tarde para um outro – o de Nossa Senhora da Esperança – dentro de Vila Viçosa, muito perto do velho castelo medieval.

Do Duque se diz que a jornada do ano seguinte da conquista africana de Azamor, ordenada pelo rei D. Manuel, lhe terá servido de penitência pela dureza da justiça que aplicou à esposa infiel.

Mas desta infidelidade alguns duvidam, porque ela se confessou inocente e porque

¹⁰ L. Cordeiro transcreveu-o integralmente no livro citado *A Senhora Duquesa*, pp. 299-341. Neste documento se basearam os escritores portugueses Camilo Castelo Branco para o seu livro “Cavar em ruínas” (1867) e António de Campos Junior que publicou o seu romance “O Pagem da Duquesa” nos anos 40 do século seguinte.

tudo teria sido consequência de tenebrosas cabalas muito bem urdidas. Todavia, o Auto que se fez é tomado como prova.

7. Da repercussão que estes trágicos acontecimentos teriam tido em terras de Castela, para além da natural estupefacção e tremendo choque emocional provocado no seio da nobre família de San Lucar, na prática, muito pouco ou mesmo nada se sabe. Não há documentação que a registre. Resta apenas, na tradição popular, um romance anónimo recolhido por Juan de Linares em Barcelona no ano de 1575 do *Romancero General*, de Agustín Durán no *Cancionero llamado Flor de Enamorados*, novamente publicado em 1612.. O caso transformara-se em lenda e nos textos já se confundem os personagens: o duque de Bragança é “Don Juan que mata por injustos celos a su esposa doña Maria Tellez”..., uma mistura confusa de outra história semelhante ocorrida no distante ano de 1379 entre o Infante D. João, filho de D. Pedro o Cruel e de D. Inês de Castro, e D. Maria Teles, irmã da rainha D. Leonor Teles.

Diz o historiador português Luciano Cordeiro: “Nem na própria Andaluzia, em Niebla, em Cadiz, em S. Lucar, em Sevilha, os distintísimos estudiosos que consultei puderam encontrar vestígios de uma memória, quanto mais de uma reacção popular rehabilitativa do desastre da pobre filha de D. João de Gusmão!”¹¹.

Desta forma, com uma página negra da história, se encerra esta primeira relação familiar entre as duas grandes casas peninsulares.

//

1. Situamo-nos agora em Janeiro de 1633, pouco mais de um século depois desta tragédia, data de outro casamento de ligação entre as duas casas senhoriais. D. João, 8º. Duque de Bragança unir-se-ia a D. Luísa Francisca de Guzmán, filha de D. Manuel Alonso e de D. Juana de Sandoval y La Cerda, senhores de Medina Sidónia

Tratava-se – lembra o historiador Hipólito Raposo – da aliança das duas casas ducais para seu maior engrandecimento e para melhor cooperação nos interesses da unidade do Império”.

2. As diligências iniciaram-se no ano de 1631, ainda em vida do duque anterior D. Teodósio II, o mesmo D. Teodósio que, infante de 12 anos de idade, no regresso do cativo de Alcácer-Quibir, fora hóspede dos senhores de San Lucar. Primeiramente, foi o conde de Assumar D. Francisco de Melo, gentil-homem da corte madrilena, encarregado da missão. Depois, porque enviado para uma embaixada em Itália, sucedeu-lhe no encargo Francisco de Sousa Coutinho, um hábil e experimentado diplomata, dos mais conceituados do seu tempo.

3. Um ano mais tarde, a 17 de Novembro fixou-se o acordo, confirmado por Filipe IV, pelo qual o duque de Medina Sidónia se obrigava a dotar sua filha em dinheiro e jóias, além de dos pertences do enoval e comprometendo-se ainda a conduzir a noiva à sua custa até à fronteira portuguesa.

¹¹ Idem, ibidem, p.236.

Nestes termos se expressava o documento de confirmação régia: “Don Phelipe por la Gracia de Dios Rey de Castilla, de León, de Aragón, de las Sesilias, de Jeruzalén, de Portugal, etc. (...) Porquanto bos Don Manuel Alonso Peres de Gusman, el Bueno, Duque de Medina Sidonia nos aveis hecho relacion, que teneis concertado de casar a Doña Luiza Francisca de Gusman, vuestra hija, y de Doña Juana de Sandobal, vuestra muger con Don Juan (...) Duque de Bergança, y le abeis ofresido en dote, ciento, y veinte mil ducados, los veinte mil en joyas, y vestidos, y lo restante en juros, y cenços de buena finca (...) como Rey, y Señor natural no reconesiente superior en lo temporal, damos licencia, y facultad a bos el dicho Duque, para que al efeto referido (...) que para todo os damos entera jurisdicion, y facultad (...)» (1632. 10. 19)¹².

Tratava-se de um volumoso encargo, se tivermos em conta que a renda da Casa de Guzmán andava pelos 160 000 ducados. Documentos existentes nos arquivos de sua Casa (Thesorería de la Casa de S. Ex^a. Cuentas de D. Juan de Oliveros y Don Pedro Davila, Cód. 111 e 113) registam e descrevem um extenso rol de despesas relacionadas com a viagem de D. Luísa para Portugal, como encargos com criadagem, aias e damas de companhia, compra de vestuário e calçado, pagamentos a artífices de diversas encomendas (espadeiros, serralheiros, garniceiros, carpinteiros, cocheiros, sombreireiros, ourives, etc.) e ainda despesas e encargos com mensageiros vindos de Portugal com cartas e mensagens do duque de Bragança. Outro registo interessante é o da

descrição do rico enxoval “que lleva la Recamara de mi Señora D. Luiza Francisca de Guzmán a la Jornada de Portugal” – vestidos, jóias, objectos de prata, trem de cozinha, aposentos para o caminho, carruagens, etc.

4. A primeira proclamação do casamento ocorreu a 19 de Dezembro de 1632 na igreja de Nossa Senhora do Ó em San Lucar de Barrameda, sendo o duque de Bragança representado pelo seu próprio sogro D. Manuel Alonso. Presente também D. Gaspar, conde de Niebla, irmão da noiva e, como é evidente, numerosa representação da família e da fidalguia mais próxima.

O pai, ao contemplar a futura duquesa de Bragança, teria recordado a premonição do mouro da lenda que D. Luísa nasceria para ser rainha algum dia, e ao beijar-lhe a mão na hora da despedida diria: “Ide com Deus, pois ides a ser Rainha aonde ides”..., como afinal haveria de acontecer poucos anos mais tarde quando seu marido se sentou no trono de Portugal.

5. No dia primeiro do ano de 1633 teve o duque de Bragança conhecimento de que D. Luísa saíra de San Lucar, com um séquito de cerca de 400 pessoas, e em consequência decidiu ir esperá-la na fronteira de Elvas partindo para junto do Caia no dia 11, acompanhado de uma comitiva de mais de 200 pessoas a cavalo. Para a noiva levou dois belos cavalos ricamente ajaezados. A recepção na cidade foi de grande aparato e de grande entusiasmo. Na Sé Catedral o bispo D. Sebastião de Noronha presidiu às cerimónias do casamento, após o que, pela

¹² António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa, 1735-1749.

tarde do dia 12, o cortejo se pôs em marcha a caminho de Vila Viçosa, seguindo a estrada real, chegando já de noite ao paço ducal, iluminado com 200 tochas. A carruagem em que viajava a Senhora Duquesa mandara-a o Duque fabricar em Roma. Os dias seguintes foram de festas permanentes, cortejos, jogos, touros, carreiras de cavalos, comédias, fogo de artifício, etc.. Três dias depois ofereceu o Duque a seu cunhado D. Gaspar uma grande caçada na Tapada, extenso parque que o duque D. Jaime criara especialmente para essa diversão, o que tudo muito agradou ao ilustre convidado, de tal modo que a montaria houve de repetir-se noutro dia. Até que a 20 desse mês de Janeiro, de San Lucar recebe o conde de Niebla recado de seu pai para regressar. Estavam de resto as festividades e a maioria dos convidados já havia partido.

6. Quando em 1636, três anos mais tarde, faleceu D. Manuel Alonso, o dote não estava de todo cumprido, pelo que se deduz dos diversos documentos dos arquivos, quer da Casa de Medina Sidónia (A.M.S.), quer da Casa de Bragança (AHCB).

É a seguinte a cronologia desta situação, apoiada por documentos que se encontram nos arquivos das duas casas:

a) 1632. *Out. 19. Madrid:* D. Manuel Alonso recebe de Filipe IV faculdade para dispor dos bens destinados ao dote de sua filha (A.M.S.)

b) 1633. *Mar. 06. Madrid:* Cédula do Rei, autorizando o duque de Medina Sidónia a conceder o dote de 120 000 ducados, ainda que esse valor exceda o das legítimas paterna e materna, sem prejuízo do que dispunham as leis de 1534 sobre as taxas

dos dotes e o mais que consta da Pragmática de 10 de Janeiro de 1623 e outras leis (A.M.S.).

c) 1636. *Mar. 11. San Lucar:* Carta em que o duque de Medina Sidónia, em seu nome e de seus herdeiros e sucessores, se obriga ao pagamento do dote, na moeda que então correr em Castela, em terços de 4 meses, na importância de 750 000 maravedis, e mais 600 de salário por dia a quem fizer a cobrança durante todo o tempo que ela demorar (A.M.S.).

d) 1636. *Abr. 22. Vila Viçosa:* Documento inédito, respeitante às despesas da deslocação do Dr. Manuel Fagundes a San Lucar (AHCB/Ms. NNG.678A. Doc. 18).

O duque de Bragança tratara de designar seu representante junto da Casa de Medina Sidónia ao Dr. Manuel Fagundes da Veiga para defender aí os seus interesses. O despacho final, firmado pelo próprio duque, determina que se lhe entreguem 250 000 reais, em que se incluíam os 80 000 do seu ordenado normal de servidor da Casa Ducal. Manuel Fagundes, que fora nado e criado em Vila Viçosa e pessoa de muita estima e confiança do Duque, era licenciado em Cânones e Teologia e chegou a ser vigário geral e provisor de uma das dioceses portuguesas do Brasil.

Nas diligências de San Lucar, Manuel Fagundes fez-se acompanhar pelo seu ajudante Domingos de Barros.

e) 1636. *Mai. 09 e 15. Vila Viçosa:* Contas do emissário do duque de Bragança, Francisco de Sousa Coutinho (AHCB/Ms. 678A.Doc.19).

Trata-se dos pagamentos devidos a este diplomata por serviços prestados, ainda pelos gastos que fizera em Madrid quando participou “nas capitulações do casamento de Sua Excelência” – 100 cruzados, assim como os da jornada que agora fizera a San Lucar, onde despendera da sua bolsa pessoal muito dinheiro “de miudezas”, mas que não podia comprovar. É também documento inédito do cartório da Casa de Bragança.

Francisco de Sousa Coutinho era aposentador-mor do Duque e nessa qualidade assistiu nas cerimónias do casamento. Foi também seu agente em Madrid. Foi ele quem, na fronteira de Elvas, em representação do seu senhor, saudou a Duquesa de Mântua quando esta senhora em 1635 veio como governadora do reino de Portugal em nome de Filipe IV. E de outras importantes missões foi encarregado este Sousa Coutinho, como, por exemplo, na Alemanha. Quando D. João subiu ao trono foi nomeado embaixador de Portugal na Dinamarca e na Suécia.

- f) 1636. Dez. 21. *Vila Viçosa*: Procuração do duque de Bragança passada a favor do Dr. Manuel Fagundes da Veiga para o representar neste negócio (A.M.S.).
- g) 1637. Fev. 18. *San Lucar*: Inventário dos bens que ficaram por falecimento do duque de Medina Sidónia, estando presente o procurador Manuel Fagundes, documento donde consta a determinação de se adjudicarem 100 000 ducados, descrevendo-se a forma de se praticar o pagamento, por censos: “Con los quales dichos censos vien a estar enteramente pagada la dicha

dote de Su Excellencia la dicha Señora Duquesa mi hermana, y en su nombre Su Excellencia el dicho Señor Duque de Bergança”, pelo que o sucessor de D. Manuel Alonso de Guzmán se declara obrigado a dar-lhes em cada ano o rendimento de todos os tributos constantes do compromisso “en la moneda asi de plata, como de vellon” e a pagar o que se estipulara aos cobradores (A.M.S.).

7. Em 1639 ainda o agente Domingos de Barros se encontrava em terras andaluzas quando o duque ordenou se diligenciassem cobranças necessárias para o seu governo e em certo momento “para se prevenir para a ocasião de Lisboa. A Junta da Casa de Bragança – chancelaria privada do Duque – sugeriu mesmo que “do dinheiro de São Lucar se empreguem mil e quinhentos cruzados em sedas e meias e outras couzas para a ocasião” e “que se escreva a Martim Alonso a Almendralejo que busque quem tome esse dinheiro em São Lucar, ou em Sevilha (...) em Granada, em Toledo ou Córdova para se fazer esse emprego” (AHCB/Ms.NNG.665. Doc.75/1639.Fev.09.Vila Viçosa).

Neste mesmo inédito documento se pode ler ainda que “Respondeo Sua Excelência que se escreveu ao Padre Frei Francisco e a Domingos de Barros que buscassem pessoa que lhe tomasse este dinheiro para o dar em qualquer das partes acima referidas para este emprego das sedas e do que se havia de comprar, e de quem havia de fazer este emprego”.

A ocasião de Lisboa a que se refere o documento foi a deslocação do duque de Bragança a esta cidade para cumprimentar a Duquesa de Mântua D. Margarida. Para o efeito, D. João instalou-se nos seus aposen-

tos de Almada, onde esteve despachando desde a Primavera desse ano até Setembro, altura em que saiu então a Lisboa para aquele efeito, logo regressando aos Paços de Vila Viçosa.

O que este registo testemunha é que, afinal, em 1639 ainda o Duque não lograra a total cobrança dos direitos da herança de Medina Sidónia ou que prosseguia recolhendo os rendimentos do dote de D. Luísa.

Entretanto, sabemos que nos arquivos de San Lucar se conserva completa a coleção testamentária, informação que obtivemos por cortesia da Lic. Isabel Álvares de Toledo, ilustre directora daquele importante acervo documental, material que nós nos propomos consultar em breve para estudo desenvolvido destes temas.

Outros documentos do AHCB. respeitantes aos mesmos assuntos (Ms. NNG. 665/Docs. 18A, 45 e 50):

1636.Abr.26. Vila Viçosa: Sobre o ordenado a pagar a Domingos de Barros da jornada que fez a Castela, acompanhando o Dr. Manuel Fagundes. Mercê de 250 000 reais anuais.

1636.Ago.27. Vila Viçosa: Sobre as viagens de Domingos de Barros a San Lucar e seu regresso a Vila Viçosa por força “das saudades dos filhos e mulher – “que os erros por amor fáceis são de perdoar”...

1636.Set.15. Vila Viçosa: Domingos de Barros diz que gastou de sua conta na jornada de San Lucar mais de 25 000 reais e por isso pede ajuda.

8. Diremos, por fim, que este casamento resultou numa relação compreensiva e normal, mal-grado alguns desentendimentos entre a nova duquesa e seus cunhados D. Duarte e D. Alexandre mas que não afectaram a estabilidade do matrimónio.

A D. João o ocupavam mais que suficientemente os trabalhos da guerra que sustentava com Castela e os entretenimentos da sua extraordinária vocação musical, compositor e executante que foi de música sacra.

Deste feliz casamento resultou uma geração de notáveis: D. Teodósio, primogénito e sucessor no título da Casa Ducal e 1º Príncipe do Brasil, falecido muito novo, aos 19 anos, não chegando a assumir as responsabilidades da monarquia; D. Catarina, que pelo casamento com Carlos II se tornou Rainha da Grã-Bretanha; D. Afonso VI, o secundogénito e rei sucessor, que, por não ter descendência, passou o trono a seu irmão D. Pedro II.

9. Com a Casa de Medina Sidónia pode dizer-se que as últimas relações se ficaram pelas circunstâncias, que já referimos, de ter D. Gaspar sido obrigado a desafiar o cunhado para um duelo por imposição do rei castelhano a quem ele tinha ofendido com a tentativa de se tornar rei da Andaluzia.

D. Luísa de Gusmão gostou de ser rainha – “antes rainha uma hora que duquesa toda a vida” ou “antes viver rainha que morrer servindo” – teria alguma vez dito, perante as perspectivas de seu marido se tornar rei de Portugal. Aliás, a história confirma que ela soube sempre estar ao lado do esposo e soube ser duquesa, mãe e rainha. Soube dar a seus filhos educativa e educada formação, soube ser Rainha de justa e serena majestade regendo os destinos do seu país de adopção, quer durante as ausências do Rei, quer durante a menoridade do filho sucessor do trono. E foi sempre estimada pelo povo português, esta Senhora que fora

de Medina Sidónia, dos grandes de Espanha, que dos Guzmán herdara o sangue e a honra, mas em cujas veias também corria sangue da mais alta e distinta nobreza de Portugal. Não esqueceu ela o parentesco distante com S. Domingos de Guzmán, como ela própria confessou ao recolher-se, no fim da vida, ao remanso tranquilo e devoto de um mosteiro dos arredores de Lisboa – "...a San Domingo me acojo, como pariente desamparada"...

10. Aqui e assim se termina a evocação da relações entre estas duas distintas famílias. Tentámos, simplesmente, lembrar a importância histórica do envolvimento circunstancial, as evidências e consequências dos dois matrimónios havidos entre elas, distanciados entre si o tempo de um século, ocorridos em situações tão diferenciadas, mas ambos sempre enquadrados em ambientes de jogos vivenciais de interesses políticos, claros, evidentes. Ficaram os sinais da História e foi deles que nos ocupámos.

Anexo

ROMANCE DEL DUQUE DE BERGÃÇA

Lunes se decía, lunes,
Tres horas antes del día,
Cuando el Duque de Berganza
Con la Duquesa reñía.
El Duque con gran enojo
Estas palabras decía,
Traidora me sois Duquesa,
Traidora, falsa, maligna,
porque pienso que traición

me haceis y alevosía;
no te soy traidora el Duque
ni en mi linaje lo había.

Echó mano se su espada
viendo que así respondía;
la Duquesa con esfuerzo
con las manos la tenía.
Dejes la espada Duquesa
Las manos te cortaría;
por mas cortadas el Duque
a mi nada se daría
sinó veldo por la sangre
que mí camisa tenía:
socorred mis caballeros
socorred por cortesía;
no hay ninguno alli de aquellos
a quien la favor pedía,
que eran todos portugueses
y nadie no lo entendía,
sinó era un pagecito
que a la mesa la servía
dejes la Duquesa el Duque
que nada te merecía
el Duque muy enojado
detrás del page corría
y cortóle la cabeza
aunque no lo merecía
vuelve el Duque a la Duquesa
otra vez la persuadía
morir teneis la Duquesa
antes que viniese el día
en tus manos estoy Duque
haz de mi a tu fantasía
que padre y hermanos tengo
que te lo demandarían
y aunque esten en España
allá muy bien se sabría
no me amenaceis Duquesa
com ellos yo me avernía

confesar me dejes Duque
y mi alma ordenaría
confesaos con Dios Duquesa
con Dios y Santa María
mirad Duque estos hijicos
quentre vos y mi había
no los lloreis mas Duquesa
que yo me los criaría
revolvió el Duque su espada
a la Duquesa hería
dióle sobre su cabeza
y a sus pies muerta caía
cuando ya la vida muerta
y la cabeza volvía
vido estar sus dos hijicos
en la cama do dormía
que reían y jugaban
con sus juegos a porfía
cuando así jugar los vido
muy tristes llantos hacia
con lagrimas de sus ojos
les hablava y les decía
hijos cual quedais sin madre
a la yo muerto había
matéla sin mereció
con enojo que tenía
donde irás el triste Duque
de tu vida que sería
con tan grande pecado
Dios te lo perdonaría.

*Cancionero llamado Flor de Enamorados,
Barcelona. Juan de Linares, 1612.*

Bibliografía

- BARRANTES MALDONADO, Alonso -. *Ilustraciones de la Casa de Niebla*. Madrid, 1857.
- CORDEIRO, Luciano -. *A Senhora Duquesa*. Lisboa, 1889.
- ELLIOT, J. H. -. *The Count-Duke of Olivares*. London, Yale University Press, 1986.
- ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha -. *Memórias de Vila Viçosa*, Câmara Municipal, 1986.
- FERRÃO, F. A. F. Silva -. *Tractado Sobre Direitos e Encargos da Serenissima Casa de Bragança*. Lisboa, 1852.
- MOLINA, José Manuel de -. *Alonso de Medina Sidonia, Rey de Andalucía*. Internet, Enero 1997.
- PESTANA, M. Inácio -. *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança*. Lisboa, ed. Fundação da Casa de Bragança, 1985.
- PESTANA, M. Inácio -. *A Casa de Bragança, um estado dentro do Estado*. Porto, Universidade do Porto, 1988.
- PESTANA, M. Inácio -. *O Arquivo Histórico da Casa de Bragança*. Lisboa, ed. Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1996.
- PESTANA, M. Inácio -. *A Chancelaria de D. João II, Duque de Bragança e Rei de Portugal*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997.
- PROCESSO SUMÁRIO E DEVASSA feito em Vila Viçosa sobre a morte da Duquesa de Bragança Dona Leonor. Lisboa, Arquivo de Documentos Históricos, 1935.
- RAPOSO, Hipólito -. *Dona Lvisia de Gvsmão Dvquesa e Rainha (1613-1666)*. Lisboa, 1947.
- SOUSA, D. António Caetano de -. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Provas T. I, P.II. Lisboa, 1735-1749.
- VILHENA, D. Thomás de -. *A Serenissima Casa de Bragança. Memoria historica*. Lisboa, 1886.

Salvador Correia de Sá e Benevides à luz de um documento inédito

Rui Miguel da Costa Pinto *

Introdução

Encontra-se nos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa um manuscrito datado do séc. XVII¹, de autor anónimo, que acreditamos tratar-se de Salvador de Correia de Sá e Benevides, ainda que não esteja assinado, como era comum da sua parte.

Em pesquisa bibliográfica não encontramos nas diversas biografias, outras obras e artigos específicos quaisquer referências a este manuscrito. A pesquisa estendeu-se via Internet, procurando possível tese sobre o autor. O facto é que não dispusemos de informação que nos permitisse confirmar a transcrição e publicação do mesmo, o que não invalida que algures ele esteja publicado, mas tal não nos parece, exceptuando a sua transcrição numa Tese de Licenciatura

de 1965 ainda que a autora não o referencie como sendo um documento de Salvador de Correia de Sá e Benevides.²

Começa por justificar as razões pelas quais seria necessário para o Rei ter na Etiópia, (que segundo este compreendia o território entre o Cabo das Palmas e o Mar Vermelho incluindo a Mina, Angola, Rios de Cuama e Moçambique), um império de maior rendimento que o das índias espanholas de que não se usufrui por não se conquistar por se não tratar da conquista, povoação, e entabolamento de tão ricas minas como ha nestaz partez. Cujos negros, da sua pouca experiência pouco ouro conseguem extrair sendo o mesmo resgatado, na sua maior parte, por portugueses e mouros todos os anos na quantia de milhão e meyo e douz³ (segundo consta do Diário do Conde de Linhares⁴), bem como se alude ao

* *Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.*
Da Sociedade de Geografia de Lisboa

¹ Mss 208 n.º 51 6 fls.

² Mesquita, Adelaide Sofia D'Azevedo Moura de, *A História da província de Moçambique durante a Restauração*, (tese de Licenciatura), Vol. II, F.L.L., Lisboa, 1965, pp211-218 (parece já não se encontrar na Biblioteca da referida Universidade).

³ Quantia desproporcionada.

⁴ Conde, 1.º Duque e 27.º Vice-rei da Índia D. Miguel de Noronha (1629-1633).

"Three major portions of Viceroy Linhares' diary have survived, covering the periods 3 March 1630 to 6 February 1631, 9 February 1631 to 20 December 1631, and 6 February 1634 to 21 January 1635. The first of these exists in duplicate in Ajuda, codices 51-VII-2 and 51_VII-13, while the second and third are both in BNL codex 939. The 1634-1635 section of the diary has been published as *Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-rei da Índia, Lisbon, 1937*" in Disney, Anthony, "Famine and famine relief in Portuguese India in the sixteenth and early seventeenth centuries", in *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º49, 1989, pp.33-34.

facto de se retirarem quantias para pagamento da infantaria e referências a Nuno Álvares Pereira⁵ e de seu sobrinho Luís César de Meneses.

Refere-se à obra já imprimida de Frei João dos Santos, Etiópia Oriental e a uma petição apresentada a quatro de Setembro de 1654 a D. João IV⁶ de que consta toda a riqueza destes territórios (cobre, ferro, estanho, trigo, marfim, âmbar, peixe, etc.) que na sua maior parte era resgatado por estrangeiros e mouros.

Propõe ao rei o envio de religiosos, à media de um sacerdote por cada mil negros pagos por estes sem encargo algum para a fazenda régia, denunciando a condição em que os negros eram tratados sob pena de não se conseguirem manter as minas.

Sugere que o governo de Moçambique se apartasse do de Goa, instituindo-se uma nova Índia, cuja região se alargaria desde o cabo das palmas até o mar vermelho.

O vice-rei para aí escolhido estaria integralmente autónomo da jurisdição do de Goa, podendo assim dar maior acompanhamento às minas e tratar do seu empreendimento com diligência, não se permitindo a entrada de estrangeiros. Haveria igualmente benefícios em quem recebesse a mercê de Sofala, (10 cruzados por ano) passando o rei a adquirir o quinto de todas as mercadorias que entrassem e saíssem daquele Estado.

Salvador, consciente das possibilidades que se podiam oferecer na exploração e povoamento do Monomotapa, partindo de Angola, aventa a hipótese desta travessia, na qual precisaria de três a quatro embarcações e de mais duas caravelas carregadas de casais oriundos das ilhas e do Brasil com mineiros, ensayadores, e maiz officiaes e materiaes, ferramentaz, resgatez, munições, falcoez ou pessoaz de campanha.

Em consulta ao Conselho Ultramarino de 12 de Fevereiro de 1656, fala-se nesta mesma expedição, nos seguintes termos:

"He de parecer este Conselho que Vossa Magestade havendo cabedal para mandar fazer esta jornada se faça com tres embarcações sufficientes para aquelles portos e estas levem cada huma dellas duzentos cazaes de gente voluntaria que quizer hir de entre Douro e Minho e das Ilhas que vão para povoar e que a Angola vão outros dous navios a levar quatrocentos infantes os quaes hajão de ficar naquella praça trocados por outros tantos daly já feitos a terra que hão-de marchar com a guerra preta daquelle reyno ate lhe darem com a nossa gente que esta naquellas cabeceiras dos Rios de Cuama (...) Estes cinco navios poderão ser fretados os tres e os dous de Angola dos velhos de Vossa Magestade poderão levar a gente deste reyno e passar pelo Brazil donde tambem se podera trocar alguma refazer de mantimentos e refrescar (...) e Vossa Magestade

⁵ Filho do 3º Conde da Feira, prestou serviço na Índia durante 9 anos. "Foi em 1601, capitão de Columbo; em 1602, de Ormuz; em 1606, era capitão-mor de Armada do Malabar; em 1610, "capitão geral da conquista de ouro e prata dos reynos de Monomotapa"; em 1612, capitão-geral" de toda a gente de guerra da fortaleza de Moçambique e dos reinos de Monomotapa". Em 1613, foi substituir como "General e vize-rei da conquista de Ceilam" a seu (...) parente D. Jerónimo de Azevedo, quando este foi para Vice-Rei da Índia.» citado por Souto, A. Meyrelles de, "Hystoria dos Cercos Que os Olandeses puzerão à Fortaleza de Mozambique o Anno de 607 e 608"(introdução e notas), In *Stvdia*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, n.º 12, 1963, pp134-135.

Em 1630 reclama a capitania dos Rios para se prosseguir a conquista do Monomotapa.

⁶ No documento Dom João pay de Vossa Magestade, referindo-se a D. AfonsoVI.

pondo Governador naquellas partes ou Viso Rey ordenando que este exercito que há-de ir por terra despois que se haja ajuntado com os nossos naquellas cabeceiras dos Rios voltem para a costa de Angola (...) O custo deste entabolamento pois não he justo chamar-lhe descobrimento pois são publicas as noticias considera este Conselho que não chegara a 100 cruzados (...) e que este Conselho procure os meyo e pessoas” o rei responde que “O Conselho faça diligencia por pessoas e mas aponte com os meyo de que se podera tirar o necessario para esta empreza”⁷.

Para D. Afonso VI poderia ser uma oportunidade da fazenda real deixar de gastar anualmente 24 a 25 contos de reis na transferência dos refugiados de Tânger para o Algarve em condições miseráveis fazendo-lhes a mercê de officios e entregando-lhes aldeias de negros das quais seriam seus senhores, evitando assim a fome e o desespero e deslocando essas quantias para a dita jornada ao mesmo tempo que o rei deixaria de gastar entre 10 ou 18 contos para a sua permanência em terras algarvias.

Segundo Salvador dever-se-ia procurar encontrar o itinerário entre Angola e Monomotapa que oferecesse melhores condições de segurança, rapidez e proximidade porque a menos de 150 leguaz de caminho se de com az minas principaez nas quaez os negros não consentem cheguem os portugueses pelos Rios de Cuama e indo por elles acima com az voltaz e caminhos por terra vem a ser mais de duzentas.

Mencionando a sua permanência em Angola enquanto governador diz ter enviado 30 homens com o cabo Pedro Cassabe o qual informou que as terras seriam em muito semelhantes às de Portugal⁸, devendo o rei nomear pelo período de seis a nove anos pessoa que continuasse a campanha com plenos poderes, tais como: disposição das marchas por terra, regimentos de novas povoações e fortalezas e prevenções de mantimentos, tal como o haviam feito os seus antecessores D. Estevão de Ataíde⁹ e D. Francisco de Sousa¹⁰.

Os critérios que levaram Salvador a propor esta expedição por Angola, prendiam-se com a necessidade em se atingirem as tão almejadas minas de ouro e de se saber que os negros de Angola comunicavam com os dos rios de Cuama como se verifica por Pedro Cassabe, lhe ter trazido um chapéu e um cobertor resgatado dos mesmos.

A morte de D. João IV viria a marcar decisivamente o fim desta empresa.

Notas Biográficas

Nascido em Cádiz em 1602¹¹, filho de Martim de Sá e de D^a Maria de Mendoza y Benevides, embarca para o Brasil, aos 13 anos, juntamente com o seu pai.

Ao que parece estudou no Colégio dos Jesuítas de São Paulo, bem como no de Santo Antão de Lisboa. Com apenas 16 anos recebe o hábito da Ordem de Santiago,

⁷ Brásio, Padre António *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental*, vol XII, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1981, pp.5-10.

⁸ Exagero linguístico, que pretendia provavelmente induzir o Rei a apoiar a jornada.

⁹ Capitão da Fortaleza de Moçambique (1607-1610). Conquistador das Minas de Monomotapa. Defende Moçambique contra os ataques holandeses de 1607 e 1608.

¹⁰ Governador geral do Brasil (1591-1602).

¹¹ Boxer, Charles Ralph, *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*, 1602 -1686, University of London, London, 1952.

Cadornega coloca o local e data do seu nascimento no Rio de Janeiro em 1594, bem como Afonso Côrte Real.

conseguindo trocá-lo mais tarde pela comenda de São Salvador da Lagoa, no arcebispado de Braga e na Ordem de Cristo.

Em Março de 1625, consegue a sua primeira vitória contra os holandeses em defesa da capitania do Espírito Santo, tomando parte na reconquista da cidade de São Salvador, dois meses mais tarde¹².

Em 1627, é-lhe atribuída a nomeação vitalícia da alcaidaria-mor da cidade de São Sebastião (Brasil).

Entre 1630 e 1635, confronta-se com os Índios Paiaguás e Guaicurus do Chaco e contra os Calchaquis do Tucumã. Atravessa os Andes no sentido de ir a Potosi¹³, regressando a Tucumã com socorros necessários para esses confrontos.

Casa com uma viúva rica de Tucumã, filha de importante família crioula, de nome Catharina de Ugarte e Velasco.

Consta que terá regressado a Espanha em 1636, onde esteve na corte em Madrid.

Em Setembro de 1637, toma posse do governo da capitania do Rio de Janeiro.

D. João IV é aclamado no Rio de Janeiro, por Salvador de Correia de Sá e Benevides em Março de 1641, ao que parece sob a pressão dos Jesuítas¹⁴.

Dois anos depois este regressa a Portugal onde se encontrou com D. João IV, em Évora. Torna-se membro do Conselho Ultramarino em 1643¹⁵.

Salvador Correia de Sá e Benevides participou na guarda de embarcações comerciais entre Portugal e Brasil. Este sistema de

comboios foi inaugurado em 1645 para a Baía e Rio de Janeiro.

Em 1647, ocupa o cargo de Governador de Angola até Março de 1652, todavia só chegaria em Julho do ano seguinte, com a sua armada do Rio de 15 embarcações, trazendo ordens secretas para recuperar Luanda. O Brasil concorreu com a quantia de 60 mil cruzados para esta empresa.

Não obstante o fracasso em Quicombo, isso não o impede de avançar em direcção à fortaleza de S. Miguel, em Luanda, obrigando à rendição dos holandeses ainda que levasse instruções para criar uma fortaleza e uma feitoria em Quicombo, afim de coadjuvar no tráfico de escravos e assistir a guardião de Massangano.

Afastada a ameaça holandesa era importante reatar o comércio com o interior. Salvador Correia de Sá e Benevides retorna com novos carregamentos de escravos. Ainda constituiu uma armada de inspecção apoiada por cinco galés. Ordenou a construção de pirogas indicadas para a navegação do Quanza a fim de garantir o provimento periódico e assíduo dos mercados de escravos.

Criou um imposto complementar de 3\$000 reis sobre cada escravo por forma a compensar o empréstimo do Brasil e outras despesas. Estávamos assim perante dois direitos: o direito velho arrendado aos contratadores de 4\$000 reis e o direito novo cobrado pelo povo e pela câmara de Luanda de 7\$000 reis¹⁶.

¹² Boxer, Charles Ralph, "Salvador Correia de Sá e Benevides" In Serrão, Joel (direcção de), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, pp.400-401.

¹³ Riquíssima cidade da prata na América espanhola.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, pp.400-401.

¹⁵ Caetano, Marcello, *O Conselho Ultramarino*, esboço da sua História, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1967, pp.49-50

¹⁶ Esteves, Maria Luisa, «Os Holandeses em Angola. Decadência do comércio externos e soluções locais adoptadas» In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º 52, 1994.

Fazia parte dos planos do governador restaurar este mesmo comércio com Buenos Aires. Tratava-se de chegar ao tão desejado mercado de prata espanhola¹⁷, acabando por ver os seus objectivos concretizados.

Para a restauração de São Tomé são enviadas duas naus com a finalidade de reconquistar a ilha. Os holandeses temendo o poder de Salvador Correia de Sá e Benevides aproveitam a boleia dos holandeses que vinham fugidos de Luanda¹⁸.

Em 1649, Salvador Correia de Sá e Benevides estabelece um tratado de paz com o rei do Congo.

Três anos depois, regressa ao Rio e em Maio do mesmo ano funda o colégio jesuíta de S. Miguel, em Santos. Chega a Lisboa em Outubro com a armada brasileira.

O seu regresso ao Rio dá-se em 1659 com o título de Governador e Capitão-General da repartição do sul. Antiga aspiração sua a que D. João IV nunca acedeu mas que o viria a receber pela rainha regente.

No ano seguinte parte numa segunda expedição à Serra das Esmeraldas, infelizmente fracassada.

A população do Rio revolta-se contra ele e sua família, acusando-os de corrupção e tirania. Contudo com a recusa dos Paulistas em se unirem à rebelião, Salvador Correia de Sá e Benevides, retoma o Rio em 1661 e ordena a execução de um dos líderes da insurreição, Jerónimo Barbalho, o que não terá caído bem junto da Corte portuguesa

que ordena o seu regresso a Portugal, tendo sido substituído por Pedro de Mello, em 29 de Abril de 1662.

Posiciona-se ao lado do Conde de Castello-Melhor caindo mais tarde em desgraça junto do Príncipe Regente, ocasionando a sua prisão na Igreja de S. Roque e o exílio de alguns dos seus filhos. Mais tarde reocupa, inclusivé, o seu cargo de Conselheiro Ultramarino, por influência dos Jesuítas do Colégio de S. Roque.

Defendia a criação da colónia de Sacramento e o aumento da fronteira brasileira até às margens do Rio da Prata.

Em 1674, os seus filhos mais velhos recebem amplas propriedades no Brasil.

Curiosamente oferece-se para dirigir uma campanha de Angola a Pate, em 1678, para conter o motim do seu Sultão. O que não foi aceite, neste homem que já contava com 76 anos de idade.

Viria a falecer cerca de 1681/1682.

Senhor

1. Da parte de Vossa Magestade se me pergunta as noticiáz que tenho da Ethiopia, e porque começando no Cabo daz Palmaz, e acabando no Mar Vermelho, em que se incluem a Mina, Angolla, Rios de Cuama, e Moçambique, que he o que convem para se conseguir esta conquista darey az razões por mayor o que será necessario para Vossa Magestade ter neste territorio mayor impe-

Esteves, Maria Luísa, «Para o estudo do tráfico de escravos de Angola (1640-1668)» In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º50, 1991.

¹⁷ Esteves, Maria Luísa, «Para o estudo das relações comerciais de Angola com as Índias de Castela e Génova no período da Restauração (1640-1668)» In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º51, 1992.

¹⁸ Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* (1640-1750), 2ª edição, Vol. V, Editorial Verbo, Lisboa, 1982.

rio, que o daz Indiaz e de Castella, e de mayor rendimento para esta coroa, de que hoje goza por se não tratar da conquista, povoação, e entabolamento de tão ricaz minas como ha nestaz partez.

2. Respondendo as noticiaz são tantaz, assy pelo lido como pelo exprimentado que a nenhum vassallo de Vossa Magestade darey ventagem. Ha nestaz partes muitaz minaz de ouro e se achou já pedaço de trez mil maticaez que de nossa moeda vem a ser trez mil dobroez e outro de mil e os negros moem az pedraz com pouca experiencia e tirão dellas quantidade de ouro e os portuguezes e mouros lho resgatão todos os annos em quantia de hum milhão e meyo e douz como consta do Diário do Conde de Linharez emformações que se mandarão a El Rey de Castella poucos annos antez da feliz aclamação deste reino.

3. Da mesma informação e de hum livro que imprimio Dom João intitullado Ethiopia Oriental consta haver minaz de prata de tam grande rendimento que de huma arroba de pedra se tira meya de prata e testemunhão no dito Diário haver-se tirado dellaz quantidade de que se fez pagamento à infantaria e tambem ha noticiaz de haver feito experiencia neste reino de huma pedra que mandou Dom Nuno Alvarez Pereira e de vinte e quatro onçaz se tirarão doze de prata (cujoz pa-peiz dizem tem Luiz Cezar de Menezes seu sobrinho) e por outraz informações e huma petição que o Padre Manuel Francisco Gaspar de Macedo¹⁹ deo em 4 de Septembro de 1654 ao Senhor Rey Dom João pay de Vossa Magestade consta quazi o mesmo e todos depoem haver muito cobre, tambaca,

ferro, estanho de todo genero muito farto de mantimentos e que os da europa lhes dão com perfeição e permente o trigo. Ha muita abundancia de peexe pelas costaz e por os Rios muitaz cassaz comestiveis muitos ellefantez de que se tira cantidade de marfim, muitoz gattos de algallia e naquellas costaz se da tambem cantidade de ambar de todos estez generos levão a mayor parte os estrangeiros e mouros e allem do dano que fazem a esta coroa he grande o que se segue a christandade semeando a herezia e ley de ma fama. (Fl.1v)

4. Respondendo a segunda pergunta, que he o que convirá para se povoar e entabolar az minaz (digo senhor) que eu restau-rey Angola, e a povoey quatro annos, digo governey, e tomey todaz as noticiaz possiveis daquellez certãos, e por não cançar a Vossa Magestade não relatarey pormenor, o como se deve fazer esta conquista, e os grandez fundamentos que ha para vir este novo estado, e por mayor digo o que entendo debaixo do juramento de conselheiro de Vossa Magestade a maiz de vinte annos, e a maiz de trinta e seiz de governador por seis vezes, general sinco, conquistador, e com grandez noticiaz de certãos, de navegações, por rios, e daz minaz de Potosim aonde fui por ellez, do modo de sua lavoura que não ha fidalgo neste reino que o tenha visto, e do trato dos Indios, e repartição no trabalho, couza tão necessaria, que não se poderão conservar az minaz, senão se praticar a conservação dos negros na forma que por grandez ministros secular e ecclesiasticos se fez naquellaz partez das Indiaz, e sem os captivar, e só vassalando-os na forma apontada.

¹⁹ Dominicano, ligado a Diogo de Sousa de Menezes, foi um dos clérigos de Manica, transmitindo informações sobre as riquezas auríferas do território e em que circunstâncias se processava o resgate.

5. A primeira couza que Vossa Magestade deve mandar ha-de ser quantidade de religiozos, e clérigos para se repartirem a cada mil negros hum sacerdote que os doutrine, e a estez pagarão cada anno os mesmos negros na forma que se faz nas Indiaz sem a Fazenda Real ficar obrigada a pagar vigairos, porque deste ponto depende o serviço de Deos, e o de Vossa Magestade como declararey quando Vossa Magestade seja servido, e az mais razões que aponto por mayor que se executarão por menor.

6. Deve Vossa Magestade mandar passar patente à pessoa que houver de ir de Vizo Rey do Cabo daz Palmaz athe o Mar Vermelho com título de Nova India a exemplo, a exemplo de que se fez nas Indiaz de Castela, donde há Viso Rey dos Pirú, e de Nova Hespanha, e officiaez duplicados, e allem da utilidade que se segue que se povoar, e entabelar az minaz, he grande a deter Vossa Magestade com que premeiar aos vassallos que o servem porque confio em Deos que com az felecidadez que estamos exprimentando cada ora daz armaz de Vossa Magestade havemos ter paz em brevez diaz, e Vossa Magestade tem feito tantaz merces neste reino, e ha tantos nelle a quem se devão fazer que convirá esta prevenção de que se segue ser Vossa Magestade o mayor monarcha da cristandade, e ter com que premeiar a seuz vassallos. (Fl.2)

7. Seguesse a estaz convenienciaz a de poder obrar o ministro que Vossa Magestade mandar sem dependencia de jurisdicçãoz

do Vizo Rey da India que não ve estaz partez necessitando a povoação dellaz e entablamento daz minaz de sua assistencia e não consentir nestaz costaz os estrangeiros e não indo nesta forma sera enfacetuoza a dezpeza que se fizer como a experiencia tem mostrado em setenta ou outenta annos que ha que se governão pelo estillo que agora estas e outraz razões pudera dar (como tenho dito) e o não faço por menor por não alargar este papel.

8. O principal fundamento desta jornada he o apontado que sendo Vossa Magestade servido que nesta forma se faça não pode haver duvida que pondere a utilidade pois havendo exemplo das Indiaz o fizerão os reys antecessores de Vossa Magestade no Brazil em tempo de Dom Diogo de Menezes²⁰ e D. Francisco de Souza e ultimamente com Francisco Barretto²¹ e commigo separando aquelle estado em dous governos.

9. Para evitar a duvida dos providos em Sofalla sera Vossa Magestade servido mandar que az pessoaz a quem tiver feito merce da fortaleza se lhe dem 10 cruzados todos os annos do rendimento deste novo estado que no seu trienio virão a cobrar 30 cruzados porque alguns vendem esta fortaleza e se lhe segue a utilidade de não necessitar de buscar compradorez e lhe vem todos os annos a este reino com o thesouro de Vossa Magestade e todaz as utilidadez que ellez tinhão ficarão para a Fazenda Real assy nos quintos que hande pagar de tudo que entrar e sair daquelle estado como daz

²⁰ Governador geral do Brasil (1608-1612). Tomou a capitania de Moçambique em 1632.

²¹ Mestre-de-Campo-General Francisco Barreto de Menezes, militar que em 1640 fizera parte na jornada do Rio Grande do Norte à Baía e que chefiara em seguida um corpo de cavalaria nas guerras do Alentejo. Capturado no Recife pelos holandeses, fugiu em 1648. Auxiliado pelos mestres-de-campo André Vidal de Negreiros e Fernandes Viêira, obtém a primeira vitória nesse mesmo ano obrigando estes a regressarem ao Recife, com parte do seu exército destruído.

Em 1649, aconteceu a segunda vitória nos montes Guararapes que modificou toda a conjuntura militar e viria a tornar irreversível cinco anos mais tarde a expulsão dos holandeses.

crecença de caza da moeda que valendo huma outava de ouro em po hum cruzado havendo de tirallo em moeda vem a Fazenda Real a avançar maiz de trez por hum e se abre o comercio para de todaz as partez poderem os vassallos de Vossa Magestade com a licensa que lhes permitir meter suaz fazendaz e tirar a prata e ouro em moeda e aos que tirarem em outro modo lhe para Vossa Magestade lhe pora Vossa Magestade a pena que lhe parecer e os maiz generos poderão tirar livremente pagando os quintos e a ordem para bater moeda levey eu já duaz vezes.

10. Az maiz pessoaz de capitaez, ministros reaez, hospetaes e ministros da Igreja a quem Vossa Magestade tiver concedido algumas liberdades mandara que se lhe guardem ou se lhe paguem em forma que não tenham queixas (Fl. 2v)

11. A jornada se pode fazer com trez ou quatro navios de Vossa Magestade.

12. A Infantaria toda que puder ser sera melhor e entre ella todos os l.....l a) deste reino que não tiverem parte como em outraz occazioez se tem feito.

13. E porque o de que maiz se necessita naquelle estado he de gente que o povoem e assy o refferem todos os que tem escrito e as pessoaz de quem tomey noticiaz convira muito que allem destaz trez ou quatro embarcações de Vossa Magestade que hande ir com a Infantaria vão duaz outras caravellas ou pataxos carregados de cazaiz das ilhaz e do Brazil.

14. Tambem será muito conveniente a esta povoação e e ainda à fazenda de Vossa Magestade da qual se gastão 24 ou 25 contos de reis todos os annos com as familiaz que sahirão de Tangere, e estaz no Algarve passam discomodos, e fazendo-lhez Vossa

Magestade algumas merces de officios para aquellas partes, e ordem ao Vizo Rey para que lhe reparta az aldeyas dos negros com que em chegando serão logo senhores, e terão que comer e quando não quizerão ir todos se o ministro que Vossa Magestade mandar os souber agazalhar tenho por infalivel irá a mayor parte de que se seguem duaz conveniencias huma deixar este gasto todos os annos que pelo menos serão 10 ou 18 contos, segundo poder-se aplicar a consignação desta quantia a esta jornada, e povoar-se aquella conquista de gente nobre que he o principal.

15. Convira que Vossa Magestade nomee a pessoa que houver de ir a esta jornada para que solicite o necessario para ella, mineiros, ensayadores, e maiz officiaes e materiaes, ferramentaz, resgatez, muniçãoz, falcoez ou pessoaz de campanha, e em rezolução o que for necessario para se conseguir o entabolamento deste novo estado.

16. E porque se pode reparar na jurisdicção que lhe signallo do Cabo daz Palmaz athe o Mar Vermelho que tudo he terra firme e nossos inimigos se vão apoderando dela por não ter oppozição convem ao serviço de Sua Magestade que por esta razão e pela dos portos e comercio de uma parte a outra do Cabo da Boa Sperança por terra se facilite o caminho que está por descobrir mennos de cem leguaz em razão do que temos descuberto por Monomotapa e pelo reino de Angolla não havendo de hum mar a outro nestez certãos maiz que trazentas leguaz e estas decubertaz e povoadoz maiz de cem leguaz pela terra dentro daquella parte de Sofalla e maiz de outraz cem (Fl.3) pela de Angola donde ha muitos portos para tudo o genero de galeões e escuzasse dobrar o cabo e baixos que ha entre a ilha de Sam

Lourenço e Moçambique e o haver-se de fazer comercio em trez generos de embarcações grandes para ir deste reino a Moçambique pataxos para ir entre os baixos ás bocaz do Rio de Cuama almadias e embarcações que não podem navegar pelo mar largo por serem chatas para irem pelos rios assim e por Angolla (como fica dito) não he mais que huma navegação muito mais breve, mais segura, com menos riscos e muito mais perto porque a menos de 150 leguas de caminho se de com as minas principaes nas quaez os negros não consentirem cheguem os portuquezes pelos Rios de Cuama e indo por elles acima com as voltas e caminhos por terra vem a ser mais de duzentas quando os metaes chegam á borda do mar as bocaz daquelle rio. E depois sessenta leguas a fortaleza de Moçambique sendo naquellas costas a terra doentia com que ordinariamente falta a gente do mar o que não succede na costa de Angolla com tanto excesso.

17. Tambem por esta parte de Angolla se consegue huma grande conveniencia para conquistar aquelle grande imperio que he o conduzir cavallos de que aquelle gentio tem tanto medo que se persuadem a que são animaes que se partem pelo meyo quando hum homem se apea e intentando eu quando governey Angolla ter noticia de Sofalla mandey trinta homenz e por cabo Pedro Cassabe o qual levou hum cavallo e era tanto o medo daquelle gentio em o vendo que com sernumento tam pequeno e os alarvez infinitos não se atreverão a lhe fazer dano e me trouxe hum cobertor e hum chapéo que os negros tinham resgatado no Rios de Cuama dizendo que a comonicação a estorvava hum grande rio e que as terras erão temperadas como as de Portugal e achara nellas muitas bonimas e ervas do campo das

da europa e querendo mandar segunda vez a este descubrimento me foi successor e por escuzar semelhante acontecimento deve Vossa Magestade de conceder a pessoa que nomear o tempo de seis ou nove annos e que por sua falta possa nomear a pessoa que lhe parecer para continuar como se concedeo a D. Estevão de Atahide para esta jornada e a D. Francisco de Souza e amy concedendo Vossa Magestade tambem as merces, regimentos que a estes trez ministros se derão pois (Fl.3v) forão fundadas para estas e aquellas minas e para conduzir gente a ellas.

18. A disposição das marchas por terra trocando a gente com a costumada aos climas das povoações e repartir as embarcações humas pelo andar de armada e outras para virem e so cabedal e este reino regimentos novas povoações e fortalezas descobrimentos de Rios prevenções de mantimentos assy na costa do ame como nas paragens de terra são todaz cousas que ha de ficar á disposição da pessoa que Vossa Magestade mandar.

19. E pello mapa que com este aprezentado de demonstração daquelle tyrreno e noticiaz certaz que ahe o presente temos vera Vossa Magestade a importancia desta jornada. E pello zelo que sempre tive do augmento desta coroa pesso (postrado aos reaes pees de Vossa Magestade) e que entre as mais felicidades este reino se lança mão desta que não duvido sua assim pois quem com tanto desvelo trata dellas deu principios a este negocio que pelo a Vossa Magestade não se perdendo o tempo que he de qualidade que pode aventear-se muito a todaz as que Vossa Magestade logra conseguindosse grandes riquezas e por esta cauza cessarem todaz as contribuições.

a) Palavra com borrão.

- Almeida, Luís Ferrand, "A data da morte de Salvador Correia de Sá" In *Revista Portuguesa de História*, Tomo VIII, 1959-1961.
- Boxer, Charles Ralph, *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, University of London The Athlone Press, London, 1952.
- Boxer, Charles Ralph, "Salvador Correia de Sá e Benevides" In Serrão, Joel (direcção de), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.
- Branco, Fernando Castelo, "Salvador Correia de Sá e Benevides" In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1985.
- Brásio, Padre António *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental*, vol XII, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1981.
- Cadornega, António de Oliveira, *História Geral das Guerras Angolanas* (anotado e corrigido por José Matias Delgado), 3 Tomos, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1972.
- Caetano, Marcello, *O Conselho Ultramarino*, esboço da sua História, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1967.
- Côrte-Real, João Afonso, "Salvador Corrêa de Sá e Benevides. De Governador das capitãncias do Sul do Brasil a Restaurador de Angola", In *Revista Independência*, nº 17, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Braga, 1957.
- Disney, Anthony, "Famine and famine relief in Portuguese India in the sixteenth and early seventeenth centuries", In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, nº 49, 1989.
- Esteves, Maria Luisa, «Os Holandeses em Angola. Decadência do comércio externos e soluções locais adoptadas» In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, nº 52, 1994.
- Esteves, Maria Luísa, «Para o estudo das relações comerciais de Angola com as Índias de Castela e Génova no período da Restauração (1640-1668)» In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, nº 51, 1992.
- Esteves, Maria Luisa, «Para o estudo do tráfico de escravos de Angola (1640-1668)» In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, nº 50, 1991.
- Lessa, Clado Ribeiro de, *Salvador Correia de Sá e Benevides: vida e feitos, principalmente no Brasil*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.
- Mesquita, Adelaide Sofia D'Azevedo Moura de, *A História da província de Moçambique durante a Restauração*, (tese de Licenciatura), Vol. II, F.L.L., Lisboa 1965.
- Norton, Luís, *A Dinastia dos Sás no Brasil*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1943.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1640-1750)*, 2ª edição, Vol. V Editorial Verbo, Lisboa, 1982.
- Souto, A. Meyrelles de, "Hystoria dos Cercos Que os Olandeses puzerão à Fortaleza de Mozambique o Anno de 607 e 608"(introdução e notas), In *Stvdia*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, nº 12, 1963.

Os bens móveis da Misericórdia de Vila Viçosa em 1764

Maria Marta Lobo de Araújo *

O estudo da relação dos bens móveis da Misericórdia de Vila Viçosa de 1764 foi possibilitado pela existência de um inventário elaborado nesse ano, “por ordem de Sua Magestade Fidellissima que Deos guarde, intimado pelo seu Secretário de Estado o Illustrissimo Senhor D. Luís da Cunha”¹.

A elaboração de róis era frequente nas Misericórdias, sendo mesmo uma prática anual de muitas destas confrarias. O regimento de 1512 do hospital das Caldas determinava “que em cada hum anno quando o dito espiritual acabar de curar se faça hum inventario de todos os beens moves que na dita igreja e espiritual ouver”². Contudo, a Santa Casa de Vila Viçosa não seguiu o princípio de recensear anualmente os seus bens móveis,



Altar do hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa

* Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

¹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (doravante ASCMVV), *Este livro a de [sic] servir de inventário dos bens móveis da Casa de quando se a de [sic] de fazer carga ao Tizoureiro na forma do disposto no compromisso*, n.º 85, fl. 1.

² Silva, Fernando Correia da, “Compromisso do hospital das Caldas dado pela rainha D. Leonor sua fundadora em 1512”, in *O Instituto. Revista Científica e Literária*, 4.ª série, vol. 80, 9, 1930, p. 114.

como fizeram algumas das suas congéneres³. O único rol completo que elaborou foi em 1764, tendo feito entre 1586 e 1588 apenas róis das enfermarias e em 1634 elaborado um outro, mas centrado apenas nos bens existentes nas enfermarias e na cozinha. O inventário de 1764 é, portanto, o único rol de bens completo existente nesta Misericórdia até 1800, facto que lhe confere alguma singularidade e que pode estar relacionado com a forte ligação desta confraria à Casa de Bragança e com a presença dos duques em Vila Viçosa, até 1640.

Os duques de Bragança foram os seus principais benfeitores e mesmo depois do duque D. João II, rei D. João IV, ter partido para Lisboa onde assumiu a Coroa, manteve-se fortemente interessado no percurso da Santa Casa, continuando a emitir ordens para a Mesa, demonstrando que a distância e os negócios do Estado não o impediam de continuar a acompanhar uma instituição que tanto estimava.

A ligação da Casa de Bragança à Misericórdia era muito antiga, provavelmente relacionada com a sua fundação e consubstanciada não apenas na pertença dos seus membros masculinos, mas também nas muitas dádivas de esmolas que os duques e as duquesas lhe fizeram e numa intervenção permanente nos seus desígnios. Por isso, qualquer problema que surgisse relacionado com os bens existentes era solúvel pelo pa-

recer do duque, que se tornava ordem para os irmãos da Santa Casa⁴. Depois de 1640, os confrades procuravam agora ajuda na Coroa para a resolução dos problemas mais complicados e, quando não, relançavam as antigas determinações dos duques, demonstrando a permanência do poder da Casa de Bragança na Santa Casa.

Como as Mesas eram anuais, a elaboração de róis tinha por objectivo a conservação dos bens da instituição, responsabilizando o mordomo da Mesa que anualmente estava encarregue desta ocupação. Este recenseamento procurava controlar o capital móvel da confraria, numa responsabilização directa do mesário que superintendia este sector.

Em Vila Viçosa cabia ao tesoureiro coordenar a distribuição dos bens móveis pelos diferentes sectores e contribuir para a sua preservação, mantendo-se vigilante sobre o desempenho dos assalariados, no tocante aos objectos e bens móveis da confraria. Este mesário devia zelar por "todas as rendas e fazendas dela assim móveis como de raiz e dinheiro"⁵. Para este lugar, os mesários da Santa Casa escolhiam entre si um irmão nobre que fosse abastado, de boa consciência e diligente, de forma a que cuidasse destes bens e a sua situação financeira o desencorajasse de qualquer acto menos próprio de um homem da sua qualidade.

³ Para a Misericórdia de Coimbra veja-se Silva, Armando Carneiro da, "Um inventário seiscentista da Misericórdia de Coimbra", in *Revista Munda*, Coimbra, 1985, n.º 9, pp. 40-45.

⁴ A presença física dos duques na vila facilitava os processos de decisão marcados pelo conhecimento pessoal dos principais intervenientes. Sobre este assunto consulte-se Cunha, Mafalda Soares da, "Práticas de poder senhorial à escala local e regional (fins do século XV a 1640)", in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do poder local [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 144-148.

⁵ ASCMVV, Compromisso de 1577, livro n.º 22, fl. 13v.

Depois de receber a ordem de Sua Magestade, o provedor, Inácio João Viegas Lobo Correia da Ponte, ordenou a elaboração do rol, o qual se encontra ordenado da seguinte forma: em primeiro lugar surgem os bens existentes na sacristia, destacando-se apenas as imagens e outros objectos de culto, em seguida os objectos existentes nas enfermarias e por último os bens da cozinha e do celeiro.

O presente trabalho pretende conhecer por dentro a Santa Casa de Vila Viçosa na segunda metade do século XVIII, através dos seus bens móveis, procurando analisar comparativamente o investimento feito em cada sector da confraria.

A análise dos bens móveis da Santa Casa de Vila Viçosa, em 1764 carece de um esclarecimento prévio que possibilita um melhor enquadramento e justifica a falta de investimento nos sectores da Casa em análise.

O maior benfeitor da Santa Casa foi, até 1800, a Casa de Bragança, Coroa a partir de 1640. Porém, em 1757, o monarca determinou a suspensão de todos os pagamentos feitos pela Junta da Sereníssima Casa de Bragança, até os beneficiários apresentarem documentação justificativa das benesses recebidas. Esta determinação abalou a Santa Casa que se movimentou junto do monarca para continuar com a deferência de que sempre gozara. Os anos de 1757 e 1758 foram pagos mesmo sem comprovação,

apesar das diligências feitas pelos irmãos, mas continuou em atraso o de 1756. As dificuldades avolumavam-se e, em 1762, o Almojarife não efectuou a totalidade do pagamento, alegando falta de verbas. Em 1764, o Almojarife tinha mudado, iniciando-se um processo de passagem de responsabilidades, que obrigou a Santa Casa a recorrer aos tribunais. A confraria ganhou esta questão, mas viu-se obrigada a reforçar o seu plantel de juristas e a gastos que não lhe eram convenientes.

Em 1770, a Misericórdia ainda não tinha o problema resolvido, porque não conseguia enviar a documentação solicitada pela Coroa, justificando as mercês que recebia com o pio zelo dos duques⁶. Ao atraso no pagamento dos foros e pensões, juntava-se a diminuição das receitas provenientes dos peditórios e dos enterros, a que se associava uma queda acentuada nos legados, um aumento substancial dos enfermos tratados no hospital da Santa Casa, descontrolo nas contas, despesa acentuada em alguns sectores e corrupção nos processos eleitorais⁷. Muitas Misericórdias foram obrigadas a alienar património no século XVIII para fazer face às crescentes despesas⁸. Os tempos eram de preocupação e a análise dos bens móveis da Santa Casa demonstra a contenção orçamental que nesta altura se vivia nesta instituição, evidenciando mesmo o desinvestimento de que sofriam alguns sectores.

⁶ Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 149-152.

⁷ A Misericórdia de Vila Viçosa não possui documentação que possibilite estudar as despesas da instituição senão para alguns anos. Estamos, por isso, impossibilitados de conhecer as despesas efectuadas no tratamento de doentes e avaliar os sectores que absorviam maiores receitas.

⁸ Consulte-se sobre esta matéria Sá, Isabel dos Guimarães, "A assistência: as Misericórdias e os poderes locais", In Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do poder local...*, p. 139.

A análise dos objectos da cozinha aponta para a existência apenas do essencial e denuncia alguma precaridade, por exemplo, nos “tachos velhos” que ainda estavam em serviço e nos “totalmente incapazes”. Os tachos eram mais os que se encontravam “velhos” e “incapazes” do que os que estavam em bom uso (Cf. quadro 1).

O inventário dos bens da cozinha não faz lembrança das peças de louça, por serem consideradas “couzas que se quebram”. O facto de serem bens consumíveis faz pensar em peças de barro, que se partiam facilmente. A falta de menção ao seu número desculpabiliza a/o cozinheira/o e os doentes, seus frequentes utilizadores, pelo seu desa-

QUADRO 1
Bens de Cozinha - 1764

OBJECTOS	NÚMERO	OBJECTOS	NÚMERO
Candeias a)	7	Caços c)	3
Espetos	10	Escumadeiras	2
Caldeirões de cobre	5	Bules de cobre	2
Temperes	2	Gato de ferro (?)	1
Panela de cobre	1	Fateixas	2
Almofariz	1	Balanças de concha	1
Tenaz	1	Balança sem concha	1
Ferras (?)	2	Pesos	8
Candeeiro para levar a comida aos doentes	1	Asados d) pequenos	3
Cadeira de ferro com fateixas b) para segurar o caldeirão	1	Pote de água	1
Tachos em bom uso	3	Mesa	1
Tachos velhos que ainda servem	4	Machados	2
Tachos totalmente incapazes	2	Enxada	1
		Picareta	1
		Cutelos	2
		Toalha	1
TOTAL			72

Fonte: ASCMNV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, n.º 85, fls. 6-7.

a) Utensílios que servem para iluminar.

b) Utensílios para dependurar carne.

c) Colheres.

d) Vasos com asas.

parecimento. O barro não era o material empregue nestes bens em todos os hospitais. No hospital de S. Marcos de Braga, as tigelas e os pratos em que os doentes comiam eram feitos de estanho⁹.

O uso frequente da louça e a sua fraca qualidade estavam na origem do seu desaparecimento e obrigavam a gastos frequentes para se proceder à sua reposição. Só no ano de 1773, a Santa Casa comprou três cântaros, “duas coartas e huma tigela de fogo” e cinco panelas, desembolsando 330 réis¹⁰.

O material utilizado em alguns objectos da cozinha era o cobre (caldeirões, bules e panelas), mas desconhece-se, por exemplo, o material utilizado nos tachos.

Os objectos mencionados para a cozinha possibilitam imaginar um espaço dotado do estritamente necessário para a confecção das refeições dos doentes e dos presos e sem objectos em abundância.

A existência de cinco caldeirões aponta para uma base alimentar onde a sopa ocupava um lugar importante e um número avultado de doentes servido diariamente, embora saibamos que a dieta alimentar dos doentes deste hospital era variada. Apesar de desconhecermos a capacidade dos caldeirões, deveriam possuir dimensões consideráveis, tanto mais que apenas são referidas duas temperes.

Refira-se a menção a duas balanças e a oito pesos, objectos indispensáveis para pesar determinados alimentos, nomeadamente a carne e ainda a sete candeiras e a

um candeeiro, utensílios necessários para levar as refeições aos doentes, sobretudo à noite e muito necessários no Inverno.

Os apetrechos da cozinha estavam sob a responsabilidade directa da/o cozinheira/o. Quando a Santa Casa dispunha de uma cozinheira e uma lavadeira, cada uma destas mulheres tinha funções distintas. À primeira cabia cuidar e zelar pela cozinha, enquanto a segunda tratava de toda a roupa das enfermarias. Porém, em 1721 apenas uma mulher cumpria as duas funções. Esta estava obrigada a “guardar tudo e trazer tudo da cozinha muito limpo e guardar a roupa que lhe fosse entregue pelos depositários e andar limpos assim os lençóis e cobertores e mantas e mais coizas da cozinha”¹¹.

Nem todos os objectos mencionados na cozinha eram utilizados no hospital. A toalha era utilizada para servir o jantar aos presos e a enxada e a picareta serviam nos enterramentos. Como se constata, a distribuição dos objectos nem sempre estava de acordo com os espaços adequados. Nas enfermarias estava guardado um caldeirão de cobre que servia para transportar a água para a cozinha. A Santa Casa não dispunha de água canalizada. Servia-se de um poço que tinha no quintal adstrito ao hospital e pagava a um homem para transportar a água para a cozinha. Também no consistório se encontrava um cesto onde se levava o pão para as enfermarias e os sacos para o pão, que deviam estar na cozinha.

⁹ Castro, Maria de Fátima, *Assistência no Hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1700*, separata da “Revista Bracara Augusta”, vol. XLIV, 1993, p. 48.

¹⁰ ASCMVV, *Cadernos de receita e despeza 1772-1773*.

¹¹ ASCMVV, *Livro de Lembranças n.º 93*, fl. 234v.

Para além do mobiliário da cozinha, foram também inventariados os bens existentes nas seis enfermarias do hospital Real do Espírito Santo de Vila Viçosa: uma enfermaria das febres e outra das feridas, uma enfermaria para receber religiosos e gente nobre, outra para convalescentes e duas enfermarias dos males (boubas). As enfermarias dos males, situadas nos rés-dos-chãos, possuíam roupa própria, que não se devia misturar com a restante roupa dos doentes, sendo, por isso, objecto de uma menção particular.

O mobiliário das enfermarias era reduzíssimo e nem sequer foi mencionado o número de camas disponíveis para os doentes.

Os doentes podiam chegar ao hospital pelos seus próprios pés, de barco, serem transportados em carros de bois ou na cadeira da instituição. No hospital de Vila Viçosa competia ao campainheiro¹² transportar os doentes numa cadeira para o hospital. A cadeira era mobiliário da instituição, devendo permanecer nela guardada e ser usada quando necessário. Em Vila Viçosa era depositada na própria enfermaria, local para onde direccionava os enfermos que transportava. Mesmo que houvesse mais do que um enfermo a necessitar de ser levado para o hospital em simultâneo, haveria que aguardar a sua vez. A instituição só possuía

uma cadeira. Sublinhe-se, no entanto, que o hospital da Idade Moderna possibilitava ainda transporte gratuito aos pobres que estavam doentes e precisavam dos seus serviços, para além de uma alimentação cuidada e da cedência de roupa (em caso de necessidade).

O quadro 2 esclarece ainda sobre o número de barras existente e demonstra a capacidade de acolhimento deste estabelecimento hospitalar, mas não refere por exemplo o número de camas ou de colchões disponível para acolher os enfermos. O hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa era um estabelecimento de dimensões consideráveis, com capacidade para albergar várias dezenas de doentes simultaneamente. Refira-se ainda que os doentes nem sempre tinham direito a um leito. Poderia também verificar-se mais do que um doente por cama¹³. Esta situação era frequente assim como a de aumentar o número de camas nas enfermarias, quando se tornava necessário, fazendo crescer a capacidade de recepção de enfermos. Nestas ocasiões, os doentes ficavam ainda pior acomodados, mas o hospital tinha atingido o limite de acolhimento¹⁴. Os doentes poderiam ainda ficar deitados no chão a aguardar por cama¹⁵. O investimento feito no mobiliário hospitalar ao longo da Idade Moderna foi muito reduzido. Na Misericórdia da Baía, a

¹² O campainheiro era um assalariado da Misericórdia que estava encarregue de tocar a campainha pela vila quando a Casa enterrasse defuntos e pelas avé-marias de quarta e sábado, levar de comer aos presos, limpar a cadeira e zelar pela fogueira, varrer e limpar desde as portas das enfermarias até ao consistório e ainda guardar segredo dos assuntos da Casa.

¹³ Sobre as condições dos hospitais de Paris em finais do século XVIII leia-se Ackerkneth, Erwin H., *La médecine hospitalière à Paris (1794-1848)*, Paris, Payot, 1987, pp. 30, 35.

¹⁴ Confira-se Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, p. 385.

¹⁵ Para o hospital da Misericórdia de Setúbal consulte-se Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 97.

QUADRO 2
 Mobiliário das Enfermarias - 1764

OBJECTOS	NÚMERO
Cadeira para transportar doentes	1
Barras	89
Varões de ferro para os cortinados	19
Cadeiras de pau	2
Cortinas de damasco do altar de Nossa Senhora	2
Cortinas do mesmo altar	2
Toalhas do altar	2
Toalha de mãos	1
Mesa das enfermarias	1
Lampião do altar de Nossa Senhora	1
Vidro da lâmpada da enfermaria	1
Garrafas de vidro preto que servem dos medicamentos	4
Caldeirão de cobre que serve para tirar água do poço	1
TOTAL	126

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, n.º 85, fls. 6-7.

enfermaria dos incuráveis estava provida de catres sem colchões, apenas revestidos ocasionalmente de alguns lençóis¹⁶.

Quando chegavam ao hospital e de acordo com a doença de que sofriam, os doentes eram internados na enfermaria adequada. A divisão estabelecia-se entre a cirurgia e a medicina, sendo os doentes separados entre as enfermarias das febres e das feridas. Nas enfermarias, a divisão entre os leitos estabelecia-se com cortinas, criando a privacidade aos doentes.

Apesar do mobiliário existente nas enfermarias ser muito parco, proporcionavam-se aos doentes alguns cuidados, demonstrativos de preocupação com o seu bem-estar. O mobiliário integrava duas cadeiras para que os enfermos se pudessem sentar quando se levantassem. Existiam também duas mesas, onde se serviam as refeições e alguns objectos de vidro para guardar medicamentos.

Os restantes objectos estavam associados ao culto religioso. O hospital não servia apenas para curar o corpo, era um local que

¹⁶ Para a Misericórdia da Baía consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 233.

cuidava igualmente da alma¹⁷. A assistência prestada pelo hospital integrava serviços de cura à alma e ao corpo¹⁸. Para além da obrigatoriedade de se confessarem à entrada para o hospital, os doentes dispunham dos sacramentos da confissão, comunhão e da extrema-unção¹⁹. Assistiam ainda regularmente a ofícios religiosos, através de um altar que existia numa enfermaria. A localização do altar possibilitava que os doentes assistissem aos ofícios religiosos das suas camas. Afirmava Morais Sardinha que os “enfermos tem a casa adonde estão deitados tão vizinha do altar que abrindosse huã porta, ficão todos a vista do padre que dis a missa, para que assim o possão ouvir, como tem obrigação todo o christão”²⁰. Até ter construído a sua igreja por volta de 1568, era neste altar que a Misericórdia celebrava os ofícios divinos²¹.

Para a prestação dos serviços religiosos, o hospital necessitava de estruturas adequadas, tendo-se construído um altar numa enfermaria, possibilitando aos doentes assistirem ao culto religioso. No hospital de S. Marcos de Braga, existia mais do que um altar nas enfermarias e onde se celebravam missas diárias²².

Em 1564, Tomé Lobo, natural de Vila Viçosa e residente na cidade de Chaúl, ordenou no seu testamento a instituição de uma capela de missas diárias. Na ocasião em que redigiu o testamento não determinou o local onde se devia cumprir esta sua vontade, tendo deixado ao provedor da Misericórdia e a uma sua irmã a decisão. Ordenou apenas que a mesma se cumprisse na igreja de Santa Maria do Castelo, ou no “Santo Espirito”. A decisão foi a favor do Espírito Santo, sendo as missas celebradas no altar da enfermaria do mesmo hospital. Para celebrar as missas, Tomé Lobo ordenou que se escolhesse um sacerdote de “bom viver e boa consciência e muito pobre”, o qual era pago com moios de trigo que o provedor da Misericórdia estava encarregue de comprar com 2500 pardaos deixados para o efeito²³. Tomé Lobo tinha ainda determinado que o sacerdote devia ser escolhido apenas pelos seus méritos. Determinou ainda que o provedor assistisse diariamente à missa, podendo ser substituído por outra pessoa em caso de doença “soamente”.

Apesar da Santa Casa desenvolver esforços para que esta vontade se cumprisse, em 1582, Manuel Lobo, prior da igreja de São

¹⁷ A Misericórdia de Vila Viçosa dispunha de um capelão que tinha entre outras funções assistir espiritualmente os doentes internados, confessá-los, sacramentá-los e ajudá-los a bem morrer. ASCMVV, *Livro de Lembranças*, nº 93, fl. 209.

¹⁸ Acerca das funções oferecidas pelo hospital na Época Moderna leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, p. 35.

¹⁹ ASCMVV, Compromisso de 1661, nº 24, fl. 27.

²⁰ Confira-se Sardinha, Francisco de Morais, *Antiquíssimo Parnaso novamente achado, e descoberto em Villa Viçosa de que he Apolo o Excellentissimo Principe D. Theodosio 2º deste nome... E assim dos varões ilustres que nella nascerão e florescerão em armas em letras e poesia, como outras couzas a proposito no discurso deste livro*, 1618, fl. 71.

²¹ Espanca, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 6, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, p. 52.

²² Veja-se a propósito Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do século XX)*, Vila Verde, Edição da autora, 1998, p. 51.

²³ ASCMVV, *Primeiro livro do tomo dos juros e de toda a mais fazenda e bens de raiz da Casa da Misericórdia desta Villa Viçosa*, nº 347, fl. 61. O sacerdote estava encarregue de celebrar todos os dias uma missa rezada. À segunda feira a missa celebrava-se pela alma do pai do instituidor, à terça pela alma de sua mãe, à quarta e quinta pela sua própria alma, à sexta pelas Chagas de Cristo, ao sábado em honra de Nossa Senhora e ao domingo pela Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Bartolomeu e capelão das missas, “não cumpria como era obrigado [...] com as suas obrigações, de que havia grande murmuração”. Numa visita feita pelo arcebispo de Évora a Vila Viçosa, o referido sacerdote “fora posto e compreendido na visitação por crimes muito graves do seu ofício e costumes de modo de viver, pelo que fora preso na cidade de Évora a quatro meses”. As acusações eram tão graves que Manuel Lobo foi condenado em cinco anos de degredo e “não pode nunca mais curar almas²⁴”. Preocupados com a situação, os confrades procuraram outro sacerdote, tanto mais que as missas estavam sem cura. Escolheram o licenciado Pedro Fernandes, por nele recaírem os predicados exigidos pelo testador, mas o mesmo, que residia em Évora, alegou não poder aceitar tal obrigação, por “o provisor lhe não dar licença para ir, por ser ele contra capela de obrigações e por outras razões contidas em sua carta²⁵”. Perante a recusa, os irmãos da Misericórdia contactaram o sacerdote João Vaz, que aceitou esta tarefa.

As alfaias religiosas mencionadas no inventário (cortinas, toalhas do altar e de mãos e o lampião) apoiavam a celebração diária a que os doentes assistiam.

O inventário das roupas era mais rico. Como as roupas estavam sujeitas a maior desgaste, a Santa Casa era obrigada a prover-se mais frequentemente.

A análise da roupa das enfermarias evidencia o papel dos travesseiros e dos cobertores. Entre as diferentes peças que se

arrolaram, a Santa Casa dispunha nessa data de 231 travesseiros e de 122 cobertores, parecendo ser as peças de roupa mais usadas e que mais se deterioravam. Nem todas estas peças estavam a uso. A confraria mantinha um *stock* de roupa, de forma a que não se encontrasse desprevenida numa altura de calamidade ou de entrada súbita de militares no hospital²⁶. Dos 231 travesseiros existentes apenas 127 estavam a uso, demonstrando que 45% destas peças se mantinham em depósito. A mesma opção era seguida com a restante roupa. A Santa Casa usava apenas uma parte das peças que possuía, mantendo as restantes em depósito. 48 cobertores estavam novos, depreende-se sem uso e nos leitos andariam mesmo os que se apresentavam picados do bicho (17) e mais 57 que se encontravam em bom estado. Os cobertores eram de várias cores e tecidos.

Os lençóis que se encontravam nas enfermarias eram 95. Numa situação em que o hospital estivesse com lotação esgotada, nem todos os leitos teriam lençóis, a avaliar pelos 127 cobertores que se encontravam a uso. Podia ainda verificar-se a distribuição de mais do que um cobertor por cama. Acreditamos que em ocasião de movimento intenso hospitalar nem todos os leitos seriam sempre providos de lençóis. Realce-se ainda que os 69 lençóis novos eram de pano de linho, provando que a Santa Casa utilizava pano bom e caro para confeccionar estes bens hospitalares. As enfermarias estavam ainda dotadas de fronhas, (embora

²⁴ ASCMVV, *Livro das eleições n.º 70*, fls. 112-115v.

²⁵ ASCMVV, *Livro das eleições...*, fl. 118.

²⁶ Desde 1660 que a Santa Casa estava obrigada a curar militares no seu hospital, como consequência de um acordo assinado com a Coroa.

QUADRO 3
Roupas do hospital - 1764

OBJECTOS	NÚMERO
Cobertores novos de papa, encarnados	46
Cobertores de raixa, novos	2
Lençóis de pano de linho, novos e de bom pano	69
Enxergões de estopa, novos	40
Toalhas de pano de linho, novas	8
Cobertores azuis picados do bicho, de baeta	15
Cobertores de raixa tão picados do bicho pela incúria da Casa	2
Travesseiros cheios	36
Travesseiros de linhagem e estopa vazios	49
Fronhas usadas e vazias, em bom uso	13
Almofada pequena de seda azul	1
Travesseiros cheios	91
Travesseiros vazios da rouparia	55
Lençóis na casa da rouparia e enfermarias	95
Enxergões cheios nas enfermarias	17
Enxergões vazios	43
Cobertores de várias cores em bom uso	57
Colchões cheios	5
Enchimento para colchões	1
Fronhas	44
TOTAL	689

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, nº 85, fls. 2-2v.

não se detalhe a sua aplicação; se em almofadas ou em travesseiros) de enxergões, colchões e ainda de algumas toalhas de linho. Desconhecemos igualmente a função destas toalhas, mas serviriam provavelmente para os doentes se limparem. Há ainda menção a uma almofada pequena de

seda azul, objecto utilizado provavelmente nas enfermarias dos religiosos e pessoas honradas.

O rol da roupa apresentado em 1764, contrasta com os elaborados entre 1586 e 1588 e com o de 1634, mais pequenos e adaptados às circunstâncias de momento.

No século XVIII, o hospital vê aumentar muito o número de doentes, à semelhança do que se passou nas restantes instituições hospitalares²⁷. Mas não surgiu apenas essa diferença. Em 1764 as enfermarias disponibilizavam menos bens aos enfermos: desapareceu o robe que servia para estes se agasalharem quando se levantavam. Peça importante para as mulheres resguardarem o corpo, bem como o balde para tomarem banho. O rol também não apresenta nenhuma peça de roupa usada pelos doentes enquanto hospitalizados²⁸, nem os guardanapos de linho das refeições dos doentes e nem um bacio de estanho de “agua às mãos aos doentes”. Se existiam em 1764, estes bens não foram arrolados.

Embora se reconheça que as enfermarias eram providas apenas do essencial, trata-se de um sector comparativamente mais

gastador do que o da cozinha, em termos de bens móveis e roupa, para não falarmos dos montantes gastos com os assalariados que aqui prestavam serviços, dos gastos com a botica e com a alimentação.

As enfermarias dos males estavam dotadas de roupas próprias, não admirando, portanto, a existência de um rol separado. Embora constituíssem apenas duas enfermarias e estivessem localizadas a partir de 1611 no hospital do Espírito Santo, por ordem do duque D. Teodósio II, eram vulgarmente tratadas por hospital. «O hospital dos males» era pertença da Casa de Bragança e foi por sua vontade incorporado na Misericórdia da vila.

As enfermarias dos males ou do gálico abriam duas vezes no ano - Primavera e princípios de Outono (fins de Setembro ou inícios de Outubro) -, altura em que não fazia

QUADRO 4
Roupas dos males · 1764

OBJECTOS	NÚMERO
Lençóis do gálico	30
Mantas do mesmo	84
Travesseiros do gálico	30
Enxergões do gálico	30
TOTAL	174

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, n.º 85, fl. 6.

²⁷ Recordamos, no entanto, que a Misericórdia de Vila Viçosa optou desde sempre por tratar a maior parte dos doentes em casa. Os doentes do hospital Real do Espírito Santo eram maioritariamente homens solteiros não naturais da vila e representavam apenas 39,6% dos enfermos que a Santa Casa tratava. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, pp. 184-186, 219-224.

²⁸ O rol de 1714 do hospital de Guimarães menciona 14 camisas para mulheres e sete para os homens. Leia-se sobre este assunto Costa, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800. (Caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, p. 248. Embora o rol de 1764 da Misericórdia de Vila Viçosa não faça menção a esta peça de vestuário, nos róis das enfermarias feitos entre 1586 e 1588 arrolavam 12 camisas de pano de linho para homens. ASCMVV, *Título dos enfermos que a mesa aceitou*, n.º 57, fls. 221-227. O compromisso do hospital das Caldas de 1512 estabelecia a existência de 200 camisas, tantas quantas as camas disponíveis, para os doentes que nele se tratavam. Veja-se Silva, Fernando Correia da, “Compromisso do hospital das Caldas dado pela rainha D. Leonor sua fundadora em 1512”, in *O Instituto. Revista Científica e Literária...*, p. 117.

muito calor e os doentes suportavam os tratamentos que lhes eram ministrados. Sujeitos a vapores e a unturas, os doentes necessitavam de muita roupa de cama, a qual estava sujeita a grande desgaste e não podia misturar-se com a restante roupa hospitalar, para evitar o contágio da doença. Os 30 enxergões existentes limitavam o número de doentes aceites, distribuídos por duas enfermarias: uma de homens e outra de mulheres. Verifica-se ainda que se colocava um lençol por enxergão, mas o doente podia cobrir-se com mais do que uma manta.

Nem toda a roupa que se gastava na Santa Casa era comprada. A instituição recebia peças de roupa de cama e de roupa pessoal de benfeitores, que deixavam em seu testamento a vontade de ajudar a confraria com esses bens²⁹. Na cura do gálico utilizava-se também roupa velha que já não servia nas restantes enfermarias. Reaproveitavam-se os lençóis para panos e ataduras, empregues nesta cura. No hospital da Misericórdia de Braga reutilizavam-se ainda roupas brancas velhas da sacristia no tratamento da sífilis³⁰.

O consistório era o local onde residia o poder da instituição. Aqui se reuniam os mesários e deliberavam sobre as opções de gestão. Por isso, o mobiliário existente

cumpria uma função de apoio à tomada de decisões e reveste-se de maior dignidade.

Por se tratar de um espaço nobre da Casa, aqui se guardavam objectos de grande simbolismo para a mesma: bandeiras, varas e balandrau do campainheiro. Sabemos que a irmandade possuía várias bandeiras, sendo uma delas para acompanhar os enterros dos irmãos - a bandeira da irmandade - e outras que saíam em momentos pouco explicados pela documentação da confraria. Sabemos que uma delas acompanhava os restantes enterros e que na procissão de quinta-feira das Endoenças desfilavam várias bandeiras. Uma era transportada pelo escrivão do ano anterior; outra seguia com um irmão de segunda condição que nesse mês servia de mordomo da capela; outras eram transportadas por irmãos que tinham servido nos anos mais próximos anteriores, sendo sempre distribuídas de forma equitativa entre os da primeira e da segunda condição. Por fim, algumas desfilavam nas mãos dos mesários em exercício, respeitando o princípio anteriormente enunciado³¹.

Ao todo, a Santa Casa contava 10 bandeiras, em 1764. Número elevado, se o compararmos com o da Misericórdia de Aveiro, que era detentora de sete, em 1661³². Desconhecemos mais pormenores sobre o

²⁹ Sobre os legados de roupa deixados ao hospital de Vila Viçosa consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Alcançar o céu através da dádiva de roupa: a distribuição de roupa nos testamentos da Misericórdia de Vila Viçosa (séculos XVI-XVII)", in *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste. Série Sociologia*, vol. 13 (2), 2000, pp. 236-238. Para Guimarães consulte-se Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães (1250/1300)*, separata da "Revista da Faculdade de Letras", II série-vol. XIV, Porto, 1997, pp. 33-63.

³⁰ Soares, Ivone da Paz, *Cura de maleitas no/do/hospital de S. Marcos (século XIX)*, trabalho apresentado no Colóquio "Saúde e discriminação social", Braga, Universidade do Minho, 2002, no prelo. Agradeço à autora a amabilidade da sua consulta.

³¹ ASCMVV, *Livro de receita e despeza 1671-72*, nº 128, fl. 162.

³² Para Aveiro consulte-se Neves, Amaro, *A Misericórdia de Aveiro nos séculos XVI e XVII. "A mayor do mundo, pois o he do reyno"*, Aveiro, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, p. 133. Outras Misericórdias contavam também um número inferior de estandartes. Faro, Lagoa e Monchique tinham sete bandeiras no século XVIII e Albufeira contava sete no século XVII. Veja-se Pinto, Maria Helena Mendes; Pinto, Victor Roberto Mendes, *As Misericórdias do Algarve*, Lisboa, Ministério da Saúde e da Assistência; Direcção Geral de Assistência, 1968, pp. 25, 178, 251 e 287.

QUADRO 5
Mobiliário do Consistório - 1764

OBJECTOS	NÚMERO	OBJECTOS	NÚMERO
Torquilhas (?)	4	Roda dos nomes dos irmãos	1
Varas de irmãos	12	Tabuleta de irmãos riscados	1
Tocheiras	26	Escrivaninha de metal amarelo	1
Bandeira da irmandade com cruz dourada	1	Escova	1
Bandeiras da Casa usadas com suas cruzes	9	Cestos onde se leva o pão para as enfermarias	2
Mesa redonda pequena	1	Sacos para o pão	1
Tamborete a) velho	1	Cobertura da cadeira do provedor	2
Banco almofadado muito velho	1	Vasos para flores	1
Banco de pau	1	Guarda-ventos	2
Escabelo b) velho	1	Varões de ferro dos guarda-ventos	1
Tesouras	2	Estradinho aos pés	1
Escrivaninha	1	Banquinho almofadado pequeno	4
Sinete	1	Bancos de espaldas pretos	1
Campainha de prata	1	Bancos de pau	2
Vaso de pau, para os votos	1	Tirantes d) de vaca	1
Cadeira de marroquim c) que serve de assento ao Provedor	1	Pouzo para a Cruz	1
Bancos de espalda da Moscóvia, para os irmãos	4	Banco de pinho das tocheiras	1
Mesa com pano azul guarnecido de galão de seda amarela	1	Açafate de verga branca	1
Bancos de pau pintados	4	Balandrau azul do companheiro	1
Campainhas manuais	2		
Despertador	1		
TOTAL			102

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, n.º 85, fls. 3-4.

a) Espécie de cadeira com braços.

b) Banco comprido e largo, que constitui uma caixa.

c) Pele curtida, de bode ou cabra.

d) Correia.

aproveitamento das bandeiras e a função exacta de cada uma. Os pendões podiam ter fins específicos. Alguns, ainda existentes na Santa Casa, invocam a Paixão de Cristo, demonstrando que eram utilizados na Semana santa. As Misericórdias celebravam intensamente esta quadra, promovendo saídas processionais onde desfilavam as bandeiras³³.

As varas dos irmãos eram outro símbolo da confraria. Os irmãos saíam com as suas varas nos peditórios e em outros momentos de representação da instituição: procissões, por exemplo. Era também nessas ocasiões que serviam as tocheiras, normalmente ladeando os andores. As 26 existentes parecem destinar-se aos elementos da Mesa e da Junta. As tocheiras estavam guardadas num banco de pinho, para melhor conservação. O restante mobiliário do consistório era composto por bancos, mesas, tesouras, campainhas, sendo alguns destes móveis já velhos. Realce-se ainda a existência de um vaso que servia nas eleições, uma roda com o nome dos irmãos e uma tabuleta com o nome dos irmãos riscados, dados importantes para se avaliar a situação dos confrades e se proceder à distribuição de benefícios.

Referem-se também dois vasos para flores. Como existia e existe no consistório um altar, estas jarras estariam aí colocadas e serviriam para o ornamentar.

No rol do consistório surgem já alguns objectos que contrastam com o mobiliário existente nas enfermarias: uma campainha de prata, uma cadeira de marroquim para

assento do provedor; cobertura para esta cadeira; bancos de espalda da Moscóvia para os irmãos; bancos pintados; escrivaniha de metal amarelo; “estradinho aos pés” e um banquinho almofadado. Através da descrição dos móveis verifica-se a existência de algum conforto que rodeava os corpos gerentes da Misericórdia, o qual contrasta com a precaridade sentida nos utensílios gastos da cozinha, nas roupas envelhecidas das enfermarias e nos paramentos púidos e desbotados da sacristia.

Espaço nobre, o consistório materializa a autoridade institucional e acolhia as melhores peças da Santa Casa. Neste elenco de objectos ganha realce a cadeira do provedor e a sua cobertura, símbolo máximo da hierarquia da instituição. Seguem-lhe as cadeiras dos mesários, feitas de madeira importada, mas sem o brilho de serem construídas de marroquim, acessível apenas ao provedor.

Seguidamente analisamos os objectos mais directamente relacionados com o culto religioso. Na sacristia encontravam-se essencialmente alfaias religiosas de apoio ao culto: panos, sanefas, cortinas, pálido e as suas varas.

As sacristias não eram o espaço mais nobre de culto, esse estava localizado na igreja. Contudo, estas confrarias cuidavam também desse espaço, uma vez que se tratava do imediatamente seguinte. Nele se paramentavam os sacerdotes e se guardavam muitas alfaias religiosas³⁴. Mas podiam

³³ Acerca deste assunto consulte-se Brito, Maria Filomena, “A bandeira processional de Nossa Senhora da Misericórdia na vida portuguesa. Testemunhos de tradição e valor”, in *Mater Misericordiae*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995, pp. 95-96.

³⁴ Sobre a sacristia da Misericórdia de Chaves consulte-se Viçoso, Maria Isabel, *Igreja da Misericórdia de Chaves, Chaves, Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas*, 2000, pp. 48-52.

ainda cumprir outras funções religiosas. Na Santa Casa de Vila Viçosa competia ao capelão-mor zelar pelos objectos de culto.

Estes bens eram de bons panos, muitos deles importados, embora estivessem na sua maioria em mau estado, demonstrando que a confraria já tinha vivido melhores dias e não tinha nesta altura a capacidade financeira de outros tempos. As sanefas e as vasilhas estavam velhas, o cortinado de tafetá encontrava-se muito velho e o pálio também, como se pode verificar através do quadro 6. Apesar de haver uma sanefa de damasco com galões e franjas de ouro, evidencia-se a falta de investimento nos paramentos. Esta situação contrasta com a conhecida para Ponte de Lima, onde a Santa

Casa local gastava montantes avultados para munir a sacristia com o que havia de melhor, importando produtos do Oriente³⁵. É necessário também recordar que as obrigações religiosas da Misericórdia de Ponte de Lima suplantavam em muito as conhecidas para a Santa Casa de Vila Viçosa. A existência de vários conventos e confrarias nesta última vila possibilitou a distribuição dos encargos religiosos, frequentemente associados ao local de sepultura. Assim, a Misericórdia de Vila Viçosa não teve necessidade de outro apetrecho, uma vez que dividia estas funções com outras instituições. Estranhámos, no entanto, a falta de referências a quaisquer mobiliário onde se guardavam os paramentos. As sacristias estavam

QUADRO 6
Bens da Sacristia · 1764

OBJECTOS	NÚMERO
Panos pintados com a paixão de Cristo	2
Sanefas de nobreza encarnadas, velhas e desbotadas	3
Sanefas pretas uma de nobreza e outra de <i>tripe</i>	2
Cortina preta	1
Cortinado de tafetá encarnado, muito velho	1
Sanefa de damasco carmezim guarneçada com galões de ouro e com franjas do mesmo	1
Cortinas da mesma qualidade	1
Vasaréus a)	7
Pálio de cetim preto velho	1
Varas do mesmo	6
TOTAL	25

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, n.º 85, fls. 2.

a) Vasilhas velhas.

³⁵ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (doravante ASCMPL), *Livros de receita e despeza*.

normalmente dotadas de arcazes, onde se guardavam as alfaias de culto³⁶.

O quadro 7 equaciona as imagens e algumas alfaias religiosas da Santa Casa.

Os bens móveis arrolados no quadro 7 encontram-se no consistório, na sacristia, na secretaria e na enfermaria. As imagens e as alfaias contidas neste quadro denotam

uma situação diferente da anteriormente analisada no quadro 6. As imagens estão dotadas de objectos de prata e ouro e os panos de seda e damasco apontam para um maior investimento nestes objectos de culto, mesmo assim muito distante do efectuado na Misericórdia de Tavira, onde durante os séculos XVII e XVIII se efectuou

QUADRO 7
Imagens e alfaias religiosas da Santa Casa - 1764

OBJECTOS	NÚMERO
Imagem de Cristo redentor, com resplendor, cruz de prata e toalha fina de renda, no Consistório	1
Imagem do Senhor Crucificado, com duas cortinas de damasco usado, na secretaria	1
Imagem de Cristo Crucificado, com uma bolsa de seda usada, na secretaria	1
Imagem de Cristo Crucificado, antigamente chamado de Nosso Senhor dos Enforcados, com resplendor de metal amarelo e toalha fina, na sacristia	1
Imagem de Nossa Senhora, com coroa de prata e o menino com outra e uma cruz de ouro, na enfermaria	1
Cálice de prata	1
Estolas	2
Vaso com caixa de prata dos Santos óleos	1
Toalhas	6
Caldeira de estanho	1
Sobrepeliz	1
Campainha	2
Livro de encomendar	1
Mantos de Nossa Senhora	2
Vestidos de seda de Nossa Senhora	3
TOTAL	25

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, nº 85, fls. 2-2v.

³⁶ Para a Misericórdia de Faro leia-se Pinto, Maria Helena Mendes; Pinto, Victor Roberto Mendes, *As Misericórdias do Algarve...*, p. 24. Sobre a remodelação e o investimento a que esteve sujeita a sacristia da igreja da Misericórdia do Porto veja-se Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, pp. 329-343.

um significativo investimento em alfaias religiosas desta qualidade³⁷. Arrolam-se ainda outros objectos: cálice, estolas, vaso dos santos óleos, toalhas, cadeira, sobrepele, campainha, livro e manto e vestido de Nossa Senhora. Os objectos arrolados não incluem as imagens existentes na igreja, porque estas eram propriedade das confrarias que nela se encontravam sediadas.

A Santa Casa estava apetrechada com alfaias necessárias para os actos litúrgicos e para outras cerimónias religiosas, como eram por exemplo as procissões.

Desde 1584 até cerca de 1865 que a igreja da Misericórdia ou do Espírito Santo serviu de igreja paroquial de S. Bartolomeu, em virtude da sua igreja paroquial se encontrar desactivada. Na igreja da Santa Casa albergaram-se durante a Época Moderna seis confrarias: Santíssimo Sacramento; Almas, Fiéis-de-Deus, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Loreto e irmandade de S. Bartolomeu. Algumas destas confrarias estavam sediadas em altares próprios e eram proprietárias das suas imagens e alfaias de culto³⁸. Eram, pois, as responsáveis pelos bens móveis dos seus altares. Contudo, algumas Misericórdias encontraram soluções alternativas para zelarem pelos altares e as suas imagens. Na Misericórdia da Póvoa de Varzim existiam as “aias das imagens”, senhoras eleitas anualmente pela Mesa, para

cuidarem das imagens dos altares. Cada senhora era responsável por uma imagem. A Mesa entregava-lhe o enxoval e mais alfaias respeitantes à sua imagem, ficando responsável por esses bens durante um ano³⁹.

Autorizadas pela Coroa a possuírem mobiliário fúnebre, através de uma provisão do arquiduque Alberto de Áustria, no período filipino, as Misericórdias granjearam um enorme poder, conferido pela faculdade de enterrar os mortos. Datada de 1593, esta lei determinava que nenhuma confraria de Lisboa “nem tenham tumba nem usem dela nem de esquite, somente poderão acompanhar os defuntos de cruz levantada, com tanto que não levem nestes nem insígnias algumas semelhantes às dos Irmãos da Misericórdia”. Considerava no entanto, a título de excepção, as confrarias de Nossa Senhora do Loreto dos italianos e de S. Bartolomeu dos alemães, por possuírem bulas apostólicas para o efeito⁴⁰.

O mobiliário fúnebre que possuíam não se destinava apenas aos irmãos. Estas confrarias enterravam defuntos que não pertenciam à instituição, mediante o pagamento de determinado montante e os pobres “por amor de Deus”. A Santa Casa de Vila Viçosa dispunha de duas tumbas: uma para os irmãos e para os que desejassem pagar 4000 réis para serem enterrados nela e outra para gente menos rica, que custava 400 réis⁴¹.

³⁷ Sobre os objectos de prata da Misericórdia de Tavira consulte-se Pinto, Maria Helena Mendes; Pinto, Victor Roberto Mendes, *As Misericórdias do Algarve...*, pp. 109 a 112.

³⁸ Para este assunto consulte-se Espanca, Túlio, *Inventário artístico de Portugal*. Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, vol. I, Porto, 1978, pp. 695, 701.

³⁹ Leia-se Dionísio, Paula Carolina Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Assistência e caridade numa vila piscatória (1756-1806)*, Porto, Faculdade de Letras, 2000, pp. 104-105, dis. de mestrado policopiada.

⁴⁰ ASCMPL, *Tombo dos privilégios e bens da Santa Casa, 1622-1789*, n.º 87, pp. 19v.-23; Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno”, in *Cadernos do Noroeste, série História*, n.º 15 (1-2), 2001, p. 340.

⁴¹ Acerca dos serviços fúnebres prestados pela Misericórdia de Vila Viçosa leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 302.

Os pobres eram enterrados nos caixões mencionados no quadro 8. Ambas tinham lençóis, travesseiros onde se acomodava o cadáver e toalhas que se colocavam por cima do mesmo. O uso das toalhas era pago e estava orçamentado em 400 réis. A Misericórdia da Baía possuía três tumbas e três esquifes, estes últimos de qualidade inferior e destinados aos enterros dos escravos⁴².

Para além de enterrar as pessoas ricas da vila, a tumba da irmandade de Vila Viçosa levou também a sepultar alguns membros da Casa de Bragança. A documentação da Santa Casa é escassa sobre esta informação, mas

Espanca refere que o duque D. Jaime foi levado a sepultar por esta tumba e que esse facto constituiu prática nos seus sucessores⁴³.

Apesar de haver mobiliário comum às duas tumbas, elas eram diferentes. A tumba da irmandade era forrada de veludo preto com franjas de ouro e coberta com um pano igualmente guarnecida com as mesmas franjas, enquanto a tumba da irmandade era forrada de serafina preta e adornada com galões de seda brancos. Era coberta com um pano igualmente rematado com os mesmos galões. Ambas estavam dotadas de cruzes, sendo a da tumba da irmandade dourada.

QUADRO 8
Mobiliário túnebre - 1764

OBJECTOS	NÚMERO
Tumba da irmandade forrada de veludo preto e com franjas de ouro, tudo falso	1
Pano que cobre a tumba agaloada e franja da mesma sorte	1
Tumba ordinária forrada de serafina preta com galões de seda brancos	1
Pano que a cobre	1
Caixões	6
Cruz dourada da tumba da irmandade	1
Cruz da tumba ordinária	1
Caixão pequeno	1
Toalhas das tumbas	6
Lençóis das tumbas	1
Travesseiros das tumbas	1
Cruz de ferro que serve no cemitério	1
TOTAL	22

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, n.º 85, fl. 3.

⁴² Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Misericórdias", in Bettencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti; *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 288.

⁴³ Espanca, José Joaquim da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa. Cadernos Culturais da Câmara de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 5, 1983, p. 81

O enterro não era uma questão de menor importância. Os homens da Idade Moderna preocupavam-se muito com a salvação da alma, mas também com a sua representação social. Por isso, cuidavam de todos os pormenores do seu funeral. A utilização deste mobiliário dependia apenas da capacidade financeira dos defuntos. Os mais ricos encomendavam os melhores serviços, enquanto os menos abastados se ficavam pela tumba ordinária. Os pobres aguardavam a caridade de serem sepultados gratuitamente.

Os objectos existentes no celeiro eram poucos e por eles se pode analisar a importância dos cereais e do azeite que aí se encontravam armazenados. Os cereais (trigo, centeio e cevada) eram guardados em sacos e sacas, responsáveis por mais de 50% dos

objectos do celeiro. Por isso, a maior parte do espaço era ocupado pelos cereais que chegavam do pagamento de rendas e foros e de peditórios efectuados na vila e nas aldeias. Na primeira metade do século XVIII, a Misericórdia punha em pregão o transporte dos cereais até ao celeiro, ficando o carregador obrigado a colocar os cereais na Santa Casa "com toda a boa satisfação, sob obrigação da sua pessoa e bens"⁴⁴.

As sete talhas de azeite conferem um lugar de destaque a este produto e demonstram que o azeite e os cereais eram os únicos géneros aqui depositados. Os restantes objectos (vassouras, crivo e panos para os fueiros) serviam de apoio ao trabalho exigido para o transporte e conservação dos bens do celeiro.

QUADRO 9
Bens do celeiro · 1764

OBJECTOS	NÚMERO
Tarefas a) de azeite	7
Sacos	9
Sacas	7
Vassouras	2
Arneiro b) de arame	1
Espartões c)	3
Pau com porca de ferro	1
TOTAL	30

Fonte: ASCMVV, *Este livro a de [sic] servir de inventário...*, n.º 85, fl. 7.

a) Talhas.

b) Crivo.

c) tecido de esparto que se encosta aos fueiros para segurar a carga nos carros alentejanos.

⁴⁴ ASCMVV, *Livro de Lembranças*, n.º 93, fl. 247.

Refira-se, no entanto, que os espartões se destinavam a “cobrir a Caza” e o pau com “porca de ferro serve de estar a roda na Igreja nas ocasiões das eleições”. Fica por entender a função deste pau com porca de ferro, embora se saiba que não pertencia ao celeiro, apenas se encontrava aí guardado.

O celeiro estava situado numa das dependências da Santa Casa e era composto por “um armazem para se recolher o azeite na caza de dentro e na de fora por uma tulha que servia para o trigo”. As obras levadas a cabo em 1698 obrigaram a Santa Casa a gastar mais de 10 mil réis para ter um celeiro⁴⁵. A Misericórdia precisava de um local onde pudesse acondicionar os cereais e o azeite que recebia das pensões, dos peditórios e da Casa de Bragança. Só desta Casa ducal e pagos no Almojarifado de Vila Viçosa, recebia 80 alqueires de trigo deixados pela duquesa D. Joana para os meninos órfãos; sete moios para a cura dos males e mais 30 alqueires “que lhe deixou D. João IV pelo peditério da vila”⁴⁶.

O azeite provinha do pagamento de foros, da Casa de Bragança (24 alqueires) e de outras esmolos.

O espólio que analisamos não evidencia riqueza nem opulência, pelo contrário, sente-se a difícil situação financeira em que a Santa Casa se encontrava. Enquanto os bens móveis da cozinha, enfermarias e celeiro eram marcados pelo seu carácter utilitário e pelo estritamente necessário, nos bens do consistório sente-se algum cuidado na sua adequação aos seus utilizadores. As alfaias religiosas eram poucas e estavam em fraco estado, fazendo recordar tempos mais desafogados e de maior investimento nesta esfera de actuação⁴⁷.

Confrontada com grandes gastos no sector da saúde e com receitas minguadas e pagas fora de prazo, a confraria reduziu as suas despesas ao mínimo, concentrando-as nos sectores considerados mais prioritários, enquanto nos restantes se optou por gastos sustentados e limitados apenas ao essencial.

⁴⁵ ASCMVV, *Livro de receita e despeza 1698-99*, n.º 155, fl. 212.

⁴⁶ ASCMVV, *Cadernos de receita e despeza 1742-43*, n.º 192, fl. 43.

⁴⁷ Os objectos estavam sujeitos ao desgaste natural provocado pelo uso. Podia também acontecer que se tivessem perdido. Leia-se a propósito para a Misericórdia de Coimbra Ferrão, Pedro Miguel, “Misericórdia de Coimbra - Devoção e Arte”, in *Memórias da Misericórdia de Coimbra - Documentação & Arte*, Catálogo, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, p. 114; Gusmão, Artur Nobre de, “Breves considerações sobre o património artístico e arquivístico das Misericórdias portuguesas do continente”, in *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor*, Actas do Congresso das Misericórdias, vol. I, Lisboa, 1959, pp. 185-191.

Marginalidade e banditismo no Alentejo de finais do Antigo Regime

Teresa Fonseca *

A pobreza, ou o seu limiar, constituía a condição de vida predominante entre o povo europeu do Antigo Regime. Portugal não fugia à regra. E no Alentejo tal condição era particularmente acentuada, devido ao arcaísmo e fraca mobilidade das estruturas sócio-económicas. Jacques Marcadé considerava a maioria da população rural da região a viver, no século XVIII, nos limites da pobreza, senão da miséria¹, encontrando-se uma boa parte da mesma à beira do desfalecimento². E Adrien Balbi, já nos inícios de oitocentos, descrevia as aldeias e campos da Província como apresentando, por toda a parte, o espectáculo da miséria mais extrema³.

Os populares alentejanos trabalhavam maioritariamente como assalariados no sector agro-pecuário ou como criados domésticos e de lavoura. Mas outros exploravam directamente a terra, como pequenos rendeiros ou proprietários rurais, complementando esta actividade com o trabalho à jorna. Nas vilas e cidades laboravam essen-

cialmente no artesanato, no pequeno comércio e nos transportes.

A precaridade das condições de vida levava-os frequentemente a transpor a frágil barreira de separação entre a pobreza e a indigência. Nos meios urbanos, em épocas de normalidade, o salário do artesão mal chegava para alimentar uma família, bastando um mau ano agrícola, com a consequente subida dos preços, para romper o frágil equilíbrio da subsistência. Mas o camponês, condicionado pela complexa e pesada carga fiscal, pela baixa produtividade agrícola e pelas contingências climáticas, não tinha melhor sorte. Na época que estudámos, a oferta de mão-de-obra resultante do generalizado surto demográfico, em lugar de constituir um factor de dinamismo económico, resultou antes num acréscimo do desemprego, devido à incapacidade da economia rural da região para absorver este excedente populacional.

A única alteração significativa ocorrida ao longo de setecentos na exploração fundiária da Província foi a gradual conversão

* *Historiadora - CIDEHUS/Universidade de Évora*

¹ Veja-se Jacques MARCADÉ, 'Les hommes et la vie dans l'Alentejo du XVIIIe siècle', Arquivos do Centro Cultural Português, vol. X, Paris, F.C.G. - C.C.P., 1976, p. 192.

² Cf. id., Une comarque portugaise - Ourique - entre 1750 et 1800, Paris, F.C.G. - C.C.P., 1971, p. 79.

³ Veja-se Adrien BALBI, Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé aux autres États de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais, des deux hémisphères, Paris, Chez Rey et Gravier Libraires, 1822, vol. I, p. 163.

dos terrenos cultivados em pastagens para o gado. Porém, tal actividade, menos trabalhosa e arriscada que a cerealicultura e sobretudo bastante mais lucrativa, levou à expulsão de numerosos rendeiros das herdades, onde trabalhavam e habitavam em muitos casos há várias gerações. Forçados a proletarizarem-se, estes camponeses apenas arranjavam ocupação durante 3 a 4 meses, na época alta dos trabalhos agrícolas, ficando reduzidos à mendicidade durante o resto do ano.

A indigência adquiria, na época, proporções alarmantes. Évora, como capital da Província, constituía um pólo de atracção para os miseráveis⁴ que aí afluíam aos milhares na esperança de arranjar trabalho, esmola, abrigo nas instituições de assistência e cura gratuita para as enfermidades no hospital da Misericórdia⁵. Em 1766, o arcebispo D. João Cosme da Cunha e Távora, numa das suas raras visitas à cidade "Deo aos pobres (...) a porta de seu Palacio a 20 reis a cada hum. E era tanta a pobreza, com a bulha de tantos morreo huma criança e a hum homem lhe tirarão hum olho"⁶. E em 1784, o corregedor da comarca António

Procópio da Silva Pina, em carta dirigida ao Cabido da Sé eborense, referia-se assim à situação destes infelizes: "Não se vem pellas ruas se não miseraveis de ambos os sexos, e de todas as idades, pedindo esmolos; que lhes dão Corporações Eclesiásticas e outros Fiéis"⁷. Embora com menor destaque, eram ainda bem visíveis nas "mais Terras da Província"⁸. Em 1814, o publicista e académico Joaquim José Varela referia a "multidão de mendigos, que em fervedouro corre a vila" de Montemor-o-Novo, "não cogitando em outra cousa mais do que na abundancia da fatia"⁹. Mas proliferavam também no campo, como relataram António Henriques da Silveira¹⁰, Gervásio de Almeida Pais¹¹ e Bernardino Manuel da Costa Lima¹².

A miséria e a indigência, ao gerarem a exclusão social, conduziam facilmente à violência e ao banditismo. Estes três memorialistas descrevem o receio dos lavradores perante as dezenas de pedintes a quem diariamente alimentavam, agazalhavam e abrigavam durante a noite, de modo a evitar que os roubassem ou molestassem, ou lhes incendiassem as searas e palheiros. E o corregedor Silva Pina atribuía às "chusmas de

⁴ A preferência dos indigentes pelas cidades constituía, na Época Moderna, um fenómeno comum a toda a Europa. Veja-se Arlette FARGE, *Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard, pp. 22-26. E Bronislaw GEREMEK, *La potence ou la pitié. L'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours*, Gallimard, Paris, 1987, p. 133.

⁵ Além da recolha e criação de crianças abandonadas, a Misericórdia tratava no seu hospital um elevado número de doentes pobres, "havendo tempos no anno, que estes chegão a quatrocentos" (Torre do Tombo/Memórias Paroquiais, vol. 14, Memória 111, Évora. S. Pedro, f. 847).

⁶ Teresa FONSECA (Estudo e Transcrição), *Triste e Alegre Cidade de Évora. Testemunho de um anónimo do século XVIII*, Évora, Câmara Municipal, 2001, p. 85. Devido aos altos cargos desempenhados na corte, o Cardeal da Cunha, um dos mais fiéis colaboradores de Pombal, nunca exerceu funções como prelado eborense, embora tivesse sido empossado em 1763.

⁷ T.T./Ministério do Reino, mc. 356, cx. 476, carta do corregedor António Procópio da Silva Pina de 16-3-1784, para o deão, cônegos e cabido da Santa Sé de Évora.

⁸ Id., *ibid.*

⁹ Joaquim José VARELA, "Memoria Estatistica Acerca da Notavel Villa de Monte Mor o Novo", *História e Memórias da Academia Real das Sciências*, Tomo V, Parte I, Lisboa, 1817, p. 14.

¹⁰ "Racional discurso sobre a agricultura e população da provincia de Alentejo", *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. 1789-1815, tomo I, Lisboa, Banco de Portugal, 1991, p. 68.

¹¹ Observações e Exames feitos sobre as Cauzas do atrasamento, e ruína da Agricultura, e Povoação na Provincia de Alentejo, especialmente nas terras da Commarca de Beja, onde os abuzos são muito semelhantes aos que se praticão nas Outras Commarcas da mesma Provinca, [1788], fs 15-16 e 35-36.

¹² "Memória acerca da vila do Redondo", *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, Janeiro de 1815, p. 364.

Gente moça pedindo esmolas (...) a origem dos grandes delitos, que se tem visto com horror perpetrados na Província"¹³.

O Alentejo, pelas suas características morfológicas e geo-estratégicas, tornou-se o principal campo de batalha dos conflitos militares desta conturbada viragem de século. As guerras com a Espanha em 1762 e em 1801 e ainda a Guerra Peninsular, com destaque para a primeira invasão francesa, constituíram um sério factor de instabilidade. Os recrutamentos para as tropas de linha, as requisições forçadas de alimentos, carruagens e animais de tracção, a devastação das culturas, os aquartelamentos da tropa nas vilas e cidades e a fuga das populações, desorganizavam a vida económica e provocavam o caos social, para além, naturalmente, das mortes, ferimentos e doenças provocados directamente pelos confrontos dos exércitos; e atingindo embora toda a sociedade, afectavam sobretudo os sectores economicamente mais débeis, contribuindo para o agravamento da miséria e da marginalidade, como era reconhecido em 1812 pelo próprio Intendente Geral da Polícia: "os salteadores (...) devem naturalmente ser em maior numero na prezença do actual estado de guerra, que priva muitos dos meios regulares de huma honesta subsistencia"¹⁴.

Entre as medidas de reforço e consolidação do poder régio promovidas pelo reformismo ilustrado pombalino, contam-se as diversas acções de controle social que cul-

minaram com a criação da Intendência Geral da Polícia, por alvará de 25 de Junho de 1760. Esta instituição seguia o exemplo das "cortes mais polidas da Europa" e inspirava-se directamente no modelo francês¹⁵. Tinha como objectivo prioritário a garantia da "paz pública", através de várias medidas entre as quais sobressaía o combate à ociosidade e ao banditismo, prevendo para a erradicação deste flagelo acções concertadas entre as autoridades judiciais, o exército e a população.

O Alentejo era objecto de especial preocupação por parte da Intendência. Além de constituir o alvo da delinquência dos miseráveis sem trabalho oriundos da região, era ainda o esconderijo ideal para "inumeráveis réos de crimes atrozes" fugidos de Lisboa e de outras partes do Reino, por ser esta "infeliz Província (...) mais dezerta, e despovoadada" e aqui "melhor poderem escapar aos procedimentos da Justiça"¹⁶.

O número considerável de quartéis instalados na região, bem como a frequência dos conflitos bélicos, favoreciam a fuga do serviço militar, que por sua vez engrossava o número de marginais. Em 1804, o Intendente reconhecia que as "frequentes desercões que actualmente se observão nos corpos de que se compoem o exercito (...) leva muitos moços" a acabar "nas prizões ou na forca (...) pelos crimes que perpetrão"¹⁷. Em 1809, o juiz de fora da vila do Redondo relatava à Intendência: "os desertores correm em ban-

¹³ T.T./ M.R., mc. 356, cx. 476, carta do corregedor António Procópio da Silva Pina de 28-3-1784, para o então Ministro do Reino, Visconde de Vila Nova de Cerveira.

¹⁴ T.T./ Intendência Geral da Polícia, Contas para as Secretarias, liv. 12, conta de 22-2-1812, f. 147 v.

¹⁵ O cargo de Intendente Geral da Polícia foi instituído em França pelo édito de 15-3-1667. As suas funções abrangiam as seguintes áreas: segurança, abastecimentos, epidemias, vigilância dos costumes e censura dos livros. Cf. François LEBRUN, *La puissance et la guerre. 1661-1715*, Paris, Seuil, 1997, p. 50.

¹⁶ T.T./I.G.P., Contas..., liv. 4, conta de 18-6-1793, fs. 39-39 v.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*, liv. 8, conta de 11-8-1804, f. 11.

dos pelos campos e se tem tornado salteadores¹⁸. E em 1812, já no termo da Guerra Peninsular, os ministros territoriais manifestavam à mesma instituição a sua incapacidade para restabelecer a segurança de quem viajava na Província, "mais que nunca ameaçada pela multidão de Desertores dos Exércitos"¹⁹. A eximção começava muitas vezes na fase do recrutamento. Quando soava a notícia da chegada dos recrutadores a uma localidade, muitos dos homens considerados aptos punham-se em debandada. Tal atitude desesperava os responsáveis pela incorporação, que prendiam, como represália, as mães e outros familiares dos foragidos²⁰.

A evasão das fileiras do exército atingia de facto proporções alarmantes. Confirmam-no as abundantes referências documentais a este fenómeno; as repetidas promessas de perdão régio aos soldados e mesmo oficiais escondidos, que se apresentassem voluntariamente nas suas unidades; e a publicação de repetidas determinações dissuasoras do abrigo de desertores. Em 1768, numa iniciativa de grande envergadura promovida por magistrados e militares, foram capturados nos povoados, montes e charnecas da Província 3.226 indivíduos, 398 dos quais tinham fugido de diversos corpos da tropa nacional²¹. E entre as 121 prisões efectuadas no Alentejo entre Agosto e Novembro de 1805, contavam-se 48 desertores. A maioria era originária de regi-

mentos da Província. Mas alguns provinham de quartéis de Cascais, Faro, Lisboa e até da Armada. Estes últimos eram em tal número, que Pina Manique atribuiu uma grande parte dos roubos praticados em Lisboa e no Alentejo nos primeiros meses de 1798 aos marinheiros evadidos das embarcações de guerra na altura atracadas no porto de Lisboa²².

No acto da fuga, os soldados levavam dos quartéis cavalgaduras, armas e munições em abundância, sendo vulgares na documentação coeva as referências a salteadores "bem montados e armados". E os roubos eram de tal monta que as autoridades policiais se preocupavam com o "prejuízo" que "a Fazenda Real experimenta nas munições que perde" com as deserções²³.

Os desertores eram muitas vezes surpreendidos pelas autoridades na companhia de civis. Com estes formavam quadrilhas de malfeitores, das quais se tornavam rapidamente os chefes, por possuírem armas e treino militar. Habitados à violência da guerra, estes antigos soldados tornavam-se particularmente perigosos. Enfrentavam homens armados e até militares, chegando a efectuar "o roubo (...) quazi em presença da Tropa"²⁴. Em 1787, um soldado evadido do quartel de Peniche assassinou um capitão do regimento de cavalaria de Évora²⁵. Em 1791, o chefe de uma quadrilha matou, na vila de Alcáçovas, um soldado que o tentou

¹⁸ Id., *ibid.*, liv. 10, conta de 20-9-1809, fs. 233 v.- 234.

¹⁹ Id., *ibid.*, liv. 12, conta de 22-8-1812, f. 231 v.

²⁰ Veja-se T. FONSECA (Est. e Transc.), *Triste e Alegre Cidade de Évora...*, pp. 84, 91, 92, 97, 99 e 100. E.T.T./I.G.P., *Contas...*, liv. 5, conta de 8-6-1798, f. 218; e liv. 10, conta de 20-9-1809, fs. 233 v.-234.

²¹ T.T./I.G.P., *Contas...*, liv. 4, conta de 18-6-1793, f. 40 v.

²² Cf. id., *ibid.*, liv. 5, conta de 2-4-1798, fs. 202-204.

²³ Id., *ibid.*, liv. 8, conta de 11-4-1804, f. 11.

²⁴ Id., *ibid.*, liv. 14, conta de 8-5-1813, fs. 54-55.

²⁵ Cf. id., *ibid.*, liv. 2, conta de 15-5-1787, f. 292 v.

deter²⁶. Em 1813, um bando de 16 ou 18 homens, após roubar alguns feirantes de Vila Viçosa, foi intersectado por militares; do combate resultou um soldado ferido e a prisão de 7 salteadores²⁷. E numa tarde de Janeiro de 1819, 5 desertores dos regimentos da praça de Elvas não hesitaram em atacar um grupo de 13 caçadores de javalis, nos matos da herdade do Ratinho, termo de Vila Viçosa. Estes, porém, devido à superioridade numérica e ao facto de se encontrarem igualmente armados, ofereceram resistência; mataram um assaltante e prenderam outros 4; e tomaram-lhes ainda algum dinheiro, resultante de roubos praticados no dia anterior²⁸. A arrogância e o destemor destes criminosos eram, com efeito, de tal ordem, que mesmo "depois de prezos ameação quem os tem prendido, ou tem concorrido para isso"²⁹.

A raia alentejana, situada em território plano e pouco povoado, facilitava a incursão de numerosos marginais do país vizinho, com destaque para desertores, ciganos e contrabandistas. Na acção de 1768 acima referida foram capturados 264 evadidos de exércitos estrangeiros, maioritariamente de contingentes do rei de Espanha³⁰. Em 1793, a pedido de D. José da Costa, governador militar interino da Província, foram expulsos "innumeráveis Ciganos" fugidos de Espanha para esta região, depois de Carlos III os ter obrigado a domiciliarem-se³¹. Entre os sal-

teadores presos no Alentejo e no Algarve em Dezembro de 1798, contavam-se 538 militares evadidos das hostes do país vizinho. Em Janeiro do ano seguinte capturaram-se mais 50 espanhóis, entre desertores e vagabundos³². Em 1801, quadrilhas de 20 e mais homens, compostas por desertores e ciganos dos dois lados da fronteira traziam os lavradores alentejanos "na maior consternação e aperto"³³. E em 1809, junto ao rio Guadiana, no termo do Alandroal, "alguns contrabandistas Hespânicos bem montados e armados de clavinas dispersarão alguns Milicianos e Ordenanças que com o Juiz de Fora da dita vila" os tentavam prender³⁴.

O banditismo, grassando embora por toda a Província, predominava nos montes isolados, nas estradas desertas e nas imediações das feiras. Em 1783, uma quadrilha praticou vários assaltos no termo de Portel, num dos quais foi cruelmente morta a lavradora do monte da Moncarcha, "com tiçoens de lume acezos, chegando lhos ao corpo, até que expirou, ferindo com facas" outros lavradores da herdade e de propriedades vizinhas, muitos dos quais acabaram por falecer³⁵. Em 1805, o monte do Outeiro, próximo de N.^a S.^a das Brotas, foi acometido por 9 atacantes "bem montados e armados". Deram "muita pancada no Lavrador e mosos" e furtaram ao primeiro algumas peças em ouro, roupa, alimentos, objectos de uso doméstico e uma égua, que lhes fugiu e aca-

²⁶ Cf. id., *ibid.*, liv. 3, conta de 6-12-1791, fs. 208-209.

²⁷ Cf. id., *ibid.*, liv. 14, conta de 9-2-1813, f. 12.

²⁸ Cf. id., *ibid.*, liv. 18, conta de 19-1-1819, fs. 42 v.-43.

²⁹ Id., *ibid.*, liv. 17, conta de 29-3-1817, f. 50.

³⁰ Cf. id., *ibid.*, liv. 4, conta de 18-6-1793, fs. 40-40 v.

³¹ Id., *ibid.*, liv. 4, conta de 18-6-1793, fs. 38 v.-39.

³² Cf. id., *ibid.*, liv. 5, conta de 7-12-1798, fs. 280-280 v.; e conta de 10-1-1799, fs. 282 v.-283 v., respectivamente.

³³ Id., *ibid.*, liv. 6, conta de 27-9-1801, f. 191.

³⁴ Id., *ibid.*, liv. 10, conta de 9-10-1809, f. 253.

³⁵ Id., *ibid.*, liv. 1, conta de 25-2-1783, f. 571.

bou por regressar a casa³⁶. E em 1816, vários malfeitores, depois de assaltarem diversos montes nos termos das vilas de Vimieiro, Estremoz e Pavia, invadiram uma herdade no concelho de Évoramonte. Queimaram os palheiros e as cabanas e ameaçaram de morte o lavrador. Assustados com a ocorrência, os camponeses das imediações refugiaram-se nos povoados mais próximos, onde se sentiam mais seguros³⁷.

Nas estradas, os alvos mais frequentes do banditismo eram os almocreves, negociantes, correios e recoveiros, obrigados a viajar pela natureza da profissão. Porém, a incidência dos assaltos era de tal ordem que os inibia de circular, afectando seriamente a actividade comercial. Em 1812, os corregedores das comarcas de Évora, Beja e Setúbal, os juizes de fora de Aldeia Galega (actual Montijo), Palmela e Moita e o juiz ordinário de Alcáçovas, apresentaram à Intendência "hum quadro muito dolorozo do estado da falta de segurança nas Estradas da Provincia do Alentejo por cauza dos salteadores que as infestão e que proximamente practicaão muitos factos atrozes sobre grande numero de viandantes"³⁸.

Os almocreves, por questões de segurança, deslocavam-se quase sempre em grupo. No Alentejo, a estrada mais percorrida era a que ligava Elvas a Aldeia Galega, por constituir o elo de ligação preferencial entre Lisboa e a Espanha. Os pontos mais vulneráveis desta via de comunicação eram

as zonas de Silveiras e Vendas Novas, no termo de Montemor-o-Novo, e de Pegões, no termo de Aldeia Galega, devido à densidade do arvoredo. Em 1802, um grupo de 5 almocreves foi atacado nas Silveiras, 2 dos quais perderam a vida³⁹.

As autoridades judiciais não estavam, apesar da sua condição, livres dos ataques. Em 1818, num fim de tarde de Inverno, o corregedor da comarca de Vila Viçosa foi assaltado junto à vila de Canal, quando se deslocava em diligência do Real Serviço, na companhia de um criado e do escrivão da correição. Os agressores eram apenas 2, mas encontravam-se "bem armados com Espingardas, Pistolas de alcance e armas curtas". O magistrado, apesar de ter sido "por elles obrigado a apeaar se com ameaças de morte", conseguiu fugir com os acompanhantes. Todavia, o meirinho da mesma correição, como os seguia a alguma distância, acabou por ser roubado⁴⁰.

Também os feirantes se viam "obrigados a formarem ranchos para hirem com menos risco"⁴¹, o que não impedia, contudo, a frequência dos assaltos a vendedores e compradores, nas deslocações de ida e de regresso das feiras da Provincia. Os negociantes de prata e ouro, pelo valor das mercadorias transportadas, eram alvo especial da cobiça dos ladrões. Em 1801, um ourives do Porto foi assaltado perto de Estremoz, sendo-lhe roubados objectos de prata e ouro e alguns diamantes⁴². E outro indiví-

³⁶ T.T./M.R., mc. 455, cx. 570, ocorrência de 17-8-1805.

³⁷ Cf. T.T./I.G.P., Contas..., liv. 16, conta de 20-2-1816, fs. 72-72 v.

³⁸ Id., *ibid.*, liv. 12, conta de 10-11-1812, f. 276 v.

³⁹ Cf. id., *ibid.*, liv. 7, conta de 22-7-1802, fs. 12-13.

⁴⁰ Id., *ibid.*, liv. 18, conta de 1-12-1818, f. 29.

⁴¹ Id., *ibid.*, liv. 7, conta de 16-2-1803, f. 136.

⁴² Cf. id., *ibid.*, liv. 6, conta de 7-4-1801, fs. 137 v.-138.

duo da mesma profissão, em 1812, foi atacado por um bando de 16 homens nas imediações de Monforte⁴³.

Ficaram igualmente documentadas investidas a viajantes nas proximidades das feiras de Campo Maior, Fronteira, Vila Viçosa, Arraiolos, Montoito, Évora, N.ª S.ª de Aires (termo de Viana), Aljustrel e Castro Verde, apesar do reforço da vigilância nas vias de acesso, ao aproximarem-se as datas da sua realização. Em 1813, as autoridades judiciais de Vila Viçosa recorreram ao auxílio do exército para tentar deter uma quadrilha de 16 a 18 elementos que atacava os feirantes. Dós esforços dos militares resultou apenas a detenção de 7 dos assaltantes, tendo um soldado ficado ferido⁴⁴. E em 1815, o corregedor de Elvas solicitou a colaboração da cavalaria de Badajoz para conter as numerosas investidas de desertores e contrabandistas portugueses e espanhóis contra as pessoas que se dirigiam à feira de Campo Maior⁴⁵. Na feira de S. João de Évora, a mais famosa da região, além de patrulhas volantes do regimento de cavalaria da cidade a vigiar as estradas circundantes, 4 meirinhos inspeccionavam o próprio recinto, numa tentativa de "evitarem as rixas, os aruidos, os robos e os latrocínios que ordinariamente se cometem em feiras de tamanho concurso"⁴⁶.

Os centros urbanos de certa importância, devido à concentração de habitantes, à existência de autoridades civis e por vezes

de aquartelamentos militares, garantiam, em princípio, maior segurança. No entanto, no auto de residência efectuado em 1760 ao doutor José Inácio de Mendonça no termo do seu mandato de juiz de fora em Évora, sobressaem, entre os elogios que lhe foram então efectuados, os de ser "muito activo para prender e castigar ladrois" e de obrigar os seus oficiais a "rondar de Noyte porque dizijava trazer a Cidade em quietasão"⁴⁷. E em 1809, a câmara local notificou os proprietários de casas vazias, sem portas ou janelas, a fim de as repararem ou demolirem, pois serviam de esconderijo a malfeitores⁴⁸.

Se nem mesmo a capital da Província estava imune aos assaltos, os centros populacionais de menores dimensões eram ainda mais vulneráveis. Em 1809, um grupo de ladrões assassinou um pastor na vila de Aljustrel⁴⁹. Em 1810, ocorreram assaltos em Cabeço de Vide, Portel e Mourão e em pequenos povoados da região⁵⁰. Em 1819, a residência do prior da igreja de Santa Maria, na vila de Serpa, foi acometida por 7 ladrões; maltrataram o padre e uma das criadas e fugiram com cerca de 20 moedas de ouro⁵¹. Na Primavera de 1820, uma perigosa quadrilha de 2 dezenas de homens actuava na comarca de Vila Viçosa "com tal violencia e descaramento" ao ponto de saquearem aglomerados urbanos em pleno dia. A aldeia de Cunheira, no termo de Chancelaria, foi invadida pelas onze horas

⁴³ Cf. id., *ibid.*, liv. 13, conta de 6-6-1812, f. 188.

⁴⁴ Cf. id., *ibid.*, liv. 14, conta de 9-2-1813, f. 12.

⁴⁵ Cf. id., *ibid.*, liv. 15, conta de 7-9-1815, fs. 277 v.-278.

⁴⁶ T.T./ Desembargo do Paço, Alentejo-Algarve, mc. 212, doc. 50.

⁴⁷ Id. *ibid.*, mc. 595, doc. 26, fs. 10 e 10 v., respectivamente.

⁴⁸ Cf. Arquivo Distrital de Évora/Arquivo da Câmara de Évora, Vereações, liv. 56, acta de 19-10-1809, fs. 84-84 v.

⁴⁹ Cf. T.T./I.G.P., Contas..., liv. 10, conta de 6-12-1809, f. 283 v.

⁵⁰ Cf. id., *ibid.*, liv. 11, conta de 14-12-1810, f. 231 v.

⁵¹ Cf. id., *ibid.*, liv. 18, conta de 30-4-1819, f. 78.

da manhã, quando a maioria dos habitantes se encontrava a trabalhar nos campos das imediações; o chefe do bando ordenou o saque por uma hora; então os seus homens entraram nas casas, maltrataram os velhos e levaram mais de 20 cavalgaduras carregadas com o produto do roubo. E em diversas povoações, os moradores sujeitaram-se a entregar determinadas contribuições em dinheiro, para serem poupados à rapina. Outro bando que actuava na mesma altura na comarca de Avis, entrou em Benavila, roubando quase todos os habitantes⁵².

O banditismo tornou-se, na época, um fenómeno incontornável. Se por vezes abrandava em consequência de iniciativas de grande envergadura, pouco depois renascia com violência acrescida, perante a impotência e o desespero do poder local e central. Em 1798, o Intendente dava conta ao Ministério do Reino da proliferação de latrocínios e outros crimes em todo o Alentejo, "sem que em parte alguma houvesse segurança Publica"; perante as inúmeras queixas da população, decidiu pôr em acção "todos os Magistrados daquela Província", para capturar os salteadores e assassinos; e prometeu tomar medidas severas sobre os que se revelassem "negligentes" e os não prendessem "por medo ou ganhados por dinheiro os não perseguissem e mesmo lhes fizessem aviso para se porem em seguro"⁵³.

Em 1801, os habitantes da comarca de Évora formularam "repetidas queixas e representações" sobre o roubo sistemático de gado e a impossibilidade de circularem nas estradas sem serem acometidos por agressores, "muitos destes residindo nas terras á face dos Magistrados dellas que os conhecem por ciganos, dezertores, e outros que não tem modo de vida". Pina Manique responsabilizou o corregedor Manuel Simões da Rosa Moreira por tal situação, advertindo-o para o cumprimento dos numerosos avisos e alvarás que lhe enviara, e lembrando-lhe o dever de entrar, para o efeito, em todas as terras, não excluindo as dos grandes donatários⁵⁴.

O poder central valorizava, naturalmente, os magistrados que revelassem maior determinação e eficácia neste tipo de acções, como, por exemplo, o já referido juiz de fora José Inácio de Mendonça e ainda o corregedor António Procópio da Silva Pina ou o provedor José Paulo de Carvalho. Silva Pina recebeu, em 1783, um louvor oficial pela acção enérgica de combate ao banditismo nos termos de Évora, Montemor-o-Novo, Monforte e Fronteira⁵⁵. E José Paulo de Carvalho ao terminar, em 1802, o primeiro mandato como provedor da comarca de Beja, foi alvo de um pedido de recondução, por parte dos lavradores da região. O motivo invocado era a confiança nele depositada

⁵² Cf. id., *ibid.*, liv. 18, conta de 5-4-1820, f. 214 v.-217.

⁵³ Id., *ibid.*, liv. 5, conta de 5-10-1798, fs. 248 v.-249.

⁵⁴ A.D.E./A.C.E., liv. 143, Livro 9.º de Registos (1769-1828), ordem da Intendência Geral da Polícia de 10-2-1801, fs. 152 v.-153 v. A isenção de correição régia nos domínios senhoriais foi abolida pela carta de lei de 19-7-1790, embora a sua aplicação tivesse sido muito lenta (veja-se Teresa FONSECA, *Administração senhorial e relações de poder no concelho do Vimieiro (1750-1820)*, Arraiolos, Câmara Municipal, 1998, pp. 27 e 48-50. Id., *Absolutismo e municipalismo. Évora. 1750-1820*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 438. De qualquer modo, a isenção de correição nunca havia sido total nem definitiva. Pelo menos teoricamente, o soberano podia decretar diligências excepcionais nas terras isentas (veja-se António Manuel HESPAÑA, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, pp. 394-395). E algumas dessas excepções têm como motivo precisamente o combate ao banditismo (veja-se T. FONSECA, *Absolutismo...*, pp. 440-441).

⁵⁵ Cf. T.T./I.G.P., *Contas...*, liv. 2, conta de 31-10-1783, fs. 18 v.-19.

"para rebater os Ladroens e Assassinos que grassão naquella Provincia"⁵⁶. Pina Manique apoiou a representação popular⁵⁷, o que deve ter sido determinante para a sua permanência no cargo durante mais dois anos. Em 1804 foi promovido a desembargador da Relação do Porto com exercício de corregedor em Évora. E entre os "destintos servissos" que lhe proporcionaram o acesso à magistratura superior⁵⁸, foi certamente incluída a perseguição aos salteadores, tarefa que prosseguiria com o maior empenho na comarca de Évora, de onde coordenou acções de combate em toda a Província⁵⁹.

A incapacidade dos ministros territoriais em controlar o fenómeno da violência não pode, todavia, ser atribuída simplesmente à conivência, incúria ou receio. A fragilidade dos recursos repressivos ao seu alcance, a extensão das respectivas áreas de jurisdição e a diversidade e multiplicidade das funções de que eram incumbidos, dificultavam consideravelmente a execução de tão árdua tarefa. Eram então numerosas as representações destes oficiais às instâncias superiores do poder, registando detalhadamente as ocorrências nesta matéria; ao mesmo tempo, demonstravam a sua impotência para as evitar e solicitavam, insistentemente, o apoio do exército. Ora tais atitudes revelam, pelo menos, preocupação com o problema.

A colaboração militar, embora inferior à desejada pelas autoridades civis, ocorria com frequência. E um exemplo eficaz dessa cooperação foi a operação, morosa e arris-

cada, de desmantelamento de um perigoso bando que actuava, em 1820, nas imediações de Évora. O chefe, acusado de "inumeráveis e atrozes crimes", foi morto por um delactor aliciado pelo juiz de fora da cidade. Encontraram-lhe diversas armas e munições, bem como o apito utilizado para reunir os seus homens; com ele, atraíram e prenderam alguns membros do bando. Quando se espalhou a notícia, "foi extraordinaria a allegria dos moradores da Cidade (...) por se verem assim livres daquella Quadrilha"⁶⁰.

Apesar da colaboração do exército ter sido, em muitos casos, determinante no bom êxito deste tipo de operações, havia queixas frequentes contra os soldados, tanto da parte das autoridades civis como da população. Acusavam-nos de se apoderarem do dinheiro, armas e cavalgadas dos assaltantes no momento da detenção, eliminando assim as provas dos crimes e desautorizando os juizes, que acabavam, deste modo, por ter de os libertar. Muitas vezes, eram eles próprios os autores dos roubos, cujo produto passavam para Espanha, com a cumplicidade de almocreves. Estas ocorrências levavam a Intendência da Polícia a recomendar às chefias militares a realização de revistas frequentes à tropa e a proibição de saída dos soldados dos quartéis, durante a noite⁶¹.

Tais medidas, porém, eram pouco eficazes. Em 1811, um camponês de Castelo de Vide matou um soldado do regimento de milícias de Portalegre, quando o surpreen-

⁵⁶ *Id.*, *ibid.*, liv^o 6, conta de 17-4-1802, f. 291.

⁵⁷ *Cf. Id.*, *ibid.*

⁵⁸ A.D.E./A.C.E., liv^o 143, Livro 9^o..., carta de mercê de 9-8-1804, f. 194.

⁵⁹ *Cf. T.T./D.P.*, A.-A., mç. 260, doc. 43.

⁶⁰ T.T./A.G.P., Contas..., liv^o 18, conta de 8-4-1820, fs. 217 v.-218.

⁶¹ *Cf. Id.*, *ibid.*, liv^o 5, contas de 2-4-1798, fs. 197-198 e 202-204.

deu a assaltar-lhe a fazenda, em companhia de mais colegas de unidade e de outros do regimento de artilharia de Elvas⁶². Em 1818, as imediações desta última cidade eram, durante a noite, inspeccionadas por patrulhas militares. Porém, no dia seguinte, hortelões e quintaneiros queixavam-se frequentemente de furtos, precisamente nas áreas onde se haviam efectuado as rondas⁶³.

Além da colaboração do exército, os magistrados periféricos contavam, muitas vezes, com a dos populares, afinal as principais vítimas do banditismo e por esse facto os primeiros interessados no seu combate. O próprio alvará régio de criação da Intendência Geral da Polícia previa, como acima referimos, a colaboração dos particulares. Estes podiam perseguir e capturar ladrões, ociosos e vagabundos, "pela sua própria autoridade, convocando a gente necessária", devendo em seguida remetê-los ao magistrado judicial mais próximo. Por vezes, eram as próprias autoridades a tomar a iniciativa de organizar os habitantes das localidades da sua jurisdição. Em Janeiro de 1809, o juiz de fora da vila do Redondo, perante a vaga de assaltos do ano anterior, convidou "os moradores abonados" a constituírem uma guarda de polícia⁶⁴. Em 1816 ocorreu um curioso exemplo de organização popular de combate ao latrocínio. Uma testemunha presenciou, a alguma distância, uma investida de 3 homens contra um viajante isolado, num local próximo do Vimieiro. Correu então à vila, "convocou o Povo", e em conjunto acabaram por encontrar os

ladrões e reaver o produto do roubo; os bandidos "reestirão fortemente" e acabaram por fugir, embora um deles tivesse ficado gravemente ferido⁶⁵.

A miséria, a marginalidade e a violência constituíram, no Alentejo de finais do Antigo Regime, uma grave questão social, que o poder central - apesar dos esforços de articulação com as instituições locais de carácter administrativo e judicial, militar e até religioso - não logrou solucionar.

Os pensadores ilustrados que se interessaram pela realidade alentejana, naturalmente preocupados com um fenómeno de tal impacto e amplitude, procuraram identificar-lhe as causas e apontar-lhe as soluções. Estas últimas incluem propostas nas mais diversas áreas: a alteração da estrutura da propriedade ou do sistema de exploração da terra; a reorientação da instrução pública num sentido mais abrangente e pragmático; a criação de instituições de assistência inspiradas no modelo casapiano; o apoio jurídico, económico e financeiro aos pequenos agricultores; o repovoamento das áreas desertas; a promoção de "sociedades patrióticas"; ou a incorporação militar forçada dos homens válidos desocupados.

As duas primeiras sugestões eram inviáveis no âmbito de um regime de monarquia absoluta. Outras, não encontraram o devido acolhimento nas esferas governativas, manietadas pelo esgotamento dos recursos financeiros e assoberbadas com as urgências da guerra, o caos económico e a crescente

⁶² Cf. id., *ibid.*, liv. 12, conta de 24-10-1811, fs. 78 v.-79.

⁶³ Cf. id., *ibid.*, liv. 18, conta de 17-10-1818, f. 7.

⁶⁴ Id., *ibid.*, liv. 10, conta de 12-1-1809, f. 46.

⁶⁵ Id., *ibid.*, liv. 16, conta de 30-1-1816, fs. 52 v.-53.

agitação político-social. As quatro últimas propostas, porém, chegaram a ser parcialmente implementadas ou pelo menos pontualmente ensaiadas. Mas tais tentativas, de fracas ou mesmo nulos resultados, revela-

ram-se insuficientes para inverter a situação, que se prolongaria muito para além da revolução vintista, em boa parte devido às dificuldades de consolidação do liberalismo português.

O Municipalismo e o Concelho de Vila Viçosa no Século XIX

Nuno Vitor de Pádua Marcelino Antunes Milheiro *

Introdução

O Liberalismo trouxe consigo um forte anseio municipalista. Queria-se um progresso com base num espírito fisiocrático que, por acção concelhia, consolidasse o sentimento nacional. No entanto, em Portugal, a revolução liberal alterou as instituições, mas as reformas económicas, sociais e, até, administrativas não terão a profundidade adequada às transformações políticas, seguindo-se um lento processo reformista, onde a legislação era promulgada mas só executada tardiamente, quando o era, fruto de uma menor capacidade de transformação dos grupos progressistas e da constante pressão das forças conservadoras.

1 - O MUNICIPALISMO NO SÉCULO XIX

Logo nas Cortes Constituintes de 1821 se pretendeu relançar a dinamização dos concelhos. Na Constituição de 1822 previa-se a salvaguarda dos antigos direitos e tradições dos municípios. As ideias reformistas não foram por diante devido à Contra-revolução de 1823. A Carta Constitu-

cional de 1826 terá presente a preocupação pela reforma da administração local, que seria objecto de lei especial. Para o efeito pediram-se pareceres a individualidades competentes na área¹. À Câmara dos Deputados foram apresentados os projectos de código administrativo de Rebelo da Silva, inspirado nas ideias centralizadoras do francês Bonnin², de Francisco de Campos, partidário da descentralização, e de Moraes Sarmento, inspirado no modelo brasileiro. Todos eles serviram de fontes para a reforma empreendida por Mouzinho da Silveira. O diploma promulgado pelo governo liberal e que vigorou a partir de 1834, era profundamente centralizador.

Entretanto, sucede a revolução setembrista e, em 1836, é promulgado novo código administrativo, este amplamente descentralizador. A partir desta altura principia um movimento de alternância entre políticas centralizadoras e políticas descentralizadoras, ora enfraquecendo, ora fortalecendo o poder autárquico, em termos de competências e de atribuições, tendo por agravante a precaridade e a rapidez das mudanças que se vão sucedendo.

* Mestre em História Moderna

¹ Diário da Câmara dos Senhores Deputados, vol. II, 1828, p. 161.

² Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, T. III, 1827, p. 478 e segs.

Assim, o código administrativo de 1842 irá revogar o anterior. Entretanto, em 1867, é aprovado novo código, elaborado por Martens Ferrão, destinado a substituir o de 1842, vigorando apenas até 1868, substituído pelo que tinha procurado revogar, e que se manterá em vigor até 1871. Nesse ano entra em vigor um novo código administrativo, em que se reforça o poder das Câmaras Municipais. Este será a principal fonte para o código administrativo de 1878, elaborado por Rodrigues Sampaio, onde se consubstancia a consagração legal da descentralização.

Propostas para a regeneração da vida municipal foram, durante o século XIX, tornadas públicas por outras ilustres personalidades da época, como Alexandre Herculano, Henriques Nogueira e Almeida Garrett.

Herculano pretendia a reforma das instituições concelhias e a descentralização administrativa com base na estrutura municipal. O município devia ser, segundo ele, o motor do desenvolvimento regional, conservando as qualidades de forte impulsionador do progresso da sociedade, acrescentando-se-lhe eficácia e modernização adequadas, de maneira a que os concelhos se tornassem em ricas, grandes e autónomas unidades administrativas que fizessem de Portugal uma federação de concelhos, impondo-se o país real ao país legal, aos sistemas centralizados o governo do país pelo país³.

Henriques Nogueira era o paladino do regionalismo. Intransigente crítico do siste-

ma administrativo de Mouzinho da Silveira⁴, por centralizar em demasia, dando pouca importância ao elemento municipal, adepto do código administrativo de 1836, onde se privilegiava a descentralização e a autonomia municipal, considerava o município como fonte de progresso da comunidade local e do país, como o cavalo e a carruagem que por bons caminhos a nação levaria a um promissor futuro⁵.

A posição de Almeida Garrett diferia das de Herculano e de Nogueira, indo na direcção do que Mouzinho da Silveira tinha decretado em 1832 e vigorado desde 1834, pondo-se ao lado dos liberais que preferiam uma maior centralização administrativa, com base na legislação francesa.

Os princípios teóricos administrativos são, evidentemente, fundamentais, mas, na prática, terão enormes dificuldades para se ajustarem a estruturas concelhias necessitadas de urgente reformulação, sempre olvidada ou feita de acordo com os interesses de alguns, e integradas em contextos muito diversificados, avessos a quaisquer pretextos uniformizadores que implicassem a subserviência a leis e entidades estranhas à municipalidade, que se via desprovida da sua identidade executiva, até de independência financeira, que a precaridade das mutações ou correcções e acrescentos gerais à lei administrativa prejudicou ainda mais, por obstar a uma estabilidade de modelos e formas de acção propícias a alterações estruturais que permitissem uma conjuntura de progresso concelhio.

³ BEIRANTE, Cândido, *Descentralização, Municipalismo e Cooperativismo*, p. 44-45, 58.

⁴ *Idem*, op. Cit., p. 63.

⁵ NOGUEIRA, Félix, *O Município no Século XIX*, pp. 101-163.

II - O MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA (1835-1879)

1. Estrutura Municipal

Em 1834, Vila Viçosa deixou de ser cabeça de uma grande comarca de 14 vilas, ficando sujeita à comarca de Estremoz. Após o Redondo passar a ser cabeça de comarca em 1837, até 1875 cessou progressivamente a autonomia judicial de Vila Viçosa. A reforma administrativa de 1834 foi posta em prática em Vila Viçosa em 1835, ficando a dita vila a pertencer ao distrito de Évora.

Nessa altura, o cargo de Juiz de Fora, que era Presidente da Câmara, Magistrado Administrativo e Magistrado Judicial de 1ª Instância, deixou de figurar, sendo substituído na presidência da Câmara pelo Vereador mais velho dos cinco que a compunham, provisoriamente. A partir de 1837, a Câmara passou a constar de 7 vereadores, que diminuíram para 5 em 1841, ano em que as eleições para os corpos gerentes passaram a ser bienais, em lugar de anuais, como até então, aumentando outra vez para 7, em 1878, com eleições quadrienais, de renovação de corpos gerentes parcial bienal. A Câmara era ainda composta por um Procurador do Concelho, um Tesoureiro e um Escrivão. Estes dois últimos eram nomeados pelos vereadores, dos quais, após eleições, ficava na presidência o que tivesse obtido maior número de votos. O corpo municipal não tinha necessariamente de ser composto por naturais da vila, nem por nobres ou por quem tivesse riqueza. Tinha, como empregados, um advogado, um médico, um cirurgião, um meirinho, um quartel-mestre, um porteiro e um aferidor e relojoeiro (até ser extinto este último), a que se juntava a par-

teira do berço ou da roda dos expostos. A Câmara tinha ainda a seu cargo o almoxarife. O serviço de policia achava-se a cargo do Corpo de Ordenanças. A almotaceria acabou por ser extinta, substituídos os almotaceis, em 1835, por Juizes Pedâneos ou Eleitos.

O Corregedor da Comarca, enquanto existiu, controlava a vida local, do município, recebendo ordens directamente do Governo Geral do Reino. Era nomeado pelo Prefeito do Alentejo, assim como o Provedor do Concelho. A partir de 1835, o Prefeito do Alentejo toma o nome de Governador Civil e, em vez dos Provedores do Concelho, cria-se o cargo de Administrador do Concelho. Com o código administrativo que entrou em vigor em 1837, o Governador Civil passou a ser denominado de Administrador Geral. Com o código administrativo de 1842, o Administrador deixa de ser eleito e passa a ser nomeado pelo Governo, facto que se manteve até 1879.

A partir de 1835, a municipalidade deixou de ser assistida por um Conselho Municipal, instalando-se o ditatorialismo camarário e o autoritarismo governamental. O Conselho Municipal foi reabilitado com a reforma administrativa de 1841, para votar, juntamente com os vereadores, a aprovação de orçamentos, contas anuais e criação de novas tributações, sendo composto por 20 vogais, residentes no concelho e que soubessem ler e escrever. Este número de vogais foi diminuindo enquanto o Conselho funcionou, passando a 10 em 1842, que não podiam exercer outros cargos administrativos. Com o código administrativo de 1878, desapareceram, outra vez, os Conselhos Municipais, ficando todas as decisões camarárias entregues ao arbitrio da Junta

Geral do Distrito, estranha ao concelho, estabelecida em Évora desde 1841, a capital do Distrito.

Em 1878, a Junta Geral do Distrito foi inteiramente renovada, com os seus vogais a ser eleitos por votação popular, tendo uma comissão permanente de eleição anual (Comissão Distrital) a que cabia a aprovação de orçamentos de Câmaras, Juntas de Paróquia e Irmandades, que anteriormente era da competência do Governador Civil e do Conselho de Distrito. O Conselho de Distrito era presidido pelo Governador Civil, ficando as suas atribuições restringidas à tomada de contas dos corpos administrativos e ao contencioso da mesma natureza.

Com a reforma liberal de 1834, o concelho de Vila Viçosa passou a ter nova circunscrição, para se ajustarem as novas freguesias rurais à primitiva demarcação do termo da vila, que se dilatou para oriente e poente, conservando as antigas demarcações a norte, com Borba, e a sul, com o Alandroal. O concelho ficou com 6 freguesias, inteiras, duas urbanas e 4 rurais. As freguesias eram encabeçadas por subalternos do Administrador do Concelho, os Comissários de Paróquia, que nas freguesias rurais sucediam aos Vitaneiros, criando-se, igualmente, as Juntas de Paróquia, de nomeação camarária provisória e constituídas por 5 vogais, as da vila, e por 3 as rurais, passando, mais tarde, a ser eleitos, por determinação do Governador Civil, por votação popular. Em 1837, os Comissários de Paróquia passaram a chamar-se Regedores de Paróquia, tendo Cabos de polícia às suas ordens. As Juntas de Paróquia tiveram então um acréscimo de 2 vogais, tendo a Câmara deliberado no sentido de reduzir a 3

as Juntas, anexando 2 freguesias sob uma só administração. Em 1878, as Juntas de Paróquia passaram a 5, constando de 5 efectivos e outros tantos substitutos, todas elas, com gerência por quadriênios, com renovação parcial bienal, tal como a Câmara Municipal e a Junta Geral de Distrito.

2- Eleições e Caciquismo

Após a derrota da causa Miguelista, os liberais triunfantes trataram de dissolver todas as Câmaras Municipais da, ainda, comarca de Vila Viçosa, promovendo, uma simulação de eleições, já que se tratou de compor as Câmaras de gente afecta ao Liberalismo, destituindo-se todos os funcionários affectos à realza. O livro de vereações desse ano desapareceu, e com ele tiveram também sumisso os documentos referentes a uma eleição de Deputados realizada nesse ano de 1834, para as Cortes Constituintes. Este, até 1878, não foi caso único.

Em 1835, no concelho de Vila Viçosa, houve a 1ª eleição, com base numa nova reforma judicial, dos Juizes de Paz, que ficariam à cabeça das Paróquias, eleição essa anulada pelo Governo, devido a, segundo os representantes governamentais presentes, várias irregularidades cometidas. Repetiu-se a eleição, desta vez à porta fechada.

Entre 1835 e 1879, as eleições eram extremamente frequentes, algo que tinha a ver com o facto de a maior parte dos cargos electivos ter uma vigência de mandato anual, isto até 1878.

Sem grandes variações, concorriam às eleições para a Câmara Municipal sempre os mesmos indivíduos que, ora acumulavam mandatos, ora eram eleitos à vez, rotativamente, acumulando, muitas das vezes,

cargos camarários vários, e cargos judiciais e militares. Entre 1834 e 1842, e, depois, entre 1858 e 1869, serão praticamente os mesmos indivíduos os que dominam todas as eleições no concelho de Vila Viçosa, assumindo-se como autênticas peças imutáveis da muito bem montada máquina eleitoral liberal, que abarcava desde as eleições para Administradores do Concelho (enquanto os houve), até às eleições para Regedores de Paróquia, passando pela sempre apetecida Câmara Municipal. Nem o cargo de Juiz Ordinário lhes escapava. Nem as constantes mudanças governamentais alteravam fosse o que fosse. Os nomes eram sempre os mesmos. Algo de semelhante se passava nos sucessivos governos da nação.

Alguns destes indivíduos chegarão a ser eleitos Deputados às Cortes Constituintes, mais pela sua riqueza material do que pela valia do seu discurso. Outros ocuparam ininterruptamente, até falecerem, o mesmo cargo.

As eleições, ditas populares, não eram muito concorridas. Os nomes pouco variavam, os eleitores já sabiam ao que iam. Daqueles que tinham o direito de votar, poucos o exerciam por não haver alternativas ao sistema electivo montado pelo governo, que só se tinha dado a esse trabalho por uma mera questão de credibilidade política. Quando se vislumbravam alternativas, as eleições eram renhidas, e acontecia o sucedido, em Vila Viçosa, a 3 de Agosto de 1845, a propósito de uma eleição indirecta para Deputados:

“(…) Já então se agitavam os ânimos predispondo a revolução da Patuleia e por consequência houve oposição aos candidatos cabralistas ou governamentais. (...) Distinguiu-se então como oposicionista (...) Ernesto Maria Vidigal Montenegro (...), que casara com uma viúva rica. Porém, os oficiais de Caçadores nº 6 que votavam com o Governo, maltrataram-no muito de palavras (...), custando muito a evitar que se profanasse o lugar santo⁶ com espancamentos e efusão de sangue (...)”⁷.

A repressão à livre expressão de opiniões era uma realidade e assumia atitudes e contornos que em nada abonavam à credibilidade de qualquer tipo de entidade governamental. Um excelente exemplo da falta de liberdade dos votos que caíam nas urnas é o das eleições municipais de 1877:

“(…) Quando os caudilhos e galopins vinham às aldeias, (...) não duvidavam entrar nas tabernas para afagarem os eleitores devotos de Baco (...).

Devassava-se a vida de cada um para se lhe conhecerem as dependências e obrigá-los por meio dos seus patronos a votarem com esta ou com aquela lista. E porque muitos queriam agradar a ambas as partes aceitavam também muitas listas para enganarem a um ou dois partidos.

(...) Os chamados anfíbios que pretendiam servir aparentemente a ambos os partidos e só votaram por um sofreram vinganças por parte daqueles mesmos a quem tinham servido porquanto apesar de todas

⁶ A Igreja Matriz da vila.

⁷ ESPANCA, Joaquim, Memórias de Vila Viçosa, nº 17, p. 37.

as precauções sempre é difícil averiguar por onde votou qualquer assim em eleições guerreadas⁷⁸.

Era a isto que se resumia a igualdade do cidadão perante a lei e onde começava a imparcialidade da sua aplicação. Tanta violência e tropelia transformavam o acto de votar numa perfeita inutilidade, posto que estava nas mãos de quem se via destituído de vontade própria assumida, ou a via tolhida por valores pouco condizentes com uma necessária postura escrupulosa e verdadeiramente cívica.

3. *Tributos, Receitas e Despesas*

Nos tributos que revertiam a favor da Igreja, entre 1835 e 1879, foram abolidas as dizimas e conservados os chamados bolos dos Curas das freguesias rurais (colectados em alqueires de trigo e de cevada), a que se acrescia emolumentos de cartório e de pé de altar, assim como diversas fintas (do Pregador, da cera e da festa do Orago), custeadas pelas gentes do campo.

Nos tributos para o Estado, contribuições directas e indirectas, contavam-se a Terça dos bens do Concelho, que continuou a subsistir (desde 1864 passou a ser gasta nas estradas municipais), a Sisa, continuou a cobrar-se o Cabeção (recaia sobre os chefes de família) sob o nome de imposto de rendas de casa, desde 1860, permaneceram os direitos de mercê de nomeação para empregos civis e eclesiásticos, o Real de água (imposto sobre bens de consumo), criou-se a Décima Industrial, para tomar o lugar do Maneio, prevaleceu a Décima Pre-

dial, que em 1854 tomou o nome de contribuição predial de repasto, um tributo mais flexível, não restringido à décima parte do rendimento colectável, os Quintos, a Décima de juros e empréstimos, a Pensão aos Médicos de Coimbra (que em 1879 já revertia em benefício da viação municipal), o Papel Selado (continuamente de valor corrigido e aumentado).

Em 1854, se para a Igreja revertiam à volta de 15 000 reis em moeda, fora os géneros colectados, para o Estado, nessa data, só de contribuições prediais, eram tributados no concelho de Vila Viçosa 4 contos, soma que ascenderá, em 1881, a 8 contos, fora as contribuições indirectas.

Para a Casa de Bragança, desde 1834, deixaram de reverter todos os prestamos em seu favor, com a passagem do foral de D. Manuel a um valor meramente histórico.

Entre os tributos para o Município, a portagem foi abolida, vigorando somente o Real de água (sobre vinho, carne e peixe vendidos ao miúdo), o imposto das carretas provenientes de fora do termo do concelho (que pouco rendia), as multas por coimas e as fintas extraordinárias, para colmatar as receitas ordinárias quando era preciso.

O liberalismo suprimiu algumas receitas camarárias, sem lhes encontrar substituto válido indispensável para custear despesas imprescindíveis. O Real de água não chegava para acudir à desordem financeira do município. Não havia, frequentemente, sequer dinheiro para pagar aos empregados da Câmara Municipal, a quem se devia, em 1838, mais de 5 contos, só integralmente pagos em 1878.

⁷⁸ Idem, n.º 19, pp. 73-74.

Para gerar receitas e equilibrar as finanças do município recorria-se ao lançamento de impostos, como o imposto de vinhos, vinagres e aguardentes, o imposto de viação, a incidir sobre carros, animais de tracção e transeuntes da vila (destinado a obras públicas), e o imposto de Ver-o-peso pago no acto da obrigatória pesagem dos gados (destinado para despesas do município).

Os liberais tinham prometido aliviar a população de algumas pesadas contribuições a que estava sujeita, mas é interessante verificar que, em 1840 continuava-se a pagar todos os antigos impostos municipais e gerais anteriores a 1834, à excepção das tributações várias que revertiam a favor da Casa de Bragança e a pesada dízima que outrora beneficiara a Igreja.

A situação das finanças municipais era constantemente paupérrima. Em 1841, os impostos lançados, que anteriormente mencionámos, renderam 750 000 reis, numa altura em que o Concelho pagava 5 000 000 reis de décima ao Estado. Em 1843, as rendas do Concelho, fruto de novos e variados impostos, ascendiam já a 1 700 000 réis, que, ainda assim, mal davam para equilibrar o orçamento municipal. O resultado foi o acumular de dividas ao Estado e a consequente penhora por parte deste de património municipal. A situação financeira da Câmara via-se agravada por também ter de suportar despesas da Administração do Concelho, o que fazia desde que entrou em vigor a primeira reforma administrativa liberal.

Em 1849, restabeleceu-se o Rendeiro da vila (cargo lucrativo para a fazenda municipal), criou-se o Terrado (recaía sobre feirantes estranhos à vila) e o imposto municipal. Com isto pretendia-se endireitar a contabili-

dade municipal sem onerar em excesso o povo que já mal tinha para pagar os encargos que sobre ele recaíam. As dividas iam sendo amortizadas em prestações, jogando-se, por vezes, com a morte dos credores.

Em 1863, finalmente, o cofre municipal apresentou um saldo positivo de quase 1000 réis, apesar de ainda haver algumas dívidas de anos transactos por satisfazer (salários em atraso). Isto demonstra um certo restabelecimento orçamental, de que é exemplo algo animador o orçamento municipal do biénio de 1875/76, onde as receitas deram para cobrir as despesas, havendo até dinheiro para investir em alguns melhoramentos no município, sem se ter de recorrer a empréstimos. No entanto, a pesada máquina administrativa estatal que o Concelho era obrigado a alimentar e manter continuava a engolir a grande fatia das receitas.

4. Análise Demográfica

Durante o período a que nos reportamos, a população de Vila Viçosa foi aumentando gradualmente. Os números mais próximos a 1834 que encontramos dizem respeito ao ano de 1801, onde havia a registar 1648 fogos e 5372 habitantes em todo o Concelho. Em 1821, apuradas as duas freguesias urbanas da vila, nelas contavam-se 3424 habitantes, suspeitando-se, logicamente, que a população em todo o Concelho, de que não dispomos de números, seria muito maior, relativamente a 1801, a que havia de acrescentar, para além da população rural, numerosa, o Regimento de Cavalaria nº 2, os 6 Conventos de frades e de freiras, os dois Hospícios de frades e o Seminário ou Colégio dos Reis, tudo, na maior parte, gente proveniente de fora.

É provável que tenha havido uma ligeira quebra em 1835, devida à nova reforma administrativa que reduziu o número de freguesias afectas a Vila Viçosa. Relativamente a isto, podemos referir que, em 1846, contaram-se 1503 fogos, no conjunto das 6 freguesias do Concelho, o que aponta para uma pequena diminuição da população, talvez devido, precisamente, ao factor acima referido. No entanto, isto talvez não queira dizer nada, uma vez que no Censo de 1890 é-nos apresentado o mesmo número de fogos de 1801 (1648), acusando um aumento populacional relativamente a 1846 (6618 habitantes, no total concelhio).

Entre tudo isto, incluímos o recenseamento geral de 1863, onde se referem 1597 fogos no conjunto das freguesias do Concelho, a que correspondiam 6167 habitantes, que, somados ao Regimento de Cavalaria nº 3, aumentariam para 6708. Ambos os números, de fogos e almas, são menores que os vistos para 1890, o que nos faz inclinar para um progressivo aumento populacional.

De 1801 a 1890, o Concelho de Vila Viçosa, apesar de diminuído, viu a sua população crescer em cerca de 1446 habitantes em 90 anos, um aumento relativamente significativo se atendermos às naturais oscilações provocadas pelas invasões francesas e as guerras civis liberais, que muito depauperaram a vila, tanto económica como demográficamente, a que se podem juntar os vários períodos de crise atravessados (crises financeiras da edilidade e consequentes aumentos de impostos, secas, escassez de bens alimentares, uma ou outra epidemia de cólera morbus, varíola e sarampo, a extinção das ordens religiosas, o desguarnecimento militar da vila, perseguições, exílios,

degredos e assassínios), o que tem forçosamente que implicar uma grande capacidade de atracção populacional por parte desta vila, situada numa zona propícia para a agricultura numa região onde os solos férteis não eram o denominador comum, onde o progresso começou a assentar arraiais a partir da década de 70 do século XIX (construção de estradas), e onde viviam mais indivíduos nas freguesias rurais do que nas freguesias urbanas, implicando isto que o campo continuava a ser a principal fonte de trabalho, empregando famílias inteiras, por sinal numerosas.

5. Estrutura social e estruturas de sociabilidade

Num Concelho em que predominam as freguesias rurais em relação às urbanas, onde a agricultura era a principal actividade, bem como a pastorícia que se ia fazendo, é lógico dizer que a grande maioria da população de Vila Viçosa se encontrava ligada a estas actividades.

Os indivíduos ligados ao comércio e aos ofícios não abundavam. Os eclesiásticos também não. Havia nobres, não tão poderosos como outrora, militares de carreira, fruto da posição estratégica da vila e uma minoria de homens iluminados, tais como artistas, médicos, advogados e letrados.

O estatuto social adquiria-se pelo funcionalismo. O poder concelhio era exercido por um pequeno número de indivíduos, comerciantes e proprietários, todos burgueses, que iam enriquecendo à custa dos seus negócios extremamente beneficiados pelo facto de exercerem cargos públicos onde podiam velar directamente pelos seus interesses pessoais. Com o liberalismo adveio

também, ao aglomerado urbano da vila, os funcionários que a máquina burocrática governamental exigia para poder emperrar com eficiência, juntamente com o fenómeno do desemprego.

As festas e procissões religiosas eram o veículo de socialização preferido pelas gentes da terra, principalmente as mais humildes. As visitas régias à vila eram os acontecimentos sociais mais marcantes, envolvendo toda a população. Todas as festividades eram concorridas, e abrilhantadas com muita música e alegria, procurando-se esquecer misérias passadas e ganhar forças para enfrentar adversidades futuras, também sendo o meio ideal para negociatas clandestinas e exaltação de rancores vingativos, sempre um local e tempo de contactos vários, que desde 1850 passou a contar com a ambiência dada pela Filarmónica Calipolense, que em 1870 dará origem à Sociedade Filarmónica Esperança, sua concorrente, ambas tendo, sendo associações recreativas, um forte papel de dinamização social e até cultural, e pólo de oposições políticas diversas, concretamente entre Regeneradores, de um lado, e Progressistas, do outro.

A política estará sempre presente na vida das freguesias urbanas do concelho e será a causa do despoletar de animosidades e de contendas nunca resolvidas e responsáveis pela fundação de novas sociedades recreativas, dada a difícil coabitação entre os seus frequentadores. A União Calipolense será fundada em 1878, para servir de bastião aos Regeneradores da vila.

Em 1841, foi instituído o Teatro Calipolense, levantado no último andar do palácio dos Corregedores. No entanto, as gentes da

vila não tinham por hábito a sua frequência, acabando por cair no esquecimento, terminando as suas actividades dramáticas em 1853.

Em 1863, fundou-se mais outra sociedade recreativa, esta composta de indivíduos de todas as classes sociais, a Sociedade Artística de Recreio, onde os artistas eram a minoria. Em Vila Viçosa, as sociedades de carácter elitista não tiveram futuro por os abastados adeptos do luxo serem muito poucos no meio de uma pobre generalidade populacional que todos os dias lutava por sobreviver. Um bom exemplo disso é o facto de se ter fundado, em 1852, uma sociedade, denominada "Club", que só era frequentada por altas patentes militares e civis da classe mais alta, e esta só ter durado meia dúzia de anos.

6. A vida económica

Toda a economia calipolense girava em torno da agricultura e suas variantes. A própria indústria, que tinha como principais actividades o fabrico de telhas e a concepção de cal, bem como a elaboração de estrumes e os lagares de azeite, igualmente a produção de pão e de vinho, estava directamente dependente da agricultura, podendo o mesmo dizer-se do comércio, que vivia da transacção dos produtos agrícolas e do gado, que a pastorícia lhe fornecia.

A Câmara, atenta a isto e para que as terras não caissem em mãos de um qualquer estrangeiro e pudessem ser proveitosas para as gentes da vila, procedeu, em 1836, ao aforamento geral das coutadas.

Para melhor se defender a agricultura das agruras da natureza e da própria falta de condições económicas dos produtores

para a plantação de novas sementeiras, houve a ideia de criar uma Caixa Económica Calipolense, que, no entanto, não passou do papel, ficando, a partir da extinção do Celeiro Comum, em 1860, os agricultores entregues às mãos dos usurários sempre que tinham necessidade de contrair empréstimos.

Os produtos produzidos no concelho eram: trigo, centeio, cevada, milho, favas, palha, grão de bico, feijão branco, feijão frade, feijão amarelo, azeite e azeitona, pêsegos, laranjas, uvas e vinho, mel, cera, farinha de trigo, farinha de centeio, carne de porco, carne de carneiro, queijos de ovelha e de cabra, lã, aveia e chincharras, isto só para dar relevo aos mais importantes. Os preços variavam de acordo com bons ou maus anos agrícolas e com o volume de exportações. Os anos de preços baixos eram maus para os agricultores, que, assim, mal viam compensadas as suas despesas. Os bons anos agrícolas eram também bons para produtores e comerciantes só quando se ligavam a exportações relevantes, o que fazia aumentar os preços e contentar todos os sectores da economia rural de Vila Viçosa. O mercado externo era mais rentável que o interno, onde os preços altos afugentavam os compradores, na sua maioria de fracos recursos económicos.

Em 1855 houve uma subida de preços relacionada com a Guerra da Crimeia. Os cereais, gados, vinho e aguardente, que até então rendiam pouco, foram, nessa altura, muito procurados pelos ingleses, para fornecimento dos seus exércitos, subindo por isso o seu preço. Os agricultores viram-se cheios de libras esterlinas.

Em 1865, o Governo abriu as portas do mercado nacional à livre admissão de cereais estrangeiros. Causou isto um abalo tão forte na economia rural calipolense que nos anos seguintes não mais houve dinheiro com abundância e os prédios começaram a decair nos seus valores venal e de renda, vendo-se o agricultor e o propretário extremamente prejudicados nos seus interesses. O povo não podia pagar os bens a preços elevados, mas o agricultor, quando tal acontecia, era porque não os podia vender mais baratos, por causa das despesas de produção e, em particular, dos impostos que recaíam sobre a sua actividade. A partir de então, só o azeite e o vinho é que produziam rendimentos avultados, tendo-se, portanto, generalizado a plantação de vinhas e olivais.

Em 1878 houve uma excelente colheita de azeitona, que não abundava nos outros concelhos da província alentejana. A procura foi muita e o preço subiu para valores muito elevados para o que era costume ser posto à venda, subindo à medida que iam aumentando as exportações. Quase todo o azeite foi comprado por comissários de Elvas para mercadores do Porto e para consumo no norte do país.

Quando estas benesses não tinham lugar, lá se iam esforçando os calipolenses por conservar e tornar mais eficaz a sua auto-suficiência, tão necessária para a sobrevivência das populações afastadas dos grandes centros de comércio. Felizmente, como veremos, o isolamento de Vila Viçosa foi-se tornando cada vez menos evidente.

Realizavam-se três grandes feiras em Vila Viçosa, nos meses de Janeiro, Maio e Agosto, concentrando-se, a partir de 1851, a grande variedade de produtos transaccio-

nados, no campo do Carrascal, para obviar a dispersão pelos terreiros do Paço e de Santo Agostinho. As vias de comunicação que começaram a ser construídas, tiraram a vila do isolamento relativo a que estava destinada e fizeram com que estas feiras, e até o mercado semanal, se tornassem das mais concorridas de toda a província alentejana.

Em 1859, com a conclusão da estrada real de Macadam por Estremoz, Vimieiro, Arraiolos e Montemor até Vendas Novas, passaram os almocreves a usar carros mais rápidos e resistentes, com ferragem inteiriça nas rodas e ferro nos eixos, carregando e descarregando mercadoria na estação do caminho de ferro de Vendas Novas, inaugurada em 1853. O caminho de ferro do sueste até Évora foi aberto à circulação em 1863, passando os almocreves a receber peixe fresco de Alcácer e Setúbal pela estação de Évora e, a partir de 1874, também pela de Estremoz.

Com o desenvolvimento dado a partir de 1864 às estradas municipais e distritais, passaram a haver carreiras diárias entre Vila Viçosa e Estremoz, efectuadas por carrões franceses de 4 rodas. Em 1867 o caminho de ferro já se estendia para Elvas e em 1872 já havia uma estrada para Bencatel e outra para Borba.

Em 1877 construiu-se um novo lanço de estrada, de Bencatel para o Alandroal. Nesse mesmo ano, pensou-se no traçado de um caminho de ferro que, partindo da estação de Estremoz e vindo para Vila Viçosa com passagem por Borba, seguisse depois por Pardais até Juromenha e daqui para a estação do caminho de ferro de leste, em Elvas. Era uma linha com grande interesse por ser um potencial foco de dinamização económica destas regiões interiores do Alto Alente-

jo, que durante séculos se encontraram isoladas e com a comunicação entre si dificultada por caminhos onde quase que só se podia transitar nas estações secas do ano. Mas esta linha não foi feita por as expropriações a fazer-lhe elevarem em demasia os custos de construção.

CONCLUSÃO

As reformas administrativas liberais, várias e frequentes, não foram além disso. Reformaram a administração do território, mas não tiveram grandes resultados no benefício da vida concelhia. Umas defendendo a concentração de poderes, outras reivindicando a sua necessária descentralização, o que é certo é que todas deram grande preferência à multiplicação desses mesmos poderes. O liberalismo favoreceu o concelho de Vila Viçosa ao libertá-lo do senhorio da Casa de Bragança. De resto, todas as alterações introduzidas surtiram efeito no sentido de aumentar as despesas do concelho e diminuir as suas receitas, obrigando a Câmara Municipal a restaurar antigos impostos, com novos nomes e variantes, para poder sobreviver financeiramente. Como resultado, as actividades económicas não encontraram condições para um rápido desenvolvimento, por serem demasiado sobregarregadas com taxações que só faziam encarecer o produto que o consumidor adquiriria com dificuldades, fazendo face aos encargos que tinha de suportar pela prática extraordinária de um cultivo de subsistência.

A melhoria das condições da vida económica concelhia só se começou a propiciar quando foram criadas as condições para a

sua expansão, através da construção de melhores vias de comunicação com outros mercados, algo de que é uma evidência o aumento do rendimento colectável à medida que vamos caminhando para o fim do século XIX, acompanhado por flutuações populacionais com tendências para um acréscimo, especialmente significativo entre 1877 e 1890.

De nada valia o fortalecimento do poder camarário, pois este era sempre usado como um instrumento onde se buscava constantemente o equilíbrio financeiro e a prossecução de interesses daqueles que detinham tal poder, pouco se fazendo para a satisfação dos interesses do concelho, talvez até porque era evidente a falta de recursos para o fazer, uma vez que a Casa de Bragança foi substituída pelo Estado em termos de dependência concelhia, económica e financeira.

Se se libertasse o concelho do excessivo peso burocrático da Administração, se o Estado tivesse deixado de querer continuamente ser o seu principal credor, se as reformas administrativas tivessem sido feitas no sentido de privilegiar as grandes divisões territoriais em vez de as fragmentar e espartilhar e encolher, como aconteceu com Vila Viçosa, que antes detinha um mercado interno uniforme de 32 000 almas, quando ainda era prestigiada cabeça de comarca, e viu-se sufocada num concelho de 6000, com as inerentes consequências económicas e financeiras que implica um mercado de transacções mais pequeno, se o Governo tirasse proveitos e investisse em benefícios para que mais proveitos daí adviessem, adaptando-se as estruturas concelhias à realidade do livre-câmbismo,

talvez as coisas tivessem sido diferentes, a evolução não teria sido tão lentamente estagnada como foi.

Será que os poderosos nunca se aperceberam que a riqueza do país residia no país, na exploração dos seus recursos naturais e no desenvolvimento dos meios de exploração, dispensando as diversas formas de parasitarismo?

A estrutura concelhia foi-se adaptando lentamente às duras realidades, mais por iniciativa própria do que pela criação de condições propícias por parte do Governo, que apenas tardiamente investiu no progresso concelhio.

O Concelho de Vila Viçosa precisou que se acreditasse nas potencialidades da sua pequena economia regional, e que se olhasse para o país como sendo uma máquina produtiva que funcionava mal se alguma das suas peças estivesse avariada, precisou de tudo menos de uma política de comércio de reexportação e dos perfeitamente irrealistas sonhos de prestígio imperial e colonial. Apostou-se muito numa política externa excessivamente onerosa para o país só por uma questão de prestígio, sem se dar atenção ao desenvolvimento de uma política interna verdadeiramente dinamizadora, adaptada à realidade nacional. Em Portugal, no século XIX, agia-se muito, mas apenas para minimizar erros já feitos, não para os prevenir, nem sequer para os procurar evitar.

BIBLIOGRAFIA

BEIRANTE, Cândido, *Descentralização, Municipalismo e Cooperativismo*, Vega Lisboa, 1978.

- BRANDÃO, Maria de Fátima, "O discurso reformador de Mouzinho da Silveira", in *O Século XIX em Portugal*, Ed. Presença, Lisboa, 1979.
- CAETANO, Marcello, "Os antecedentes da Reforma Administrativa de 1832", in *Rev. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXII, Lisboa, 1968.
- COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. XII, Liv. Civilização, Porto, 1949.
- GARRETT, Almeida, *Obras Completas*, vol. XIV, Discolivro, Lisboa, 1984.
- ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, nº 15 a 20, Vila Viçosa, 1983-1984.
- MATIAS, Vasco, *Contributo para o estudo das Finanças Municipais em Portugal*, Ministério do Plano e da Administração do Território, Coimbra, 1987.
- MORENO, Humberto, *O Municipalismo em Portugal*, Cadernos Culturais, nº 3, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1984.
- NOGUEIRA, Félix, *O Município no Século XIX*, Ed. Francisco Luiz Gonçalves, Lisboa, 1856.
- LEAL, A. S. Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. II, Ed. Matos Moreira, Lisboa, 1886.
- SERRÃO, Joel, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo: Antologia de Pensamento Político Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 1979.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII e VIII, Ed. Verbo, Lisboa, 1984-1986.
- SILBERT, Albert, *Le probleme agraire Portugais aux temps des premieres Cortes liberales (1821-1823) d'après les documents de la Commission de l'Agriculture*, F. C. G., Paris, 1960.

Notícias Históricas

Major Nicholas Hallidie *

1. THE BRITISH CEMETERY

The cemetery is situated in the bastion of S. João da Corujeiro, high on the eastern wall and not far below the Castle, commanding a fine view over the plain to Badajoz. It gets its name from the hermitage let into the walls. The hermitage was founded by the Friars of St John's Hospitallers in 1228 to mark the spot at which they broke into the Moorish defences but was rebuilt after the earthquake in the XVIIIth Century.

The cemetery contains four graves:

Major General Daniel Hoghton, who fell at the head of his Brigade in the Battle of Albuhera, on 16th May 1811. General Hoghton was the 41 year old younger son of the late Member of Parliament for Preston, Sir Henry Hoghton Bt of Hoghton Tower. Gazetted into the 8th Foot, he was at this time in command of a Brigade in Stewarts 2nd Division. At the start of the battle this Division was in reserve, but was shortly moved to the south to relieve the Brigade of Zayas' Division of Spanish infantry, which had held the French attack with great gallantry. For the rest of the day, Hoghton's Brigade was at the centre of

the battle and gave no ground, but at horrific expense. 63% of the Brigade were casualties and at the end of the day the senior officer of the Brigade was a Captain. In one battalion the Ensign of the Colour tore it from its staff and stuffed it in his jacket to prevent its capture. His body was found and buried by the only remaining members of his company - one sergeant and one corporal.

Capt Ramsden, adjutant to General Hoghton left an account of his death. It was in the early part of the battle and where the fighting was at its heaviest that he saw the general and his horse fall, eventually on reaching Hoghton he found that he had been hit under both arms, on trying to remount his horse he was unable to do so therefore he was carried to the rear, on examination he was found to be severely wounded and Ramsden was told by the surgeon that there was no hope; he died soon after. His jacket on examination afterwards was found to contain more than a dozen bullet holes.

Generals Beresford and Stewart requested the Governor of Elvas that General Hoghton be buried there. The request was granted and General Hoghton was buried with full military honours.

* Presidente da Associação do Cemitério Inglês, de Elvas / Friends of the British Cemetery

Lieutenant Colonel James Ward Oliver

was a Captain in the 4th Foot (King's Own Royal Border Regiment) until 1809, when he volunteered for service in the Portuguese Army. This involved two promotions. First he was promoted Major on the General Staff of the British Army and then Lieutenant Colonel in the Portuguese Army. He received the pay of both these appointments and commanded the 1st Battalion of the 14th Regiment of Portuguese Infantry at Albuera and the second siege of Badajoz where he received wounds from which he died in Elvas on 17th June 1811. He had had a long and active career, seeing service in America, Holland, Hanover, Copenhagen, Corunna, Sweden, Portugal and Spain. He was captured by the French on passage home from America and escaped from Prison in Orléans.

Major William Nicholas Bull died in Monforte on 14th February 1850 aged 50. At the time of Albuera he was a lad of ten. He served in the 20th and 21st Battalions of the 2nd Regiment of the Brigada Real da Marinha. We have a copy of a letter of his of May 1833 regretting his recent resignation and requesting reinstatement in his original rank of Lieutenant.

Caroline Bull who died on 28th June 1863 was presumably the wife of Maj William Bull.

Major and Mrs Bull were survived, by at least two daughters, and we believe there are descendents living in Portugal today, but we have so far been unable to trace them.

It is extremely likely that there are more bodies buried in the cemetery. We have recently seen the obituary in *The Gentleman's Magazine* of July 1811 of Lieutenant Colonel Daniel White, who was also killed at Albuera,

while in command of the 29th Regiment. It states there "His remains were interred near those of the late Liuet.-Gen (sic) Hoghton". The lack of a gravestone will be remedied shortly.

The area of the graves is surrounded by an attractive cast iron railing which was installed on 20th August 1904, by the Military Governor - Brigadier João Carlos Rodrigues da Costa. This fact is recorded by a small stone engraved - "G.P.E - 20-8-1904" (Governador da Praça de Elvas).

The reason given for the establishment of the cemetery is that at that time there was no public cemetery in Elvas, but it is more probable that Catholics would not until recently allow Protestants to be buried in their cemeteries and that this quiet bastion was allowed to be used following Generals Beresford and Stewart's intervention.

For many years the cemetery lay within the area of military jurisdiction and access was extremely difficult. This is no longer so and the small British Community has undertaken its maintenance.

Badajoz and Albuera

Throughout the history of Portugal, Elvas has been the key to its land defence. In 1811 it was the southern gateway to Spain, faced by Badajoz. In the north, Almeida facing Ciudad Rodrigo fulfilled the same role but on a smaller scale. Wellington was anxious to secure them both before advancing into Spain and chose to conduct the operations in the north himself, leaving Marshal Beresford, the C in C of the Portuguese army in command of the southern operation. The initial siege of Badajoz was interrupted by the advance of Marshal Soult. Beresford met this

advance at Albuera where the French Army was repulsed in one of the bloodiest actions of the war. Badajoz was not taken until March 1812, again a very costly affair. In the sieges of Badajoz and the battle of Albuera, the forces of Britain, Portugal, Spain and Germany lost some 11,000 men.

Memorial Plaques

On 14th May 2000 plaques were unveiled to the British and Portuguese Regiments that fought in these battles in the presence of the British Ambassador, Sir John Holmes and the Chief of the Portuguese Army Staff, General Martins Barrento.

The plaques were installed and the cemetery relandscaped by the Portuguese Army. The maintenance continues in the hands of the "Friends of the British Cemetery".

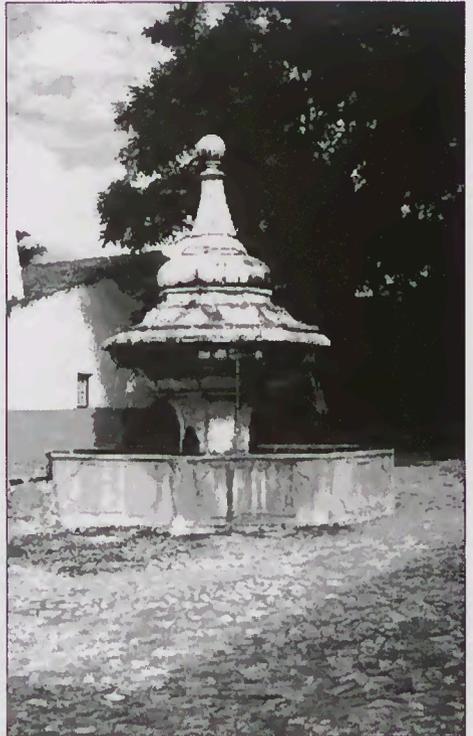
2. THE FOUNTAIN OF SÃO LOURENÇO

As soon as water started flowing into the city along the newly constructed, but unfinished Aqueduct of the Amoreiras, the town fathers set about organizing its distribution. Water was piped to fountains placed around the town so that no-one had to walk far to get their water. One of the most densely populated areas was the Rua de São Lourenço. In order to erect the fountain and allow sufficient space for people to use it, it was necessary to demolish the houses of the barber Manuel Fernandes. Work began on the fountain in 1626 and was concluded the following year.

And there it stood for more than 100 years, fulfilling its useful function. In the 1770s a rich and influential citizen by the name of Bernardo Xavier de Barbosa Sachetti felt he needed a monument that would be linked with his name and whose proportions,

the historians say, would match the size of his ego. And who did he invite to bring his dream to fruition? None other than the Engineer General Luis de Valleré who built the Forte de Graça and designed the lovely horse trough in the Barracks.

Valleré accepted the challenge, but before he could start, Sachetti using the influence of his various positions – magistrate, judge, head of the local charities and Judge of the Aqueduct – persuaded the Town Council in 1779 to approve his grandiose idea. The first step was to dismantle the old fountain, which was then bought by the wealthy owner of the Quinta Santo António – João António de Sequeira – and installed in its present position.



The work on the new fountain was carried out by Valleré's artisans in his workshops in the Forte de Graça. According to some, it is a copy of a fountain in a French city. While the fountain with its four imposing columns was growing, six statues were being sculpted at another workshop in the city. The blocks of marble needed for these were of enormous weight and broke the carts bringing them to the city.



It was an extremely expensive project, but this did not matter; Judge Sachetti controlled the coffers of the aqueduct, where there was plenty of money.

The work was well advanced. The base and the four imposing French style columns were in position and the pedestal that would

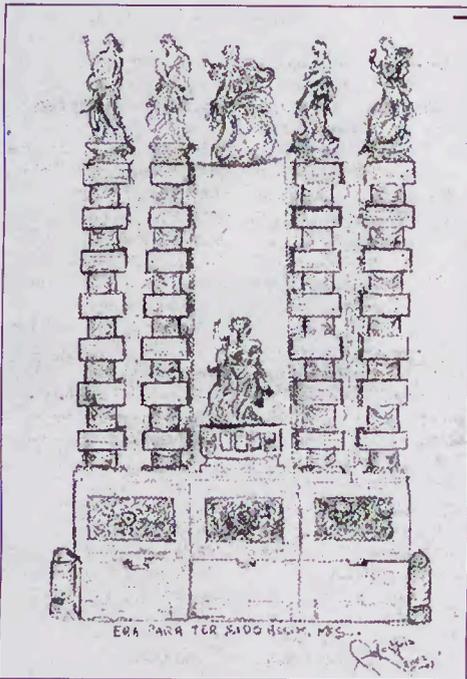
support the central figure – Astreia – was nearing completion, when we come to the reason why it was never finished. The pedestal was intended to bear an inscription in Latin and Sachetti who wrote it, gave himself all the honours, including the title of “praesu provinciae”, which Valleré believed was his, since he was the governor of the province. Tempers became heated and the General distanced himself from the project. He kept the plans, thus preventing Sachetti from completing the work and leaving it in the state in which we see it today. This is the reason why the six elegant statues are not in their proper places.

My historian does not say how the statues came to The Quinta Santo António, but I should imagine our friend João António Sequeira was abreast of the controversy and made an offer all parties were glad to accept.

Sources:

Erico Gama – *Roteiro Antigo de Elvas - III Serie*

João Gois – *Linhas de Elvas*



This is how it should have looked

3. THE MILITARY HOSPITAL, ELVAS

"The existence of a hospital dedicated exclusively to the care of military personnel, was essential in Fortified towns."

With this in mind, D. João IV at the end of 1641 ordered the creation of military hospitals in the fortified frontier towns of, among others, Elvas, Campo Maior and Olivença.

In the following year the first Military Hospital Regiment of Elvas was founded, in whose warrant the King stated expressly that he wished "there should be great care taken of the sick soldiers and that they should lack nothing necessary to their health".

In a warrant of 1645 the Order of São João de Deus (St John's Hospitallers?) were invited to assist in the care of sick and wounded soldiers. This religious assistance in the military hospitals of the Alentejo continued for 150 years.

In 1653 D. João IV ordered the purchase of some private houses contiguous with the hospital to allow it to be extended.

In 1659 during the Battle of the "Linhas de Elvas" when Elvas was besieged by the Spanish for 3 months, the hospital was found to be inadequate and

badly sited. An officer who passed by, wrote: "I visited the hospital in this town and received a bad impression in every respect – The worst possible location since it is contiguous with the most exposed bastion and therefore comes under enemy fire; it suffers also when our own artillery open fire from this bastion". In the same letter he stated the hospital could only cater for a maximum of 350 sick, which was manifestly insufficient for a town the size of Elvas.

Throughout the years there were various reforms and modifications. In 1976 the hospital was abandoned by the army after 335 years of service to the army and community.

(Taken from "Elvas, Praça de Guerra, Arquitectura Militar" by Amílcar F. Morgado, 1993).



Tempo de Artes & Letras

Tomás de Castro

Um ourives de Vila Viçosa e outras notícias

Pai de Públia Hortênsia de Castro?

Manuel Inácio Pestana*

**Comunicação apresentada à Academia Nacional de Belas-Artes em 28 de Maio de 2002

1. D. Teodósio, 4º Marquês de Vila Viçosa e 5º Duque de Bragança, foi sem dúvida o mais destacado dos duques a que podemos chamar de humanistas, tal como seu pai, D. Jaime e seu filho D. Teodósio II.

D. Jaime (n. 1488, dq. 1496, f. 1532), que iniciara os seus estudos aprofundados em Castela, onde, como se sabe, viveu o exílio imposto pelo golpe desferido por D. João II contra a Casa de Bragança, tivera ali mestres eminentes. De regresso a Portugal, de modo nenhum descurou o culto das letras e das ciências humanísticas, prosseguindo contacto permanente com os mais famosos nomes do seu tempo. Em Vila Viçosa organiza estudos regulares e, como lembra o Prof. Luís de Matos, seguramente no paço ducal se ministraram as matérias, quer do *trivium*, quer mais tarde as do *quadrivium*¹. E acrescenta ainda este autor que, sem qualquer dúvida, “até 1590, não cessaram de ser ensinadas em Vila Viçosa, com brilho incontestável”, sendo certo também que, tanto D. Jaime como o seu sucessor, “souberam chamar a si alguns dos melhores professores portugueses e estrangeiros”.

Vila Viçosa tornou-se, desta forma, e para usar a expressão daquele douto investigador e estudioso do Humanismo português, uma verdadeira corte literária do Renascimento.

D. Teodósio I, que, por sua vez, começara a sua formação humanista com o famoso Cataldo Sículo, completá-la-ia já em Vila Viçosa, com Diogo Sigeu, este considerado o introdutor do estudo das Humanidades em Portugal. O gosto deste senhor da casa brigantina pelas artes, letras e ciências é notoriamente conhecido e largamente demonstrado pelo seu empenho em instituir em Vila Viçosa estudos gerais universitários, projecto para o qual chegou a obter do Papa Pio IV os necessários breves, e que só não chegou a concretizar-se por entretanto ter falecido (1563). A “sua” universidade agostiniana ter-se-ia mesmo antecipado à dos jesuítas eborenses, sobrepondo-se ao projecto que, vindo ainda do tempo do rei D. Manuel, só se viabilizaria com o Cardeal D. Henrique. Ficou, porém, em Vila Viçosa a boa semente: aulas de latim e grego, além de outras matérias, um museu de arte e arqueologia, foi

* *Historiador. Académico*

¹ Luís de Matos, *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento*. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956. Pgs. 16 e segts.

tudo obra da sua devoção à cultura, a que acrescentou uma preciosa livraria, talvez a mais rica e erudita que nesse tempo houve em Portugal.

Vale a pena lembrar, a propósito desta tão erudita e rara coleção, o que disse D. António Caetano de Sousa, na sua "História Genealógica da Casa Real Portuguesa": "Como este Príncipe era inclinado às letras, e à lição dos livros, ajuntou copiosa Livraria, que fez mais preciosa pelos muitos manuscritos, que nella se guardavão, e era ornada de globos, e instrumentos mathematicos muy curiosos. Estimava os livros como as peças mais preciosas do seu thesouro; e por isso os deixou ao Duque seu filho annexos ao Morgado da sua grande Casa, dizendo no seu testamento: Deixo a minha Livraria e todos os livros que tiver ao Duque de Barcellos meu filho, para que ande em morgado, e não dará elle nem os seus sucessores da dita Livraria nenhuns livros, sem comprarem outros como elles, que metam na dita Livraria".

Desta biblioteca, disse o referido Prof. Luís de Matos que "é impossível reconstituí-la" - disse-o em 1956, porque entretanto não era conhecido o Inventário dos Bens que este verdadeiro príncipe da Renascença legou à posteridade. É que neste valioso documento consta a relação completa da sua livraria. Desde a Teologia à Filosofia, à Literatura, portuguesa e estrangeira, à História, às Leis e Cânones, à Oratória e à Gramática, à Matemática, à Física, à Astronomia, à Medicina, até às mais representativas obras dos grandes mestres do Desenho, Geometria e Architectura, todos os mais

nomeados autores ali se encontravam. Que foi feito dela, perguntar-se-á? O historiador calipolense Padre J. Rocha Espanca adianta a hipótese de que, trasladada para Lisboa em 1640, "talvez que faça parte hoje (1892) da Livraria Real da Ajuda"², mas o mais provável é que tenha desaparecido no terramoto de 1755 que arrasou o palácio dos duques no Tesouro Velho.

1. Vale a pena "passear" por esse precioso documento que é o Inventário dos Bens ("Emuentario que se fez da fazenda que ficou por falecimento do Serenissimo Duque de Bragãça Dom Theodosio que sancta gloria aia") para se conhecer o homem ilustrado e reconhecer o humanista erudito que foi D. Teodósio I. O que herdara de seu pai, o que ele próprio reuniu e o que finalmente legou a seu filho D. João I e deste, depois, passou a D. Teodósio II, constitui-se sem sombra de dúvida num dos patrimónios mais valiosos e de raríssima estima da história da cultura portuguesa.

2. É da leitura desse códice que retirámos matéria e notícias para o apontamento que nos propusemos trazer a esta tribuna. E poderá facilmente adivinhar-se quão vasta e notável seria a coleção de preciosidades que ilustravam o paço e a corte dos duques de Bragança em Vila Viçosa.

Não nos atrevemos a uma descrição minuciosa e a uma indispensável análise interpretativa de pormenor, aliás, impossível nesta circunstância - o códice tem nada menos que 1 314 páginas, folhas totalmente preenchidas, portanto, nem o tempo, como

² Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*. Vol. 6. Ed. C. M. Vila Viçosa, 1983. Pg. 20.

também nem a ciência, no-lo permitiriam. Tão-somente, ao encabeçarmos o anúncio da nossa comunicação com o nome de Tomás de Castro, ourives de Vila Viçosa, nos cingiremos a recordar que, na imensidade de tantas e tantas valiosas peças - desde pinturas a tapeçarias, imaginária e marfins e outros tão diferenciados adereços, sobressai um extenso rol de peças de ourivesaria, jóias, prata e ouro em profusão, e como se deixa entender, de suma qualidade, como o gosto e a sensibilidade dos senhores da nobre Casa naturalmente o impunha.³

De que peças consta este excepcional recheio, é impossível dar conta descriminada e imediata, como deixámos dito. De algumas, desta arte decorativa, falaremos, porque, por felicidade, também de seus autores se faz menção - os artistas, revelando-se deste modo inesperada e surpreendente informação histórica.

Avaliadores, compradores e artistas são mencionados com frequência; os próprios avaliadores julgamo-los profissionais da arte ou, pelo menos, especialistas habilitados; dos outros, ou seja, dos próprios artistas fabricantes, claramente identificados, retiramos também a descrição que se faz das peças que lhes são atribuídas.

3. O duque falecera a 20 de Setembro de 1563 e o inventário seria iniciado um ano depois, a 16 de Outubro de 1654 nos aposentos da duquesa viúva D. Brites de

Lencastre, introduzido com um primeiro capítulo dedicado precisamente às “Joyas que disse a Senhora Duquesa que lhe dera o Duque que Deos aja”. Enumeram-se firmais de pedraria, de diamantes, de pérolas. E dessas jóias de alta valia sobressai, a dada altura *Hum barquo de prata de augoa às mãos que fez Thomas de Crasto Ourives Em Villa Viçossa que tem pella borda huas cabessas de homeñs* - uma peça excepcional, que pesava 11 marcos, 1 onça e 1 oitava e que foi avaliada em 51 738 rs, incluindo 25 000 rs. de feito⁴. O barco - certamente um lavabo, como se entende do enunciado, foi entregue aos cuidados de António Mouro, guarda-roupa do Duque, “o qual barquo recebeo a Senhora Duqueza por mandado do Dezembargador por estar em posse E cabessa do Casal”.

Esta, a primeira notícia respeitante a *Tomás de Castro*, como se vê perfeitamente identificado como artista de Vila Viçosa. Mas outras vezes mais surge o seu nome associado a peças importantes deste Inventário. Assim,

- a fls. 208, ele é comprador de umas cabeçadas de prata postas em ouro “mandadas por Francisco do Carvalho”;
- a fls. 265, é referido um braseiro grande, quadrado, de prata, “que fez Tomás de Castro”;
- a fls. 273 v.º., um saleiro redondo “que fez Tomas de Castro”, dourado, com o

³ No elenco dos bens descritos incluem-se os seguintes títulos genéricos: Jóias. Prata. Ouro. Estanhos. Cerâmica. Vidros. Panos. Tapeçarias. Alcatifas. Móveis (Escritórios). Arte Religiosa. Retábulos. Roupas. Guadamecis. Livros. Instrumentos Musicais (ao cuidado dos músicos Francisco Galante, Martim Afonso, Jerónimo da Silva, Cristóvão da Silva, Ayala, João de Bragança e outros) Instrumentos Matemáticos. Mapas, Cartas Cosmográficas, Quadrantes e Esferas Armilares. E ainda o rol dos Escravos e Escravas.

⁴ O marco, como unidade de peso em Numismática, corresponde a 8 onças (28,691 g) e a onça a 8 oitavas; e destas, cada uma, corresponde a 72 grãos e a 3,586 g.

- peso de 5 marcos, uma onça, avaliado em 15325 rs. Na mesma página consta outro saleiro, que pela sua beleza e originalidade merece menção, talvez obra do mesmo artista calipolense, e assim descrito: *o saleiro feiçam da Torre de Euoramonte, que pesa 12 marcos uma outaua, que estaua em poder do Comendador mor que lho emprestou o Duque q aja Gloria*. De Tomás de Castro seria esta obra, ou de outro artífice da prata, *António Lousado*, referido na página anterior como autor de outra peça igual - um saleiro romano de três peças, todas douradas, de pé triangular, com 8 marcos, 6 onças e 4 oitavas de peso e valendo 36 912 rs, muito mais que o de Tomás de Castro;
- a fls. 283, uma taça de pé “que fez Tomás de Castro”, é de cantos, “que se fez por outra de vidro”, com peso de 1 marco e 2 onças, avaliado em 3 900 rs.;
 - a fls. 287, um copo dourado que se fez por outro do Senhor D. Jaime, “que fez Thomas de Castro, ourives”, o qual pesava 1 marco, 6 onças e 4 oitavas, era liso e de pé alto, avaliado em 5 550 rs.;
 - a fls. 289 v^o., um castiçal de brandão, grande, “que fez Thomas de Castro”, com o peso de 14 marcos, avaliado em 39 200 rs;
 - a fls. 185 v^o., refere-se a compra que Tomás de Castro fez de “um pedaço de veludo verde com franjas que serviam de sobrefrontal”;
 - a fls. 123 v^o., embora sem menção de autor, não deixaremos de referir mais

um saleiro, o qual, pela descrição, mostra ser uma das mais destacadas peças deste inventário dos objectos de ourivesaria: *Um saleiro de ouro de tres peças, q tem em cima uma safira branca, que tem 26 camafeos entre grandes e pequenos, esmaltado de roxessim e verde, gris e branco, tem um forro de prata como alminha, pesa 8 marcos 4 onças 6 outauas de ouro e 3 marcos 6 onças e 1/3 de prata, os camafeus e a gueta e umas selestinhas de chumbo avaliado o ouro em 257 812 rs, o fei-tio, os camafeus, a gueta e prata, tudo em 220 000 rs.*; no total, esta peça, a mais valiosa que encontramos nestes registos, fica avaliada em 477 812 rs. Se Tomás de Castro se nos afigura como o mais considerado artista desta arte, seria também de sua fábrica esta distinta peça?

4. Que outros nomes são ainda mencionados?

Vejamos.

Como artistas, a par de Tomás de Castro, encontrámos os seguintes, com referência a peças que lhes estão associadas:

- *António Rodrigues*, que fez dois braceletes de ouro, esmaltados de roxessim, avaliados em 16 744 rs. (fls. 134 v^o.);
- *Brás Calvo*, a quem nos referimos na comunicação que apresentámos em 15 de Maio de 2001, porque ainda trabalhou para o Duque D. Teodósio II, no princípio desse ducado (1583), e que para D. Teodósio I fez uma caçola, avaliada em em 29 225 rs., e que

- comprou um frasco de corno “que tem na ponta uma serpe e é guarnecido de prata”, vendido por 1 150 rs. (fls. 159);
- *Diogo Pires*, ourives em Lisboa, fez 6 bacios de cozinha “que diz que mandou emprestar o Duque que aja Gloria a Lourenço Pires de Távora quando foi a Roma”⁵ (fls. 268 v^{o.}, 269);
- *Simão Gomes*, que vendeu dois bacios meãos, avaliados em 19 450 rs (fls. 169);
- *António Lousado*, que já referimos como autor do saleiro de pé, triangular, também fabricante de um gomil “todo de ouro que tem na asa uma cabeça de carneiro”, avaliado em 48 000 rs. (fls. 280);
- *Rui Fernandes*, que fez umas cabeçadas de prata, esmaltadas de verde, com quatro cofrinhos, dois por banda e seis junquinhos, e autor também de uma guarnição de esporas, de prata, com 46 peças, e de mais outras cabeçadas de prata com suas biqueiras na testeira e junquinhos e sustentamentos de prata postos em couro tamarado, estas vendidas a Bartolomeu Mendes pelo seu valor de 4 200 rs. (fls. 478 a 481);
- *João Galego (ou Galgo*, como às vezes aparece escrito), que fez 13 botões de ouro, de assentos de pérolas, avaliados em 4 950 rs. (fls. 148) e que declarou ter 37 diamantes “que lhe o

Duque deu em sua vida para fazer os botões da Senhora Duquesa Dona Brites”, em 28.11.1557 (fls. 237 v^{o.});

- *O Valenciano*, não identificado, a quem se atribui a fábrica de um freio de prata e umas hásteas de esporas, também de prata, avaliado em 9 925 rs, com 3 marcos, 5 onças e 6 oitavas de peso (fls. 479 v^{o.} e 481).

Na qualidade de compradores, uns, outros como avaliadores, e outros ainda como beneficiados de doações, temos os seguintes:

- O Licenciado Jerónimo Henriques;
- Diogo de Castro do Rio⁶;
- Francisco de Sebastião Coelho;
- Diogo Rodrigues de Vicarença;
- Rui Dias da Veiga;
- Licenciado Simão de Castro;
- Custódio Rodrigues;
- Gregório Lopes;
- Álvaro Baía;
- Gonçalo Fernandes;
- António Carneiro;
- André Francisco;
- João Rodrigues;
- Domingos Nogueira;
- Diogo Valente;
- Jerónimo Freire de Lemos;
- Simão Fernandes;
- António Machado;
- João Gomes Vieira;
- Vicente Fernandes;

⁵ Foi Lourenço Pires de Távora um diplomata muito considerado, que serviu em Roma como embaixador, razão da referência que se faz no documento do inventário. Quando do conclave por morte do Papa Paulo III, defendeu a candidatura do Cardeal D. Henrique, que ainda chegou a recolher 15 votos. Foi também militar, cuja última missão foi a de capitão da praça de Tânger. Nasceu em Almada em 1510 e faleceu na Caparica em 1573.

⁶ Diogo de Castro do Rio, fidalgo da Casa de D. Sebastião, rico banqueiro da praça de Lisboa. Dele descendem os viscondes de Barbacena, senhorio alentejano que ele adquirira. Supomos ser este Diogo de Castro o comprador referido diversas vezes no decorrer do inventário.

- E outros mais, como mercadores também de outras espécies, sobretudo de armaria e decoração artística.

Boa parte destes nomes dizem respeito ao sector de ourivesaria e prataria, o que, face a uma pesquisa mais desenvolvida, poderá fornecer dados interessantes para a história das artes decorativas, particularmente em relação a uma prática tradicional em Vila Viçosa. Para já, fica a notícia comprovada da existência de artistas que nesta terra trabalharam no século XVI, com evidência para Brás Calvo e para este Tomás de Castro.

Nenhum destes nomes se encontram em quaisquer outros registos, nem destes artistas dá notícia Túlio Espanca nos seus trabalhos, decorrendo daqui a natural relevância que assume a notícia recolhida da leitura deste Inventário.

Curiosamente, também encontramos neste importante documento a menção de peças adquiridas na *feira de Vila Viçosa*, como, por exemplo:

- Uma taça em forma de pinha, dourada, “que se comprou na feira de Vila Viçosa”, com 2 marcos e 4 onças de peso, avaliada no inventário em 6 050 rs;
- Uma copa de pé “que o Duque comprou na feira de Vila Viçosa”, dourada, com o peso de 1 marco, 6 onças e 2 oitavas, avaliada em 4 775 rs.;
- Um copo de prata de Flandres, branco e de pé, pesando 1 marco, 3 onças e 4 oitavas, no valor de 3 540 rs.;
- Um saleiro de 3 peças, branco, de obra romana, com o peso de 1 marco, 1 onça e 4 oitavas, avaliado no Inventário em 3 150 rs.

As feiras anuais de Vila Viçosa eram, como ainda hoje, três, realizadas no fim dos meses de Janeiro, Maio e Agosto, admitindo-se que a mais antiga remonte ao tempo do rei D. Fernando I. O duque D. Jaime alcançara, em 1528, do rei D. João III licença para criar uma feira nova de três dias, nos finais de Janeiro, que substituiu a de oito dias de Agosto (a chamada *Feira de Santo Agostinho*), trocando com a Câmara o direito que tinha da portagem pelos direitos das feiras da vila.

Foram estas feiras sempre muito movimentadas e nelas também sempre tiveram lugar as lojas, tendas ou “abarracamentos” dos ourives, que, ainda nos finais do Séc. XIX, contavam com uma *rua dos ourives e prateiros*.

Recordemos ainda como na altura, isto é, na época de D. Teodósio I, se terá desenvolvido a produção artística neste sector, como aliás noutros campos da arte, pela ocorrência de alguns assinaláveis acontecimentos, como foi, por exemplo, a visita a Vila Viçosa do rei D. João III em Abril de 1537 por ocasião das bodas de D. Isabel, irmã do duque, com o Infante D. Duarte, e depois quando dos casamentos do próprio D. Teodósio, o primeiro com D. Isabel de Lencastre em 1542, o segundo, em 1558, com D. Brites de Lencastre; ou por força das cerimónias litúrgicas da Capela Ducal, enriquecida de esplendorosas peças destas artes dos ourives e prateiros.

D. António Caetano de Sousa, na HGCRP, descreve largamente o esplendor das diversas cerimónias desse tempo, momentos em que tantas peças de arte eram utilizadas, desde baixelas, adereços, ornatos, de todo o estilo, beleza e feitio,

eram postas ao serviço da opulenta Casa dos Senhores Duques de Bragança, desde D. Jaime até D. João II, 8º. titular e depois o Rei Aclamado em 1640.

Aliás, falando de D. Teodósio I, escreveu J. Rocha Espanca nas suas "Memórias de Vila Viçosa": "Estimava muito este Duque os artistas que se distinguiam pelo primor das suas obras. E quando algumas vezes de tarde passeava a cavalo pelas ruas da vila, detinha-se à porta dos oficiais que mereciam a sua consideração; chamava-os e falava-lhes com um modo agradável para estimular-lhes assim o brio de seus colegas e movê-los na perfeição das suas obras ou artefactos"⁷.

5. Regressando a Tomás de Castro, lembremos, antes de mais, que Castro é nome de uma nobre família que em Vila Viçosa se instalou no tempo de D. Jaime pela presença de *Pedro de Castro e Azevedo*⁸, que com este senhor serviu na conquista de Azamor (1513), como também já estivera em Arzila quatro anos antes. Em Vila Viçosa deixou descendência que se prolongou até nossos dias. E são muitas as figuras deste apelido que serviram a Casa de Bragança ao longo dos tempos: Gonçalo Gil de Castro, Henrique de Castro, os médicos André António de Castro, filho do Dr. Diogo de Castro e neto do Doutor André de Castro, lente de Medicina em Coimbra, os condes das Galveias Melo e Castro, e tantos outros, aos quais acrescentaremos o da famosa doutora e erudita humanista PÚBLIA HORTÊNSIA de Castro, tida como a primeira

mulher que frequentou uma universidade em Portugal.

Ora, convirá dizer que os pais desta ilustre figura do Renascimento Português, que com André de Resende e outras eminências da época, discutiu humanidades, se chamavam, o pai, precisamente Tomás de Castro (ou Tomé, segundo alguns, o que vinha a ser o mesmo) e a mãe, D. Branca Álvares (ou Alves). E dos filhos do atrás referido Pedro de Castro e Azevedo, um deles se chamaria exactamente Tomás de Castro, irmão de um Fernão de Castro que morreu em Alcácer-Quibir.

Conduzem-nos estas notícias a conjecturar a hipótese de que PÚBLIA HORTÊNSIA de Castro fosse filha de Tomás de Castro, e este, o ourives de quem temos vindo a falar. Deste modo se encaixaria na nobre genealogia dos Castros calipolenses. Anotem-se as cronologias para que melhor se possa entender a viabilidade da proposta:

1504 - Nasce D. Teodósio I.

1509 - Pedro de Castro e Azevedo, tido como pai de Tomás de Castro, combate em Arzila.

1513 - O mesmo Pedro de Castro acompanha D. Jaime na conquista de Azamor.

[1520] - Data provável do nascimento de Tomás de Castro, pai de PÚBLIA HORTÊNSIA.

1532 - D. Teodósio assume o ducado

1537 - Visita de D. João III a Vila Viçosa.

[1540/45] - Casamento de Tomás de Castro.

1548 - Nasce PÚBLIA HORTÊNSIA.

1563 - Falecimento do duque D. Teodósio.

1595 - Falecimento de PÚBLIA HORTÊNSIA de Castro.

⁷ Padre J. J. Rocha Espanca, *ibidem*, pg. 46.

⁸ Pedro de Castro e Azevedo, alcaide-mor de Melgaço, foi para Vila Viçosa ao serviço da Casa de Bragança, razão por que esteve presente na conquista de Azamor com D. Jaime, como antes estivera em Arzila.

6. Conclusões:

Finalmente, após o que fica dito, julgamos poder concluir que:

- *Tomás de Castro* foi um hábil e considerado artista de ourivesaria em Vila Viçosa no século XVI, a par de outros que, na época serviram a Casa de Bragança, nomes até aqui desconhecidos das páginas da história das artes decorativas, sem dúvida todos de nomeada porque aos senhores da Casa de Bragança só interessavam pessoas de comprovada qualificação;

- *Tomás de Castro*, o ourives em questão, poderia ter sido o pai da humanista Públia Hortênsia de Castro;
- E, genericamente, reconhece-se a excepcional importância do Inventário dos Bens do Senhor D. Teodósio, Duque de Bragança, pela notável informação que transmite à história da arte em Portugal, documento que bem justifica um estudo atento e desenvolvido.

O caso que acabamos de apresentar é apenas um exemplo entre muitos que a leitura e a análise do documento nos proporciona.

Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II, Duque de Bragança - (1583-1630)

Manuel Inácio Pestana *

Introdução

1. Desde D. Afonso, 1.º duque de Bragança, até ao último dos titulares desta nobre Casa, que flui um rio de cultura, pelo interesse manifesto que estes senhores sempre demonstraram pelas coisas do espírito.

A época- dos fins do século XV, o tempo da “arquitectura dos príncipes”, - é propícia. Paulo Pereira lembra D. Afonso como pessoas viajada, culta e letrada, com interesses coleccionistas, de Ceuta trazendo importantes despojos artísticos que haveria de aplicar a gosto na construção dos seus paços residenciais. E, como diz António Caetano de Sousa, possuidor de uma “livraria que adornou de antiguidades e muitas trouxe quando andou fora do reino, formando assim uma casa de coisas raras, a que hoje chamamos museu”. Notável era a colecção de tapeçarias que ornavam a sua casa em Chaves, como as que passaria a Guimarães e Barcelos. Era o tempo das grandes obras paças – os castelos-palácios de Ourém e Porto de Mós, edificações orde-

nadas pelo conde de Ourém, marquês de Valença, destinado a suceder no ducado de Bragança se não tem falecido antes de seu pai.

2. Depois, D. Jaime, logo nos alvares do séc. XVI, dará corpo ao Paço de Vila Viçosa, saindo das casas do vetusto castelo, ele próprio, um homem extremamente culto – lembremos tão somente, como exemplo, a notável memória sobre os erros da Cartografia que enviou ao rei D. João III, declarando “que não se devia tratar de demarcação das Molucas pelas cartas dos descobrimentos de terras, por haver n’ellas muitas falsidades” (*A viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*, in “Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina”, ed. org. por A. Teixeira da Mota, Lisboa, JICU, 1975, p. 65). Foram seus mestres os mais conceituados homens de letras e das ciências daqueles tempos, mestres dele e de seus irmãos, depois da instrução que haviam recebido em terras de Castela.

“O gosto pelo Humanismo criara raízes na Casa de Bragança”, escreveu Luís de

* *Da Academia Portuguesa da História, Academia Nacional de Belas-Artes, da muy ilustre Academia Mundial de Ciencias, Tecnologia, Educación Y Humanidades de Valencia (Espanha), Cavaleiro Comendador e Grã Cruz da Ordem das Palmas Académicas da Academia Mundial de Ciencias (Valencia)*

Matos.¹ D. Teodósio I tudo fez para conseguir a criação de uma universidade na sua terra, chegando a obter os necessários decretos pontifícios, só não se concretizando o projecto por ter entretanto falecido. Basta consultar o inventário dos bens que dele ficaram para se reconhecer qual e quanta a riqueza artística e intelectual que enchia a corte da casa brigantina. Um museu arqueológico e científico, colecções riquíssimas de jóias, prata e ouro, tudo da melhor lavra, tapetes e panos dos mais ricos, uma livraria eruditíssima, porventura a mais profusa biblioteca privada portuguesa do século, tudo ilustrando um ambiente altamente distinto. Figuras relevantes das letras, das artes e de todos os ramos das ciências povoavam o palácio. Tempo de grandes obras, de iniciativas arrojadas, com simultâneo exercício de puro mecenato de protecção a artistas de toda a sorte que ali encontravam ocasião para se realizarem. Projecta-se e constrói-se uma cultura brilhante que no fio condutor desta ilustrada família se prolongará, como dissemos, até ao último dos Bragança, passando por D. João IV, músico eminente, D. Pedro II, também ele dados ao culto das artes, D. João V e a magnanimidade das suas realizações culturais, e por aí adiante até aos filhos de D. Fernando II e a D. Carlos e D. Manuel II, todos constituindo exemplos raros de extrema devoção à vida intelectual e cultural.

3. D. Teodósio II, de cujos mestres e servidores na área das diferentes artes e ofícios pretendemos dar notícia, foi o grande senhor que, no seu reduto de província, conseguiu manter uma verdadeira corte régia durante o período filipino, fazendo da sua Casa um forte baluarte defensivo da portugalidade restauradora da nossa sufocada monarquia. Não o ignorava, aliás, a corte de Madrid, que pelos duques de Bragança nutria um particular e justificado respeito. De parte a parte as contumélias revestiam-se de significativa expressão: de um lado, o temor da preponderância e do prestígio brigantinos; do outro, a esperança de uma certeza que não poderia estar muito longe. De resto, o duque foi sempre um habilíssimo político nas suas relações com o rei: atendia aos compromissos tomados, não só como lhe cumpria, aos quais ainda dava despacho com a real e aparatosa magnificência de grande senhor. Exemplos esclarecedores destas duas atitudes encontramos-los a cada passo. Sob um dos aspectos, o da prudente actuação política do duque, temos o socorro que levou à cidade de Lisboa² para ajudar no combate contra as tentativas goradas do Prior do Crato (1589) e contra a incursão dos Ingleses, então em guerra contra os Espanhóis (1596); quanto à intransigência de seus direitos e prerrogativas, citamos a missão de Inácio do Rego de Andrade que se deslocou

¹ Luís de Matos, *A corte literária dos duques de Bragança no Renascimento*. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956.

² Esperavam-se represálias inglesas contra a Invencível Armada e por motivo da última tentativa de D. António, Prior do Crato, para conseguir o troço português. Drake largou de Plymouth em Abril de 1589, chegando à costa de Peniche em 27 de Maio. O Duque foi então solicitado para intervir, deslocando-se por esse motivo a Lisboa. É, pois, esta referência constante em algumas das mercês, como esta do serralheiro André Soares.

Em 1596, de novo é o Duque convidado a participar na defesa do Reino, a correspondeu organizando um exército de 13 000 soldados para defender as suas terras do Minho. Ele próprio na ocasião se deslocou a Lisboa (20.Jul.1596), regressando, aliás, logo de seguida por se terem desvanecido os rumores de qualquer ataque dos Ingleses.

Os cozinheiros mencionados serviram especialmente o Duque nessa ocasião, conforme se pode concluir destes registos documentais.

a Madrid com encargo do seu senhor de esclarecer e lembrar os ministros filipinos dos privilégios de que gozavam e continuariam a desfrutar os Sereníssimos Senhores da Casa de Bragança.

4. Vila Viçosa resplandecia sob o prestígio destes senhores e muito particularmente no tempo dos duques quinhentistas da última metade desse século, desde o fulgurante ducado renascentista de D. Teodósio I até D. João I, outro mecenas da cultura portuguesa, e, finalmente, com D. Teodósio II, último sucessor de seus avós.

Criado neste ambiente, não poderia este nobre fidalgo deixar de ser um devotado admirador e cultor das artes e das ciências. Desde os primeiros tempos de infância que mestres, como António de Castro (que para Sua Excelência ditou um precioso "Tratado dos Princípios de Geometria e Geografia", no ano de 1588) e Fernão Soares Homem, que compôs duas gramáticas das línguas grega e latina e uma retórica eclesiástica, e fora distinto discípulo de Vaseu, o iniciaram no conhecimento científico e literário. Por outro lado, D. Luís de Noronha, nobre e culto cavaleiro-fidalgo de sua Casa, fora escolhido para seu aio, desta forma se completando um elenco seleccionado, responsável pela sua formação humanística. Por tal razão não se estranhará que através das mercês que concedeu se vá reconhecer desvelada protecção a todas as formas culturais. Particularmente dedicado à Música – já seu pai a ela se afeiçoara e muito mais o seu filho e sucessor – dele falou o autor da *História Genealógica da Casa Real Portu-*

guesa: "Nunca jamais se recusou ouvilla antes gostou della enfermo, e são, não só porque pelo seu natural lhe era inclinado, senão porque sentia cobrar com a harmonia novas forças e animo". Essa a razão mais que notória para favorecer, como o fez em larga escala "os scientes desta profissão, de sorte que attrahio muitos ao seu serviço pelos grandes premios, e assim o buscavão os mais insignes de toda a Hespanha, e os applicava aos exercicios da sua Capella, cujo dispendio e aparato foy real"³. D. João IV na sua escola de música iria servir-se dos melhores mestres que seu pai magnanimamente acolhera na corte palaciana, tais como Robert Tornar, Filipe Rogier, Francisco Garro, António Pinheiro e outros cujos nomes se dispersam nos livros que contêm os registos das muitíssimas mercês concedidas.

Mas, além dos mestres de música, outros domínios atendeu, como é o caso da arquitectura pelo grande volume de obras que sob o seu governo se efectuaram, escolhendo os melhores técnicos, como na pintura e na escultura, artes maiores que muito apreciava, que pôs ao serviço da sua Casa, adornando-a com obras do melhor escol de especialistas. Mestres de gramática e livreiros, porque as letras não descuidava; mestres de ourivesaria e prataria, douradores, médicos, físicos e cirurgiões, mestres de dança, de armas e de esgrima, brosladores, passamaneiros, seleiros e correeiros, espingardeiros, jardineiros, confeiteiros e cozinheiros, escolhia-os o duque de entre os melhores que se conheciam no país e até do estrangeiro os recebia. E nisto demonstrava

³ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

à evidência um claro espírito e uma profunda exigência de qualidade, a bem do seu serviço e da cultura que muito prezava.

5. É precisamente de algumas dessas figuras de relevo que a D. Teodósio serviram que pretendemos falar, mencionando-as e descrevendo a forma como foram justamente distinguidas.

Mestres da Capela

Filipe Rogier

Um dos mais notáveis mestres da Capela Ducal, muitas vezes citado no Catálogo de D. João IV. No ano de 1589 encontrava-se em Madrid como vice-mestre da Capela Flamenga. O Arquivo Musical do Paço Ducal de Vila Viçosa conserva ainda algumas das suas obras.

Recebeu em 4. Out. 1590 uma mercê de 10 000 réis, “por respeito de certas obras que mandou” ao duque.

António Pinheiro

Foi dos primeiros mestres da mesma Capela, onde iniciou funções a 12. Mar. 1576, ainda em tempo do pai de D. Teodósio. Tornou-se um dos mais distintos músicos do seu tempo, existindo ainda no Paço Ducal várias obras de sua autoria.

Uma das mercês registadas nos respectivos livros é de 4000 rs. (1589) “para ajuda de se curar” e outra de 6 000 rs. “por umas cançonetas que fizera para as festas de Natal” (1592).

Francisco Guarro, ou Garro

Navarro de origem. Autor de obras mu-

sicais importantes, também inscritas no Catálogo da Livraria Musical de D. João IV.

Recebeu em 24. Mai. 1610 trezentos cruzados para “poder imprimir os livros dos Responçorios e vespersas que offereceo ao Duque de Barcellos”, o futuro rei D. João Restaurador.

Robert Tornar

Inglês de nação, foi um dos grandes mestres da arte musical, servindo D. Teodósio e D. João, dele se conservando também algumas obras no referido Arquivo Musical.

O seu ordenado anual, segundo uma das mercês, era de 60 000 rs. Segundo o Padre J. Espanca (*Memórias de Vila Viçosa*, t. 35, p. 84) casou em Vila Viçosa, residindo num prédio que comprou por 22 000 rs., “o terceiro da rua de Santa Luzia da faceira do poente a contar do norte, e que havia sido já do Lic. Jerónimo Soares Homem”, perto, por conseguinte, do cruzamento com a rua das Cortes.

Por motivo de ter preparado uma festa de Natal com cançonetas apropriadas, de sua autoria recebeu no ano de 1609 um pagamento de 3 000 rs.

Mestres de música e cantores

Jorge de Salazar

Identificado como castelhano, de entre as diversas mercês, que recebeu entre 1585 e 1592, contam-se, uma de 3 000 rs, “para comprar uma casa”, e outra, bem mais avultada, de 50 000 rs. de ordenado, mas, conforme se especifica, “enquanto for vontade de Sua Excelencia e ele servir de cantor e de tudo o mais que lhe S. Ex^a. mandar”.

Jorge de Mendonça

Como mestre de música da Capela recebeu 12 000 rs., numa concessão datada de 16. Jul. 1586.

Manuel de Oliveira

Desde 1604 até 1623 obteve várias mercês de 4 000 rs., uma de 18 000 rs., por ano “para se vestir e calçar”; em 1614 deu-lhe o duque a serventia de tabelião do Judicial de Vila Viçosa, e em 1618, a de escrivão da Correição.

Marco António

Organista de seu título, coube-lhe receber 16 000 rs. em 4. Dez. 1584 “por motivo de consertar e afinar os órgãos da Capela e outros instrumentos, como também os órgãos do Mosteiro das Chagas desta Villa Viçosa”.

Manuel Ferreira

Natural da vila do Sardeal, era tangedor de viola. Coube-lhe uma mercê de 20 cruzados “por respeito de vir a esta Villa Viçosa por mandado do Duque”, o que indicia naturalmente a sua competência (4. Out. 1583).

Paulo Correia

Na qualidade de músico da câmara do duque recebeu em 27. Fev. 1584 a importância de 10 000 rs. Acompanhou o duque, com outros colegas, na “jornada de Lisboa de 1589”, cabendo-lhe por duas vezes 1 200 rs. e outras mais mercês.

Passou, mais tarde, à vila de Monforte com outros cargos.

Matias Machado

Clérigo de missa, capelão cantor e tangedor do duque, recebeu mercês diversas entre 3. Nov. 1594 e 27. Nov. 1595.

Mestres de várias artes**Mestres de Formação****Jerónimo Soares Homem**

Ocupava o honroso e relevante cargo de tesoureiro da Capela Ducal e foi encarregado de acompanhar o duque de Barcelos, como seu mestre, tal como Fernão Soares Homem, pai dele, já fora mestre deste D. Teodósio II.

Era Jerónimo Soares pessoa muito ilustrada, autor de várias obras, tendo, sem dúvida, contribuído de modo muito positivo para a formação do futuro duque-rei. Possuía uma excelente livreria, avaliada ao tempo em 200 000 rs.

“Enquanto não for provido de outra renda pela Igreja”, lê-se no registo da mercê de 28. Abr. 1583 – tinha então D. Teodósio iniciado o governo do ducado havia apenas dois meses – receberia uma substancial tença anual de 100 000 rs. Em 1621 recebeu 20 000 rs., mencionado como “Mestre dos Senhores”, ou seja, do próprio duque e de seu filho D. João.

António de Castro

Mestre de Gramática e de Matemática, este destacado membro da ilustre família dos Castros de Vila Viçosa, foi sucessivamente distinguido com uma longa série de concessões, particularmente para ajuda dos estudos de seu filho Cristóvão de Sá, como se pode ver pelos seguintes registos:

- em 1583, tomou o duque este Cristóvão de Sá por seu capelão;
- em 29. Jan. 1587 foi-lhe concedida a verba de 14 000 rs. “para comprar uns livros de leis e cânones”, quando estudava em Coimbra;

Manuel Inácio Pestana

- para “fazer profissão” religiosa, mais 12 000 rs. lhe couberam em 18.Dez.1588;
- em 11.Set.1594, por via de seu pai, mandou o duque que se lhe pagassem 8 000 rs. “para ajuda de se ir a Coimbra”;
- ainda pela mesma via, outros 8 000 rs. foram entregues para “ajuda do jantar que [António de Castro] há de dar aos frades quando cantar missa nova o Padre Frei Cristóvão, seu filho (15.Jun.1594).

Na sua qualidade de mestre do duque, António de Castro, além de numerosas mercês ordinárias, algumas pagas em trigo – em regra, em cada ano um moio – recebeu uma especificamente no valor de 3 480 rs. “que fez de custo um capuz de baeta bem feito” (15.Jul.1589) e a cortesia de tomar o duque, por recomendação que lhe fez, como seu reposteiro a Baltazar de Sampaio (29.Set.1599).

Maria Moreira, sua viúva, ficou a receber 15 000 rs. e um moio de trigo em paga anual, a partir de 4.Mai.1601, data em que seu marido teria falecido; em 19.Out.1610 encontra-se ainda em seu nome o registo de uma mercê de 3 000 rs.

Para ajuda do dote de sua filha Margarida de Sotomaior, que fez profissão de religiosa, recebera ainda António de Castro a avultada quantia de 200 000 rs. (25.Set.1597), três anos antes do seu falecimento.

Francisco Galvão

Foi Francisco Galvão pai de António Galvão de Andrade, o autor da famosa “Arte de Cavalaria e Estardiota”, também ele estri-

beiro da Casa do duque. Fora nomeado estribeiro, como seu filho também o seria, e atribui-se-lhe a autoria de um “Tratado de Ginete” publicado em 1629, além de ser mencionado também como poeta e amigo próximo de Luís de Camões.

As mercês com que D. Teodósio o distinguiu, e foram algumas dezenas, referem na sua maioria ajudas para a compra de trigo.

Foi reputado como um dos melhores cavaleiros do seu tempo, razão suficiente e bem justificativa para a escolha que dele fez o duque para o servir.

Belchior Ferreira

Foi mestre de esgrima do duque de Barcelos, recebendo em 6.Abr.1623 a importância de 4 000 rs. “para um vestido de baeta”.

Leonardo Barreto

A este mestre competia-lhe ensinar o Duque a jogar as armas, pelo que beneficiou de várias distinções, a saber:

- em 14.Jul.1584, 8 000 rs. “para ajuda de trazer seu fato de Lisboa para esta Villa”;
- em 30.Ago.1584, 36 000 rs. de ordenado anual, “enquanto for vontade de S. Ex^a. e elle ensinar S. Ex^a. e seus Irmãos a jogar às armas e o servir nas mais cousas em que o S. Ex^a. mandar e que os comece a vencer de três de Julho deste ano presente em diante”.
- em 12.Mai.1586: 6 000 rs. de mercê;
- 10.Jan.1587: 13 000 rs. “que montarão em seu ordenado” por 13 dias que não serviu;
- em 30.Mar.1587: 14 000 rs. “para o caminho”.

Pedro Luís

Que ensina o Duque nosso Senhor a dançar

Recebeu:

- em 27.Out.1585: 8 000 rs. "para o caminho desta Villa para a cidade de Lisboa";
- em 12.Fev.1586: 20 000 rs. "por respeito do tempo em que serviu de lhe dar lição de dançar e ás Senhoras e Senhores".

Depreende-se destes registos que este Pedro Luís fora chamado especialmente de Lisboa para exercitar seu ofício em Vila Viçosa, atendendo não só o duque como ainda a outros senhores e senhoras da sua Casa, possivelmente os da família ducal, o que, aliás, se deveria considerar como muito necessário num tempo em que eram frequentes festas e cerimónias no Paço Ducal.

Livreiros**João do Canha, ou de Ucanha**

Morador em Lisboa, teve 400 rs. de moradia mensal na corte de Vila Viçosa (10.Ago.1585), naturalmente por serem fornecedores de livros do duque.

Sebastião Carvalho

Também morador em Lisboa, igualmente beneficiou de uma moradia mensal de 400 rs. (10.Ago.1585)

Ourives**Pedro Dias**

Também morador na capital, pelas datas dos registos das mercês que recebeu, teria servido do duque na sua arte de ourives pelo menos durante cerca de três anos, isto é, desde Julho de 1583 até 1586, sendo provavelmente o primeiro artista desta especialidade que o serviu, tendo em conta que D. Teodósio iniciou o governo da casa ducal em Fevereiro de 1583.

Brás Calvo

Brás Calvo, possivelmente o mesmo que vinte anos antes, quando do falecimento de D. Teodósio I, aparece como perito avaliador e até comprador de peças de ourivesaria que constam do inventário de bens então elaborado. Tomou-o agora seu neto como seu ourives, juntamente como o anterior, em Agosto de 1583, estabelecendo-lhe a moradia mensal de 400 rs., acrescidos de $\frac{3}{4}$ de cevada por dia "tendo cavalo"⁴.

João da Siva

Este ourives era morador em Évora, segundo se diz no registo em seu benefício de 16 000 rs. que D. Teodósio II lhe mandou dar em 23.Nov.1602 "por respeito de vir a esta Villa Viçosa servir a S. Ex^a. em lhe fazer muitas peças de sue serviço". Porventura para utilizar por altura do casamento do duque que ocorreria em Junho do ano seguinte.

⁴ Tomás de Castro, autor de um barco de prata "de água à mãos", de um copo dourado (cópia de outro que fora pertença do duque D. Jaime) e João Galego, que recebera 37 diamantes da parte da Duquesa para fazer "os botões da Senhora Duquesa D. Brites", nomes citados como avaliadores das peças de ourivesaria, designação que os identifica como mestres da mesma arte – são também artistas mencionados no Inventário dos bens de D. Teodósio I (Ver o nosso trabalho inserido neste n.º da CALLIPOLE, intitulado *Tomás de Castro, um ourives de Vila Viçosa, pai de Púbbia Hortênsia de Castro?*)

Bento Rodrigues

Identificado como ourives da prata de Sua Ex^a., era morador em Vila Viçosa e aceitou-o o duque como seu ourives em 18.Set.1608 com o ordenado de 10 000 rs. por ano, “enquanto S. Ex^a. o houver por bem e não mandar o contrario com as clausulas da Carta Geral” [das Mercês]. No ano seguinte, em 2 de Janeiro, recebeu 3 000 rs. de aposentadoria anual “para seu alojamento de casas e cama”.

Sebastião Lopes

O último ourives referenciado nas mercês é Sebastião Lopes, outro residente de Lisboa, filho de Mateus Lopes, que supomos ter sido também mestre das mesmas Artes.

O duque houve, em 7.Mar.1620, “de o tomar ora novamente por oficial de ourives de ouro com a moradia conteuda no Alvará que se lhe passar”, documento que não se transcreve, não se conhecendo, portanto, o valor da moradia, admitindo-se que fosse idêntica à que habitualmente se concedia aos servidores do Paço, isto é, de 400 rs. Ficamos também a saber que com este artista se renovou contrato para servir o duque.

Douradores

João Ferreira

Era morador em Lisboa, como muitos outros artistas requisitados pelo duque para seu serviço, por exigir qualidade, procurando sem dúvida os mais competentes nas suas habilidades, estivessem onde estivessem, sabida a fama de cada um.

A este João Ferreira tomou-o por seu dourador em 23.Jun.1584 e passou a pagar-lhe, de uma vez, 4 000 rs. (8.Nov.1590) e mais 10 000 rs., “por respeito dos dias em que esteve nesta villa em serviço de Sua Ex^a.”, em 17.Jan.1594, concluindo-se por estas referências cronológicas que o serviu, pelo menos, durante dez anos.

Tapeceiros

Muitos e de excepcional valor e qualidade eram os panos que adornavam as salas do Paço Ducal. Também no já referido inventário dos bens de D. Teodósio I se faz larga e minuciosa descrição desses valiosos objectos de uma das mais notáveis, senão a mais rica, de quantas colecções se conheciam no reino. Por isso, indispensável se impunha a presença de mestres especialistas, tal como o caso destes dois a seguir mencionados.

António Lopes

Apenas no ano de 1584 há registos em nome deste “tapeceiro do duque nosso Senhor”, conforme consta do seu título:

- em 4.Abr., 2 000 rs. de mercê;
- em 14.Ago., 400 rs. de moradia por mês;
- em 15.Ago., 3 200 rs de ordenado anual, a partir desta data – refira-se o facto de se escolher esta data, dia de Santa Maria – como referência do contrato, mais habitual nos arrendamentos agrícolas -, neste caso com declaração de que “era obrigado a consertar todos os buracos que houvesse nos panos de armar de S. Ex^a. e alcatifas e tapetes, agora e em qualquer outro tempo,

que não forem maiores que o tamanho de um tostão sem perigo de haver cousa alguma nem outra satisfação mais que o dito ordenado, e que servindo-se S. Ex^a. dele em qualquer outra cousa fora do seu ofício de tapeceiro lhe mandará S. Ex^a. pagar um tostão por dia alem do dito ordenado”;

- em 24.Nov., um último registo de 3 200 rs., mercê que sendo do mesmo valor da anterior, ao mesmo serviço se deveria atribuir.

Lourenço Marques

Outro tapeceiro ao serviço de D. Teodósio, receberia 6 000 rs. “para comprar uma cama e para ajuda de se vestir (19.Abr.1590).

Brosladores, guadamecileiros e passamaneiros

Jerónimo Ribeiro

Guadamecileiro era o seu ofício, ou seja, conservador de tapeçarias feitas de couro ornamentadas com pinturas e dourados. D. Teodósio tomou-o nesta especialidade ao seu serviço “pollo ser do duque que Deus tem [D. João I] com 400 rs. de moradia por mês “ (22.Mai.1585).

João Isidro

Passamaneiro, fabricante de passamanes, ou seja, de galões, fitas, tecidos de fio de prata, ouro ou renda, franjas, etc., João Isidro recebeu em 16.Mar.1585 uma mercê de 36 alqueires de trigo anuais, “enquanto servir a S. Ex^a. no dito ofício e em tudo o mais que S. Ex^a. lhe mandar”.

Bartolomeu Francisco do Corral

Brosrador, isto é, bordador.

“Para trazer seu *fato* [mudança de casa]” em 28.Mai.1585 recebeu 3 000 rs. e em 25.Set. desse ano teve mais quatro cruzados de mercê.

João Estêvão

De 1588 até 1591 esteve contratado no seu ofício de broslador com 19 200 rs. de ordenado por ano e uma ração de pão, carne, pescado (nos dias dele) e vinho e ainda umaavença de azeite para se alumiar quando tivesse de trabalhar de noite.

Em 1591 recebeu ainda, mas a título precário, uma casa “para pousar”, e mais 54 alqueires de trigo de ordenado anual.

Diogo Ortiz

Embora especialista de bordador, concedeu-lhe o duque o título e cargo de porteiro da cana, com 600 rs. de moradia e $\frac{3}{4}$ de cevada por dia (5.Ago.1583).

Tecelões

João de Sousa

Tecelão de sedas, recebeu em 30.Ago.1623 um moio de trigo e arrátel e meio de carne ou peixe (nos dias dele), “enquanto servir actualmente no dito ofício”.

António de Valbuena

Tecelão de veludos. Recebeu em Junho e Dezembro de 1600, 6 000 rs. e 3 000 rs., sendo a primeira destas mercês “para mudar de casa de Chaves para esta Villa [Viçosa]: Em 8.Fev.1601 foi-lhe fixado o ordenado de 10 000 rs.

Armeiros

António de Rusol

Em 1604 recebeu do duque, "tendo foro de escudeiro", o ordenado de 14 000 rs. e um moio de trigo por ano.

Coronheiros

Gaspar Álvares

Nomeado para estas funções em 7.Ago.1583 com 400 rs. de moradia por mês.

Francisco Gonçalves

Nomeado com o mesmo vencimento do anterior em 1.Jun.1585.

Bartolomeu Pais

Nomeado também nas mesmas condições dos antecedentes, em 18.Mai.1584, nomeação repetida em 4 de Novembro seguinte com o título de oficial de coronheiro.

Espingardeiros

João Cordeiro

Em 1607 couberam-lhe 16 000 rs. por três espingardas que fez: duas para D. Teodósio e outra para o duque de Barcelos, seu filho.

Francisco Fernandes

Era espingardeiro em Chaves quando era anadel deles Manuel Madeira.

Foi-lhe atribuída em 1623 carta de privilégios do número dos espingardeiros.

Bainheiros

João Dinis

Foi distinguido em 3.Jul.1590 com uma mercê de 4 000 rs.

Ferreiros e Serralheiros

Domingos Fernandes

Recebeu carta de privilégio dos ferreiros em 22.Jul.1622.

Bento Pires

Morador em Vila Viçosa, tomou-o duque por seu ferreiro, com 400 rs. de moradia mensal, em 11. Mai.1585.

Lopo Vaz

"Filhado" como ferreiro com 400 rs. de moradia por mês, em 8.Fev.1592.

Pedro da Silva

Também morador em Vila Viçosa, foi nomeado serralheiro e ferreiro com os mesmos 400 rs. de moradia, em 9.Nov. 1585.

André Soares

Serralheiro de espingardas.

Acompanhou o duque na já referida jornada de Lisboa de 1589, recebendo 3 000 rs. (8.Set.1589).

Correeiros e Seleiros

João Rodrigues

Correeiro.

Recebeu sua mulher, Leonor de Saial, 20 000 rs. em 19.Mai.1593 para ajuda do seu casamento, e isto pelo facto de seu pai, que fora cozinheiro do duque, ter morrido

em Alcácer-Quibir, tendo sido, portanto, companheiro de jovem duque nessa infeliz jornada africana. E recebeu mais um acrescentamento de 8 000 rs. para ajuda de pagar o breve para o casamento.

Francisco Martins

Teve mercê ordinária de 4 000 rs. em 4.Abr.1606, como correeiro.

Mateus Gomes

Aceite como seleiro com o ordenado anual de 10 000 rs, em 14.Mar.1611.

Nicolau Gomes

Tinha 10 000 rs. anuais "por consertar coches, silhões, andilhas e selas das andas e o mais que é conteudo na provisão que se lhe passou em 20.Dez.1616.

Manuel Jorge

4 000 rs. de mercê em 22.Jun.1590, como seleiro da Casa do duque.

Cordoeiros

Pedro Francisco

Foi tomado por oficial de cordoeiro em 15.Set.1616, depois de ter vindo de Bragança para Vila Viçosa em 17.Mar.1602 para servir especialmente o duque, recebendo então 6 000 rs. de mercê.

Sapateiros

Francisco Álvares

Com 5 000 rs., registados em 25.Fev.1590.

André Fernandes

Morador em Vila Viçosa. "Por casar com Maria Prezada mulher que foi de Jeronimo Domingues que morreu da bombarda que arrebentou no Castelo": 12 000 rs., em 26.Mai.1594.

Jardineiros

Miguel de Alcalá

Obteve várias mercês no decurso dos anos de 1594 a 1615, pagas regularmente em trigo, ora de 24, ora de 48 alqueires de cada vez.

Em 20.Fev.1599 concedeu-lhe o duque o título de escudeiro da sua Casa com 562 rs. de moradia mensal, acrescidos de $\frac{3}{4}$ de cevada por dia "tendo cavalo". E em 1610 recebeu uma especial mercê de 3 000 rs. "para o aluguer das casas onde vive".

Francisco Pires

Apenas duas mercês estão registadas no seu título de jardineiro, ambas de 3 000 rs., uma no ano de 1598 e outra datada de 15.Out.1603, segundo uma portaria de Escobar de Lima, pessoa de quem mais adiante se dá notícia.

Cozinheiros

Diogo Soares

Obteve várias concessões desde 1 200 rs. a 3 000 rs., entre 1588 e 1596. No ano de 1600, em 17.Jul., registam-se em seu nome 2 000 rs. "pelo serviço que fez quando passou o visorei"⁵.

⁵ O Arquiduque Alberto, vice-rei de Portugal em nome de Filipe II desde Agosto de 1584, foi por essa altura recebido em Vila Viçosa pelo duque de Bragança, instalando-se no Palacete da Tapada, depois de ter apresentado no Paço cumprimentos à Duquesa D. Catarina que fez questão de visitar pessoalmente.

Manuel da Ponte

Também lhe foram concedidos 2 000 rs. por igual motivo e na mesma data. Teve ainda outros 2 000 rs. em 1608 e ainda moio e meio de trigo de ordenado no ano seguinte.

Diogo Pereira

Serviu o duque pelo menos entre Novembro de 1583, altura da concessão de uma primeira mercê, e o ano de 1602, recebendo várias compensações, ora de 1 600 rs., ora de 3 000 rs., um delas em 3.Out.1596 “por respeito de ir na jornada de Lisboa”, esta de 1 600 rs. e uma outra de 3 000 rs. “por respeito do serviço que lhe fez na passagem do visorey”.

Fernando Afonso

Servindo como cozinheiro, recebeu 1 200 rs. “por ir na jornada de Lisboa (3.Out.1596). Em 13.Jul.1600 por outro serviço especial foram-lhe pagos 6 000 rs. “quando da jornada que fez a Arraiolos na vinda do visorey”.

Em 9.Ago.1599 recebera igual quantia “por respeito do que perdera do seu ordenado quando esteve doente nas Caldas”.

Simão de Évora

Também este cozinheiro, que entre 10.Mai.1585 e 1589 recebera diversas mercês ordinárias, teria uma recompensa de 2 000 rs., na mesma jornada da vinda a Portugal do vice-rei e na mesma data de Fernando Afonso.

Confeiteiros**Simão Mendes**

Nesta qualidade de confeitiro foi-lhe fixada a importância de 400 rs. de moradia por mês, a qual, no entanto, só seria vencida quando fosse chamado a servir o duque pessoalmente e com a obrigação de ter prestes tudo o que de confeitaria fosse necessário, tanto em Vila Viçosa como em qualquer parte onde Sua Excelência se encontrasse (1.Abr.1615).

Mestres de Letras**Estafanillo de Britarga**

Um autor/actor castelhano que em 19.Fev.1585 recebeu 12 000 rs. “por algumas farsas que representou em casa de Sua Ex.^a”.

Pedro de Andrade Caminha

Este famoso poeta quinhentista viveu os dois últimos anos da sua vida em Vila Viçosa, onde, ao serviço da Casa Ducal, faleceu em 1589.

Uma das mercês com que foi distinguido valeu 12 000 rs. “para ajuda de se curar”, com data de 1589. Como José Maria da Costa e Silva diz no *Ensaio biographico-crítico sobre os melhores poetas portugueses* diz que Andrade Caminha faleceu a 9 daquele mês, será de admitir, face à data desta mercê, ou erro do biógrafo ou registo tardio daquele favor acontecido dois dias depois da sua morte.

Embora os registos das mercês concedidas pelos especiais serviços prestados nessa ocasião tenham sido feitos mais tarde, conforme se confirma nos documentos, é esta, de facto, a circunstância que os motivou.

Em 1601 recebera a mesma Senhora Duquesa outra distinta visita, desta feita a de seu primo Rainúncio, duque de Parma, altura em que decorriam já as grandes obras do Paço chamadas das Casas Novas, que envolveram a participação de numerosos e qualificados especialistas nas artes de construir e decorar. Não encontramos, porém, quaisquer referências a este facto nos Livros das Mercês de D. Teodósio II (AHCB. / NNG. 253 a 255).

Francisco Rodrigues Lobo

Outro ilustre nome das letras portuguesas, este, o autor de *Corte na Aldeia* também viveu e privou com o duque D. Teodósio. Segundo Mário Gonçalves Viana, teria Rodrigues Lobo frequentado a corte brigantina entre 1601 e 1602, todavia os registos das suas mercês nos livros da Chancelaria da Casa de Bragança vão de 1597 a 1610. Tê-las-ia recebido mesmo estando fora de Vila Viçosa, Coimbra ou Lisboa por onde estanciou? Afonso Lopes Vieira, anotador da *Corte da Aldeia* da edição dos Clássicos Sá da Costa diz que quase toda a sua vida foi gasta em Leiria, sua terra natal, ou seus arredores, acrescentado que o Poeta conviveu com os duques da Sereníssima Casa, “sendo amigo e hóspede dos Braganças nessa Vila Viçosa tão acolhedora de intelectuais e ela própria senhorio de homens cultos”.

As mercês, todas elas de certo vulto, que lhe foram conferidas (entre 10 000 rs. e 20 000 rs.) cabiam nas rendas de Ourém e Porto de Mós, a última das quais, datada de 18. Jun. 1610, corresponde ao ano em que se publicou o seu poema heróico *O Condestable de Portugal* e é do seguinte teor: “Ouue no dito Roque de Goes [tesoureiro da Casa] quarenta e oito mil rs. por respeito da Composição do Livro do Condestable, (alem do mais de q. já lhe tinha feito merce e os oito mil rs. por respeito de oito volumes da mesma Composição q. lhe apresentou por mandado feito em 18 de junho de 1610”. Estes registos provam ainda que Rodrigues Lobo, além de licenciado e graduado pela Universidade de Coimbra, era também clérigo de ordens menores, recebendo pensão no priorado da igreja de S. João de Porto de Mós, concedida pelo duque de Bragança.

Públia Hortênsia de Castro

É esta a célebre humanista calipolense, companheira de Luísa Sigeia, Ângela Vaz e Paula Vicente, da brilhante corte literária da Infanta D. Maria.

Filha de Tomé (ou Tomás) de Castro e irmã de Jerónimo de Castro, estudou com este Humanidades em Coimbra. Faleceu em Évora, onde defendera tese perante André de Resende.

Um ano antes da sua morte D. Teodósio mandou conceder-lhe 2 000 rs., aliás, a única mercê em seu nome registada nos respectivos livros.

João Baptista Lavanha

Identificado como afilhado do Duque, título de privilégio, das mercês que lhe foram concedidas entre Setembro de 1603 e Novembro de 1615, uma, a de 7 deste mês, foi uma generosa ajuda de 100 000 rs. “para empimir o seu livro”, precisamente no ano em que João Baptista Lavanha deu à estampa o *Mapa de Aragão* e a reforma da 4ª. Década de João de Barros, coincidência que nos leva concluir ser este “afilhado” do duque, de facto, o famoso cosmógrafo e genealogista que viveu entre cª. 1555 e 1625, ano em que faleceu em Madrid.

Artes Maiores

Escobar de Lira

Provedor das obras do Paço que executou com o Mestre Manuel Rodrigues no projecto do architecto Nicolau de Frias.

O Padre J. Espanca (*Memórias de Vila Viçosa*, t.31, p.36-37) refere-o com o nome completo de Escobar de Lira Pereira, dizen-

do que tinha uma comenda de 1/8 dos frutos da igreja de S. Lourenço da Parada e uma pensão de 7 000 rs. na dízima do pescado de Setúbal como alferes da Ordem de S. Tiago, dízima que era das rendas da Casa de Bragança.

Referimo-lo quando mencionámos o jardineiro Francisco Pires porque foi ele quem passou portaria das mercês deste servidor, em 1603.

Das mercês que em seu nome ficaram registadas retiramos as seguintes informações:

- Tomou o duque, por sua recomendação, a Pedro Álvares, morador em Vila Viçosa, por seu moço da estribeira, com a moradia mensal de 400 rs. (23.Set.1583)
- Tomou-o a ele o duque por fidalgo da sua Casa com 2 500 rs. de moradia e, tendo cavalo, com mais um alqueire de cevada por dia, pago segunda a Ordenança das Mercês (1.Out.1584);
- Couberam-lhe 90 000 rs. de ordenado ao ano, com declaração de que, provendo-o o duque em qualquer comenda lhe poderia retirar esse vencimento ou parte dele; estes 90 000 rs. e mais 30 000 rs. já os tinha Escobar de Lira da Senhora Duquesa D. Catarina. À margem deste registo escreveu-se, entretanto, o seguinte: “o dito escovar de lira não a de aver estes 90 mil rs. por s. ex^a. fazer merce de uma comenda e lhe ficarão 70 000 rs. de cujo assento é o quarto desta lauda” – seria a comenda que refere o Padre J. Espanca -. (24.Set.1584).
- Manda o duque se lhe paguem 70 000 rs. de ordenando anual, “servindo elle

peçoalmente a s. ex^a. em sua casa, e tudo o que lhe sua ex^a. mandar, e provendo-o de outra renda por comenda ou por qualquer outra via poderá tirar-lhe os ditos 70 000 rs. ou parte delles, de tal modo que não haja de receber mais de 90 mil”, conforme se refere no assento anterior (22.Mar.1587);

- Tomou o duque por seu moço da estribeira a Manuel Mendes, natural da cidade de Évora, com 400 rs. de moradia (“filhamento”), outra deferência para com Escobar de Lira que o recomendara (6.Ago.1588);
- Recebeu uma mercê de um moio de trigo (14.Fev.1589).
- Concedida ao titular uma mercê ordinária de 20 000 rs. em cada ano, enquanto servir o duque pessoalmente em sua Casa (12.Jul.1592).

Nicolau de Frias

Conhecido arquitecto que trabalhou nas obras que D. Teodósio, tal como seu pai, empreendera nos paços de Vila Viçosa, com vista ao seu prolongamento.

Nascido em Lisboa por volta de 1540, nesta cidade foi professor de arquitectura e mestre das obras de el-rei; trabalhou depois nas obras de grande vulto que em Vila Viçosa se desenvolveram. Foi sucessor de Filipe Terzi como arquitecto régio e como mestre das obras do Paço da Ribeira.

Figura de grande destaque no domínio desta arte, a ele se referem, entre outros autores, Sousa Viterbo, Volkemar Machado, Freire de Oliveira, Reinaldo dos Santos, Vítor Serrão e José Teixeira em seus trabalhos de investigação.

São os seguintes os assentos em seu nome nos livros das mercês de D. Teodósio II, todos do ano de 1583:

- 50 000 rs. “por respeito de vir de Lisboa por mandado do Duque que Deus tem a esta Villa Viçosa onde esteve até ora fazendo traças das cousas que lhe S. Ex^ª. mandou” (15 de Março);
- Tomou-o o duque por arquitecto de sua Casa e «Obras della» (3 de Abril);
- 20 000 rs. “por todas as traças e que mais fez e [começou] e isto mais allem dos cinquenta mill rs. de que lhe fez mercê pella provisão cujo assento fica acima” (12 de Maio);

Pero Vaz Pereira

Natural de Portalegre, onde terá nascido entre 1565 e 1570, nesta cidade trabalhou nas obras da Sé; co-autor da capela-mor da Sé de Elvas, colaborando com o Mestre Manuel Ribeiro; inspector das obras do Aqueduto da Amoreira de Elvas; autor de trabalhos diversos em Évora e seu termo. Em Vila Viçosa, arquitecto do duque desde 1604, já desde 1602 trabalhava nas grandes obras do Paço, assim como também em outras particularidades nesta vila e arredores.

“Muito perito na Architectura, e Mathematica, compoz e dedicou no anno de 1603 ao Duque de Bragança D. Theodozio II, do nome Fabrica, e uso do radio latino. Dividido em 3 livros o 1.º Do fabrico do instrumento; o 2.º Dos uzos terrestres o 3.º Dos uzos celestes.

Em 1589, com João Vaz, mestre das obras da Sé de Portalegre, provável parente seu, trabalhou na construção do paço episcopal e na edificação da própria catedral, iniciada em 1566, onde colaborou um outro seu hipotético familiar, o mestre de marcenaria Diogo Vaz Pereira que participou activamente como entalhador em 1572.

A Fonte Grande de Vila Viçosa, obra do mestre pedreiro de Estremoz Pedro Álvares Moniz e mestre das obras do Convento de Avis, foi traçada e modelada por este Pero Vaz, segundo contrato de 19.Dez.1618. Em 19.Jul.1641 seria nomeado arquitecto do Convento de Cristo, em Tomar, na vaga por falecimento do titular Diogo Mendes Lucas, com que teria já trabalhado nas fontes de Elvas.

16 de Janeiro de 1644 é a data atribuída ao seu falecimento, ocorrido possivelmente em Vila Viçosa para onde se teria retirado em tempo de doença ou onde se encontraria ocasionalmente, pois tem sua campa rasa na igreja do Convento das Chagas, localizada no canto da entrada, do lado direito, imediatamente a seguir à do vice-rei da Índia D. Constantino de Bragança.

Sobre este notável artista publicámos oportunamente um ensaio biográfico, onde anotámos alguns dados inéditos⁶. Também o Prof. Vítor Serrão lhe fez desenvolvida referência num dos seus trabalhos⁷. Igualmente, Diogo Pereira de Soto Maior no *Tratado da Cidade de Portalegre*, publicado em 1616, dele dá notícia, considerando-o “natural desta Cidade, escultor e grande

⁶ M. Inácio Pestana, *Pero Vaz Pereira, arquitecto seiscentista de Portalegre. Tentativa cronológica e questões a propósito*, in *A CIDADE*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 8 / II Série / 1993, pp. 153-166.

⁷ Vítor Serrão, *A actividade do pintor Luís de Moraes em Portugal*, in *Actas do II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*. Coimbra, 1983.

oficial nesta arte”, com conhecimentos que adquiriu em Roma, onde “o artista não deve ter deixado de passar pela Academia de S. Lucas, em cujo registos deve constar”, instituição esta que “privilegiava o debuxo e o debate das artes liberais, pelo que todo o artista que se prezasse como tal, e não como oficial mecânico, poderia passar pela instituição dos pintores, mesmo que fosse escultor –o caso de Pero Vaz –, o que explica, aliás, o seu papel posterior de aristocrático artista traçador de edifícios de égide ducal” – citamos ainda o Prof. Vítor Serrão em informações que gentilmente nos facultou e agradecemos.

São as seguintes, em resumo, as mercês que lhe concedeu D. Teodósio II, importantes referências para a biografia do artista, aliás, já dadas a conhecer por José Teixeira, tal como as de Escobar de Lira, Nicolau de Frias, Manuel Ribeiro e André Peres⁸:

- Nomeação como arquitecto e escultor do Duque, com o ordenado de 60 000 rs., com direito a médico e botica, estando doente, prerrogativa de excepção que não se encontra em qualquer outro dos servidores da Casa Ducal; e nesta data se lhe acrescentou um moio de trigo anafil anual (9.Mar.1610);
- 10 000 rs. “por uma só vez” (9.Mar.1610);
- “Por fazer huma chaminé nas suas cazas”[do Duque], que se admite seja o elegante fogão da Sala de Medusa, na ala sul do 1.º Andar, como diz o dr. José Teixeira;
- 20 000 rs. “para ajuda de refazer a sua casa” (23.Mai.1614);

- outros 20 000 rs. e mais um moio de trigo de ordenado anual (23.Jun.1614);
- 7 000 rs. “para o vestido que fez em Lisboa na vinda de Sua Magestade a este Reino” (27.Abr.1622); anteriormente, em 30.Dez.1621, recebera uma mercê de 20 cruzados. Esta do vestido [fato] feito em Lisboa é um evidente pagamento atrasado, ou é o registo feito com atraso de três anos, pois a visita do rei Filipe III ocorreu em 1619 quando das cortes de Lisboa, acontecimento que levou o duque à capital na sua qualidade de Condestável do Reino, ocasião em que se fez acompanhar de uma luzida comitiva de fidalgos e servidores da sua corte palaciana. A presença de Pero Vaz Pereira nesta circunstância é reveladora da grande consideração e extrema confiança de que usufruía junto do duque.

Pero Vaz Pereira foi ainda irmão da Misericórdia de Vila Viçosa, conforme se pode ver nos vários registos do cartório da instituição, como, por exemplo, no Livro da Irmandade de 1643, no qual constam “os irmãos que são assim ausentes como vivos” e onde o seu nome leva o número 41 na relação encabeçada pelo próprio duque.

Jerónimo Rodrigues

Afilhado e protegido de Pero Vaz Pereira, casado com Maria Pereira, de Castelo de Vide, segunda sobrinha do arquitecto. Com ele trabalhou nas obras da Casa de Bragança e noutras, acabando por ser nomeado arquitecto dos Paços da Ribeira em Lisboa e

⁸ José Teixeira, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983, pp. 120-121.

mestre-de-obras do Convento de Cristo (1645), sucedendo aqui a Pero Vaz.

Uma mercê registada em seu nome, de 27.Jun.1646, portanto sendo já responsável em Tomar, refere que veio em diligência a [Lisboa] por causa da enfermaria dos criados de Sua Majestade” que vieram de Vila Viçosa, ou seja, já no tempo de D. João IV, rei.

Entretanto, damos conta de que a um Jerónimo Rodrigues, reposteiro do duque anterior, filho de Fernão Rodrigues, autorizou o duque D. Teodósio que, por conta da sua fazenda, fizesse uma chaminé na casa de fogo do Mosteiro da Serra de Ossa, “na forma em que está a chaminé velha que eu [o Duque] muitas vezes gabei por bem lavrada”, Supomos, assim, que se trata do mesmo mestre que fez carreira até Lisboa e Tomar, como arquitecto real.

Em 15.Mai.1646 e 7.Mai.1647 deu pareceres sobre obras efectuadas nas casas do bispo de Targa e em outras anexas aos Paços dos Duques de Bragança, em Lisboa (AHCB, NNG. 21, fls. 3 e 75).

Manuel Ribeiro

Já referido, este competente mestre trabalhou com Nicolau de Frias, Pero Vaz Pereira e Escobar de Lira. Foi também avaliador do concelho de Vila Viçosa e, como diz o Padre Joaquim Espanca (*Memórias de Vila Viçosa*, t. 34, p. 128), “foi ele quem fiscalizou o acrescentamento do Paço da parte Sul e quem deliniou todas as obras municipais”. Em 1624 era administrador do Morgado de Peixinhos do malogrado Francisco de Lucena, onde esta casa particular dos Lucenas possuía um nobre solar, obra do tempo de Afonso de Lucena, pai deste Francisco. É de admitir que Mestre Manuel

Ribeiro ali se ocupasse da conservação deste importante património arquitectónico.

No título das mercês que lhe foram conferidas diz-se que *serve de mestre das Obras do Duque nosso senhor*, e dele teve as que seguem:

- Em 18.Nov.1583 rs.: 1 710 rs. que se lhe acrescentaram em 19 dias do serviço em que esteve doente, à razão de 90 rs. por dia, os quais lhe não foram lançados nos róis das obras do mês de Agosto e Setembro do ano de 1583;
- “por o cuidado que teve da nora da horta” [do Paço], 2 000 rs. (25.Jan.1587);
- “de tomar [o Duque] o dito Manuel Ribeiro por escudeiro de Sua Casa com 563 rs. 2 ceitis de moradia por mês e tendo cavalo $\frac{3}{4}$ de cevada por dia” (23.Nov.1588);
- 30 000 rs. de ordenado anual, desde 15 de Agosto deste ano em diante (24.Nov.1588);
- 8 000 rs. “por o cuidado que tem do seu serviço nas obras de sua ex^a. e por andar com João Bautista nas medidas e traças do pomar que sua ex^a. ora manda fazer novamente no Reguengo e por outras medidas que tomou no dito pomar e para os dias que ele dava no Cano das aguas que sua ex^a. manda levar ás casas da sua Tapada”, isto tudo “por portaria de escovar de lira”, que já dissemos ter sido provedor das obras do duque em Vila Viçosa.

Francisco Rodrigues

Mestre pedreiro, morador em Vila Viçosa. Recebeu 3 060 rs. em 14.Jun.1592 “por respeito de cair da Salla da Infanta que Deus

Manuel Inácio Pestana

tem andando fazendo uma janella e estar em cama 51 dias, o que monta os ditos 3 060 rs. á razão de 60 rs. por dia”.

Manuel Gonçalves

Também pedreiro de ofício e também morador em Vila Viçosa, houve do duque 2 000 rs. “para ajuda do casamento da filha” (26.Abr.1604).

Diogo Pires

Outro mestre pedreiro de Vila Viçosa, teve do duque também 2 000 rs., sendo “mestre da obra que se fez do lago da Tapada” (26.Nov.1584).

João Rodrigues

Taipador, morador na vila de Borba.

“Por respeito da perda que teve no monte que fez o ano passado na Herdade da Atalaia em Vila Boim”: 1500 rs. (10.Ago.1583).

Luís Fernandes

Carpinteiro do Duque, recebeu 1 200 rs. “para ajuda de curar uma ferida que deu estando trabalhando no Serviço de S. Ex^a.” (8.Mar.1584).

Em 8.Nov.1589 teve nova mercê, esta no valor de 2 000 rs.

Miguel Romeiro

Carpinteiro e moço da estribeira do Duque.

Quatro cruzados “para ajuda de comprar a ferramenta com que a de trabalhar” (28.Out.1611):

“De o tomar por moço da estribeira com 400 rs. de moradia (30.Mar.1618).

André Peres

Pintor do Duque.

Notável pintor maneirista, a quem o Prof. Vítor Serrão atribui a feitura de vários e bons trabalhos da época teodosiana, tais como os frescos da Tomada de Azamor na escadaria nobre do Palácio de Vila Viçosa, os da Sala de David no mesmo edifício, os da igreja do Convento da Esperança e da capela-mor dos Agostinhos na mesma vila e ainda as Tábuas do Retábulo da Misericórdia de Arraiolos, sobre as quais aquele ilustre investigador publicou recentemente um excelente trabalho, donde retiramos algumas informações biográficas⁹.

“Entrou ao serviço da corte ducal brigantina em 1589, por mão de um cavaleiro e pintor dessa vila, de nome Geraldo Fernandes do Prado¹⁰, que era da casa do duque D. Teodósio II”. Além de Vila Viçosa, trabalhou também na sua terra natal – Almada, onde terá nascido por volta de 1570 -, em Lisboa e em Castelo Branco.

No ensaio de Vítor Serrão mencionam-se ainda outros artistas da época que trabalharam sob os auspícios de D. Teodósio: Tomás Luís, de Lisboa (presente em Vila Viçosa em 1603), Custódio Costa, de Évora (em 1602) e Bernardo da Silva (a quem, a expensas daquele mecenas, André Peres se obrigou a ensinar); Manuel Rodrigues, mestre-de-obras do duque, “figura prestigiada como construtor na esfera de D. Teodósio II”, que trabalhou na obra de Arraiolos, acompanhado de outros mestres pedreiros, como Rui Dias, Diogo Martins, Lázaro Coelho e Pedro Luís.

⁹ Vítor Serrão, *Uma obra desconhecida do Pintor Maneirista André Peres: As Tábuas do Antigo Retábulo da Misericórdia de Arraiolos (1603)*, in CALLIPOLE, Revista de Cultura, n.º 5/6 / Vila Viçosa, 1997/1998, pp. 123-140.

¹⁰ Geraldo do Prado, dado efectivamente como morador em Almada, obteve em 10.Set.1585 a mercê, registada em seu nome, de o tomar o duque por cavaleiro da sua Casa com 640 rs. de moradia/mês e um alqueire de cavada/dia, paga segundo o estipulado na Ordenança.

Mercês a seu favor:

- 20 cruzados “para ajuda de consertar a sua casa”, a sua própria casa, subentende-se (17.Nov.1594);
- na mesma data, estabelecido o ordenado anual de 40 000 rs. enquanto fosse vontade do duque, a vencer a contar de 15 de Novembro do ano anterior passado de 1594 [sic] e a serem pagos com certidão dos oficiais da Fazenda de Sua Excelência confirmativa de como o serviu;
- “tenha e haja de Sua Ex^a. do dia 1^a. do mês de janeiro do ano que vem de 1596 em diante 4 000 rs. de aposentadoria em cada ano para unas casas enquanto for vontade de S. Ex^a. e ele servir a S. Ex^a. de pintor e de tudo o mais que lhe mandar” (26.Out.1595).

Rematamos as nossas considerações com estas palavras de Prof. V. Serrão, porque elas consubstanciam o espírito de um homem invulgar como foi o duque D. Teodósio II, que tão eminentemente serviu a Arte e os Artistas, e de uma época que ele este príncipe reflecte:

“A Vila Viçosa de D. Teodósio II e de seu filho D. João II obriga a estudar os seus empreendimentos construtivos (Paço, Santo Agostinho, Chagas, etc.) à luz da renovação cultural levada a cabo por esses duques-mecenas, que atraíam à corte calipolense toda a sorte de agentes criativos, desde músicos e pintores, escultores, poetas, ourives, diplomatas, etc. De certo modo, o desenvolvimento da vida cortesã supera em

pompa e grandiosidade, nestes anos de viragem para o século XVII, a que se vivera em tempo renascentista, como se a dimensão da residência política começasse já a perpassar nos hábitos de afirmação cultural da Casa de Bragança, encerrada na sua estimável corte de província. Figuras como Pero Vaz Pereira, escultor e arquitecto dos dois referidos titulares, André Peres, pintor e escudeiro de D. Teodósio II, e artistas de fora ocasionalmente estadeantes na corte dos Braganças como Nicolau de Frias, Tomás Luís, Simão Rodrigues e, depois, José do Avelar Rebelo, e obras artísticas geradas sob a batuta de casa ducal [...] animam algumas páginas brilhantes da arte portuguesa”¹¹.



¹¹ Vitor Serrão, *ibidem*.

Las Ideas de Vitrubio Aplicadas a la Iglesia de Santa María de la Asunción de Olivenza

Miguel Ángel Vallecillo Teodoro *

Introducción

La finalidad de este artículo no es otra que apreciar los contactos existentes entre España y Portugal, dentro del campo arquitectónico, resaltando la importancia del Aula de Arquitectos, fundada por Felipe II en Lisboa; también se pretende mostrar como se aplican las ideas clásicas de Vitrubio en la iglesia de Santa María de la Asunción, más conocida por Santa María del Castillo, en Olivenza.

La ausencia de Protocolos Notariales y libros de Fábrica, quemados durante las sucesivas guerras que afectaron a esta ciudad fronteriza¹ y el hecho de que el Aula de Arquitectura de Lisboa aún no haya sido estudiada en profundidad, son los principales obstáculos con los que nos hemos encontrado para dar forma a este trabajo, en el que nos acercaremos a *las ideas arquitectónicas de Felipe II*, durante el último cuarto del siglo XVI, y como se extendieron gracias al Aula de Arquitectos establecida en Lisboa, donde contó con la colaboración de

Juan de Herrera; seguidamente, nos aproximaremos al estudio histórico del templo olivenzino, finalizando con un análisis de los materiales y elementos constructivos de éste, relacionándolo siempre con las ideas de Vitrubio y Palladio.

Finaliza el artículo con un apéndice de planos y las notas pertinentes.

1. Las Ideas Arquitectónicas del Momento (1520-1600)

Desde inicios del siglo XVI, Portugal se caracteriza, arquitectónicamente hablando, por la expansión del Manuelino, con el que D. Manuel pretendía crear un estilo nacional, algo parecido a lo que habían hecho los Reyes Católicos en España². Su muerte propicia la subida al trono de Joao III, quien se inclina hacia un estilo más puro, sin tanta ornamentación.

Este cambio de gusto se debe, entre otras razones a:

- Las transformaciones económicas del país. Los gastos de mantener ejércitos y embajadas agotaron los recursos de la Corona Portuguesa³.

* Doctor en Historia del Arte

¹ VALLECILLO TEODORO, M.A.: *Arte religioso en Olivenza*. Olivenza, 1991.

² IBIDEM, p. 31.

³ KUBLER, G.: *Arquitectura portuguesa Chã*. Lisboa, 1972, p. 3.

- Los viajes y contactos de los artistas del momento con Italia, a lo que se suma la llegada de arquitectos franceses y españoles a Portugal, caso de Diego de Boytaca, Juan del Castillo, Nicolás de Chaterenne ...
- El carácter del monarca, religioso, solitario y gran conocedor de la arquitectura, cualidades semejantes a las de Felipe II⁴.
- La ideología contrarreformista favorecía la aparición de un nuevo tipo de arquitectura basado en la austeridad y sencillez⁵.
- Traducción y conocimiento de las obras de arquitectos italianos de la talla de Vitrubio o Palladio.

Todo lo dicho favorece la aparición de "un purismo arquitectónico", iniciado con Joao III, y fomentado por Felipe II, cuya característica general es "el reduccionismo tipológico y lingüístico"⁶.

Merced al patrocinio de Felipe II, la arquitectura española y portuguesa fueron abandonado la ornamentación de estilos anteriores, siguiendo las tendencias que estaban de moda en Italia⁷ e inspirándose en la gran fábrica de El Escorial .

Felipe II intenta esparcir sus ideas arquitectónicas, llevando a cabo una amplia políti-

ca de apertura de centros de estudios, dedicados a la enseñanza de futuros arquitectos. Pieza básica en este sistema fue Juan de Herrera, encargado de traducir el tratado de Vitrubio, en mil quinientos ochenta y dos⁸, y de vigilar los primeros pasos de un Aula que se crea "para nela aprendezem as pessoas naturais deste Reyno as Técnicas arquitectónicas clásicas"⁹. A dicho arquitecto se atribuye la iglesia de San Vicente de Lisboa¹⁰, modelo y aliciente para futuros constructores que estudiaban en el Aula Regia. Nieto Alcaide considera a Herrera como "el culminador del lenguaje clasicista y vitruviano aplicado a la arquitectura"¹¹.

2. La Iglesia de Santa María de la Asunción de Olivenza. Breve Estudio Histórico.

Se ha constatado la existencia de una iglesia anterior a la actual, de la que toma posesión, en mil doscientos ochenta y cuatro, el obispo de Badajoz Don Gil de Colonna, por carta donatoria del rey Sancho el Bravo¹². En mil trescientos nueve, el rey lusitano Don Dinis la dona a los Mestres de la Orden de Avis por haberle servido lealmente¹³.

Con el paso de los años el templo se fue deteriorando, haciéndose necesaria su reconstrucción, por lo que se trasladan sus útiles, enseres, personal ... a la iglesia de Santa María Magdalena¹⁴. El mismo im-

⁴ IBIDEM, p. 6

⁵ V.V. A.A.: *Arquitectura del Renacimiento en España, 1488-1599*. Madrid, 1989, p. 354.

⁶ IBIDEM, p. 354.

⁷ IBIDEM.

⁸ IBIDEM, p. 317.

⁹ AYRES DE CARVALHO, A.: *Algunas obras-primas de artistas espanhóis. Relaciones Artísticas entre Portugal y España. Junata de Castilla y León*.

¹⁰ IBIDEM, p. 51.

¹¹ V.V.A.A.: *Op. Cit.* pág. 320.

¹² VALLECILLO TEODORO, M.A.: *Op. Cit.* p. 78

¹³ IBIDEM, p. 78

¹⁴ IBIDEM, p. 79.

puesto que había servido para levantar Santa María Magdalena, “a renta da Impozicao” se decide aplicar para sufragar las obras¹⁵, que debieron iniciarse, según el padre Aguilar, antes de la década de los ochenta del siglo XVI, si atendemos a una inscripción que existe en la base de una de las cruces de piedra que se elevan sobre el tejado del ábside de la capilla mayor¹⁶, donde se lee “Manuel Maius 1579”¹⁷.

La obra se atribuye a Andrés de Arenas, cuyo nombre y fecha de mil quinientos ochenta y cuatro aparece en uno de los sillares de la portada principal de la iglesia. Dicho “mestre pedreiro” seguía trabajando en Olivenza en mil seiscientos dieciocho, sin duda supervisando estas obras que duraron cuarenta y tres años¹⁸, siendo bendecida el dos de mayo de mil seiscientos veintisiete por Fray Juan Tarrinho¹⁹. No obstante, las obras continuaron, como se descubre en la carta que el rey manda al obispo D. Sebastião de Mattos Noronha encomendándole la superintendencia de las obras para su rápida culminación²⁰.

El templo se encuadra dentro del grupo de las iglesias salones. Siguiendo a Nieto Alcaide, se puede afirmar que las Hallenkirchen son derivaciones de tipos vandelvirescos, con estructura de tres naves, cubiertas de bóvedas vaídas y “aunque el lenguaje de los soportes y la especialidad proporcionada por estas cubiertas nos remita al mundo del

*Renacimiento, no se ha de olvidar que se trata sencillamente del emplazamiento de nuevos templos, de la concinnitas albertiana, de reconciliación entre Gótico y Renacimiento, de un aprovechamiento de materiales e incluso de estructuras favorecidas, eso sí, por el concepto religioso contrarreformista, razón fundamental del espacio arquitectónico*²¹.

Sus columnas jónicas con entablamento y las bóvedas de nervadura la emparentan con las iglesias del suroeste de la Península²².

3. Ideas Clásicas Aplicadas a la Iglesia de Santa María de la Asunción.

Sobriedad y orden son las principales características de esta iglesia que, aunque adopta muchos de los principios de Vitrubio o Palladio, sin embargo no suele coincidir en las medidas establecidas para cada parte del edificio por ambos arquitectos.

Siguiendo a Vitrubio, lo primero en una iglesia es su orientación: “... el templo y su deidad deben mirar hacia Occidente para que así los que ofrecen y sacrifican a sus aras miren hacia Oriente al tiempo que al simulacro”²³, regla a la que se somete nuestra iglesia en cuestión.

Tras buscar la orientación, hay que proceder a colocar los cimientos. Éstos, aunque imposibles de medir, deben ser iguales o superiores a la medida establecida por el

¹⁵ IBIDEM.

¹⁶ IBIDEM.

¹⁷ AGUILAR, M.: *La iglesia de Santa María del Castillo*, Periódico El Oliventino, nº 39, 29-IX-1882.

¹⁸ VALLECILLO TEODORO, M.A.: *Olivenza en su historia*. Olivenza, 2000, p. 235.

¹⁹ VALLECILLO TEODORO, M.A.: *Arte ...*, p. 111.

²⁰ IBIDEM, p. 80.

²¹ V.V.A.A. Op. Cit. p. 356.

²² VALLECILLO TEODORO, M.A.M.: Op. Cit. p. 82.

²³ VITRUBIO, M.: *Los diez libros de Arquitectura*. Barcelona, 1987, p. 26.

arquitecto italiano, es decir, el tamaño del diámetro de la columna más su mitad, aproximadamente un metro y veintisiete centímetros.

Tres son los materiales empleados en la construcción: granito, ladrillo y mármol. El granito, por su sobriedad y robustez, se emplea en las partes básicas de la iglesia: columnas, contrafuertes y en los tres cuerpos de la torre. El ladrillo, unido con la cal, sirve para levantar las paredes, que tienden a ser celulares, bastante finas²⁴. Por último, el enlosado del edificio es de mármol.

Al interior del templo se accede por dos puertas, ambas con peldaños impares. El pórtico principal, que posee atrio rodeado por verja de hierro forjado, alcanza una altura de 5,09 metros, desde la basa del pedestal hasta la corona, limitado a cada lado por una columna, basándose de este modo en la ideas de Palladio, para quien, en las facha-

das, las columnas deben ser pares²⁵. Estas encuadran el arco de medio punto que forma la portada. Dicho arco, al igual que las columnas, arranca de una basa y culmina en arquivoltas semejantes a las del gótico pero carentes de decoración. El objetivo de éstas es conseguir dar cierta sensación de profundidad a la obra, que se inicia con la utilización de las basas a distintos niveles. La clave del arco se ornamenta con una moldura semejante a una hoja de cardina (Vid. Lámina 1).

Las columnas, de tipo dórico romano, tampoco se someten a las medidas de Vitruvio, para quien debían alcanzar una altura de seis veces el imoscapo. Estas aparecen soportadas por su cimbia(A), toro superior(B), toro inferior(C) y cimacio(D). Todos estos motivos son sustentados por el dado(E), cornisa de la basa del pedestal(F) y basa del pedestal(G) (Vid. Lámina 2).

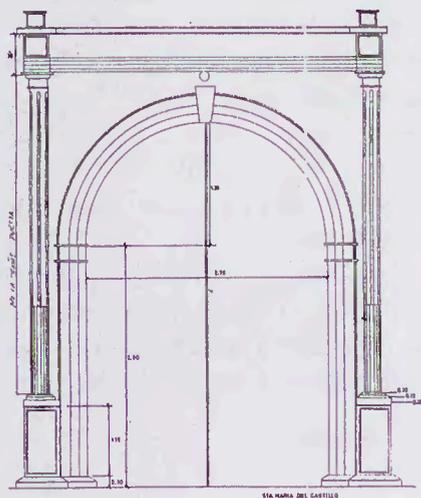


Lámina 1

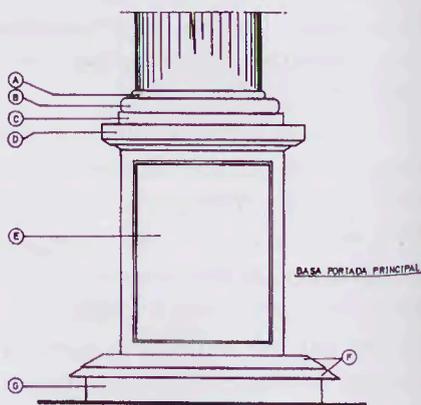


Lámina 2

En el dado se reconoce, en alto relieve, el águila bicéfala de los Habsburgos.

²⁴ KUBLER, G.: Op. Cit. p. 6.

²⁵ PALLADIO, A.: *Los cuatro libros de Arquitectura*, 1988, p. 72

Por encima del fuste estriado de la columna del pórtico surge un capitel dórico, con astrágalo(A), collarino(B) y gradecillas(C) (Vid. Lámina 3).

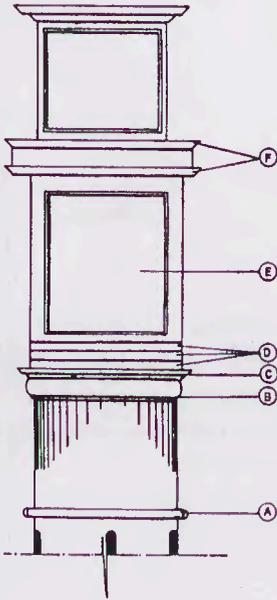


Lámina 3

Culmina la portada en un entablamento con arquitrabe a tres bandas(D), friso, en el que alternan triglifos y metopas (E), y, por último, la cornisa (F). Sobre ésta se levantan, en los extremos, hornacinas ahuecadas que deberían cobijar alguna imagen.

Junto al primer cuerpo de la torre existen otros dos. El segundo alberga una ventana rematada con frontón semicircular mientras que el último cobija el campanario. Estos cuerpos son separados por una cornisa.

Ya en el interior, se aprecia un edificio de planta rectangular con tres naves a la misma altura. La iglesia alcanza 40,58 metros de largo y 20,15 de ancho, es decir, se sigue la

idea de Vitrubio de hacer el largo el doble del ancho. Cinco poderosas columnas de orden jónico, dos de ellas adosadas a los pies y cabecera, soportan la techumbre. No se siguen las reglas vitrubianas en la distancia intercolumnios, siendo la distancia entre las columnas de los extremos de 5,30 metros y la del medio, de 6,05 metros.

La columna, incluyendo la basa y capitel, alcanza una altura de 10,30 metros. Su basa presenta cimbia (A), toro superior(B), cave-to(C) y toro inferior(D). Todo apoyado en el plinto(E), dividido en dos espacios merced a la cornisa que de él sobresale. De éste surge la cornisa de la basa del pedestal (F) y la basa del pedestal (G) (Vid. Lámina 4).

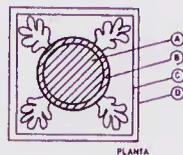
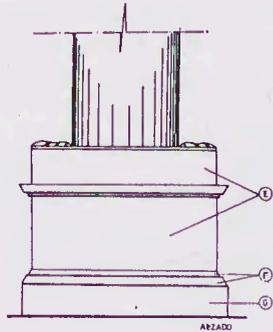


Lámina 4

El fuste de las columnas se realiza con sillares de granito que culminan en un capitel de orden jónico en el que se aprecia col-

larino(A), costilla del coxín (B) y abaco(C)
(Vid. Lamina 5). De los capitales salen arcos
de medio punto, realizados con sillares de

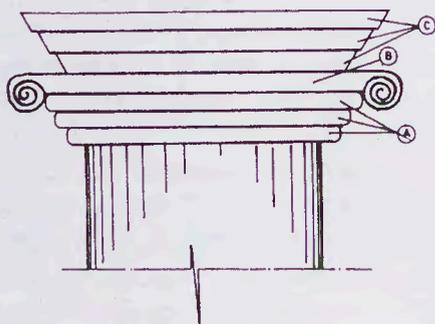


Lámina 5

granito que se extienden hasta una ménsula
levantada en el lateral de la iglesia que se
compone de ábaco(A), costilla del coxín(B)
y gradecilla(C) (Vid. Lámina 6).

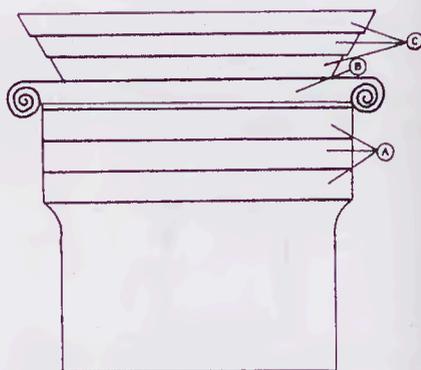


Lámina 6

En conclusión, el templo estudiado
adopta muchos elementos decorativos del
maestro italiano, pero no suele cumplir las
medidas propuestas por éste para cada
parte del edificio

As colecções de porcelana oriental e europeia do Paço Ducal de Vila Viçosa

*Teresa Parra da Silva **

A colecção de porcelana oriental é o reflexo das duas componentes que levaram à sua existência: o apreço dedicado às peças de porcelana chinesa no final do séc. XIX e início do XX, correspondendo ao período de criação das grandes colecções deste tipo, e por outro as peças pertencentes à própria Família Real que permaneceram nos Palácios que habitava até ao 5 de Outubro de 1910, algumas das quais sabemos serem provenientes do Palácio das Necessidades.

Este facto explica a razão da existência de peças similares, de um mesmo serviço, actualmente dispersas pelo Paço Ducal de Vila Viçosa, Palácio da Ajuda, Palácio de Queluz, Palácio da Pena e Museu Nacional de Arte Antiga.

Já a colecção de porcelana europeia é proveniente sobretudo da própria Casa Real e, em muito menor grau, de aquisições feitas por D. Manuel II no exílio e que, devido ao legado feito no seu testamento, foram integradas no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. É, na generalidade, de melhor qualidade do que a porcelana oriental e integra peças de diferentes centros de fabrico. No entanto, a colecção de porcelana oriental

é, indubitavelmente, a mais numerosa, dado incluir diversos serviços de jantar que eram na época muito extensos, apresentando alguns exemplares raros ou mesmo únicos em Portugal.

A vontade expressa de mostrar ao público estas colecções, retirando-as das reservas onde se encontravam na sua maioria, levou à opção de criar um espaço "museológico" em que pudessem ser expostas em vitrinas, segundo critérios de origem de fabrico e de ordem cronológica. Actualmente podem ser vistas, na quase totalidade, na denominada Sala das Loiças anexa à Sala de Jantar. As restantes estão dispersas por diversas salas do Paço, elementos decorativos e recriação de um ambiente palaciano que se aproxima mais da tipologia da casa-museu do que do museu tradicional.

Nesta breve apresentação não iremos apreciar minuciosamente cada uma das colecções, o que competirá a um catálogo, mas apenas caracterizar cada uma das colecções – a de porcelana oriental e a de porcelana europeia – e referir as peças de maior destaque pela sua raridade ou qualidade de execução.

** Conservadora de museu.
Directora do PDVV, Dezembro de 1989 a Maio 1996*

I – Porcelana oriental

Sabemos terem existido no Paço Ducal serviços de porcelana chinesa antes da ascensão dos Duques ao Trono (em 1640), como era habitual nas grandes casas senhoriais da época. D. António Gaetano de Sousa confirma-o na História Genealógica da Casa Real (t. VI pp 217/218) ao descrever as refeições oferecidas pela Duquesa D. Catarina ao Duque de Parma no Paço, onde este chegara em 26 de Outubro de 1601:

“nos primeiros dias foy servido na mesa copas ricas, e diversas: no primeiro foy de ouro, e prata lavrada, no segundo de prata liza com pratos de crystal, e vidros singularíssimos de Veneza, no terceiro com exquisita louça da China, não menos estimável pelo gosto, (então muy rara) que os ricos metaes.”

Dessa primeira época de importação de porcelana chinesa, anterior à criação das diversas Companhias das Índias na Europa, existe actualmente no PDVV um número muito reduzido de peças decoradas a azul cobalto sob o vidro, de que se destaca um grande prato do início do séc. XVI (fig. 1, inv.º 462) numa pasta espessa, robusta e com decoração densa, de rochedo e peónias ao centro e grandes peónias na parede da caldeira, cuja proveniência e forma de entrada no PDVV se desconhece. Já do 1.º quartel do séc. XVII, do período Wanli, existe um prato da denominada porcelana “Kraak” (inv.º 478) que sabemos ter pertencido à colecção do Rei D. Fernando II (marido de D. Maria II) e ter estado exposto na sala da Primeira Biblioteca do Palácio das Necessidades. No entanto, nenhum documento nos permite estabelecer a ligação entre estas peças e o Paço Ducal na época da sua chegada à Europa.

Do período Kangxi (1662-1722) a colecção possui diversas peças decoradas a azul cobalto sob o vidro e da Família Verde. Um prato grande decorado a azul, com rochedo e peónias na caldeira, tem no tardoz marca do reinado e terá sido adquirido em 1945 ao Antiquário Espanca, de Vila Viçosa (inv.º 866). Por sua vez, o par de grandes garrafas de fundo azul e decoração densa de videiras, parras e uvas em azul acinzentado (fig. 2, inv.º 474 e 506), bem como o par de pratos sextavados Família Verde (inv.º 803 e 804) pertenceram à colecção do Rei D. Fernando II, e estiveram expostos respectivamente na Sala Amarela e na Primeira Biblioteca no Palácio das Necessidades. O par de pratos decorado a azul cobalto sob o vidro com peónias que preenchem toda a superfície (inv.º 808 e 809), pertencia à colecção da Família Real em 1910, por ocasião da implantação da República, e consta do Arrolamento dos Paços mas ignoramos qual a anterior proveniência.

Provenientes do Palácio de Queluz, adquiridas por D. Pedro III (marido de D. Maria I), onde constam no inventário de 1761 e na relação de objectos enviados para o Rio de Janeiro em 1809 para uso da Família Real aí exilada, são o par de garrafas celadon em forma de cabaça com decoração vermelho ferro (fig. 3, inv.º 1764 e 1765), oito pratos decorados a azul empoado e ouro (inv.º 984 a 991), quatro potes e quatro jarras negro espelho em forma de balaustre com motivos dourados (inv.º 1775 a 1782) e a urna azul empoado e motivos dourados com “monture” de metal dourado (inv.º 1087). Todas estas peças são datáveis da 1.ª metade do séc. XVIII, do reinado Kangxi as peças negro espelho e azul empoado.

O grosso da colecção é constituído por peças dos períodos subsequentes, sobretudo do reinado Qianlong (1736-1795), englobando pratos decorados a azul cobalto sob o vidrado com motivos chineses, diversos serviços de jantar ou de chá “Família Rosa”, peças armoadas com brasões de famílias portuguesas e que terão sido adquiridos no séc. XIX para a colecção da Casa Real, serviços de jantar da vulgarmente designada loiça azul de Cantão. Loiça decorada mais ou menos grosseiramente, a azul sob o vidrado, com paisagem fluvial, pagodes e pontes. Mas o período anterior, o reinado Yongzheng (1723-1735), está também representado por diversos grandes pratos Família Rosa e algumas peças com decoração no estilo Imari.

Para além destas, há que mencionar ainda do reinado Qianlong o grande aquário Família Rosa, adquirido pela Fundação da Casa de Bragança em 1956 e arrolado como bem móvel artístico em 1954 (inv^o 875), a caixa em forma de prótea (fig. 4, inv^o 1740), a terrina em forma de couve (fig. 5, inv^o 1783) proveniente da colecção do Rei D. Fernando II e do Palácio das Necessidades (Sala da Primeira Biblioteca).

Do séc. XIX restam sobretudo peças utilitárias de decoração “mandarim”, de produção menos cuidada, demonstrando a acentuada perda de qualidade técnica e artística da porcelana chinesa. Há, apesar disso, um pequeno grupo de peças de melhor qualidade produzidas no reinado Jiaqing (1796-1820), de que destacamos as quatro travessas cor de coral com decoração marmoreada (fig.6 – inv^o 791).

A colecção do PDVV inclui ainda três pratos que não foram produzidos para o mercado português. Dois deles (fig. 7 – inv^o

974 e 975) foram produzidos c. 1721-25 para a Companhia das Índias Holandesas, integrados numa série de seis pratos ridicularizando os accionistas holandeses atingidos pela bancarrota (c. 1719) das inúmeras sociedades especulativas criadas na expectativa de lucros excessivos. O terceiro prato (fig. 8 – inv^o 972), embora de fabrico chinês, terá sido pintado na Holanda c. 1747 a partir de um retrato feito por Jan Caspar Philips, para homenagear Guilherme de Nassau, eleito “stadhouder” dos Países-Baixos em 1747.

O Japão está igualmente presente nesta colecção, num número insignificante de peças, reflexo da importância da produção de porcelana chinesa para a Europa desde o séc. XVI e do apreço que lhe era conferido, e do próprio encerramento do Japão ao exterior a partir do séc. XVII até meados do séc. XIX. Uma garrafa em forma de cabaça decorada a azul cobalto sob o vidrado (fig. 9 – inv^o 964), com influência da porcelana chinesa Ming do período de Transição, data do séc. XVII. Neste período os holandeses recorreram à produção japonesa para colmatar a queda de produção da porcelana na China originada pela longa guerra civil do período final da dinastia Ming e pela destruição dos fornos de Jingdezhen em 1674. Do mesmo período são duas taças de paredes duplas, a exterior fenestrada, com pintura a vermelho ferro e ouro (inv^o 998 e 999).

A colecção de porcelana oriental do PDVV teve recentemente um significativo enriquecimento com a exposição de porcelana Ming dos séc. XVI e XVII, depósito da colecção privada do Dr. João Gonçalo do Amaral Cabral (Presidente do Cons. Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, proprietária do Paço Ducal). Esta

colecção, que engloba um notável conjunto de peças a azul e branco e alguns exemplares "Wucaí", preenche uma importante lacuna na colecção do PDVV, a dos exemplares produzidos no período dos Descobrimentos e anteriores à produção em massa para exportação para a Europa.

II – Porcelana europeia

A proveniência da porcelana europeia é, tal como para a porcelana oriental, a colecção da Família Real. Constituída por serviços de jantar, chá, e café, ou objectos decorativos, tem no cômputo geral maior qualidade do que a oriental e revela a diversidade da produção europeia dos séc. XVIII e XIX. Engloba igualmente alguns exemplares raros, e de excepcional qualidade.

A porcelana de pasta dura foi descoberta na Europa só c. de 1710 em Meissen, próximo de Dresden. Rapidamente se divulgou por outras cidades alemãs e pelo resto da Europa, onde no séc. XIX proliferaram inúmeras fábricas copiando modelos, decorações, e até marcas, o que dificulta a classificação de muitas destas peças.

Tal como as restantes artes decorativas europeias, a porcelana reflecte os estilos que dominaram as respectivas épocas de produção o que permite datá-la com alguma segurança. O rococó, o neo-classicismo, o neo-gótico, o romantismo, o neo-rococó e o neo-renascimento desenvolvidos ao longo dos séc. XVIII e XIX estão presentes na colecção do PDVV, embora predomine a produção do séc. XIX e o neo-classicismo.

A origem de fabrico é, para a maioria das peças, a França, seguindo-se a Alemanha e a Inglaterra. A fábrica da Vista Alegre está também representada por um pequeno número de peças, considerando o volume da colecção.

Significativamente, as peças mais antigas são originárias de Meissen. Um "pot-pourri" do 2º quartel do séc. XVIII com decoração em relevo de flores, frutos e figuras que pertenceu à colecção de D. Fernando II (fig. 10 – invº 973), exemplifica a decoração barroca dessa época, não havendo qualquer exemplar do primeiro período de produção em Meissen, reproduzindo os motivos decorativos chineses e japoneses.

Do 3º quartel do mesmo século são os covilhetes, travessas em forma de concha ou folha e os refrescadores pertencentes a um serviço de jantar de porcelana branca decorada com ramos de flores policromos, com barra encastrada em relevo (estilo Alt-ozier). Decoração idêntica apresentam um gomil e lavanda com marcas do mesmo período (invº 428 e 503).

O par de estatuetas alegóricas ao Verão e ao Outono (fig. 11 – invº 1021 e 1022) é proveniente do Palácio de Queluz, onde entrou em 1763 integrando um "dessert", de loiça da Saxónia do qual existe ainda neste Palácio outro par alegórico. O Verão é representado por Apolo e Minerva segurando um medalhão alusivo às colheitas, enquanto Baco e Diana seguram um medalhão alusivo às vindimas e representam o Outono.

De Meissen, e do mesmo período, são igualmente uma pequena caixa em forma de carpa (invº 1543) e um par de jarras (fig. 12 – invº 806) revestidas por pequenas flores de neve em relevo, no estilo denominado "Schneeballdekor" com reservas ovais no bojo com cenas à maneira de Watteau.

Já do séc. XIX são um "pot-pourri" (invº 1061) com flores em relevo e cenas românticas, copiando os modelos produzidos pela própria manufactura no séc. XVIII, e as peças do serviço de jantar oferecido ao Rei

D. Luís, cujo monograma coroado ostenta em cartelas inseridas numa barra azul-turquesa (inv.^o 1635). Este serviço foi uma oferta do Rei Jorge III da Saxónia casado com a Infanta D. Maria Ana, irmã do rei português, e a maioria das peças pertence actualmente ao Palácio Nacional da Ajuda.

Provenientes de outras manufacturas alemãs são uma chávena e pires dourados atribuíveis a Berlim (inv.^o 1242), tendo a chávena uma reserva quadrada com castelo em fundo de paisagem, um “pot-pourri” com decoração vazada e relevada marcado com dois traços encimados por um T e azul sob o vidrado (inv.^o 985), produção do último quartel do séc. XIX de Carl Thieme em Postchappel. Um prato-mostruário de cores e tonalidades tem a inscrição “Muller & konig’s Porzellan Farben. Dresden” (inv.^o 1612).

De Volkstedt, são dois pares de estatuetas, cada um formado por um rapaz e uma rapariga (fig. 13 – inv.^o 1404 a 1407), e o par de candelabros de quatro lumes do quarto da Rainha D. Amélia (inv.^o 804 e 858) com figura de rapariga e de toureiro. Todos eles ostentam a marca usada pela Fábrica Richard Eckert & C^a a partir de 1895. A charruteira com caricatura do Rei D. Carlos foi-lhe oferecida em Berlim pelo director da Imperial Fábrica de Cerâmica em 1895.

A Grã-Bretanha é, cronologicamente, o segundo país representado na colecção quer por porcelana de pasta branda, enquanto a porcelana produzida na Alemanha era de pasta dura (a verdadeira porcelana), quer pelos diversos outros tipos de pasta desenvolvidos pelas diferentes manufacturas inglesas, e também pela porcelana de pasta dura, ainda que em menor quantidade.

Duas figuras de pasta branda (fig. 14 – inv.^o 1625 e 1627) representam respectivamente Zeus e Flora ou a Terra, e ambas datam de c. 1765. A figura de Zeus segue um modelo de Mennecy (França), já que o modelador Nicholas Gauron emigrou desta manufactura para Chelsea e Derby, que também produziram peças segundo os seus modelos e influenciaram outras manufacturas inglesas. Pelas características técnicas da pasta, do vidrado e da própria forma de execução a figura do PDVV é atribuível à manufactura de Bow. O modelo original é mais perfeito, melhor executado e com pintura de melhor qualidade, e com diferente processo de moldagem.

A figura de Flora é igualmente comum a diversas manufacturas inglesas como Chelsea e Bow, no entanto a do PDVV é de Derby, considerando igualmente as características de execução, menos perfeita e mais pesada do que as figuras de Chelsea.

Outras manufacturas inglesas estão representadas por peças de serviços de jantar, chá ou café. De Worcester, com marca de Martin Barr de c. 1793 a 1811, é um serviço de chá e café com larga barra amarela junto à borda preenchida por folhagem verde (fig. 15 – inv.^o 1685/1696) bem como um dos serviços de jantar com o monograma de D. Carlota Joaquina Princesa do Brasil, mulher do Rei D. João VI, decorado com barra amarela e ornatos vegetalistas dourados (inv.^o 1728/1731). Outro serviço da mesma Princesa é de Coalport (inv.^o 1207/1208), decorado com barra de palmetas e águias douradas com reservas em que se inscreve o seu monograma, com a marca “Jones/36 Ludgate Hill”. Ambos os serviços são provenientes do Palácio do Ramalhão em Sintra, e estão dispersos ac-

tualmente também pelos Palácios Nacional da Ajuda e de Queluz.

Da fábrica Chamberlain de Worcester é um prato decorativo (de 1790 a 1810) de formato quadrangular, emoldurado por aba profusamente decorada em relevo com conchas, corais e búzios. O centro reproduz uma panorâmica do parlamento inglês, cuja identificação está no tardo "The New House of Parliament".

De Inglaterra existem ainda peças de diferentes serviços de Spode e Copeland, alguns com decoração na paleta Imari de influência japonesa e produzidos ao longo do séc. XIX.

O conjunto mais representativo da porcelana europeia do PPVV é, no entanto, de origem francesa. Tanto pela vasta quantidade como pela qualidade, já que inclui diversas peças de aparato. Foram produzidas, na quase totalidade, pelas inúmeras fábricas instaladas em Paris do final do séc. XVIII até c. 1850, que apresentam características e decorações idênticas usadas indiscriminadamente quer por simples cópia quer devido às inúmeras fusões ou trocas de pintores/decoradores. Só a marca permite muitas vezes identificá-las com rigor, tanto mais que era frequente as manufacturas venderem a respectiva produção em branco que posteriormente era decorada pelos pintores independentes.

A porcelana de Paris é de pasta dura, formando um grupo homogéneo pelas suas características. É uma pasta sem fendas, de excepcional qualidade, de um branco puro com vidro brilhante, decoração e pintura cuidadas que se harmonizam com as formas, a douradura é espessa e de elevada qualidade à base de mercúrio.

Os motivos decorativos adoptados correspondem ao neo-classicismo dominante na época desta produção. Gregas, folhas naturalistas progressivamente estilizadas, espigas, cornucópias, pináculos, grinaldas, pequenas flores policromas intercaladas com os outros motivos formam cercaduras ou constituem o único elemento decorativo. As diferenças de tonalidade do ouro brunido e do ouro mate são exploradas de forma a compôr diferentes ornatos. O centro é ocupado por paisagens e panorâmicas de monumentos em policromia ou a sépia, em moda até c. 1830, algumas das quais são identificáveis e realizadas a partir de gravuras, por cenas da mitologia da Antiguidade Clássica ou preenchidos esparsamente por flores minúsculas nos tons malva, verde e dourado. Fruteiros e chávenas têm pinturas a toda a volta e os interiores dourados.

Nas formas, predominam os pratos de aba lisa, as chávenas de café e chocolate cilíndricas, as chávenas de chá em forma de capacete ou com paredes curvas, os pires de café e chocolate de paredes direitas. Molheiras, travessas e lavandas são elípticas, os covilhetes têm forma de concha, coração ou formas geométricas (triangulares, sextavados), os jarros e leiteiras têm a forma de capacete com pegas altas em arco. Os bicos dos bules e cafeteiras são usualmente em cabeça de pato, as pegas de jarras e outros recipientes têm figuras aladas ou a forma de colo de cisne. Os baldes para gelo, destinados a servir sorvetes, têm a forma de ânforas.

As cores dominantes são o branco da porcelana e o dourado dos ornatos, estas únicas cores são frequentes no final do séc. XVIII. A elas juntar-se-ão posteriormente a policromia nos fundos de paisagens, nas reservas de flores, animais ou paisagens, e as

cores de fundo que cobrem a peça exteriormente, à excepção de reservas policromas, mantendo-se o interior dourado. As cores mais utilizadas neste caso são o azul-celeste, o lilás, o azul-rei, o grená, o verde-garrafa.

O hábito, surgido no final do séc. XVIII, de possuir serviços específicos para as sobremesas, que eram servidas numa sala própria, mais coloridos e com decoração mais rica do que a dos serviços de jantar (com os quais deviam, apesar disso, condizer) explica a existência de tão grande quantidade de peças de maior aparato. Estes serviços eram compostos por baldes para gelado ou sorvete, compoteiras, covilhetes, fruteiros, travessas, terrinas para molhos em forma de naveta, cestos de paredes vazadas.

As principais manufacturas representadas na colecção do PDVV são a de Ed. Honoré (1785 a 1865) ou Dagoty et Honoré (1816-1822), de que destacamos o serviço de porcelana branca e ornatos dourados na orla recortada e relevada com o monograma da Rainha D. Maria II (fig. 16 – inv^o 1553), e o conjunto de toucador do quarto da Rainha D. Amélia (inv^o 1528). De Lebon-Halley há serviços de chá e café com interiores dourados e exteriormente decorados com cenas policromas.

De Darte-Palais Royal (1795 a 1833) existem três séries de pratos com a aba azul-rei com diferentes ornatos dourados, envolvendo a representação naturalista de flores (22 pratos, inv^o 1418/1439), frutos (19 pratos, inv^o 1440/1458) e pássaros (21 pratos, inv^o 1478/1498). Uma outra série idêntica mas com paisagens está marcada Marc Schoelcher (19 pratos, inv^o 1459/1477). Séries valiosas, pela excepcional qualidade da pintura e pela raridade, estão repartidas também pelos Palácios de Queluz e da Ajúda (fig. 17).

Marc Schoelcher (1798/1834) é também o fabricante, entre inúmeras peças de serviços, de dois pares de jarras/recipientes para gelo dourados com pegas em forma de cabeça de cisne e reservas rectangulares com paisagens policromas (inv^o 1357/1360). Dois destes recipientes têm panorâmicas portuguesas, um a Torre de Belém e o Mosteiro da Serra do Pilar, sobre o rio Douro, o outro o Aqueduto das Águas Livres e o Convento de Mafra (fig. 18).

Da Manufactura do Duc d'Angoulême ou Rue de Bondy (1780-1829) provêm diversos serviços decorados com flores minúsculas e uma bandeja com sete cremeiras com decoração de grinaldas e filetes dourados (fig. 19 – inv^o 1247/1254). La Courtille (1772/1840) está representada por pratos, travessas e fruteiros brancos e dourados com decoração fenestrada (fig. 20).

Dois curiosos pratos, reproduzindo o alfabeto e respectivas regras fonéticas, diferem apenas na estreita cercadura da orla recortada e dourada, uma é azul-rei e a outra é vermelha. Na aba a transcrição para uma sinalética não identificada. Ambos têm a marca de Mehun-sur-Yèvre e datam da segunda metade do séc. XIX (inv^o 1629 e 1630). Do mesmo centro de produção é o serviço com cercadura cor de rosa e filetes dourados com o monograma P coroado, está marcado "Ch. Pillivuyt y C.e, Paris, 1867". (inv^o 1578/1583).

De entre os serviços de Limoges, é de referir o que ostenta a coroa real na aba, esta recortada e relevada a formar ondulosos, e um outro com decoração geométrica relevada na aba sobre a qual está o monograma a ouro da Casa de Bragança encimado por coroa ducal, do final do séc. XIX.

Sèvres não tem uma representação significativa, apenas se destaca uma chávena com pires de aba fenestrada (inv.º 1750). A chávena tem paredes duplas, a exterior fenestrada formando uma rede com pequenas rosetas, e ostenta a marca e data de Sèvres para 1865-1872.

Para além das peças mencionadas, resta uma imensidão de serviços ou objectos decorativos sem marca, mas atribuíveis a Paris, na quase totalidade, pelas características já apontadas. Entre elas, destacam-se duas pequenas terrinas com as armas usadas por D. João VI, do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil, uma com fundo verde e a outra vermelho. Duas “veilleuses” (lamparinas de quarto, com bule) com decoração de paisagem sobre forma de torre cilíndrica com ameias, outra lamparina branca com decoração neo-clássica dourada e o monograma F coroado terá pertencido a D. Fernando II. Um conjunto de vinte e três pratos com aba azul-turquesa recortada a emoldurar cenas no estilo de Watteau de meados do séc. XIX. Um serviço de chá e café decorado apenas por losangos brancos e dourados, outro com barra de reticulado dourado formando pequenos losangos brancos com flores cor-de-laranja, ambos de c. 1790 (fig. 21).

Atribuível a Capodimonte, do final do séc. XVIII, é a estatueta de guerreiro junto de uma urna, em porcelana de pasta branca (inv.º 1067) com a sua característica tonalidade esverdeada e marca incisa de flor-de-lis.

A porcelana portuguesa não podia deixar de estar presente nesta colecção, se bem que em quantidade pouco expressiva relativamente ao número total de peças que a compõem. Uma placa em caulino com decoração relevada, comemorativa da elevação

da estátua equestre do Rei D. José no Terreiro do Paço em Lisboa, é a mais antiga, resultado das experiências de Bartolomeu da Costa c. 1775 para produzir porcelana. As restantes são originárias da manufactura da Vista Alegre, fundada em 1824, mas que só começou a fabricar porcelana de pasta dura a partir de 1834. Entre os restos de serviços há algumas chávenas e taças com a marca usada de 1827 a 1835, uma mostardeira com prato, com decoração dourada de enrolamentos na orla e M coroado, monograma usado pela Rainha D. Maria II, de c. 1852. Um serviço para uso corrente foi encomendado pelo Rei D. Luís, por ocasião do seu casamento em 1862, com as armas reais, o monograma LM (D. Luís e D. Maria Pia) e a divisa “Por a graça de Deus Rei de Portugal” (inv.º 1265/76). Para o mesmo Rei foi produzido o par de jarras azul celeste, com o respectivo monograma envolto em manto de arminhos e reservas com flores policromas no bojo, marcado FVA/1865 (inv.º 972 e 974).

Uma chávena azul celeste com reserva delimitada por ornatos relevados dourados e preenchida por flores pintadas possivelmente por Victor Rousseau (inv.º 1734), e as chávenas brancas preenchidas na totalidade por arabescos dourados (inv.º 1631/1636), ambos os conjuntos com a marca VA a oiro usada de 1836 a 1851, documentam a qualidade atingida pela fábrica logo desde o início (fig. 22). Sob a direcção artística do francês Victor Rousseau, modelos e decorações acompanharam as opções estéticas dominantes no resto da Europa e foi criada uma escola de pintura que perdurará, mantendo a fábrica um elevado nível de qualidade, justamente apreciado, e no qual se fundamenta o prestígio adquirido internacionalmente já no séc. XX.

A diversidade, a qualidade e a riqueza desta colecção, além da extraordinária beleza de alguns exemplares, justificam, por si só, uma deslocação ao PDVV. Forma, função e estética articulam-se harmoniosamente, sem sobreposições, criando obras cuja mestria revela não só arte mas também a história e a evolução das sociedades que nos precederam.

BIBLIOGRAFIA

- Arquivo da F.C.B. – *Correspondência do PDVV*
- A Casa das Porcelanas. Cerâmica da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, Lisboa, 1996
- Azul e Branco da China, Porcelana ao Tempo dos Descobrimentos. *Colecção Amaral Cabral*, Lisboa, 1997
- Caminhos da Porcelana. *Dinastia Ming e Qing*, Fundação Oriente, Lisboa, 1998
- Porcelana Europeia, *Reservas do Palácio Nacional da Ajuda*, Lisboa, 1987
- Porcelanas Orientais do Palácio Nacional da Pena, Lisboa, 1989
- Les porcelainiers du XVIII siècle français, Paris, 1964
- Afonso, Simoneta L. - *Les tables royales à Queluz au XVIII ème siècle – un goût d'Orient, um goût d'Occident*, in Actas do Simpósio Internacional – Mesas Reais Europeias, MNAA, Lisboa, 1996 pp 184/201
- Arez, Ilda (e outros) – *Vista Alegre*, Inapa, Lisboa, 1989
- Cameron, Elisabeth – *Encyclopedia of pottery and porcelain, 1800-1960*, Nova Iorque/Oxford, 1986
- Cushion, J.P. – *Handbook of pottery and porcelain marks*, Londres, 1980
- Divis, Jan – *El arte de la porcelana en Europa*, Madrid, 1989
- Ducet, S.- *Porcelaine de Saxe*, Fribourg, Office du Livre, 1962
- Ferro, Inês (e outros) – *Inventário do Palácio de Queluz. Colecção de Cerâmica*, Lisboa, IPPAR, 2002.
- Fletcher, Hugo Morley – *Techniques of the world's great masters of pottery and ceramics*, Londres, 1987
- Gilhespy, F. Brayshaw – *Derby Porcelain*, Londres, 1961
- Guedes, Natália Correia – *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Lisboa, 1971
- Halle, A. Fay and Mundt, B.- *Nineteenth century european porcelain*, Londres, 1983
- Hervouet, François et Nicole, et Burneau, Yves – *La Porcelaine des Compagnie des Indes à Décor Occidental*, Paris, 1986
- Honey, W.B. – *Old English Porcelain*, Londres, 1977
- Jorg, Christian and Campen, Jan van – *Chinese Ceramics in the Collection of the Rijksmuseum*. Amsterdam, Londres, 1997
- Krahl, Regina and Ayers, John – *Chinese ceramics in the Topkapi Saray Museum*, Istanbul. A Complete Catalogue, 3 vol. Londres, 1986
- Pires, António Caldeira – *História do Palácio Nacional de Queluz*, Coimbra, 1924/26
- Sandon, Henry – *Worcester Porcelain 1751-1793*, Nova Iorque, 1970
- Savage, George – *French Porcelain, Seventeenth and eighteenth century*, Londres, 1960
- Scott, Rosemary – *Percival David Foundation of Chinese Art*, Londres, 1989
- Sousa, D. António Caetano – *História Genealógica da Casa Real*, 2ª ed., Coimbra, 1949
- Teixeira, José – *D. Fernando II*, Lisboa, 1986
- Teixeira, José – *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, 1983

P o r c e l a n a o r i e n t a l / e u r o p e i a



1. Prato azul e branco, início do séc. XVI. Inv^o 462



2. Garrafa Kangxi
Inv^o 474 e 506



3. Par de garrafas,
em forma de cabaça.
Inv^o 1764 e 1765



4. Caixa em forma de protea
Inv^o 1740



5. Terrina em forma de couve. Inv^o 1783



6. Travessa, marmoreada, Inv^o 791



7. Pratos com arlequins. Inv^o 974 e 975



8. Prato c/ retrato de Guilherme de Nassau. Inv^o 972



9. Garrafa azul/branca, Japão. Inv^o 964



10. Pote de Meissen com flores em relevo. Inv^o 973



11. Grupos alegóricos, Meissen. Inv^o 1021 e 1022



12. Jarras c/ flores aplicadas, Meissen. Estilo «schneeballdekor». Inv^o 806



13. Par de estatuetas de Volkstedt. Inv^o 1406/1407



14. Estatuetas de Bow e Derby. Inv^o 1625 e 1627



15. Chávena de Worcester. Inv^o 1685



16. Cremeira c/ prato com monograma de D. Maria II, de Ed. Honoré Inv^o 1554



17. Pratos azul-rei c/ flores e pássaros. Darte Palais-Royal (1795-1833). Inv^o 1423 e 1491



18. Jarra/recipiente para gelo. Marc Schoelcher (1798-1834). Inv^o 1357/1360 (2 pares)



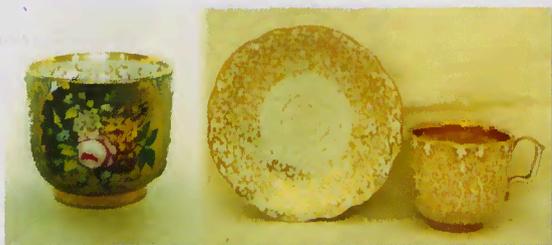
19. Bandeja com 7 cremeiras. Duc d'Angoulême (1780-1829). Inv^o 1247/1254



20. Prato fenestrado. La Courtille (1722-1840). Inv^o 1507



21. Açucareiro. Paris c. 1790. Inv^o 1592



22. Chávenas Vista Alegre. Inv^o 1734 e 1631/1636

O Lugar do Presépio na Imaginária Alto-Alentejana

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

É muito grande e importante a influência dos escritos denominados "Apócrifos" na iconografia natalícia. Assim é o pseudo Mateus que coloca o Menino entre os animais no estábulo, três dias depois de ter nascido numa gruta.

"Os Apócrifos" descrevem o nascimento numa caverna ou gruta no deserto, de seguida levaram o Menino para um estábulo (S. Lucas) e aí foi colocado numa manjedoura entre os animais (o burro e o boi).

A presença quase constante do boi e do burro no conjunto representativo do Presépio tem sido, talvez, indevidamente interpretado apenas como fonte de aquecimento do ambiente onde Jesus nascera no estábulo de Belém, aquecimento esse proveniente do bafo e da irradiação da massa corpulenta daqueles animais de sangue quente.

O facto de o Novo Testamento ser omisso no que respeita a esta animalística presença, deu origem a que as lendas tecidas a propósito e a tradição que as repetia se tornassem, com o correr dos anos, mensagens de carácter histórico.

Foi portanto a mudez dos clássicos cânones religiosos que nos impôs o recurso à tradição oral, colhida nos "Apócrifos", que com o tempo se foi cimentando, a ponto de

muitas vezes ser insensivelmente considerada já como facto histórico. Os escritos "Apócrifos" são o produto acabado do que acabo de dizer e é precisamente um deles, o Pseudo Mateus - onde se descreve a presença de animais no Presépio - o responsável pelo gesto cristão tradicionalista de se continuar representando o Nascimento tal como o fazemos ainda hoje.

Na opinião do iconógrafo Flavio Gonçalves, a mais antiga representação do Presépio com animais, encontra-se esculpida num sarcófago helenista exposto no Museu de Latrão - primeira metade do século IV - e o referido pormenor foi utilizado nos séculos posteriores até aos nossos dias em todos os trabalhos artísticos representativos da Natividade.

A mesma fonte bibliográfica certifica-nos, no que respeita a Portugal, que: «uma Natividade do século XIV, esculpida na igreja de S. Leonardo da Atouguia da Baleia vêem-se já dois animais a acolitarem o Salvador».

O gosto de representar os animais no Presépio não esmoreceu, pelo contrário, consagrou-se e atravessou os séculos seguintes até ao período barroco onde, em Portugal, atingiu o seu maior esplendor sobretudo nas composições barrísticas dos

* *Da Sociedade Brasileira de História da Farmácia de São Paulo (Brasil).
Da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*

artistas escultores Machado de Castro e António Ferreira e dos restantes que a esse tipo de escultura se votaram.

Já bastavam à definição representativa dos Presépios as diferentes interpretações que se dão ao Natal de Cristo. É tal a riqueza e variedade delas, feitas primeiramente à luz dos "Apócrifos" e, posteriormente, corrigidas e melhoradas pelos Evangelistas, que se torna desnecessário e até espúrio e contraditório a concepção latina do maravilhoso acontecimento, acrescentar-lhe a presença de novos elementos simbólicos, como é agora a moda da introdução de uma figura apalhaçada, ridiculamente vestida e pictóricamente caracterizada a que se dá o nome de Pai Natal.

É uma figura um tanto ou quanto burlesca, acrescentada, por cópia, nos nossos usos e costumes, que até se poderia admitir se melhorasse ou trouxesse maior riqueza espiritual à definição e compreensão do extraordinário acontecimento que a vinda de Jesus à Terra nos transmite.

Que mais de belo é necessário pedirmos ao tradicional Presépio, à sua simplicidade que é grandeza, à sua lição de humildade e de amor que é sabedoria, para que sejamos forçados a aceitar uma Mensagem que nenhum outro Homem, para além de Jesus Cristo Redentor, foi capaz de oferecer ao Mundo?

Para que transformar um acontecimento único e grandioso numa festa circense, onde a galhofa e os arremedos carnavalescos se manifestam caricaturalmente?

Que raízes tem a cultura latina que justifiquem a cópia servil e sabuja de usos e tradições que não são nossas, que mal compreendemos e que não educam, não cultivam, pelo contrário afrontam as raízes culturais de séria natureza que admitimos,

compreendemos e temos obrigação de conservar e respeitar?

Este servilismo muito peculiar causado pela assimilação fácil de tudo o que vem de fora e que o Povo português admite, recebe e procura imitar vai, a pouco e pouco, incorporando-se na nossa tradicional cultura, deteriorando-a. E a deterioração é tão rápida que já se notam máculas de interpenetração que dificilmente virão a desaparecer.

A língua, a religião, os usos e costumes, a bandeira, a própria Pátria que constituem os nossos caracteres rácicos basilares, já padecem hoje de graves enfermidades.

A eliminação das fronteiras territoriais de repente, sem prévia avaliação dos inconvenientes presumíveis que já estão, infelizmente, à vista e já obrigaram à reposição de certas medidas restritivas em alguns países aderentes, para emendar a alevisia extrema do alucinante acto praticado com uma abertura indiscriminada a toda a gente, a todas as mercadorias e a todas as espécies de negócios.

Já neste momento estamos sopesando a prejudicial dimensão desse mal desnecessário. Cada Nação passou a ser de todos e como todas as Nações aderiram, todas ficaram mais pobres. Perdeu-se a independência e o carácter nacional das decisões particulares a cada Povo, para nos acomodarmos, por meio de convénios onde os mais fortes exercem o poder de decisão, aquilo que seremos no futuro. Vai-se fundindo tudo no mesmo cadinho!

Graças ao Deus Menino que, com o seu angelical sorriso, contagiou os artistas e, com isso, os impediu de esquecerem as devocionais certezas que os autores anónimos nos escritos Apócrifos e os Evangelistas, posteriormente, melhoraram ou rescreveram no Novo Testamento, conseguiu-se deles que o Presépio e outras expressões artísticas

relativas à Natividade chegassem aos nossos dias, a pesar das muitas contrariedades normativas propostas no Concílio de Trento.

Com efeito o Presépio clássico arrastou consigo as imagens do boi e do burro e nos desponsórios da Virgem e de S. José a vara não desapareceu das mãos do Santo, como alguns padres conciliares opinavam.

No âmbito cultural da magnífica manifestação artística - "O Presépio nas colecções alentejanas" - que o Dr. António Pestana de Vasconcelos teve a gentileza de brindar aos apreciadores de Arte do nosso Alentejo, enquanto director do Museu de Évora, focou-se o tema universal do Presépio.

É deste pequeno conjunto escultórico - o Presépio -, donde dimana no seu mais cândido espectro a luz da Redenção Divina, na sua crua singeleza, que se acende a chama da inspiração artística.

Esta motivação de ordem espiritual parece ter agradado ao próprio Deus-Menino, fertilizando a imaginação criadora dos artifices de todos os ramos da Arte, proporcionando-lhe condições de longevidade para a respectiva obra.

Nenhuma interpretação figurativa bíblica se atreveu - nem o conseguiria - a instalar-se no campo artístico com a radicalização com que o fez o Presépio, ou o seu prolongamento no Mundo - o Calvário -, episódio da paixão do mesmo Cristo, muitas vezes reduzido -, mas sempre explicado, - ao tenebroso acto da Crucificação com o inerente realismo da apresentação das chagas corporais e da iniludível expressão agónica do rosto.

O que é o Natal?

Acontecimento histórico, político, social ou revelação divina, consegue criar à sua volta um sortilégio único entre os povos do Mundo, para além do encantamento e beleza, respeito e sedução que o acto em si alcança, sortilégio que congraça convívências, reúne Amigos e Família e espalha Paz, Concórdia e Amor.

A plenitude do Bem!

O somatório das virtudes que abarca, tendo sempre como pano de fundo o mistério da Imaculada Conceição, faz sobressair o seu carácter maravilhoso.

O Mistério!

A monumentalidade e a sobrenaturalidade desta figura da História da Religião, tinha de impressionar forçosamente todos os Homens e, particularmente o Cenáculo dos Artistas, de modo a podermos dizer que tudo o que gravita em redor de tal mistério, e está antes e depois dele, constitui o mais forte motivo de inspiração da Arte através dos séculos.

Os grandes Mestres da pintura clássica¹, os gravadores, os escultores, os ceramistas, com especial relevo para os que no século XVIII levaram a nossa Azulejaria aos lugares cimeiros que alcançou são, de facto, a consequência indelével da preocupação estética causada em todos pela Natividade.

Para Solange Parvaux os Presépios estão na origem da actividade escultórica dos oleiros de Estremoz, actividade que ela designa de secundária mas que apesar

¹ No Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa existe uma pintura sobre madeira, do ciclo maneirista (c.a. 1600), na qual apresentam ao Menino Jesus no acto do Nascimento, alguns instrumentos de suplício com que será martirizado até ao Calvário. É um tema de extrema raridade.

disso constituiu a pedra de toque para esses Artistas. Por essa actividade é que eles se notabilizaram.

Não há dúvida que a proeminência atribuída a tudo o que ao Presépio se referia, ressalta em tudo o que o circundava ou lhe dizia respeito, mostrando-se até no mais ínfimo pormenor; sirva de exemplo o prato em bela faiança do século XVII exibido nesta Exposição «O presépio nas colecções alentejanas» com o nº 135, ostentando a deliciosa legenda PERZEPIO, a azul e vinoso, com ornatos do estilo barroco, destinados a receber as ofertas dos devotos (Foto 1).



Foto 1 - Prato barroco «PERZEPIO»

Mas daí ao extremo a que a afirmação de Parvaux se atreve, vai uma grande distância. Não podemos considerar exacta esta afirmação da pessoa que tanto interesse dedicou ao estudo da Cerâmica do Alto-Alentejo, e que tão bem o fez, pela forte razão de que os documentos falam e obrigam às necessárias correcções.

Os primórdios da escultura estremocense estão documentados a partir do século XV. Com efeito o incansável investigador que foi o Pe Joaquim Espanca dá informação nas Memórias de Vila Viçosa de que em 1485, no Mosteiro do Vale do Infante da Serra d'Ossa «foi celebrado capítulo» na sequência do qual se «mandou fabricar em Estremoz a actual imagem de N.ª S.ª que é de roca e ficou bem acabada». Esta imagem está ainda hoje na igreja de Santo António de Vila Viçosa, no altar mor do lado Evangelho e prova à saciedade que em Estremoz no século XV havia escultores-santeiros com notável categoria artística.

Também o Santuário Mariano, no seu quarto volume, refere que “os seus barros são tão estimados que dele se provê toda a Europa não só por sua graciosa vista, mas pelo cheiro suave que conservam, artificiosas formas, e engraçadas figuras”. Cá temos a alusão a “engraçadas figuras” (foto 2)².

Finalmente em 1726 o médico Francisco da Fonseca Henriques, no seu “Aquilégio Medicinal” fala de figuras e brinco que servem de compostura das casas.

Não se conhecem fontes de inspiração estrangeira para a imaginária popular de Estremoz, sendo portanto esta Arte genuinamente portuguesa. A anterior citação es-

² A p. 219 do Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora – 1.º vol. – 1966 se diz “ser conhecido o empreiteiro que construiu o actual edificio do convento de Santa Clara. Era o Mestre de Pedraria Manuel Filipe, natural de Estremoz, onde já trabalhava em 1584. Não conhecemos os predicados nem os limites das actividades permitidas e que estariam consignadas no Estatuto de Mestres de Pedraria e, por essa razão não podemos ter a certeza que neles se pudesse incluir a Escultura.



Foto 2 - Imagem de Presépio (Estremoz): Nossa Senhora

crita pelo Físico do Magnânimo é tão precisa e concisa na descrição dos tipos de barro e da natureza das peças que, feita em livro de Medicina, matéria tão alheada da Cerâmica, pode induzir a pensar que os oleiros estremocenses exerciam já, no início do século XVIII uma arte florescente (foto 3).

De onde se conclui acertadamente que a influência produzida pelos presepistas de Mafra sobre os coroplastas de Estremoz, seria apenas de natureza temática, pois que a arte de trabalhar em barro, traduzida pela imaginária, essa já existia anteriormente. E mesmo esta influência relativa, se é que a houve, diz apenas respeito à segunda metade do século XVIII.

Está pois errado o conceito subscrito por Solange Parvaux, uma vez demonstrada à luz de documentação, como fica, a existência da Imaginária em Estremoz, antes da dispersão dos artistas mafrenses pelo País ou do aparecimento das peças soltas dos Presépios completos ou desmantelados, e até com projecção para além fronteiras.

Ha uma distinção nítida entre os Presépios fabricados no centro oleiro de Estremoz e aqueles que são montados fora desse centro, embora ainda dentro da região.

Enquanto que os primeiros se servem das características figuras de barro, soltas, em número reduzido e colocadas em escadaria (por 3 planos em regra), os segundos eram tratados com mais sentimentalismo religioso, com menor singeleza e a alta preocupação de adornar com flores secas, artificiais ou naturais, conchas, madreperolas, paisagens, fontes, rios e pontes, árvores e arbustos, todo o ambiente animal que às vezes era completado com a legenda "Gloria in excelsis Deo".

Tudo era feito com a sofisticada elaboração com que as religiosas conventuais, - e

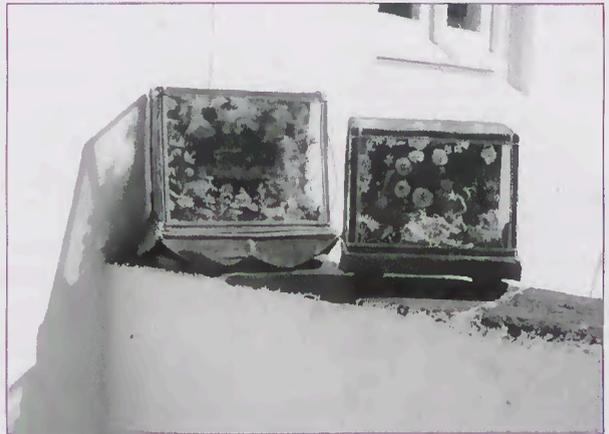


Foto 3 - Maquinetas de presépio com figuras de Estremoz e outras

em Évora lembramos as dos conventos do Calvário, Paraíso e Salvador, - se entretinham durante as vigílias quotidianas -. O mesmo acontecia nos outros conventos distritais, que eram às dezenas.

Foi das mãos delas ou dos seus ensinamentos que saíram, na sua quasi totalidade, essas pequenas e grandes maquinetas que hoje ainda admiramos.

Túlio Espanca, denodado e proficiente historiador, a quem o Alentejo e o País tanto devem no capítulo da Arte, (e cuja presença neste lugar e neste momento considero uma honrosa deferência para mim), chama-nos a atenção para factos deste teor numa nota do seu precioso Inventário Artístico de Portugal. Ele afirmou "que houve dispersão dos famosos Presépios de terra-cota do convento do Salvador, com figuras de Lisboa e de Estremoz".

Uma característica particular destes Presépios conventuais era a de saberem misturar as figuras de barro de Estremoz com as dos outros centros oleiros, esteticamente mais pobres na forma na cor e na expressão, o que retirando embora a unidade estética ao conjunto lhe quebrava a monotonia, emprestava dinamismo e enriquecia do ponto de vista etnográfico.

De todas as actividades laborais do centro oleiro que em Estremoz teve assento durante a segunda metade do século XVIII, mais exactamente, talvez, no ultimo quartel deste e na primeira década do XIX, e cuja qualidade artística não desmerecia pela comparação com as produzidas nos principais centros oleiros de Lisboa e Porto, e sendo superior até a muitas das coetâneas, segundo opinião de Artur Sandão, foi a Escultura a única que sobreviveu.

À crise, durante e após o período das invasões napoleónicas, dificilmente resistiram a produção de "louça fina" e de azulejos

Com efeito, por força do estado caótico em que as invasões francesas e as disputas políticas internas que se lhe seguiram tinham colocado o País, a população baixava meio milhão de 1807 a 1814 - um quarto do que fora. "Não havia quem trabalhasse. Beresford fizera soldado, todos os que não eram frades nem desembargadores, nem cônegos, nem capelães, cantores ou castrados". Tudo isto acontecia quando Portugal não tecia uma pategada de algodão e mandava a sua cortiça para Inglaterra para a receber na forma de rolhas. De Inglaterra vinham o fato e o calçado". "Não havia culturas nem Indústria, nem gado nem pesca". "As finanças arruinadas reproduziam o estado da Indústria e do Comércio"..... "ao mesmo tempo que os operários das fábricas de Portalegre e da Covilhã pediam esmola"

Por certo os das fábricas de Estremoz não teriam melhor sorte.

Com este tenebroso panorama é evidente que a disposição laboral dos habitantes devia ser fraca e as encomendas pouco convidativas e de acordo com a miséria da época.

Estes factores que em nada motivaram a criatividade de olaria artística, aliados à instabilidade nascida nas populações, como que quebrou o fio de Arte que se mostrava promissor e reduzi-o apenas á parte que, do ponto de vista oficial, não necessitava de muitas exigências para laborar.

A Indústria cedeu o lugar ao puro Artesanato. Um pequeno forno ao canto de uma casa, um montículo de barro, meia dúzia de pincéis e algumas tintas de cores puras constituíam todo o aparelho necessário á produção da imaginária, ao contrário dos largos espaços requeridos pela fabricação da

louça decorativa ou dos azulejos. Esta decisão não teria sido tomada de ânimo leve, porquanto a acção pedagógica desenvolvida pelos Oratorianos de S. Filipe Nery, logo no início do século XVIII, em Estremoz, foi deveras notável não só pela qualidade como pela extensão das matérias que se propuseram ministrar, com um ensino organizado.

Independentemente das Aulas Publicas de Filosofia e de Teologia e Moral, iniciadas segundo Túlio Espanca em 1704, e logo amparadas por uma Biblioteca (1713) criaram também uma escola de aprendizagem de Escultura, da qual saíram muitas das figuras religiosas e profanas espalhadas pela região.

Ficamos pois com a certeza de que os Congregados do Oratório de S. Filipe Nery desencadearam um movimento artístico na região, traduzido em grande parte pela criação de uma oficina de Escultura, na qual, diz Túlio Espanca «se esculpíram as peças de grande volume da fachada de S.º André, cerca de 1709, as figuras de Saturno e de Neptuno dos lagos Gadanha e da Quinta de D. Maria, mansão esta igualmente decorada por estátuas alegóricas profanas, pela Virgem da Conceição, que se recolhia ultimamente nos jardins do Palacete de Valadar, na Aldeia dos Arcos e ainda outra num nicho do Convento dos Agostinhos em Évora».

Ora com base neste centro cultural de apoio à estatuária e a partir da emanção que dele naturalmente tinha de ressaltar, se pode ter desenvolvido a técnica e o gosto da imaginária no faustoso burgo estremocense da época, gosto não circunscrito apenas à Escultura erudita, mas capaz também de transbordar impregnando a alma do Povo.

Como este acontecimento teve lugar alguns anos antes da cisão dos Mestres de Mafra, e da sua subsequente dispersão para Lisboa e para outros pontos da Província, é

fácil de entender que a produção estremocense, embora limitada neste período, tivesse primeiramente recebido influências desta Escola Oratoriana.

É precisamente nesta época que a imaginária barrística local evidencia um carácter de erudição que a distingue do que lhe veio posteriormente, quando os ensinamentos dos Mestres da Escola de Mafra e seus sequazes dispersos pelo País, passaram para o domínio do Povo, que os regionalizou e modelou apenas ao sopro da sua própria imaginação e sentimentalismo.

As reproduções que apresentamos são exactamente de duas imagens típicas. A foto 4, em barro colorido e sem o espanto do barroquismo que mais tarde caracterizou as figuras de Estremoz, possui aquilo que cos-



Foto 4 - N.ª Senhora da Conceição em barro (oficinal, Estremoz)

tumamos designar por Escola: há nela delicadeza de formas e posturas, há volume e há movimento e cor. A foto 5 é o exemplo do tipo intermédio entre o classicismo da anterior e o populismo das posteriores, que se tornaram vulgares desde os finais do século XVIII e daí por diante até aos nossos dias, e se foram produzindo por cópia aviltante e degradando quasi sempre de modo a que, como dizia Luís Chaves chegaram a ter apenas interesse etnográfico (foto 6).

Luís Chaves escreveu isto em 1916 e daí para cá a degradação artística acentuou-se mais ainda.



Foto 5 - N.ª S.ª da Conceição em barro (artesanal, Estremoz)



Foto 6 - Figuras de presépio (Estremoz)

Iludiríamos a verdade, e isso constituiria além de uma falha um erro gravíssimo para a cronologia da história da produção artística popular da imaginária estremocense, se não abrissemos aqui um parêntesis, absolutamente necessário, para dar o devido e merecido relevo, a uma exceção ocorrida na apontada sequência criativa dessa imaginária e que interrompeu o curso da acentuada e contínua linha degenerativa da sua produção.

Quero referir-me aos bonecos de Estremoz conhecidos por Figuras de Entrudo, designação assinalada no capítulo III, - "Figuras Profanas" do Catálogo da Exposição de Barristas do Alentejo, pg. 24 e seguintes, aberta ao público em Évora no ano de 1962.

Fazem parte deste grupo profano peças de tamanho ligeiramente maior do que o habitual (20 a 26 cm), de grande qualidade artesanal, original gosto decorativo, servindo-se da aplicação das cores puras, vivas e dos ornatos vegetalistas (flores e folhas).

Mas a sua principal característica manifesta-se no "senso humorístico" ou nas formas subtil ou francamente caricaturais" que assumem.

O “cirurgião extraíndo alporcas a um doente” (foto 7) é a figuração mestra deste pequeno e excelente período de manufatura, não só por se tratar de um conjunto escultórico como também pelo sentido crítico manifestado, o qual visto comparativamente com outros “bonecos” do mesmo período leva a admitir que o autor tinha uma filosofia de Arte esteticamente diferente, porque mais profunda e intelectualizante. Pena foi que essa actividade se resumisse a um pequeno período e não encontrasse seguidores dessa linha, porque então o valor escultural, pictórico, humorístico e caricatural dos Bonecos de Estremoz teria redobrado de intensidade e alcandorado a sua fama a um lugar ainda mais destacado na coroplastia popular do século XIX.

Era costume atribuir-se a data da sua fabricação aos finais do século XVIII, mas a presença, nesse pequeno grupo, de peças de duas típicas figuras - a reproduzida na capa e



Foto 7 - Cirurgião extraíndo alporcas (Estremoz)



Foto 8 - Soldado de Junot (Estremoz)

a representada no nº 266 do Catálogo dos Barristas Alentejanos de 1962 - são a prova evidente que o seu fabrico entrou já dentro do século XIX. A primeira é a caricatura de um soldado da Infantaria de Junot (foto 8) e a segunda satiriza ao máximo do ridículo a ditatorial figura do próprio Napoleão (foto 9).

No mesmo Catálogo, o nº 248 representa um

homem tocando sanfona (foto 10) e outro viola, atribuídos ao princípio do século XIX, e são exactamente da mesma linha estética, tamanho e especificidade utilitária (paliteiro) de outras figuras a cujo período pertencem todos os “Bonecos de Entrudo”.

Se é verdade que podíamos encontrar sem dificuldades relações estéticas afins entre as estatuetas produzidas pelos coroplastas da antiga cidade de MIRINA, na Ásia



Foto 9 - Napoleão (Estremoz)



Foto 10 - Tocador de gaita de foles (Estremoz)

Menor, que se caracterizavam, para além da perfeição formal, pela representação de temas de grupos, de tradicionais costumes populares ou ainda de cariz fabuloso, parece-nos, contudo, que a tuba da fama desse notáveis artistas asiáticos não soprou com a força suficiente para transpor Alpes e Piri-néus e poder vir assentar arraiais no extremo oeste da Europa de modo a criar Escola ou Tradição em Portugal.

Não quero, todavia, negar, que a filosofia estética dos Presepistas nacionais enforma desse caracter da de MIRINA, isto é, se funda exactamente na representação das figuras do Povo, isoladas ou em grupos e na representação das mais variadas cenas do dia a dia.

Mas isto aconteceu porque no nosso Presépio não se procurou somente fixar a atenção na figura ou grupo principal, mas sim dar expressão ao ambiente que o circunda, à custa de um desenvolvimento da composição que não fica rigorosamente dentro do itinerário cristão, indo sim para além dele, criando um espaço envolvente variado, natural e alegre, uma vez que o Presépio é um Mundo e simboliza a emanação da própria Vida.

Quantas vezes o acessório é mais apelativo do que o essencial?

É o que acontece aos Presépios com a sua rica e variada figuração.

O misticismo subjacente na alma do Povo português, neste caso especial de matiz católico, torna transparente e facilmente compreensível a adopção de uma temática espiritual de feição religiosa.

No caso dos Presépios, foram exactamente o culto de uma religião aliada ao lirismo poético, os factores que estiveram na origem das figurações plásticas da Natividade, a princípio restritas aos ditames evangélicos alusivos ao nascimento de Jesus e que, pouco a pouco, se foram alargando até atingirem proporções de grandeza e numéricas verdadeiramente espantosas. O Presépio da Basílica da Estrela tem quinhentas figuras; o da Igreja da Madre de Deus exige uma sala para a sua disposição ordenada.

Em pleno século XVIII havia quatro oficinas de Presépios em Lisboa e nelas foram executados para além dos citados anteriormente mais o de S. Vicente de Fora, o da Sé de Lisboa, da Basílica dos Mártires, do Marquês de Belas e o do Palácio do Rei D. José I. Outros haveria que a insânia dos Homens não permitiu que chegassem até nós. Está neste caso a obra do presepista Joaquim José de Barros que se pode alinhar no grupo de Machado de Casto e de António Ferreira.

O artista, porque era um "imaginário", compunha a seu belo talante, servindo-se principalmente dos episódios da História Sagrada e dos costumes populares.

No entanto o presépio do convento das Maltesas, sede da Misericórdia de Estremoz, sintetiza numa pequena maquete de vidro com dois volantes, todo o Universo de que nos fala o Presépio e, ao fazê-lo, introduziu-lhe um gosto e uma arte que são dignas de se encarecer (foto 11).



Foto 11 - Tocador de sanfona (Estremoz)

O autor é desconhecido, mas a escola é a típica de Machado de Castro e dos mestres que com este conviveram.

Há quem admita também a influência de Bernini na escultura Portuguesa do séc. XXVIII. Mas isso não significa que os nossos maiores presepistas desse século não lhe imprimissem o característico sabor popular que se arrastou e os marca ainda no século XXI.

E lá vem em consequência, o lírico tocador de gaita de foles (foto 12) de mãos dadas com o tocador de ronca e acompanhado de muitas outras figuras da vida campesina, com seus usos e costumes.

O da Basílica da Estrela, do engenho artístico de António Ferreira é o maior – não digo o mais belo porque esse será a meu

ver, o da Igreja da Madre de Deus, sendo este também da autoria do mesmo António Ferreira, que se amoldara já definitivamente, segundo a opinião de alguns, ao estilo imposto por Bernini. Ele é também o autor do presépio das Laveiras, no Convento dos Cartuxos denominado Vallis Misericordiae, concelho de Oeiras.

Um outro está na posse do Dr. Pulido Garcia, que não conseguimos ver e que é atribuído a Machado de Castro; julga-se todavia que o pintor Pedro Alexandrino de Carvalho tivesse esculpido parte das figurinhas tendo o Joaquim Correia Viegas pintado as imagens.

Dos principais Presépios de barro do País, a plêiade dos que demoram em Lisboa são o cerne da Cerâmica figurativa nacional. Nele a fantasia associada ao lirismo, à forma, à cor, à indumentária e à expressão visual, o enquadramento fazendo ressaltar o volume e



Foto 12 - Presépio da Misericórdia de Estremoz (Maltesas)

organizando a movimentação das peças, faz deles excelentes conjuntos escultóricos.

É difícil destacar qualquer deles mas o da Sé de Lisboa tem uma assinalável particularidade: é o único que o célebre artista-escultor nos legou assinado, datado com a legenda: "Joaquim Machado de Castro o imaginou e fez" no intuito bem expresso de vincular a si, mais intimamente, não apenas a execução formal da obra mas também, e principalmente, a concepção da mesma, como que a reivindicar um sentimento de criatividade que é atributo do verdadeiro Artista e o dignifica. Independentemente do tamanho e do número das peças que exibem, em todos há uma estrutura sacro-lírica comum:

a - A reconstituição da cena bíblica em gruta ou pórtico românico.

b - A cavalgada opulenta e majestosa dos Reis Magos.

c - A adoração dos pastores e a variedade e a constância das oferendas.

d - A efusão estuante da alegria pagã, com os bailes de roda, o homem do harmónio e a cegada, o da sanfona (foto 11) e o da ronca, uma autentica hosana muito peculiar do lirismo do Povo português.

e - Tudo isto integrado em soberbo panorama de montes e vales, musgos e árvores, os chamados "TORRÕES", onde abundam pessoas animais e casas.

Se é certo que o eruditismo expressionista de Machado de Castro e de António Ferreira fez que se concentrasse neles o monopólio da autoria dos Presépios considerados de maior valor artístico, não podemos ignorar que ao lado deles havia outros excelentes plásticos, capazes de se assemelharem a eles.

Daí a tentação e a facilidade com que fazemos atribuições pessoais e apostamos em datas, nos induza em erro às vezes. É bem verdade que este trabalho de atribuir uma data ou uma autoria de obra é sedutor, constitui uma necessidade objectiva e chega a ser um desafio posto ao sentido crítico do observador.

A necessidade reflecte-se na colocação da obra "in situ", no lugar exacto que lhe corresponde na História da Arte - é um fim

O desafio é fim e é meio. É fim enquanto se serve dos conhecimentos adquiridos e é meio porque, através da percepção e da inteligência, o raciocínio consegue levar a água ao seu moinho. A data coloca a obra no ponto certo do percurso histórico-artístico em que se integra e, ao fazê-lo desencadeia uma catadupa de formas de conhecimento novas; fala por si própria, tem uma Vida.

O desafio resume-se, e não é pouco, à solicitação de um exercício intelectual em que é chamada à colação toda a subtilidade espiritual de cada um, onde é usada a observação como arma de primeira linha e a relação dos factos e dos elementos plásticos como arma de segunda linha. Ambas são necessárias porque complementares. O especialista goza com este exercício, mas reconhece que essa felicidade pode ser efémera, porque em Arte os conceitos definitivos falham algumas vezes.

Isto vem a propósito da autoria do Presépio dos Marqueses de Borba, tradicionalmente atribuída a Machado de Castro, mas que segundo Diogo de Macedo, lembrando que "a tradição nem sempre é justa", é colocada nas mãos de Faustino José Rodrigues com a provável ajuda de Manuel Ferreira, por sua vez discípulo do afamado António Ferreira. De aqui se conclui que todo o cui-

dado é pouco quando se trata de atribuir autorias. Se quisermos ser objectivos no que respeita às origens dos Presépios, teremos de passar por cima dos escritos do Evangelista S. Lucas (Luc., II, 7), e das citações de Orígenes e S. Jerónimo descritivamente pouco concretas e nada explícitas, e fixarmos-nos no tempo em que as representações plásticas da Natividade se tornaram verdadeiramente populares.

Isso sucedeu em Itália, depois da exibição de um grande Presépio num bosque do cenóbio franciscano de Greccio, no início do século XIII, a que assistiu toda a comunidade franciscana e muitos populares.

Mas em Portugal, para onde se pensa que a tradição dessa moda veio trazida pelas mãos dos primeiros franciscanos, o processo de expansão da representação desse acto devoto teria começado mais tarde.

Um documento citado por Diogo Macedo diz-nos que o primeiro Presépio completo do qual temos memória num manuscrito digno de confiança, datado de 1624, existia há muito no Convento Dominicano de S. Salvador, em Lisboa, e sobre o qual um outro documento de igual valia atesta a sua existência um século antes pelo menos.

Teríamos assim situado o primeiro Presépio completo em Portugal só nos fins do primeiro quartel do século XVI.

A mais importante lição a tirar daqui é que a coroplastia de inspiração franciscana, relativa á Natividade de Jesus, aparece em Portugal antes dos discípulos de Giusti terem desenvolvido o seu intenso e delicado labor e, conseqüentemente, arredada fica a hipótese, primária e directa, de colocar este Artista italiano na origem das nossas figuras natalícias, pese embora a grande fama do Artistas e dos Presépios italianos na generalidade e, particularmente, dos napolita-

nos da mesma época. Não sabemos como era constituído o primeiro Presépio português de que falámos, ignoramos o número das figuras e a quantidade de elementos que o acompanhavam, bem como o projecto arquitectónico em que se distribuía o conjunto, por isso não podemos saber exactamente que espécie de influências seria capaz de legar aos nossos mais celebrados imaginários do século XVIII.

Sabemos sim que de Machado de Castro e de António Ferreira partiu o feixe grosso de influências que nutriram os pósteros, entre os quais os anónimos populares estremocenses do fim do século XVIII e de todo o século XIX.

Mas influência não significa cópia servil; se os oleiros de Estremoz se suggestionaram, como parece, pelas características etnográficas dos Presépios clássicos e eruditos ficariam só por aí. Mantiveram uma morfologia e um colorido próprios, adaptando as cenas aos costumes regionais e os indivíduos à roupagem indígena.

Nunca houve adulteração, mantendo-se fiel e constante a linha de fabrico mesmo saindo de mãos diferentes, a tal ponto tão igual a si mesma que somos levados a falar, aqui sim, de singelas repetições.

Perdera-se o poder criativo no imaginário estremocense, se não na totalidade pelo menos em parte, e a “peça” no seu conjunto ou a “peça” isolada era hoje igual à de ontem e à de amanhã. Ligeiras eram as diferenças de fabricantes e só os conhecedores esclarecidos podiam notar-lhas.

Houve, é certo, um longo estatismo, a espaços timidamente entrecortado ou interrompido, o que provocou uma certa crise de que alguns artistas escritores ou simples apreciadores de Arte se aperceberam e lamentaram.

A imaginária de Estremoz de tão ricas tradições estagnara do ponto de vista estético.

Porém, nos finais da década de setenta do século XX esse imobilismo foi quebrado e um sopro renovador veio dar nova vida a essa Arte Popular.

Os protagonistas desta reforma artística são os Irmãos Ginja; foram eles que retomaram a linha dos ceramistas populares da sua terra, modificando-a segundo novos conceitos estéticos por eles imaginados e renovando certos aspectos. Contudo o fio de ligação com o Passado permanece intangível, a linha mantém-se pura; a morfologia mais cuidada mais erudita e menos artesanal; nota-se nitidamente a evolução sem que haja um desprendimento completo da fonte de onde partiu e foi a sua origem.

Há de facto agora na cerâmica de Estremoz um sentido estético novo, animado por um fluido ancestral.

A actividade coroplástica original do grupo Ginja desmentiu a profecia escrita por Luís Chaves, ao escrever em 1925: «Com Gertrudes Marques, Santeira de Estremoz no início do século XX, acabará a linha de genealogia artística dos barristas de Estremoz».

Alguém a retomou, graças a Deus.

Dos dramas litúrgicos arrancados às páginas da Bíblia, alguns tiveram no século X representação teatral, e os que à quadra natalícia se referiam tinham um montagem apropriada conhecida pelo nome de "Presépios", onde as personagens e os animais eram representados ao vivo.

Estes tipos de comemoração alargaram-se a outros campos e correram toda a Europa, e na Península Ibérica surgiram mais tarde com o nome de AUTOS SACRAMENTALES em Espanha e de AUTOS em Portugal, ao serviço dos quais o nosso Gil

Vicente colocou o seu estro e deixaram resquícios até aos nossos dias tanto no poema como na representação.

Mas o perigo de misturar o religioso com o profano e os exageros exibicionistas das personagens vivas caindo em excessos condenáveis, levou a autoridade eclesiástica a proibi-los. Foi o Papa Inocencio IV em 1207 quem censurou e lançou o anátema sobre essa forma mista e informal de celebração natalícia.

Como se passaram as coisas em Portugal?

De uma maneira geral podemos dizer que as alegorias natalícias, no que respeita à Idade Média, se ficam pelos relevos escultóricos religiosos de arcaes tumulares e que essa tradição bíblica se manteve na época de quinhentos através da pincelada sublime dos Mestres dos retábulos, afirmando contudo Luís Chaves que "do século XVIII em diante os conventos franciscanos mantiveram o uso dos Presépios". Ideia com a qual concordamos por ser ilustrada pela lógica.

Mas não só nos conventos visto que no séc. XVIII a azulejaria tomou parte importante na divulgação do presépio que as Escolas dos nossos melhores especialistas interpretaram academicamente e com todo o escrupulo artístico, espalhando o seu delicioso labor por dezenas de painéis pintados, onde se mostram todas as cenas ligadas à Natividade de Jesus (Presépios, cenas de Adoração da Virgem, dos Magos e dos Pastores).

Com o advento do Renascimento e a chegada dos artistas italianos à corte de D. João II, D. Manuel I e D. João III criaram-se as condições para a aceitação e expansão das figuras de barro em Presépios.

E é assim que na publicação Presépios de Lisboa no séc. XVI, da autoria de Fernando de Castelo Branco (1955) se dá notícia do-

cumentada da existência de dois Presépios no século XVII (1624), sendo um deles do meado do século pertencente ao convento do Salvador e o outro à Irmandade dos Livreiros proprietários da Igreja de Santa Catarina de Monte Sinai “que fez contracto com o imaginário BASTÃO DE ARTIAGA para a factura de treze figuras e da mula e do boi”. Bem menos numerosas eram as figuras nos Presépios do século XVII!

A tradição de armar o Presépio no Convento do Salvador em Lisboa, correu pelo século XVII e, segundo se lê no livro da fundação do Mosteiro do Salvador, de Soror Maria Baptista: “Aqui (na igreja do citado Mosteiro) dizem que teve princípio fazerem-se os Presépios em outras igrejas desta terra”. E é ainda Fernando Castelo Branco quem nos elucida acerca do Presépio que D. Afonso VI mandou comprar pelo seu valido António Conti, bem como dos dois incêndios de 7 e 15 de Janeiro de 1685 que destruíram os dois célebres Presépios.

Também em Estremoz não faltou o seu Presépio seiscentista no convento de S. João da Penitência (Maltesas), de grandes dimensões e de figuras soltas, que se armava na igreja pelo Natal, e já citado em documentos de 1603.

Com origem no mesmo convento, guarda hoje a Misericórdia de Estremoz uma autentica relíquia cerâmica do séc. XVIII (foto 12), a qual é o presépio atribuído a Machado de Castro.

Como elemento adicional de prova da existência e da importância social e religiosa dos Presépios nos séculos XVI e XVII, citamos a publicação feita por António Craesbeck e Alvares de uma colectânea de cantos de Presépio desse século, segundo nos ensina Teófilo Braga na sua História da Poesia Portuguesa.

Logo no início do século XVIII (1707), diz o Santuário Mariano, “que, no coro de baixo do referido Convento de N^a S^a da Esperança têm as religiosas um Presépio. Mas há mais notícias ainda de Presépios seiscentistas fora de Lisboa, na província, serve para explicar ou, pelo menos, ajudar a compreender o aparecimento de certas figuras seiscentistas em alguns Presépios setecentistas.

Ao observarmos estes factos, continuamos a pensar que a explosão setecentista dos Presépios dos Mestres de Maфра não eclodiu esporádica e abruptamente, ela foi apenas uma inserção na linha genealógica da imaginária coroplástica dos dois séculos anteriores. O que mudou foi somente o estilo artístico.

Não há Presépios em Portugal com tão vincadas características populares e regionais como os de Estremoz.

Foi pois dos Presépios que os barristas populares de Estremoz” arrancaram” os seus bem conhecidos “bonecos” que tanta fama justamente têm gozado.

A imaginação do barrista centralizou-se á roda do Presépio e as figurações que produzia, todas elas se poderiam incorporar no Presépio ou vender isoladamente.

Deste modo o seu âmbito comercial ficava alargado. Ali ficaram retratados para todo o sempre as diferentes classes da sociedade alentejana e as mais variadas cenas da vida quotidiana dos seus habitantes. O pastor, o homem do harmónio, o leiteiro á porta e o aguadeiro, a ceifeira, a matança do porco, os clérigos e os militares, as personagens satíricas (bonecos de Entrudo), etc. E ao longo de mais um século não se criaram formas novas, apenas se fizeram reproduções, mais ou menos felizes, das mais antigas.

Tem-se atribuído indevidamente a paternidade de muitos Presépios aos artistas de Estremoz e já tenho visto Presépios classificados como tal que nem sequer têm uma peça dessa origem. Outras vezes a presença de uma só peça leva a atribuir a mesma procedência à totalidade delas.

No entanto a identificação desta forma cerâmica é muito simples: A originalidade do processo de fabricação dá às figuras um aspecto "sui generis" que as caracteriza logo à primeira vista.

Trata-se de uma figura feita só com os dedos. O tronco do boneco é feito a partir de um cilindro de argila amassado que, de seguida é rolado.

No local onde se vai inserir o pescoço faz-se um buraco que há-de receber a cabeça anteriormente moldada, colando-se com barbotina e afeiçãoando-a com as mãos. Os membros são também obtidos por enrolamento manual da argila, sofrendo um ligeiro encurvamento nas extremidades, de modo a poder fazer os pés e as mãos. As vestes são cortadas à navalha de uma lamina de argila com a espessura de meio centímetro, à qual previamente foi aplicado um molde de papel. Seca à sombra e cosida num pequeno forno, segue-se a pintura feita à mão e a aplicação de um verniz que aviva e protege, por algum tempo, as cores utilizadas.

Toda esta simplicidade e a fraca elaboração escultural das figuras, de grosseira anatomia, lhes dá um aspecto peculiar de rudeza, que somado às particularidades de cores cruas e tons vivos, define a origem da fabricação.

Mas os pormenores que melhor retratam as figuras de Estremoz são: o rosto ogival, de mento acentuadamente estreito e pequena protuberância nasal, a boca reduzida a um ponto ou a um traço fino de

vermelhão as maçãs do rosto sempre intensamente coradas, em círculos de grande diâmetro

O jogo visual é conseguido com dois pontos negros (menina do olho), sobrepujado por um traço curvo de cor castanha que faz de rebordo ocular superior (pálpebra superior), e mais acima um arco simples a vincar as sobrancelhas nos modelos pequenos e nos maiores um arco denteado. A pálpebra inferior raramente aparece e na Exposição dos Barristas Alentejanos em Évora só a havia em quatro bonecos.

Os brincos grandes como "arrecadas". O colo é alto, gótico, elegante; o peito, às vezes muito decotado, com o vestido a rematar em V. Decoração geral fitomórfica. As roupagens "em vez de modeladas são, por assim dizer, vestidas".

Para além das figuras e das cenas da vida doméstica ou campestre, aparecem-nos outros bonecos, cuja integração na vida diária é mais difícil de interpretar e em relação aos quais Luís Chaves foi pouco justo e nada generoso, ao escrever que o aspecto caricatural era casual e não premeditado e o gosto irónico de pouca relevância. Não podemos concordar com esta opinião do ilustre etnólogo, e para nos justificarmos disso, basta lembrar "As Figuras de Carnaval ou Bonecos de Entrudo", plenos de comicidade, bem como os "Homens da Sanfona" ou da "Ronca", do "Harmónio" e da "Gaita de Foles", ou ainda o gesto cómico e o acto cirúrgico em si que o "Cirurgião extraindo alporcas" a um doente representam, e também o produto inspirado nas velhas danças carnavalescas de que nos ficaram os "Pretos" e as Primaveras", figuras estas todas elas com representatividade atávica, inserida na linha de outras que se expõem no Museu Municipal de Estremoz, no de

Elvas e na posse de alguns particulares. Disso se aperceberam os irmãos Reis Pereira (José Régio e Júlio) ao escreverem: "o gosto decorativo e o senso humorístico manifestos nos Bonecos de Estremoz - alguns dos quais assumem forma subtil ou francamente caricaturais -..."

Até na composição dos Presépios mais volumosos ou mais eruditos se encontram, de sobejo, bonecos em que a caricatura ou o aspecto humorístico ou irónico ressaltam como principais componentes da escultura. Essa foi uma das qualidades que os barristas de Estremoz dos fins do século XVIII e dos princípios do XIX herdaram dos Mestres de Mafra e de Lisboa, mas que não conseguiram manter de aí em diante até aos nossos dias.

E tão somente porque logo após o período referido, e em virtude de condicionamentos circunstanciais desse conturbado período, começou a decadência acentuada que levou ao servilismo da cópia, mais ou menos perfeita, (eu diria mesmo imperfeita). E assim se chegou à actualidade onde os já citados irmãos Ginja iniciaram uma verdadeira revolução criativa, no seguimento e sem perder o fio da continuidade estética. Há qualquer coisa de diferente nas suas novas esculturas e isso é que dignifica e dá corpo à Arte no seu mais lato sentido.

Parece-me ter deixado aqui bem patentes os elementos necessários e suficientes para se poder ajuizar do papel importante que o Presépio exerceu na vida artística nacional em todos os tempos e especificamente em Estremoz, onde ele sozinho não só condicionou, por assim dizer, toda a produção como também serviu de veículo de transmissão das figurações, das montagens, da disposição arquitectónica e de tudo o mais que, desse símbolo da Nativida-

de do Deus-Menino, foi a fonte de inspiração de muitas obras dos melhores artistas de todo o Mundo.

A génese da escultura barrista estremocense teve o mesmo ventre do que a cerâmica móvel decorativa seiscentista, alimentou-se do mesmo fluido artístico que serviu aos pintores de azulejos de figura avulsa: a Alma do Povo.

Sem preocupações de correntes artísticas de qualquer matiz e sem prévia preparação estética, o imaginário alentejano, á custa apenas da sua própria sensibilidade, arrancou das entranhas da terra a matéria plástica e apertando-a entre os seus dedos rudes, modelou-a a golpes singelos, imprimiu-lhe forma e deu-lhe vida com as cores mais simples que a paleta da natureza lhe oferecia.

A Arte que os imaginários de Estremoz criaram é tão simples e tão ingénua, tão original e tão popular e tão verdadeira e tão humana que não há outra que se lhe iguale.

Dizer que não há outra que se lhe iguale não quer dizer que não há outra melhor, não. Significa apenas que ela é única. E o vocábulo ARTE só atinge e se completa na sua plenitude expressiva quando contém como elemento de definição a originalidade.

Porque é humana é verdadeira, porque é original é Arte, porque é simples e ingénua é popular e, pelo somatório destes três conceitos se aceita que é uma Arte Popular genuinamente Portuguesa.

É assim o nosso PRESÉPIO NACIONAL, é neste mimetismo em que se mistura, mas não se confunde, o Sagrado com o Profano que se reconhece e pode compreender a especificidade mística e contemplativa do nosso POVO, numa afirmação particular mas concreta de devoção ao Deus Menino.

Bibliografia

- Cardoso, Jorge – *Santuário Mariano*, Lisboa, 1718, 4ª vol., pg.146
- Chaves, Luís, – *Os barristas de Estremoz*, in «Terra Nossa», Lisboa, 1916
- Espanca, Pe. Joaquim M. Rocha – *Memórias de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, 1983
- Espanca, Túlio, – *Inventário Artístico de Portugal*, vol.1, tomo IX, Lisboa, 1978, pg.150
- Gonçalves, Flávio, – *História de Arte*, Lisboa, 1990
- Martins, Oliveira – *História de Portugal*, Lisboa, 1972
- Patrão, Pe José Heitor – *Pintura apócrifa na Sé de Portalegre*, in *A Cidade*, nº 10, Portalegre, 1995
- Parvaux, Solange – *Céramique du Haut-Alentejo*, 1995
- Revista de Turismo*, 2ª série, nº 4, Lisboa
- Sandão, Arthur – *Faiança portuguesa dos séculos XVIII e XIX*, Porto, 1985
- Dicionário de História Religiosa em Portugal*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 2000.

A Problemática da influência/criação poética de Florbela Espanca. A imagem de António Nobre na Obra Florbeliana

Maria Amélia Cordeiro Velez *

Introdução

Sobre Florbela Espanca e sua poesia muito se escreveu a bem e a mal, ora elogiando os seus versos, ora criticando-os e até denegrindo-os.

O valor dos seus versos originou – e ainda origina – controvérsias dos mais diversos índoles vindas das mais diversos críticos literários.

A maioria dos estudos que até agora se fizeram sobre a sua poesia tentavam quase sempre ser análises psicanalíticas que pretendiam justificar a sua conduta, a sua vida atribulada, a sua tendência para a morte, ignorando frequente uma abordagem mais literária dos seus versos.

Quando falamos de influências na sua poesia, ocorrem-nos vários nomes: Antero de Quental, António Nobre, Mário de Sá Carneiro...; contudo, são inexistentes os estudos orientados no sentido de se saber como e que é que contribuíram essas mesmas influências na poesia de Florbela, como acontece com os considerados grandes poetas.



Assim, esta modesta comunicação torna-se inovadora na medida em que pretende estudar a influência de um poeta – António Nobre – na poesia de Florbela Espanca e ver que relação (ões) literária(s) se pode (m) estabelecer entre eles à luz da teoria da influência poética do crítico literário norte americano Harold Bloom.

* Licenciatura em Ensino de Português/Francês
Pós-graduação em Gestão e Administração Escolar
Mestrado em Literaturas e Poéticas Comparadas

1. A escrita poética para Florbela Espanca

De forma a percebermos melhor como Florbela Espanca encara o processo de influência literária, convém antes identificarmos a sua noção de poesia, isto é, qual o objectivo, a função da poesia. É também importante sabermos o que ela pensa acerca dos seus versos.

Em carta ao pai, orgulha-se do nome que tem :

"Perguntas-me pelo meu livro, tenho 2 prontos, um de versos e outro de prosa, mas continuam na gaveta, pois não há editores; só o podia fazer à minha custa e eu não tenho dinheiro para isso. Se algum dia tiveres de sobra três contos que queiras pôr no negócio... é imediatamente que eles vêm para a rua. Tomara eu! Tenho muito orgulho no meu nome; fizemo-lo nós! Tu és um artista, o meu irmão era o que era, foi alguém e eu tenho igualmente a consciência de que alguma coisa valho. O meu nome "Espanca" fica e é qualquer coisa de jeito! Estes livros são os melhores e eu queria bem que eles sássem mas não há dinheiro... paciência. Cá estão enquanto outros aparecem que os não valem nem de perto nem de longe. A vida é assim..." (Carta de 6/11/1929 ao pai, p. 183)

Deste excerto, destacam-se várias ideias:

- orgulha-se do seu nome;
- tem consciência do valor dos seus versos;
- considera os seus versos superiores a outros contemporâneos que não nomeia.

Numa outra carta, essa dirigida a Guido Battelli, reitera algumas dessas ideias:

"Apesar de ver esgotados os meus dois livros em poucos meses, ninguém agora quer editar-me este ("Charneca em Flor"), que é de todos o melhor, principalmente na forma." (Carta de 27/06/1930 a Guido Battelli, p. 186).

Florbela parecia ter consciência do seu valor poético numa época que não o reconhecia. Um pressentimento de reconhecimento poético futuro e um pouco de vaidade levam-na a pedir à sua amiga Júlia Alves que guarde as suas cartas, para serem publicadas depois da sua morte *"como produções ilustres do maior talento dos tempos modernos"* (Carta de Julho de 1916 para Júlia Alves, in ESPANCA, 1995, p. 64).

É frequente a vaidade de Florbela relativamente aos seus versos. No soneto *Vaidade*, enaltece-se como poetisa eleita:

*"Sonho que sou a Poetisa eleita,
Aquele que diz tudo e tudo sabe,
Que tem a inspiração pura e perfeita,
Que reúne num verso a imensidade !*

*Sonho que um verso meu tem claridade
Para encher todo o mundo! E que deleita
Mesmo aqueles que morrem de saudade!
Mesmo os de alma profunda e insatisfeita!*

*Sonho que sou Alguém cá neste mundo...
Aquele de saber vasto e profundo,
Aos pés de quem a Terra anda curvada!"*

Está aqui patente o desejo de ser "a Poetisa eleita", a maior, aquela que possui um saber, uma cultura superior. A poesia, para ela, é assumida como uma forma de ser e de estar no mundo, neste mundo. Deseja ser reconhecida e valorizada pelo seu talento poético, isto é, deseja adquirir uma identidade

poética própria. Jorge de Sena resumiu essa problemática: *“um poeta escreve para que o leiam, para que o compreendam e amem”* (SENA, 1947, p.35). Assim, o queria Florbela.

Florbela não se contenta em ser uma boa poetisa, quer ser a melhor, quer

*“Sonhar um verso d’alto pensamento,
E puro como um ritmo d’oração!”*

quer

*“Tirar de dentro do peito a Emoção,
A lúcida Verdade, o Sentimento!”*

quer

*“...encontrar o verso puro,
O verso altivo e forte, estranho e duro,
Que dissesse, a chorar, isto que sinto!!”*
(Tortura”, p. 179)

quer imortalizar a sua escrita:

*“Ah, esse verso imenso de ansiedade,
(...) Ser eterno por toda a Eternidade!...”*
(“Escrava”, p. 344)

É sobejamente conhecido o soneto “Ser Poeta” em que Florbela tece a sua teoria poética. Destaquem-se os seguintes versos:

*“Ser Poeta é ser mais alto, é ser maior
Do que os homens! (...)
(...)”*

*É ter cá dentro um astro que flameja,
É ter garras e asas de condor!*

*É ter fome, é ter sede de Infinito!
(...) É condensar o mundo num só grito!”*

É aqui evidente a superioridade do poeta em relação aos outros homens, verificada

através do uso da maiúscula e da minúscula respectivamente. O poeta é superior porque é um ser iluminado, forte e que vive muito acima dos outros seres. Aspira ao infinito, à eternidade e conhece as palavras adequadas para tudo exprimir.

E é precisamente a superioridade do poeta em relação aos outros homens que o tornam num eterno incompreendido:

*“Ai as almas dos poetas
Não as entende ninguém”* (Poetas, p. 19)

A poesia para Florbela Espanca é, assim, uma forma de atingir a imortalidade, de não morrer, de se libertar da morte. A escrita é a sua maneira de se libertar da angústia da morte, sentimento esse compreensível e que está na génese de toda a obra poética segundo Bloom:

“Todos os poetas começam (mesmo que inconscientemente) por rebelar-se mais fortemente contra a consciência da necessidade da morte do que os outros homens e mulheres” (BLOOM, 1991, p. 21).

ou

“Um poema, um romance ou uma peça adquirem todas as desordens da humanidade, inclusive o medo da mortalidade, o qual se transmuda, na arte literária, na demanda de ser canónico, de ingressar a memória comum ou societal” (1997, p. 30).

2. A influência conscientemente perspectivada por Florbela Espanca

A problemática da influência em Florbela Espanca é um processo consciente e até mesmo desejado pela poetisa, pelo menos no que diz respeito a António Nobre que ela considera como um *“grande poeta de*

Portugal" (cf. Dedicatória do Soneto *A Maior Tortura*, *Livro das Mágoas*).

É um processo consciente porque não só o expressa com bastante clareza em alguns dos seus poemas, como também a ele alude com frequência na sua correspondência, chegando até a escrever à sua amiga Júlia Alves, numa carta datada de 22 de Agosto de 1916, que tem gosto em "*chorar com António Nobre, pensar com Vítor Hugo, troçar com Fialho de Almeida e rir suavemente (...) com Júlio Dantas*" (ESPANCA, 1995, p. 76).

A este propósito, o próprio Bloom reconhece a impossibilidade de existir escrita sem ter havido antes influência e diz que

"mesmo os mais fortes poetas foram um dia fracos, porque começaram como possíveis Adões e não como Satãs retrospectivos" (BLOOM, 1991, p. 37),

ou

"nenhum poeta moderno é unitário, quaisquer que sejam as suas aspirações professadas. Os poetas modernos são necessariamente dualistas infelizes, porque esta infelicidade, esta pobreza, é o ponto de partida da sua arte" (id., *ibid.*, p. 48).

2.1 Nas Cartas

2.1.1 Influências e preferências literárias de Florbela

É curioso verificarmos que as preferências literárias da Poetisa e, portanto, as suas influências, são essencialmente homens. Numa outra carta a Júlia (2 de Setembro de 1916), ela justifica essa sua escolha/preferência de forma bastante esclarecedora, a

propósito de um livro da autoria de uma mulher, que a amiga lhe emprestou:

"Li o livro e não me desagradou, embora aquela poesia seja tudo quanto há de menos artístico e literário; é como a minha, talvez, e como a de dezenas de mulheres na nossa situação. Poetisas por instinto, sem mestres, sem escolas, sem método, nem norte, podemos apenas cantar, sonhar e chorar, nunca fazer versos! Versos chamo eu aos de Guerra Junqueiro, aos de Augusto Gil, aos de António Nobre. São lá versos aquilo que nós escrevemos! ..." (Espanca, 1995, p. 79).

Desta citação, podemos destacar várias ideias importantes para a temática que nos ocupa:

- a) as mulheres, aos olhos de Florbela Espanca, são fracas poetisas;
- b) são-no porque não seguem "mestres" ou "escolas", portanto não lêem e não são influenciadas por outros poetas;
- c) Florbela Espanca considera-se ela própria uma poetisa deste tipo, subestimando-se, portanto;
- d) Os poetas que reconhece serem dignos de serem lidos são todos eles homens, entre os quais, António Nobre.

O primeiro aspecto é referenciado com alguma frequência nas suas cartas por Florbela Espanca, e encontra-se sempre ligado à subestima que sente relativamente a si própria enquanto poetisa e enquanto mulher. Não desejou ela no *Diário* que manteve durante o seu último ano de vida:

"Ah, ser homem, e um belo impossível trancar-me um caminho por onde eu quisesse passar!" (cf. *Diário*, 16 de Fevereiro de 1930, in ESPANCA, 1995, p. 239).

Florbela, contudo, reconhece na poetisa italiana Ada Negri “a maior poetisa do mundo”, deixando bem claro logo a seguir “tão longe de mim, meu Deus, tão longe!” (Carta de 18-06-1930 para Guido Battelli, in ESPANCA, 1995, p. 185).

A subestimação do seu talento poético é um drama a que Florbela alude com alguma frequência nas suas Cartas como nas suas Poesias. Confessa-se “*uma criatura vulgarmente educada, vulgarmente inteligente e vulgarmente cultivada; tudo vulgar (...)* tudo!” (Carta de 21 de Outubro de 1916 para Júlia Alves, in ESPANCA, 1995, p. 87); considera que os seus versos não são dignos de serem publicados e só o fez para agradar a seu pai:

“*Publiquei o meu livro para fazer a vontade a meu pai e a outras pessoas que me pediram a publicação de versos que eu nunca pensei em divulgar, tão humildes eles me pareciam, como na realidade são*” (carta de 15-01-1920 para Augusto d’Esaguy, o. c., p.118).

No que diz respeito aos motivos que a levam a considerar as mulheres fracas poetisas, podemos evidenciar que o conceito de “bom” poeta para Florbela e, por conseguinte, para os neo-românticos, subentende um modelo a seguir, pressupõe precursores que influenciaram as gerações seguintes. A experiência interior não é suficiente para o acto de escrita poética: a influência é tudo. Florbela Espanca assumia esta posição em 1916.

2.1.2 Rejeição da influência em Florbela

Contudo, em 1920, rejeitava ter sido influenciada ou ler outros poetas:

“*Fala-me ainda, Você, de José Duro, de Anto, de Wilde. Eu não os leio, já nem creio neles! Agora, leio-me*” (carta de 15-01-1920, para Augusto d’Esaguy, o. C., p. 118).

Esta contradição é, quanto a nós, o primeiro sinal da angústia da influência, tal como Bloom a define: Florbela Espanca quer distanciar-se o mais possível daqueles que a influenciaram.

Bloom explica esta mudança de atitude:

“*Os poetas, na altura em que se tornaram fortes, não lêem a poesia de X, visto que os poetas realmente fortes só se podem ler a si próprios. Para eles, ser judicioso é ser fraco, e comparar, exacta e justamente, é não se ser eleito*” (BLOOM, 1995, p. 33).

A dialéctica do amor e ódio cósmicos governa a encarnação poética:

“*Por vezes são todos unidos numa ordem pelo Amor; por outras, são carregados em direcções diferentes pela repulsão da Disputa.*”(…) “*O amor inicial pela poesia do precursor é rapidamente transformado em disputa revisionária, sem a qual a individualização é impossível*” (BLOOM, A Map of Misreading, p. 10).

É bastante significativo que as referências a António Nobre na poesia florbeliana sejam menos explícitas e muito menos frequentes a partir de 1923, data da primeira publicação de um dos seus livros: enquanto a escrita foi por ela entendida como um processo solitário dela para ela – ela nunca pensou vir a publicar os seus poemas – a influência era encarada como um processo natural; contudo, com a publicação da sua

obra, surge a necessidade de se diferenciar de outros poetas, de criar o seu próprio “eu poético”, surge a angústia da influência.

Sobre isso, esclarece Bloom:

“Quando um poeta sofre a sua incarnaçãõ como poeta sente também necessariamente angústia em relação a qualquer perigo que possa “acabar com ele” como poeta. A angústia da influência é tão terrível porque é ao mesmo tempo uma espécie de angústia de separaçãõ e o princípio de uma neurose obsessiva, ou medo de uma morte que é um superego personificado” (BLOOM, 1991, p. 72).

Das citações que fizemos e destacámos das *Cartas* e *Diário* de Florbela, verifica-se que as referências à António Nobre são constantes, ora como mestre a seguir, ora como poeta preferido:

“Eu confesso que em matéria de versos o único que me faz chorar, o único que é para mim Poeta, é António Nobre. Não é de desdenhar o resto, pois sei que temos adoráveis poetas, mas... o Anto é o único que eu sinto e por isso é o único que eu amo” (Carta de 1916 para Júlia Alves, in o. C. , p. 82);

quer ensinar a amiga a ler e a amar, tanto quanto ela, António Nobre:

“o mais suave de todos (os poetas): o meu poeta da Saudade, o meu triste António Nobre! Ele tem versos que nos entram na alma, ritmos e harmonias que ficam fazendo parte do nosso ser íntimo” (Carta de 21 de Outubro de 1916 para Júlia Alves).

O uso e reiteraçãõ do determinante possessivo “meu” marca bem a ligaçãõ íntima existente entre Florbela Espanca e António

Nobre. Bloom entende a influência poética como uma relação filial, sendo o poeta precursor entendido como o pai do poeta por si influenciado. Aplicando este esquema ao nosso estudo, entenderíamos António Nobre como o pai poético assumido de e por Florbela Espanca.

Como se tornou então Florbela Espanca poetisa? Bloom explica o nascimento de um poeta da seguinte forma:

“Quando um potencial poeta descobre pela primeira vez a (ou é descoberto pela) dialéctica da influência, quando descobre pela primeira vez a poesia como ao mesmo tempo interna e externa em relação a si, inicia um processo que terminará apenas quando não tiver mais poesia dentro de si, muito depois de ter o poder (ou o desejo) de descobri-la de novo fora de si” (BLOOM, 1991, p. 39).

Assim, o poeta torna-se poeta quando reconhece que a poesia é fruto das suas próprias pressões internas, nasce dentro dele próprio, mas também e sobretudo quando consciente ou inconscientemente é influenciado por estruturas exteriores a si próprio. Um pouco mais adiante, Bloom explicita um pouco melhor:

“De facto, o poeta está condenado a aprender os seus anseios mais profundos mediante uma percepção de outros eus. O poema está dentro dele e no entanto ele experimenta a vergonha e o esplendor de ser encontrado por poemas – grandes poemas – fora dele” (id., ibid.).

Este processo é perfeitamente consciencioso em Florbela Espanca.

2.2 Na poesia

Florbela Espanca não se limita a reconhecer a influência de António Nobre na sua poesia na sua correspondência; esta influência transparece clara e livremente nos seus versos, ora referindo-se directamente ao seu mestre, ora remetendo-nos para o desejo de se libertar da sua influência para então ela poder nascer enquanto poetisa, assumindo assim a típica problemática da angústia da influência defendida por Bloom.

2.2.1 Referências directas a António Nobre

António Nobre é o seu mestre, e aquele que Florbela Espanca escolheu como modelo por identificar na sua poesia as suas próprias vivências. Sobre isso, escreveu Bloom:

“a poesia começa com a nossa percepção, não de uma Queda, mas de que estamos em queda. O poeta é o nosso eleito, e a consciência da sua eleição vem como uma maldição” (BLOOM, 1991, p. 34).

É precisamente o que acontece com Florbela Espanca: ao ter consciência da influência de António Nobre na sua poesia, e se num primeiro momento essa era encarada por ela como positiva e até desejada, num segundo momento, dá-se a necessidade de se libertar dela como se ela fosse uma maldição.

Num outro momento da sua obra, Bloom cita Bem Johnson que entende a influência como um poeta

“ser capaz de converter a substância ou as riquezas de outro poeta para o (seu próprio uso). Fazer escolha de um homem excelente sobre os demais e assim segui-lo

até se tornar nele próprio, ou tão como ele como cópia que possa ser tomada pelo original” (id., ibidem., p. 40).

Em António Nobre, Florbela Espanca revê-se: ele é, como ela, o Poeta da Dor; partilham a mesma dor. A leitura dos seus poemas preenche a solidão da poetisa:

“Recitavas, chorando, António Nobre!...”
(Dantes, ESPANCA, 1995, p. 22).

Em Dantes, Florbela Espanca revela-nos dois sentimentos por António Nobre: a admiração e a comoção.

António Nobre é

“aquele que é triste, como eu” (“O que alguém disse”, o. c., p. 247).

Esta dor que partilham aproxima-os um do outro e leva Florbela Espanca a considerá-lo como um ente próximo; como tal, dirige-se com amor a ele em alguns poemas:

*“Poeta da saudade, ô meu poeta q’rido
Que a morte arrebatou em seu sorrir fatal,
Ao escrever o “Só”, pensaste enternecido
Que era o mais triste livro deste Portugal*

*Pensaste nos que liam esse teu Missal,
Tua Bíblia de dor, o teu chorar sentido,
Temeste que esse altar pudesse fazer mal
Aos que comungam nele a soluçar contigo!*

*Ó Anto! Eu adoro os teus estranhos versos
Soluços que eu uni e que senti dispersos
Por todo o livro triste! Achei teu coração...”*
(“A Anto!”, o. c., p. 124)

Contudo, não é a António Nobre que ela se dirige, é a “Anto”, a máscara, o mito poético.

Florbela Espanca partilha da mesma dor que ele por isso melhor que ninguém o compreende. Contudo confessa que achas os seus “versos estranhos”. Num outro soneto, “A um livro”, justifica essa estranheza:

*“Estranho livro aquele que escreveste
Poeta da saudade e do sofrer
Estranho livro em que puseste
Tudo o que eu sinto sem poder dizer!*

*Parece que folheio toda a minh'alma!
O livro que me deste, é meu e salma
As orações que choro e rio e canto!”*
(o. c., p. 195)

É um livro estranho porque é a transcrição dos seus próprios pensamentos, dos seus sentimentos, que ela não consegue pôr em versos como afirma no último terceto do mesmo poema:

*“Poeta igual a mim, ai quem me dera
Dizer o que tu dizes!...”*

Ou noutro soneto:

*“Mas a minha Tortura inda é maior:
Não ser Poeta assim como tu és
Para gritar num verso a minha Dor!”*
(“A Maior Tortura”, o. c., p. 188)

Estes dois exemplos ilustram bem a angústia da influência em Florbela Espanca: ela consegue afinal escrever o que sente tal como ele o fez, a sua tortura não é ser como ele, mas ser diferente dele, superá-lo. Este processo, segundo Bloom, corresponde em termos psicológicos a uma sublimação:

“A sublimação poética é (...), um modo de purga que visa um estado de solidão como seu objectivo mais próximo. Inebriado pela nova força repressiva de um Contra-Sublime personalizado, o poeta forte no seu estado de elevação demónica adquire o poder para virar a sua energia contra si próprio e consegue, a um preço terrível, a sua mais clara vitória na luta com os poderosos mortos” (BLOOM, 1991, p. 133).

Florbela procura a sua individualização, a sua purgação da poesia do mestre; chega até a confundir quem influenciou quem e escreve:

*“Amo-te como não te quis nunca ninguém
Como se eu fosse ó Anto a tua própria mãe
Beijando-te já frio no fundo do caixão!”*
(o. c., p. 124)

Ao ver-se como a “mãe” poética de António Nobre, Florbela Espanca está obviamente a colocar-se numa posição que Bloom designou como o processo da “Demonização ou o Contra-Sublime”. Ao tornar-se forte, o poeta torna-se um demónio:

“voltando-se contra o Sublime do precursor, o novo poeta forte sofre uma “demonização”, um Contra-Sublime cuja função sugere “a relativa fraqueza do precursor”.

“Quando o efebo é demonizado, o seu precursor é necessariamente humanizado” (BLOOM, 1995, p. 116). Assim, Florbela torna-se mãe poética de Nobre que assiste à morte do seu próprio filho! Bloom dá-nos a fórmula da “demonização”: “que onde o “eu” do meu pai poético estava, ai fique” ou,

ainda melhor, “eis o um “eu”, misturado com “ele” (o. c., p. 125), a “*Demonização ou o Contra-Sublime é (assim) uma guerra entre Orgulhos*” (o. c., p. 117).

E assim, o Poeta consegue

“um estilo que captura e estranhamente retém uma prioridade sobre os seus precursores, de modo a que a tirania do tempo é quase derrubada, e pode-se mesmo acreditar, em momentos de sobressalto, que (esta) a ser “imitado pelos seus antepassados” (BLOOM, 1995, p.161).

isto é ,

“o triunfo de colocar, na sua própria obra, o antepassado, de forma a que passagens concretas da obra “deste” se pareçam não com presságios do nosso próprio advento mas antes pareçam devedoras da nossa própria realização, e mesmo (necessariamente) diminuídas pelo nosso maior esplendor. Os poderosos mortos regressam, mas regressam nas nossas cores, e falam nas nossas vozes, pelo menos em parte, pelo menos por momentos, momentos que testemunham a nossa persistência e não a sua” (id., ibid.).

Assim, e utilizando um vocabulário próprio de Bloom, o Pai Poético é ultrapassado e parece tornar-se filho do Poeta posterior. Este processo, segundo Bloom, é próprio dos poetas fortes.

2.2.2 Angústia da influência, da criação – desejo de superar o que já foi escrito

A angústia da influência e o desejo de se libertar dessa mesma angústia, de superar o que já foi escrito estão presentes noutros poemas de Florbela.

Florbela tem consciência da necessidade de influência como já o vimos a partir da leitura das suas *Cartas*.

*Subi ao alto, à minha Torre esguia,
Feita de fumo, névoas e luar,
E pus-me, comovida, a conversar
Com os poetas mortos, todo o dia.*

*Contei-lhes os meus sonhos, a alegria
Dos versos que são meus, do meu sonhar,
E todos os poetas, a chorar,
Responderam-me então: “Que fantasia,*

*Criança doida e crente! Nós também
Tivemos ilusões, como ninguém,
E tudo nos fugiu, tudo morreu...!”
Calaram-se os poetas, tristemente...
É desde então que eu choro amargamente
Na minha Torre esguia junto ao céu!...
(Torre de Névoa)*

Florbela confessa “*conversar com os poetas mortos*” (*Torre de Névoa*, ESPANCA, 1995, p.181). Nesse poema, a escrita aparece-nos como um processo solitário da poetisa frente aos seus pais poéticos fantasmagóricos: a poetisa fala-lhes de “*versos que são (seus)*”, de sonhos que são seus, na sua procura de si própria, na tentativa de identificação de si própria; contudo, aos poetas mortos não agrada esse discurso e chamam-na de “*Criança Doida e Crente*”. Dizem-lhe que eles também tiveram as mesmas ilusões que ela mas que nada valeu, tudo morreu. E calaram-se. Está bem patente neste poema a luta interior da poetisa contra a angústia da influência. Como continuar a escrever, a viver pela escrita, sem ser

dominada pela influência dos poetas mortos? Como ultrapassar e dominar essa angústia? É já bastante significativo o último verso *Torre esguia junto ao Céu* que a coloca num lugar privilegiado e de destaque relativamente a todos, inclusive relativamente aos poetas mortos.

Noutros poemas, considera António Nobre como seu igual: "*Poeta igual a mim*" (A um Livro, o. c., p. 195).

2.2.3 Momentos de subestimação da criação literária

Contudo, são frequentes os momentos de desânimos da poetisa perante o acto de escrever e até momentos de subestimação da criação poética:

*"Mas a minha Tortura inda é maior:
Não ser Poeta assim como tu és
Para gritar num verso a minha Dor!
(A Maior Tortura, o. c. , p. 188).*

O que a angústia não é tanto ser como ele, mas sim exprimir-se como ele ou melhor ainda que ele, e isso é tortura, angústia!

Bloom justifica esse sentimento de angústia:

"Os poetas enquanto poetas não podem aceitar substituição e lutam até ao fim para ter a sua primeira oportunidade a sós" (BLOOM, 1991, p. 20).

Noutro soneto intitulado paradoxalmente também *Tortura*, Florbela desvenda-nos de forma ainda mais clara a problemática da angústia da influência, da criação, do desejo de superar o que já foi escrito por outros; porém, é bem visível o medo, a angústia de

não ser tão forte quanto os seus antecessores. Essa angústia é a sua tortura:

*"Tirar dentro do peito a Emoção,
A lúcida Verdade, o Sentimento!
- E ser, depois de vir do coração,
Um punhado de cinza esparso ao vento! ...*

*Sonhar um verso d'alto pensamento,
E puro como um ritmo d'oração!
- E ser, depois de vir do coração,
O pó, o nada, o sonho dum momento!...*

*São assim ocios, rudes, os meus versos:
Rimas perdidas, vendavais dispersos,
Com que eu iludo os outros, com que minto!*

*Quem me dera encontrar o verso puro,
O verso altivo e forte, estranho e duro,
Que dissesse, a chorar, isto que sinto!!!"*
(o. c., p. 179).

É notório o peso opressivo do precursor na poesia de Florbela. Baseando-se em Edward Young, Bloom esclarece que os grandes precursores

"reclamam exclusivamente a nossa atenção e assim impedem uma inspecção adequada de nós próprios; tornam o nosso juízo preconceituado a favor das suas capacidades, e assim diminuem o nosso sentido delas; e intimidam-nos com o esplendor do seu renome" (o. c., p. 41).

Torna-se fundamental o afastamento do precursor:

"ser escravizado pelo sistema de um precursor é ser inibido da criatividade por um raciocínio e uma comparação obses-

sivos, presumivelmente entre as próprias obras e as do precursor.” (...) Assim, “a influência poética é então uma doença da consciência de si” (o. c., p. 42).

A poesia para Florbela Espanca deveria nascer de dentro de si próprio, ser Emoção, Verdade e Sentimento; deve ser pura “como um ritmo d’oração”, isto é, sem marcas de outros que dela própria. Contudo, os seus versos são vazios, “ocos”, “rudes”. Apenas iludem os outros e ela própria. Qual o caminho a seguir então?

“Encontrar o verso puro” (aquele que será só dela), “altivo e forte” (com força suficiente para fazer esquecer todos os outros), “estranho e duro”, é curioso aqui o uso de “estranho”, adjectivo que ela utilizou no soneto “A Anto” para se referir aos versos de António Nobre... “Eu adoro os teus estranhos versos” (o. c., p.124); no poema, “A um livro” refere mais uma vez o “Estranho Livro” de António Nobre (o. c., p. 188). Não estará aqui por detrás dos “versos estranhos” que pretende criar uma referência à António Nobre, predecessor, Pai Poético

do qual ela não se consegue desligar, mesmo quando é seu propósito encontrar o verso puro, “só dela”, que diga tudo o que ela sente?

3. Aspectos visíveis da influência de António Nobre em Florbela Espanca

Segundo Bloom,

“Poemas (...) não são nem sobre sujeitos nem sobre si mesmos. São necessariamente sobre outros poemas; um poema é a resposta a outro poema, como um poeta é uma resposta a outro poeta, ou uma pessoa uma resposta aos seus pais. (...) Todo o poema, portanto, tem dois criadores: o precursor e a rejeição da mortalidade por parte do efebo” (1995, p. 30).

De forma a permitir uma leitura mais fácil das influências de António Nobre em Florbela Espanca, agrupámos em sete tópicos genéricos os aspectos temáticos que encontramos nos dois poetas.

3.1 O apego pela paisagem

ANTÓNIO NOBRE

■ Outono. O sol, qual brigue em chamas, morre
Nos longes de água... Ó tardes de novena!
Tardes de sonho em que a poesia escorre
[...]
Tardes de Outubro! Ó tardes de novena!
Outono! Mês de Maio, na lareira!
Tardes..."
(*Da influência da Lua*)

■ poentes de vinho velho!
[...] Ó poente verde-mar!

[...] Eu amo os poentes, mas sem agonias,
Ó poentes de França! Não vos amo não!
(*Poentes de França*)

FLORBELA ESPANCA

■ Tardes da minha terra, doce encanto,
Tardes duma pureza de açucenas,
Tardes de sonho, as tardes de novena,
Tardes de Portugal, as tardes d'Anto.
(*Languidez*)

■ É triste e dilacera o coração
Um poente do nosso Portugal!

[...] Poentes d'agonia, tenho-os eu
Dentro de mim, e tudo quanto é meu
um triste poente d'amargura!
(*Mais Triste*)

3.2 Insistência em saudades

ANTÓNIO NOBRE

- Menino e moço tive uma Torre de leite
(*Lusitânia no Bairro Moderno*)

FLORBELA ESPANCA

- E a minha alma soturna escuta e pasma...
E sente-se passar menina-e-moça...
(*Évora*)

3.3 O culto excessivo da personalidade

3.3.1 Sentimento de serem ou terem sido seres superiores

ANTÓNIO NOBRE

- Maior que todos e era vencido!
(*D. Enguiço*)
- O meu condado, o meu condado, sim!
Porque eu já fui um poderoso Conde,...
(*Soneto*)
- ... E ser Conde da Terra
E do Mar! El-rei! Ser senhor feudal do Mundo!
Encher a transbordar a Vida, mar sem fundo,
Com palácios, Amor, glórias, Luxo, batalhas,
E reis e generais envoltos nas mortalhas!...
(*Males de Anto*)

FLORBELA ESPANCA

■ Ser Poeta é ser mais alto, é ser maior
(*Ser Poeta*)

■ Fui tudo o que no mundo há de maior:
Fui cisne, e lírio, e águia, e catedral!
(*O meu Mal*)

3.3.2 Desdém pelos outros

ANTÓNIO NOBRE

■ Nada me importas, País
(*Soneto n.º 2*)

■ E as boas aves, bem se importam elas!
Continuam cantando, tagarelas:
Assim, António! Deves ser também.
(*Soneto n.º 12*)

■ Mas, eu, vê lá! Eu volto-lhes o rosto...
E isto em mim não será uma vaidade?
(*Soneto n.º 17*)

FLORBELA ESPANCA

■ Que diga o mundo e a gente o que quiser!
- O que é que isso me faz...O que me importa?

(...)

O que é que isso me importa?!...
(*Tédio*)

3.3.3 Tédio e Spleen

ANTÓNIO NOBRE

■ Que tédio o meu!
(*Carta a Manuel*)

■ Que longas estas horas! Que profundo
Spleen o destas noites imortais!
[...]
Spleen! Que hei-de eu fazer? Dormir, não tenho sono,
[...] É tédio, tédio e nada mais!
[...] Senhor! A vida não é um rápido segundo:
Que longas horas estas horas! Que profundo
Spleen mortal o destas noites imortais
(*Ao Canto do Lume*)

■ O tédio, o Tédio, oh sobretudo o Tédio!
Em que estamos, igual ao mês passado e ao que há-de
Vir [...]
(*A Vida*)

■ E a vida foi, e é assim, e não melhora.
Esforço inútil. Tudo é ilusão.
(*Soneto nº 18*)

■ Choras? Porquê, por quem, Anto? Pelos Alguéns...
(*Males de Anto*)

FLORBELA ESPANCA

■ ... essa tristeza
É menos dor intensa que frieza,
É um tédio profundo de viver!

E é tudo sempre o mesmo, eternamente...
O mesmo lago plácido, dormente...
E os dias, sempre os mesmos, a correr...
(Tédio)

- E é sempre a mesma mágoa, o mesmo tédio
A mesma angústia funda, sem remédio.
(*Sem remédio*)

- Sou a que chora sem saber porquê...
(*Eu*)

- Tenho tristeza! Mas porquê?...
(*Neurastenia*)

3.3.4 Procura da solidão e imagem da “Torre” como isolamento

ANTÓNIO NOBRE

- E a noite perde-se em cavaco,
Na Torre de Anto, aonde eu moro!
Ali metido num buraco,
Fumo e, a fumar, às vezes... choro.
(*O meu cachimbo*)

- Menino e Moço, tive uma Torre de leite,
Torre sem par!
(*Lusitânia no Bairro Latino*)

- Parece uma torre coada de luzes!
Ou antes a Torre de Marfim, a andar!
(*Certa Velhinha*)

- Só!
Aí do Lusíada, coitado [...]
Que não ama, nem é amado,

Que triste foi o seu fado!
Antes fosse pra soldado,
Antes fosse pró Brasil
(*Lusitânia no Bairro Moderno*)

FLORBELA ESPANCA

■ Vivo sozinha em meu castelo, a Dor...
[...] Castelã da Tristeza, vês alguêm?!
- E o meu olhar é interrogador...
E rio e choro! É sempre o mesmo horror.
(*Castelã*)

■ E as torres de marfim que construí
Em tragédia loucura as destruí!
(*Caravelas*)

■ ... Porque Deus
Me fez nascer Princesa entre plebeus
Numa torre de orgulho e de desdém!
(*Versos de Orgulho*)

■ Eu sou a que no mundo anda perdida
Eu sou a que na vida não tem norte [...]

E que o destino amargo, triste e forte
Impele brutalmente para a morte! [...]

Sou aquela que passa e ninguém vê.
(*Eu*)

3.3.5 Desengano e desencanto

ANTÓNIO NOBRE

■ Vaidade, meu Amor, tudo Vaidade!
[...] Vaidade é o Luxo, a Glória, a Caridade,
Tudo é tristeza; tudo é pó, é nada!
Tudo é Vaidade! E, se pensares bem,
Verás, perdoa-me esta crueldade,
Que é uma vaidade o mor de tua Mãe.
(*Soneto nº 17*)

■ E a Vida foi, e é assim, e não melhora.
Esforço inútil. Tudo é ilusão.
(*Soneto n.º 18*)

■ Um dia (não sei quando, nem sei donde)
Um vento seco do Deserto e spleen
Deitou por terra, ao pó que tudo esconde,
O meu condado, o meu condado, sim !
(*Soneto n.º 3*)

■ Falhei na Vida. Zut! Ideais caídos!
Torres por terra! As árvores sem ramos!
(*Soneto n.º 13*)

FLORBELA ESPANCA

■ Tudo é vaidade neste mundo vão...
Tudo é tristeza; tudo é pó, é nada!
(*Para Quê?!*)

■ É vão o amor, o ódio ou o desdém;
Inútil o desejo e o sentimento...
(*A Vida*)

■ Tudo cai! Tudo tomba! Derrocada
Pavorosa! Não sei onde era dantes.
Meu solar, meus palácios, meus mirantes!
Não sei de nada, Deus, não sei de nada!...
(*Loucura*)

3.3.6 Envelhecimento prematuro e vizinhança da morte

ANTÔNIO NOBRE

■ Meus dias de rapaz, de adolescente,
Abrem a boca a bocejar, sombrio
[...]
Nunca desperto de manhã, contente.
Pálido sempre com os lábios frios,
Ora, desfiando os meus rosários...
Fora melhor dormir, eternamente!
[...]
E não sei, sendo assim enquanto moço
O que serei, então, depois de velho.
(*Soneto nº 7*)

■ Lívido, agro, como um espeto, uma tocha,
Costumava esconder-me em certa rocha,
[...] E punha-me a chorar, a chorar [...]
(*Males de Anto*)

■ Jesus! Um velho! O seu cabelo assim ao lado,
O mesmo era que o meu, todo encaracolado!
O rosto ebúrneo! O olhar era tal qual o meu!
E o lábio... Horror! Fugi! Esse velhinho era eu!
(*Males de Anto*)

■ ... tem os olhinhos sumidos,
Tão faltinho de cor, os cabelos compridos,
E tosse tanta vez! Já arqueia das costas...
Só falta vê-lo deitadinho, de mãos postas!
(*Males de Anto*)

FLORBELA ESPANCA

■ Sou velha e triste. Nunca o alvorecer
Dum riso são andou na minha boca!
Eu, náufraga da Vida, ando a morrer!

E dizem que sou nova... A mocidade
Estará só, então, na nossa idade?
(*Pior Velhice*)

■ Passo pálida e triste. Oiço dizer
Que branca que ela é! Parece morta!
(*Tédio*)

■ á é velha! Como o tempo passa!...
Tenho vinte e três anos! Sou velhinha
Tenho cabelos brancos e sou crente...
Já murmuro orações... falo sozinha...
(*Velhinha*)

■ Enche a boca de cinzas e de terra,
Ó minha mocidade em flor
(*Renúncia*)

■ E tem passado, em vão, a mocidade
(*Em Vão*)

3.4 O desejo de ser outro

ANTÓNIO NOBRE

■ Mas não ter eu aspirações vivazes,
E não ter como têm os mais rapazes,
Olhos boiando em sol, lábio vermelho!
(*Soneto nº 7*)

Far-me-ia outro,
Ó meu Pai, não ser eu dos poveirinhos!
Não seres tu, para eu o ser, poveiro...
(*Soneto nº 8*)

FLORBELA ESPANCA

- Ah! Não seres como as outras raparigas!
(O que tu és)
- Tenho pena de mim... [...]
De não ser Esta ... a Outra ... e mais Aquela!
(A minha Piedade)

3.5 A apologia da indigência total

ANTÓNIO NOBRE

- Não ter fortuna, não ter dinheiro,
Papéis no Banco, nada a render:
Guardar, podendo, num mealheiro
Economia pró que vier.
(Canção da Felicidade)

FLORBELA ESPANCA

- Na vida nada tenho e nada sou;
Eu ando a mendigar pelas estradas...
(Mendiga)

3.6 A doença / dor do pensamento

ANTÓNIO NOBRE

- Toda a dor pode suportar-se, toda!
[...] Mas uma não: é a dor do pensamento.
(Soneto nº 18)

FLORBELA ESPANCA

- Tortura do pensar! Triste lamento!
Quem nos dera calar a tua voz!

E não se quer pensar! ... E o pensamento
Sempre a morder-nos bem, dentro de nós...
(*Angústia*)

3.7 O namoro da morte

3.7.1 O desejo de não ter nascido

ANTÓNIO NOBRE

- Há quatro lustres, viu a luz um Poeta
Que melhor fora não a ver jamais.
(*Soneto nº 2*)

- Pelo teu filho, Minha Mãe, não rezes!
[...]
Para me ouvires blasfemar, às vezes,
Sofres por mim as dores cruéis do parto
E trazes-me no ventre nove meses!
Somente o fruto amargo das entranhas

Nunca me houvesse dado à luz, Senhora!
Nunca eu mamasse o leite aureolado
Que me fez homem, mágica bebida!

Fora melhor não ter nascido, fora,
Do que andar, como eu ando, degredado
Por esta Costa de África da Vida.
(*Soneto nº 10*)

- Antes não ter nascido. Ó morte vem buscar-me!
(*Males de Anto*)

FLORBELA ESPANCA

■ Pena dessa má hora em que nasci...
(*A minha Mocidade*)

■ Ó Mãe! Ó minha Mãe, pra que nasceste?
Entre agonias e entre dores tamanhas
Pra que foi, dize lá, que me trouxeste

Dentro de ti?... Pra que eu tivesse sido
Somente o fruto amargo das entranhas
Dum lírio que em má hora foi nascido! ...
(*Deixai entrar a Morte*)

3.7.2 Pressentimento da Morte

ANTÓNIO NOBRE

■ A Vida! Horror! Ó vós que estais no último alento!
Que felizes, sois prestes a partir!
Ó Morte, quero entrar no teu Recolhimento!....
(*Ao Canto do Lume*)

■ Deixai-o dormir, até ser
Um velhinho... até morrer!
(*O Sono do João*)

■ Ai quem me dera entrar nesse convento
Que há além da Morte e que se chama A Paz!
(*Soneto n.º 18*)

FLORBELA ESPANCA

■ Deixai entrar a Morte, a Iluminada,
A que vem para mim. Pra me levar.
(*Deixai entrar a Morte*)

■ Morte, minha Senhora Dona Morte,
Tão bom que deve ser o teu abraço!

Em ti, dentro de ti, no teu regaço
Não há triste destino nem má sorte.
(*À Morte*)

■ O que há depois? Depois...o azul dos céus?
Um outro mundo? O eterno nada? Deus?
Um abismo? Um castigo? Uma guarida?

...Seja o que for, será melhor que o mundo!
(*A um Moribundo*)

Conclusão

De tudo quanto foi dito anteriormente, destacamos que Florbela Espanca encontrou muitas dificuldades em ser reconhecida como poetisa devido a ter nascido mulher numa época que só reconhecia o valor poético dos homens – não escreveu Jorge de Sena, em 1947, com uma certa ironia, numa Conferência sobre Florbela:

“A mulher portuguesa, se não faz rendas, faz versos...”

Contudo, Florbela é e foi *“um notável poeta”* (SENA, 1947, p. 7), disso não subsistem dúvidas. José Régio tece-lhe um dos mais rasgados elogios:

“Pelo seu apurado instinto de beleza formal tão raro em mulheres até boas escritoras; pelo seu excepcional temperamento

e vibrante sensibilidade; pela profundidade da sua alma revoltada e ardente; pelo poder de comunicação com que nos seus versos, se exprime o seu drama pessoal e o da paisagem que tão bem sentiu, - Florbela Espanca é a maior poetisa portuguesa de qualquer tempo e um dos grandes nomes da nossa poesia moderna” (cit. por FREIRE, s/d, p. 90).

O próprio Fernando Pessoa dedicou-lhe um poema em que a interpela como *“alma sonhadora irmã gémea da minha”* (poema *“À Memória de Florbela Espanca”*, encontrado no espólio de Fernando Pessoa e que, por não estar assinado, é atribuído ora a Fernando Pessoa, ora a um poeta desconhecido).

Da influência de António Nobre, pode dizer-se que Florbela foi Prometeu que de pressa reencarnou em Narciso para melhor

se encontrar. Se Bloom reconhecesse valor poético às mulheres, considerá-la-ia, com certeza, como uma grande poetisa que ultrapassou largamente o seu pai-poético e disso tinha ela própria plena consciência.

Bibliografia

- BARREIROS, A. J., 1989, *História da Literatura Portuguesa*, Vol. II, séculos XIX-XX, 12ª edição, Editora Pax, Braga.
- BESSA-LUÍS, A., 1976, *Florbelá Espanca*, Guimarães Editores, Guimarães.
- BLOOM, H., 1980, *A Map of Misreading*, Oxford University Press, New York.
- BLOOM, H., 1991, *A Angústia da Influência*, Cotovia, Lisboa.
- BLOOM, H., 1995, *Um Mapa da Desleitura*, Biblioteca Pierre Ménard, Imago, Rio de Janeiro.
- BLOOM, H., *O Cãnone Ocidental*, Ed. Temas e Debates, s.l.
- 11 ESPANCA, F., 1987a, *Obras Completas*, vol. I (Poesia de 1903 a 1917), Publicações D. Quixote, Lisboa.
- ESPANCA, F., 1987b, *Obras Completas*, vol. II (Poesia de 1918 a 1930), Publicações D. Quixote, Lisboa.
- ESPANCA, F., 1987 c, *Obras Completas*, vol. IV (Contos e Diário), Publicações D. Quixote, Lisboa.
- ESPANCA, F., 1995, *Cartas e Diário*, Bertrand Editora, s.l.
- FREIRE, A., 1977, *O Destino em Florbelá Espanca*, edições Salesianas, Porto.
- GUEDES, R., 1986, *Acerca de Florbelá*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- LOPES, O.; SARAIVA, A. J., S/D; *História da Literatura Portuguesa*, 16ª edição, Porto Editora, Porto.
- NOBRE, A., 1974, *Só*, Livraria Tavares Martins, Porto.
- PRADO COELHO, J., 1990, *Dicionário de Literatura*, Vol. I, Figueirinhas, Porto.
- SEABRA PEREIRA, J. C., 1995, *História Crítica da Literatura Portuguesa*, Vol. III, Verbo, Lisboa.
- SENA, J. (de), 1947, *Florbelá Espanca ou a Expressão do Feminino na Poesia Portuguesa*, Biblioteca Fenianos, Porto.

Florbela Espanca e José Régio O Alentejo em Verso!

Maria Luísa Galiano Tavares Moreira *

"Nunca se definiu, nem definirá Poesia. A Poesia é, vive ou paira, existe ou não existe. E acompanha a vida."

SOPHIA DE MELLO BREYNER



E no entanto, a Poesia é uma forma, transcendente talvez?, de procurar a essência, de buscar a plenitude, de raiar a eternidade. Mas a

Poesia é, também, humana. Humana em tudo o que cada PESSOA possui de inexplicável, mágico, mítico por vezes, sublime sem dúvida.

A Poesia poderá ser, manifestar-se, numa busca artística constante da totalidade, da razão sem sentido que justifica o ser, da explicação inexplicada da emoção e do sentir, do perceber sem saber, do experimentar sem tocar ou analisar. Talvez, pela magnífica abrangência da Arte, a Poesia seja tudo, ou nada, e por isso parta de alguns, atinja outros, conseguindo sempre a unicidade, nunca a igualdade rotineira de exis-

tências explicáveis. Porque Humana, faz ela também parte de espaços, físicos e sensíveis, que marcam os fazedores dos Poemas, que os motivam ou afugentam, que os provocam ou acolhem.

O Alentejo é, (e aqui é sem dúvida alguma!), um espaço onde a ousadia de pensar voa nas asas de águias feitas pegasos de outros tempos. As searas ondulantes, os sobrelhos por vezes sangrentos, os odores fortes do restolho, o ilimitado do horizonte, o branco caiado das paredes, o silêncio das planícies sem fim, tocam a alma de quem o conhece e, creio, marcam inevitavelmente a alma de quem lhe pertence.

Ninguém pode adoptar o Alentejo, porque se nasce alentejano. É o Alentejo, sob o sorriso matreiro ou a observação quente e



* Licenciada em Letras (Universidade de Évora)

ritmada, que adopta, ou não, quem o visita. Por isso há quem se sinta sufocado, por isso há quem se liberte, no espaço sem fim da alma alentejana...

É o Alentejo, penso (ou sinto?), o traço de união entre a Poesia de Florbela Espanca e a de José Régio.

É a imensidão que os aproxima, que os lança num percurso feito de cruzamentos alternativos, que os desafia a uma caminhada poética em busca, talvez, da mesma eternidade, da mesma justificação superior, Divina?, para uma existência que aprisiona a alma, que insiste em, feita de humanidades, amarrar o sonho, limitar as emoções, bloquear o amor.

Aparentemente, ao contactarmos com a escrita de Florbela e Régio, nada há de comum para além, claro, da grandiosidade da

obra. Mas, depois de uma leitura atenta, lendo e sentindo com a certeza de que o texto é humano e que, ao contrário do que disse Roland Barthes, o escritor existe mesmo com o texto publicado, percebe-se, sente-se, a influência do Alentejo e a necessidade de respostas fundamentais nos dois textos.

Florbela Espanca, que nasceu no coração do Alentejo, em Vila Viçosa, em 1894, revela-se uma insatisfeita, denuncia uma ânsia de infinito, assume a necessidade da Justificação e, em simultâneo, confessa a inutilidade da sua busca incessante "Queria encontrar Deus! Tanto o procuro!" (*Charneca em Flor*). Como o Alentejo imenso, a sua Poesia surge convulsa e ardente, feita de estados excessivos, de teatralidade pintada com as cores fortes do Verão sufocante do Alentejo.

"Horas mortas... Curvada aos pés do Monte
A planície é um brasido...e, torturadas,
As árvores sangrentas, revoltadas,
Gritam a Deus a benção de uma fonte!

E quando, manhã alta, o sol posponte
A oiro a giesta, a arder, pelas estradas,
Esfíngicas, recortam desgrenhadas
Os trágicos perfis no horizonte!

Árvores! Corações, almas que choram,
Almas iguais à minha, almas que imploram
Em vão remédio para tanta mágoa!

Árvores! Não choreis! Olhai e vede:
- Também ando a gritar, morta de sede,
- Pedindo a Deus a minha gota de água!

(*Árvores do Alentejo*)

Mas a sede da poetisa alentejana era feita de amor, de desejos de mulher então inconfessáveis. Florbela revela, com pudor embora, presa ainda na social correcção de um espaço humano fechado e punidor, a sua ex-

periência de mulher, o erotismo feminino. Talvez seja o soneto mais conhecido, aquele que os cantores musicam com mais entusiasmo, mas é impossível ignorá-lo se se quer tentar pensar a Poesia de Florbela Espanca:

“ Eu quero amar, amar perdidamente!
Amar só por amar: aqui...Além...
Mais Este e Aquele, o Outro e toda a gente...
Amar! Amar! E não amar ninguém!
(...)
E se um dia hei-se ser pó, cinza e nada
Que seja a minha noite uma alvorada,
Que me saiba perder...pra me encontrar...”

(Amar!)

Esta busca incessante do Amor/Plenitude, a consciência sentida da impossibilidade

de realização do sonho, retrata a ansiedade de realização nunca encontrada:

“ Eu sou a que no mundo anda perdida,
Eu sou a que na vida não tem norte,
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte
Sou a crucificada...a dolorida...
(...)
“Sou talvez a visão que Alguém sonhou,
Alguém que veio ao mundo pra me ver
E que nunca na vida me encontrou!”

(Eu)

Muito está escrito sobre Florbela Espanca e, consciente da insignificância do meu saber, apenas de sentires feito, não resisto a afirmar que a essência da mulher – alentejo – poesia não foi, não será porventura nunca, descrita ou esgotada.

Florbela foi seara, nos momentos ardentes, nas fases eufóricas em que o grito feminino se ouvia no silêncio de sonetos escritos com o desejo de Mulher; foi resto-lho, nas horas de desilusão, de pânico quase histérico face à impossibilidade de

realização plena do Desejo-Amor que a invadia; foi pão, sempre que, desafiando normas e limites, alimentava eternamente os famintos de sonho e liberdade.

Alguém disse, não sei quem, que Florbela Espanca nasceu antes do tempo. Portugal, o Alentejo, não estariam prontos para receber o génio da rapariga-mulher de Vila Viçosa que, indiferente à austeridade do Palácio que marcava a sua terra Natal, afirmava querer Sentir, ser Mulher, querer Amar. Talvez tivesse sido assim. Mas eu acredito

que não há tempos certos ou errados. Que há seres diferentes e únicos e, por isso, vejo sempre Florbela Espanca como o eterno desejo da mulher, alentejana ou não, de realização e plenitude! Não há tempos perfeitos, correctos ou incorrectos. Há, sim, Arte que pode, ou não, saltar as fronteiras de qualquer tempo. Como a Poesia de Florbela...

Insatisfeita, “náufraga da Vida”, Florbela escolhe a morte aos 36 anos sentindo-se, então, velha e triste:

“Sou velha e triste. Nunca o alvorecer
Dum riso são andou na minha boca!
Gritando que me acudam, em voz rouca,
Eu, náufraga da Vida, ando a morrer! (...)”

(Pior velhice)

Terá sido o irmão o grande amor de Florbela? Terá sido a Vida? Terá sido a necessidade de ser, a insatisfação de existir? Creio que no suicídio da poetisa do Alentejo encontramos o cansaço da busca, incessante e infrutífera, da plenitude do SER. Pode SER-SE amando. Pode SER-SE apenas pensando... Para a alma feminina sublime de

Florbela, a necessidade de concretização do AMOR parece ter sido definitiva. Mas, se ela desistiu de procurar, de se realizar na totalidade, nós ficamos com o acesso aberto através da sua Poesia, dos sonetos onde, conciliando harmoniosamente conteúdo e expressão, ela eternizou o desejo, enalteceu o amor

“ Enche o meu peito, num encanto mago,
O frémito das coisas dolorosas...
Sob as urzes queimadas nascem rosas...
Nos meus olhos as lágrimas apago...
(...)
Olhos a arder em êxtases de amor,
Boca a saber a sol, a fruto, a mel:
Sou a charneca rude a abrir em flor!”

(Charneca em flor)

Ainda Florbela era menina, já dos seus sete anos olhava o Alentejo que a envolvia, nasceu em Vila do Conde José Maria dos Reis Pereira, em 1901. Menino do Norte, educado entre orações e missas, viria a licenciarse em Românicas, em Coimbra, e seria adoptado pelo Alentejo, que o apaixonou, em Portalegre, onde foi colocado como professor do então liceu Mouzinho da Silveira.

O poeta José Régio, pseudónimo com que ficou conhecido o doutor Reis Pereira, denuncia na sua poesia um quase eterno conflito entre Deus e homem.

É um agnóstico crente? É um ateu religioso? É, creio, um homem insatisfeito

com as justificações de SER e, tal como Florbela, embora por caminhos diversos, procura, através do uso magistral da palavra, numa poesia ora esmagadora, ora terna e comovente, uma justificação, uma forma de libertação.

José Régio, de forma bem diferente de Florbela, integra movimentos intelectuais, reflecte sobre a forma e a literatura em si mesma para além da expressão artística que encerra. Mas, como Florbela, associa Régio o seu sentir à força alentejana, denunciando as influências do meio – de Portalegre –, de forma cúmplice entre forma e conteúdo:

(...)

Em Portalegre, cidade
Do Alto Alentejo, cercada
De montes e de oliveiras,
Do vento soão queimada,
(Lá vem o vento soão!
Que enche o sono de pavores,
Faz febre, esfarela os ossos,
Dói nos peitos sufocados,
E atira aos desesperados
A corda com que se enforcam
Na trave de algum desvão...)
Em Portalegre, dizia,
Cidade onde então sofria
Coisas que terei pudor
De contar seja a quem for,
Na tal casa tosca e bela
À qual quis como se fora
Feita para eu morar nela,
Tinha, então,
Por única diversão,
Uma pequena varanda
Diante duma janela.

(...)

(Toada de Portalegre)

Utilizando a primeira pessoa, desnudando sem pudor o sentimento do homem-poeta, Régio denuncia a influência de Portalegre, da velha casa virada para o cemitério “Frente aos ciprestes que em frente// Mostram os céus, // Como dedos apontados // De gigantes enterrados... (...)”, dos pensamentos de procura de algo em forma de Arte.

Já na «Presença», nº 45, Régio dizia “Julgo não escandalizar ninguém pela novidade, - dizendo que a arte é expressão, sugestão ou representação (interior e exterior) através dum temperamento próprio, dum conhecimento pessoal, dum alma individualizada”. E é essa alma individualizada, é o temperamento próprio de alguém insatisfeito e sempre em procura de Algo, que nos é dado na Poesia do alentejano adoptado.

(...)
Alentejo, ai solidão,
Solidão, ai Alentejo,
Meu Norte- Sul-Este-Oeste!
Voltei ferido da guerra,
Alentejo-ai-solidão...
Faminto voltei da guerra!
Mendiguei de terra em terra,
Esmola, só tu ma deste.

(...)
Alentejo, ai solidão,
Solidão, ai Alentejo,
Convento do céu aberto!
Nos teus claustros me fiz monge,
Em ti por ti me fiz monge.
(...)

(Fado Alentejano)

É de monge a existência de Régio?
Não creio. A este “monge” não bastou
nunca a calma existência de crente e

sempre, tanto na escrita como na vida,
revelou a enorme dúvida de Fé que experimentava.

É a mim, virgem louca,
É a mim que sorris?
A mim que abres os braços, dás a boca,
Diriges esperanças de amizade,

Promessas de conforto?
Eu não mereço a tua mocidade!
Desisti de sonhar com ser feliz.
Não te venhas meter no meu caixão de morto,
Roubar-me o único bem com que me engano,
Última ilusão que quero:
Aquele desespero sobre-humano
No qual ainda espero!

(Vida e Morte)

No entanto, e apesar da dúvida que não esconde, Régio alimenta quase freneticamente o culto de Cristo e da Virgem Maria através da procura, incessante, de imagens e referências. Na Virgem via, também, o olhar de sua Mãe “Tenho ao cimo da escada// De maneira que logo entrando//Os olhos me dão nela// Uma Nossa Senhora de madeira//arrancada a um calvário de capela (...)”. Nesta imagem depositava o Dr. Reis Pereira flores frescas, neste olhar encontrava a saudade da Mãe que lhe ensinara a base da Fé, as primeiras orações, a adoração Divina que agora o sobressaltava.

Como Florbela, como o Alentejo, José Régio é o poeta do sentimento abrasador, da planície que alterna entre o ondular da seara e o odor intenso, sangrento, do restolho.

Em 1969, já na cidade natal de Vila do Conde, José Régio morreu deixando um lugar definitivo na Literatura Portuguesa.

Mas deixou também, no Alentejo e no Norte, a saudade de alguém que provocando questiona, exige, remexe com a interioridade de cada um. Porque os textos são plurisignificativos, porque a estética da recepção não é apenas uma teoria livresca, a obra dos Poetas não se esgota em análises ou inter-

pretações, por mais minuciosas que estas sejam, e deixam sempre, livre, a imaginação tecida de emoção para ir mais além, para fazer palpitar a emoção da entrelinha não lida... Não é raro, por isso, ouvir os próprios autores surpreenderem-se com as considerações tecidas à sua obra, espantados com as certezas interpretativas que nunca, a eles, tinham surgido. Talvez, por isso, José Régio e Florbela Espanca se surpreendessem ao verem-se pensados a uma mesma voz.

Como leitora, sem pretensões a especialista literária, fundamentada na força dos meus sentires, não tenho dúvidas em afirmar que entre os dois poetas, e destacando o tratar-se de uma Mulher e de um Homem, o que tem de provocar diferentes olhares sobre uma mesma realidade, há pontos comuns. A influência do Alentejo, da abrasadora e violenta planície, não é a única mas é, talvez, a mais evidente. No entanto, sinto correr idêntica ansiedade na busca do Divino, na necessidade de conciliar a razão e a Fé, na procura do outro que há em cada um.

Se, como diz Fernando Pessoa, “O Poeta é um fingidor”, a teatralidade é uma constante na poesia destes dois poetas. Procura-se a “outra dor”? Ou, com igual tormento e

consciência, fingem completamente a dor que deveras sentem?

Em relação à forma, considero importante destacar o facto de Florbela ter optado, preferencialmente, pelo soneto, recorrendo à metáfora e à personificação quase constantes. Já Régio, numa forma mais solta é livre, talvez denunciando um maior domínio da estrutura da língua, revela um trabalho apurado, uma construção cuidada no sentido de obter o efeito desejado.

Florbela é mulher. E quem sente no feminino, tece os sentires de emoção e subjectividade.

José Régio é homem. E quem sente no masculino, tece os sentires de maior objectividade e razão.

Mulher e homem, os dois são Pessoas plenas que, sob a influência do Alentejo, atormentados pela procura de Deus, conseguiram imortalizar-se na forma de Arte que é a Poesia.

A vingança de Heliodoro Patacas

Joaquim Saial *

A Manuel Francisco Grilo, amigo que há cerca de 40 anos conduziu o autor pela primeira vez através das salas do castelo de Vila Viçosa e à Fundação da Casa de Bragança, instituição à qual a vila e o País tanto devem. Para evitar equívocos, convirá referir que, ao contrário de Heliodoro Patacas, MFG nunca conheceu Eulália Andrade nem Armindo Carrasqueira...

I

Naquele frígido dia de inverno alentejano, Heliodoro Patacas, cicerone do castelo de Vila Viçosa, esfregava as mãos uma na outra, tentando aquecer-se à custa do irradiador eléctrico que colocara debaixo da secretária. Esta e a respectiva cadeira, frente a um armário envidraçado onde se guardavam livros e opúsculos, para além de um banco corrido, imediatamente a seguir à porta, era o que podia observar quem se acercasse da entrada da recepção. Sobre a secretária estavam a caderneta de bilhetes, quase concluída, uma esferográfica e duas ou três moedas, troco que o último visitante se esquecera de guardar. No pátio caía uma chuva forte, cujo barulho era acrescido pela configuração do espaço, vasto cubo de ar cercado pelas paredes interiores, alvas de caio, da fortaleza renascentista. O homem pensou que a cisterna devia estar cheia; de-

pois olhou para o relógio e confirmou aquilo que a barriga vinha tentando dizer-lhe: era hora de almoço. Teve contudo de esperar que o companheiro trouxesse o pequeno grupo com o qual seguira em visita uma hora antes, pela zona castrense e Museu da Caça. Devolveu então o dinheiro, despediu-se dos visitantes e de Manuel Tarana, à época seu único colega de trabalho, que ia comer a casa, e fechou a porta exterior que dava para a falsa ponte levadiça. Fazia-lhe falta o Isidro, funcionário recente da Fundação, que tinha sido destacado a título provisório para o Palácio, onde a necessidade de guias era entretanto maior, devido à doença de um e à reforma de outro. Ex-empregado do Café Framar, ex-taxista e organizador de banquetes para bodas e baptizados nos tempos livres, Isidro aprendera depressa e com gosto a rotina das visitas. Assim, todo o trabalho recaía agora apenas sobre Heliodoro e Manuel, o que tornava a tarefa bem

* Mestre em História da Arte e doutorando em História pelas Universidades Autónoma de Lisboa e de Salamanca. Escritor.

mais pesada que habitualmente. Voltou para a recepção e comeu duas sandes de chouriço acompanhadas com o vinho que levava numa garrafa. Uma laranja, que descascou à mão, serviu de sobremesa ao frugal repasto. Nessa semana tinha sido sempre assim, apenas variando o conteúdo das sandes, visto que era preciso aproveitar ao máximo o intervalo do almoço.

Depois de guardar a garrafa vazia e meter as cascas da laranja no saco, Heliodoro vestiu a sua samarra com gola de pele de raposa, pegou no guarda-chuva, encostou a porta e dirigiu-se para o pátio, subindo então a escada de acesso ao interior do castelo. Dentro, atravessou várias salas, até entrar numa pequena divisão, onde, numa mesa situada ao centro, se dispunham ordenadamente dezenas de cacos de barro, alguns soltos, outros dentro de sacos de plástico – facto repetido na estante que preenchia uma das paredes; aí, todavia, viam-se diversas peças reconstruídas. «*Tenho de dar com o raio do bocado que falta na lucerna; é quase impossível que não apareça, porque nós recolhemos tudo. Se tenho os pés da figura, o resto há-de surgir*», dizia para consigo, ao mesmo tempo que puxava o banco alto para o pé da mesa e se acomodava nele.

Dias antes, o cicerone e um grupo de pesquisadores que faziam novas escavações na Herdade da Vigária, em Bencatel – que já tinha dado tantos e tão bons frutos oriundos da civilização romana –, haviam trazido para o castelo todo aquele material, resultante do trabalho de meses. Embora conhecedores de que só possuía a quarta classe, os arqueólogos confiavam na sabedoria feita de experiência acumulada de Heliodoro, como se fosse seu par, até porque lhes

fora recomendado por Túlio Espanca, outro autodidacta de reconhecidos méritos, natural da vila. Por isso, de há muito que lhe entregavam o restauro de substancial parcela do espólio que ia sendo acrescido ao acervo posto à guarda do castelo. Porém, homem consciente das suas limitações, tinha o discernimento de não tocar nas peças que lhe pareciam de mais problemática reconstituição, as quais deixava ao cuidado dos achadores, ou enviava para amigos de Coimbra e Lisboa, tecnicamente melhor preparados. Aprendera a manusear o barro numa olaria do Redondo, procurava sempre que ia a Lisboa as ferramentas e colas mais adequadas, e, apesar do seu parco ordenado, adquiria quase tudo o que se escrevera ou ia escrevendo sobre o assunto. *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*, de Abel Viana, manual editado em Beja, em 1962, fora o seu livro de apoio preferido durante alguns anos. Ali encontrara uma pequena bibliografia sobre lucernas – matéria que mais o interessava –, que foi ampliando ao longo dos anos, com outros exemplares portugueses, espanhóis e franceses. Decorreu a terminologia latina alusiva a estes pequenos objectos destinados à iluminação, estudou-lhes as tipologias, desenhou-os, fez deles moldagens em plasticina e cera e recuperou dezenas que não só ficaram em Vila Viçosa, como foram parar a outros museus, por todo o País.

O pedaço que Heliodoro procurava, fazia parte do *discus*, a parte cimeira, ou tampa do depósito de combustível da lucerna. Vasculhou demorada e cuidadosamente num dos sacos de plástico que estavam sobre a mesa, depois noutro, e nada. Numa caixa de madeira que apanhou do chão, havia mais

quatro sacos, atados e numerados. Foi-os esvaziando, até que, ao terceiro, deu com o ambicionado fragmento: uma elegante Vitória alada com coroa de louros na mão direita. Emocionado, ajustou-a ao resto da lucerna e viu que se encaixava na perfeição. Podia portanto colá-la e foi o que fez – bem como uma parte do *infundibulum*, o reservatório, que encontrara na véspera – nos minutos que faltavam para o regresso ao seu trabalho de cicerone do velho castelo artilheiro.

Só ao fim da tarde, já em casa, na Rua Dr. Couto Jardim, fez os acabamentos na lamparina: com um pincel embebido em água retirou os últimos resquícios de terra que se encontravam por dentro do bico, remanescentes da primeira limpeza, e com o canivete arrancou os restos de cola que utilizara para fazer o restauro da peça. Em seguida, com dedicado esmero, desenhou e decalcou a figura alegórica. Guardou o papel numa pasta onde havia outras reproduções e o molde na caixa de charutos que utilizava para o efeito. Foi então mostrar o objecto refeito a Joana, sua mulher, que lhe gabou o trabalho e a beleza da lucerna, e lhe perguntou o significado da figura do topo. Joana mostrava-se sempre interessada pelo trabalho do marido, porque sabia o quanto ele via como necessária aquela actividade de recuperação de objectos antigos, em que se empenhava de modo militante, quase profissional. Após o jantar e um pouco de televisão, Heliodoro ainda foi mirar e remirrar a peça. *«Quase dois mil anos... Quem se terá alumiado contigo? O teu dono, morto há tempo sem fim, as suas cinzas desaparecidas e eu aqui a olhar para esta Vitória voadora que parece ter saído mesmo agora das*

mãos do artesão», matutava, recostando-se na cadeira, satisfeito pelo trabalho realizado. Em momentos como aquele, o seu desgastado coração parecia acalmar-se e as palpitações que tanto o incomodavam diminuíam. Depois, olhou para o candeeiro eléctrico, à luz do qual costumava trabalhar, e considerou que, apesar de prático e eficiente, não tinha a poesia que emanava da peça de barro. *«Se daqui a vinte séculos outro Heliodoro encontrar este objecto, não lhe deve achar piada nenhuma. Duvido mesmo que vá parar a um museu»*, acrescentou, de si para si. Em seguida, escreveu uma carta para um amigo arqueólogo, dando-lhe conta dos avanços respeitantes à prevista próxima reabertura do Museu Arqueológico – encerrado para reorganização, desde que se criara o da Caça. Ainda leu um pouco. Finalmente, cansado das tarefas do dia, sobretudo de tanto palmilhar pelos múltiplos, extensos e gelados corredores, salas, adarves e eirados do castelo, com dezenas de visitantes atrás, Heliodoro Patacas despediu-se da mulher, que costurava na cozinha, e foi-se deitar, não sem antes ingerir o comprimido habitual, destinado a acalmar a taquicardia antiga.

II

Eulália Andrade era licenciada em História e leccionava na Escola Secundária. Nasceu e criada na vila, só dali saíra para fazer na Faculdade de Letras de Lisboa um menos que sofrível curso, pronto ao cabo de oito anos, com dez valores. Essa nota inglória, que de início procurou esconder, passou a ser para ela motivo de orgulho, a

partir do momento em que leu *Porta de Minerva*, de Branquinho da Fonseca. Agradara-lhe a frase em que o estudante estróina de Coimbra Manuel Vaz, que resolvera finalmente concluir o seu também prolongado curso, diz: «Só quero um dez. É a única nota que não desclassifica. Brasão de pura linhagem, são cinco 10 em campo de chumbo; timbre: um braço a dizer adeus!...» Na linguagem, era um desastre: dizia *fizestes, dissestes, hádem, entreviu e portantos*, fora outros mimos, semelhantes ou piores, mas sentia-se bem a aplicar palavras e expressões da moda. Num conselho de avaliação, a respeito de um aluno com notas muito baixas, disse, perante o gáudio dos restantes docentes: «*É assim: se este gaiato quiser passar, tem de fazer um estudo sustentado; caso contrário, a sua retenção é incontornável.*»

Colegas e alunos abominavam-na. Os primeiros, em virtude do seu ar, ao mesmo tempo afectado e algo ordinário, das calinadas constantes e da óbvia falta de preparação intelectual; os segundos chamavam-lhe «*coxinha dupla*», não porque manquejasse, mas devido às suas protuberantes nádegas, que balançavam à vez, dentro de saias e vestidos muito apertados, à medida que se deslocava. O Bastos, professor de Geografia, mulherengo descarado e grosseiro, quando a via ao balcão do bar, punha-se-lhe ao pé e pedia à empregada: «Ora sai um galão e uma sande de fiambre cá para o rapaz, enquanto não põem aqui umas coxinhas de perua para a gente trincar.» Em vez de ignorar a pilhéria, ou de se mostrar ofendida, Eulália sorria, abanava a cabeça coberta pela sua grenha oxigenada de amarelo e ripostava: «Ai, que ideia! A esta hora isso fazia-lhe

mal, ó colega. Contente-se lá com a fatia de fiambre, que é menos indigesta.» Solteirona, agradava-lhe aquele tipo de piropos boçais, únicos que afinal lhe eram dirigidos.

E, no entanto, tinha presunções de nobreza. Ela, que era quarta filha de um modesto assalariado rural, o Abel «Seareiro», a quem tinham saído quatro mil contos na lotaria – facto que lhe tinha permitido prosseguir estudos, de outro modo impossíveis de realizar. Um dia, ao descobrir no livro *Mercês de D. Teodósio Duque de Bragança*, que muitos Andrades haviam nascido ou passado pelo burgo, resolveu acoplar-se a um deles, de modo a constituir árvore genealógica. Hesitou entre um António, escudeiro de lança do duque, e outro denominado Cristóvão Freire, fidalgo da Casa de El-Rei. Porém, decidiu-se a favor de Beatriz Andrade, «mulher que foi do Dr. Francisco de Araújo, que morreu em Alcácer Quibir». Numa terra de mulheres célebres – Públia Hortênsia de Castro, a singular poetisa e poliglota quinhentista, Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra, pelo casamento com Carlos II, e Florbela Espanca, poetisa e contista de vida dramática, entre outras – ela passava a ter uma antepassada, vinda dos finais do século XVI, ainda por cima viúva de um herói de Alcácer Quibir. Nas aulas, passou a falar do seu pretense avoengo Francisco de Araújo, chamando-lhe «o meu tetravô, companheiro de D. Sebastião e mártir de África» e inventando milhentas histórias acerca do homem. Os alunos, fartos de lhe aturarem a prosápia, logo fizeram uma canção, em cante alentejano, com a música de *Grândola Vila Morena*, que ressoava a várias vozes pela escola secundária, em alturas de intervalo:

*Sou neta dum doutor,
Morto em Alcácer Quibir,
Só me deixou duas coxas,
Pr'ó povo delas se rir.*

A grande ambição de Eulália era fazer qualquer coisa de transcendente na sua área de formação, algo que desse brado e a tornasse conhecida no meio científico. Tarefa assaz difícil, dada a péssima aura que a perseguia, não só por tudo o que antes foi referido, mas sobretudo por factos de que foi protagonista e logo correram o pequeno mundo arqueológico nacional, estava ela para acabar a licenciatura. Inscrevera-se, juntamente com condiscípulos da faculdade, numa campanha de escavações que estava a ser levada a cabo em Mértola. A princípio, tudo decorreu de maneira quase normal. Chegou mesmo a descobrir um minúsculo fragmento cerâmico árabe, onde se via um bico de ave, e uma estela romana cárcomida, cuja leitura e datação foram impossíveis. Teve um primeiro deslize, quando meteu dois sestércios comprados numa loja de numismática da Rua do Arsenal, em Lisboa, debaixo de ladrilhos e vasos que julgava intocados por olhos e mãos modernas. Cerâmica era descoberta a toda a hora; moedas, nem sempre. Decerto aquilo lhe traria fama e o respeito do grupo e talvez — isso seria a sorte das sortes — o assunto viesse a ser publicado numa revista da especialidade. Ora, para azar da aprendiz de arqueóloga, esse espólio já havia sido estudado, meses antes, pelo chefe da missão, seu professor — o qual decalcara os sinais existentes nas peças em *terra sigillata* e depois as cobrira com terra, para evitar roubos, enquanto não obtivesse local apro-

priado para as guardar. Chamada à pedra, argumentou que se tratava de mera brincadeira e que os sestércios eram oferta ao museu. Ninguém acreditou na desculpa esfarrapada, mas este ganhou duas moedas — que depois se soube serem falsas. Apesar disso, Eulália manteve-se na equipa, continuando a escavar. Até ao dia em que escorregou por uma ribanceira e caiu sobre uma ânfora, quase intacta, resgatada à terra momentos antes por um colega, escaqueirando-a totalmente. Três costelas partidas, roturas de ligamentos nos tornozelos e um estilhaço espetado numa das suas carnudas nádegas, adiaram-lhe o sonho de se tornar uma nova Schliemann...

///

Pouco após o restauro da lucerna da Vitória por Heliodoro Patacas, Eulália deslocou-se ao castelo, com alunos do 7.º ano, em visita de estudo. Quando isso acontecia, instalava-se o pânico entre os cicerones, pois sabiam que aquela professora não se sabia fazer respeitar, ao contrário de colegas que levavam as visitas preparadas com roteiros e questionários, a que os alunos eram obrigados a responder no local e em casa — e os mantinham minimamente interessados e calmos. Era hábito de Eulália improvisar e, pior que isso, interromper as preleções dos cicerones com apartes seus, misturados com admoestações à miudagem, que, de ordinário, terminavam com uma frase muito pessoal: «Quem me mandou a mim vir com esta cambada de bestas para aqui? Isto é o mesmo que dar pérolas a porcos!... Quer uma pessoa fazer um ensi-

no *sustentado* (aqui, dava uma entoação especial à voz) e depois só vê a gaiatagem ao saltos, como se fossem macacos.»

Nesse dia, ao contrário do habitual, a turma que Eulália levou era pequena e bastante sossegada. Conduzida pelo Tarana, a visita processou-se com razoável ordem, para descanso do guia que, ainda assim, fez dois ou três cortes no trajecto, alegando caiaças em curso nos locais evitados. A dado passo, o grupo passou junto à improvisada oficina de Heliodoro e uma aluna, movida pela curiosidade, empurrou a porta entreaberta da saleta. A revelação daquele santuário, foi uma surpresa para a profesora. «Ó senhor Tarana, quem é que trabalha aqui?», perguntou, ansiosa, ao guia. «É o Patacas, o meu colega, que faz restauros de cerâmica encontrada em escavações dos arredores», respondeu o homem, logo arrependido de dar com a língua nos dentes. «Então, e para que é isto, se o Museu Arqueológico está fechado há tanto tempo?», voltava ela, procurando indagar o mais possível sobre um assunto que, se bem explorado, decerto lhe traria frutuosa dividendos. «O museu está para reabrir em breve. As salas estão a ser preparadas e as peças que daqui partem, juntam-se às que já havia», acrescentou Tarana.

À saída, foi ter com Heliodoro, cheia de falinhas mansas, dizendo que, logo que possível, gostaria de ver a oficina dele em pormenor, bem como as peças em restauro e o que tinha sido recuperado, que aquela era a sua especialidade, que participara em imensas escavações e conhecia toda a gente da área, etc., etc. Heliodoro, sorriu, disse que sim senhor, que estaria disponível quando ela quisesse, mas ficou preocupa-

do. Uma megera daquelas, só lhe podia trazer problemas. Malvada a hora em que deixara a porta da oficina aberta. O que lá fazia, não era segredo para ninguém da Fundação, mas a «coxa dupla» metida ali, das portas para dentro, não augurava nada de bom. Ele bem tinha ouvido o Ramiro Vintém contar as grotescas aventuras mertolenses daquela sua colega de faculdade. E agora tinha de aturar o mostrengo, escutar-lhe as sentenças e vê-lo invadir o seu santuário, cujo sossego tanto apreciava. «*Com um pouco de sorte, pode ser que ela se esqueça do assunto...*» cogitou, enquanto partia com mais um grupo, para nova viagem.

IV

Mas Eulália não se esqueceu. Contudo, não se apresentou logo, porque precisava de tempo para urdir um plano que desacreditasse Heliodoro e lhe desse a ela a posse das tarefas que o guia executava naquele quatinho tão apetecível, cheio de materiais a que nunca mais tivera acesso desde o acidente de Mértola. Ela ali com prática na matéria e logo tinham entregue aquele tipo de funções a um simples cicerone, que não devia perceber nada do assunto. Já se imaginava comissária de uma grande exposição de arte romana, com as melhores peças de museus nacionais e estrangeiros. Todos haviam de saber que Eulália Andrade afinal era uma pessoa cheia de capacidades, nomeadamente os colegas de departamento, na escola secundária, que mal lhe falavam, e o presidente da Câmara, Manuel João Conde-nado, e os vereadores da Cultura e Património, Joaquim Viegas e Eduardo Almeida,

que pareciam fugir dela a sete pés, mal a viam aparecer. O mesmo aconteceria com aquela revistinha municipal, a *Callipole*, que lhe devolvera o seu artigo sobre as antas da região, porque – segundo dizia a carta de recusa, assinada pelo director e pelos membros do conselho de redacção –, o título e o conteúdo do mesmo estavam muito próximos dos do opúsculo do mesmo nome, dado à estampa em 1894, pelo douto Padre Joaquim Espanca...

Que poderia ela fazer, então, para correr com Heliodoro, reduzindo-o apenas à sua função de cicerone? Aproveitou as férias do Natal, para ruminar. Pensou, repensou e quando entendeu que tinha encontrado o expediente pretendido, num dos primeiros dias de Janeiro, dirigiu-se a Lisboa, à sede da Fundação.

Logo depois, estava no castelo, a falar com Heliodoro. «Senhor Lidório (era assim que expressava o nome do cicerone), cá estou eu, como lhe prometi. Encontro-me a fazer um trabalho sobre cerâmica romana, para um revista da especialidade, e preciso da sua preciosa ajuda», dizia ela, estendendo-lhe uma folha de papel. «Trago esta credencial, para que o senhor me preste o auxílio necessário. Claro que isto nem era necessário, porque sei que é muito prestável, mas o documento torna a coisa mais oficial.»

Heliodoro recusava-se acreditar no que ouvia. Agora, não se tratava de um favor; aturar a professora, passava a ser imposição. Lamentou-se junto dos camaradas de trabalho, do castelo e do paço ducal, que não sabiam o que lhe haviam de dizer, mas absteve-se de questionar os seus chefes sobre a decisão tomada, de autorizarem o pedido de Eulália. Aliás, sabia que a Funda-

ção dava particular apoio a investigadores que trabalhavam para teses de mestrado e doutoramento, inclusive sala apropriada. Não podiam agir de maneira diferente, para com ela...

Inicialmente, Eulália mostrou-se dócil. Pedia conselhos ao guia, tratava-o com a maior delicadeza e ficava apenas o tempo indispensável para marcar presença. Heliodoro estranhava quase não a ver tirar apontamentos, parecendo-lhe mais preocupada em vasculhar os objectos existentes nas caixas, sacos de plástico e prateleiras, do que em escrever sobre eles. Mas a maneira afável com que lidava com ele e o facto de ver pouca coisa fora do lugar quando voltava à oficina, sossegou-o. Ao cabo de uma semana, Eulália disse-lhe que já tinha o material de que necessitava, agradeceu a colaboração e informou-o de que o referiria no seu artigo. «Esteja atento, senhor Lidório, esteja atento, que isto é coisa para um mês, pouco mais ou menos», afiançava, com estranho sorriso nos lábios, pintados com batom carmesim. O guia garantiu que tinha sido com o maior gosto que lhe fornecera a sua modesta ajuda, mas por dentro respirou fundo, dando graças a Deus por recuperar o sossego, interrompido durante aqueles últimos dias.

V

O fraco coração de Heliodoro teve um baque, ao qual se seguiram múltiplas palpitações, quando, em Fevereiro, leu sob o título castelhano «La Notoria y Muy Peligrosa Carenencia de Profesionalismo en Alguna Arqueologia Moderna Portuguesa de los Dias de Hoy», o artigo de Eulália Andrade. Saído no

jornal trimestral fotocopiado *Lusitania Romana*, de uma obscura Asociación Regional de Arqueólogos de Alentejo y Extremadura, de Badajoz, a dado passo, após considerações de âmbito geral, rezava mais ou menos o seguinte: «No vetusto castelo de Vila Viçosa, onde em breve irá reabrir as suas portadas o Museu Arqueológico que em tempos seguiu com denodo o facho luminoso da luz romana e de outras civilizações ibéricas, pode vislumbrar-se como esta insustentável situação tem vindo a proliferar pelos nossos lindos museus. O facto de se outorgar a amadores e não a profissionais o restauro de peças de monta incalculável, leva a que algumas, como ali, tenham perdido qualidade e se preveja que vão estar no centro de acesa polémica da comunidade científica. Parecidos, pois, incontornável a contratação de quem tenha prática de trabalho de campo e conhecimento aprofundado das complexas técnicas hodiernas, de modo a que a mui nobre vila-museu não se venha a envergonhar dos seus ancestrais pergaminhos.» E Eulália continuava, afirmando que arqueólogos conceituados (cujos nomes obviamente não citava) corroboravam a sua opinião. O remate do artigo, não podia ser mais claro, quando ao intuito que a levava a escrevê-lo: «E nós, que sempre estivemos disponíveis para a assunção de cargos significativos, ao fazermos esta denúncia assumimos a responsabilidade de arcarmos com mais este, se assim o entender quem de direito.»

A risível linguagem – nomeadamente o título antológico, com aquela tirada da «arqueologia moderna portuguesa dos dias de hoje» –, que noutra circunstância teriam divertido Heliodoro, deixaram-no inquieto. Embora a professora não citasse um único

nome, percebia-se à léngua que era ele o visado. E agora, quando aquilo fosse lido por gente da área? Claro que quem o conhecia e depositava nele toda a confiança, como Ramiro Vintém, André de Sousa Brito e até Belén Molina, sua amiga professora universitária, arqueóloga e historiadora da Arte, de Mérida, não se deixaria enganar pelo veneno instilado por Eulália. Mas os outros, aqueles que não estavam a par dos cuidados e seriedade que punha no trabalho? Para além disso, com aquele escrito, a Fundação também era posta em causa. Lembrou-se então de um dos membros do Conselho de Administração, o emproado doutor Armindo Carasqueira, que por motivos fúteis mais de uma vez embirrara com ele, dando-lhe indirectas, quando ia visitar o castelo. E teve medo. Esse, seria decerto o primeiro a saltar-lhe em cima.

Os receios de Heliodoro não eram infundados. Ele adivinhava que, dada a pouca difusão do jornal, a professora teria de ir mais longe, de modo a tornar a sua prosa conhecida e, conseqüentemente, atingir os fins pretendidos. De facto, ela fizera chegar fotocópias da *Lusitania Romana* a diversos locais, remetendo o primeiro conjunto para a Fundação. Assim, passada uma semana, Heliodoro recebia um ofício onde o informaram que, «por ordem do senhor doutor Carasqueira», lhe estava vedado o acesso à sala de restauros e que deveria entregar a chave, uma vez que o serviço iria ser reavaliado e reestruturado, ficando esse trabalho a cargo da doutora Eulália Andrade.

Foi como se lhe dessem um tiro. Tirarem-lhe aquela tarefa, à qual tinha facultado tanto do seu esforço e saber, sem nunca pedir um centavo ou qualquer benesse em

troca, era quase o mesmo que tirarem-lhe a vida. Mas, ao mesmo tempo, sabia que aquele Carrasqueira – arrivista vagamente brasonado, que vivia da herança que uma tia lhe deixara e dos lucros obtidos em leilões de arte – detinha reduzida influência na instituição. Afinal de contas, haviam sido Antão Vasconcelos e Rui Martins de Sá, outros dois administradores, que lhe tinham dado autorização e até incentivo para utilizar a sala. Não haviam agora de lhe retirar o crédito, apenas por causa da pasquinada de Eulália. O melhor, era ir ter com eles a Lisboa, e colocar-lhes a situação, escudado em quem lhe desse cobertura. Dias depois, na companhia de Ramiro Vintém e de André de Brito, estava na sede da Fundação. Explicado o imbróglio urdido por Eulália a Antão de Vasconcelos, que antes não se apercebera do caso (nem do «despedimento» ordenado por Carrasqueira), este reafirmou a sua estima no cicerone e disse-lhe que não valia a pena mexer entretanto no assunto, dado que daí a um mês Carrasqueira iria assumir o cargo de presidente do conselho de administração de uma empresa pública e deixaria a Fundação – o que era um alívio para os restantes membros, segundo ele, pois o homem só tinha arranjado aborrecimentos enquanto ali estivera. «Tudo voltará à antiga forma, quando o doutor Carrasqueira partir. Até lá, não há necessidade de levantarmos ondas. Portanto, sejamos discretos!», concluiu o administrador, dando uma palmada amigável no ombro do subordinado.

No final do encontro, Heliodoro parecia outro. A alegria que desaparecera do seu rosto naqueles dias de amargura, voltava agora. E no café da Rua da Escola Politécni-

ca em que foram tomar uma cerveja, a conversa oscilou entre as recentes descobertas dos dois arqueólogos, os trabalhos de adaptação do Museu Arqueológico, quase no fim, preconizando belíssimo espaço expositivo, e alusões à «coxa dupla», merecedora de boa resposta, depois da velhacaria que tinha feito. «A gaja tem que ser amansada, ó Heliodoro. Temos que fazer qualquer coisa. Quando não, qualquer dia está outra vez a dar-nos cabo do miolo. Eu, mesmo sem grande vontade, porque o jornal é uma porcaria, vou mandar para lá um artigo que dá cabo dela de uma vez por todas», dizia Ramiro. André, mais impetuoso, ameaçava «a vaca gorda com um par de murros naquelas ventas, para ver se tem mais juízo». Heliodoro riu-se das ameaças do amigo e disse, por sua vez: «Deixem estar que eu é que lhe aplaino aquelas polpas de elefanta. Ao fim e ao cabo, foi comigo que ela se meteu. Ando cá a congeminar um lance que, a dar resultado, a estupora nunca mais tem coragem de tentar dar cabo da vida de ninguém.»

VI

No fim-de-semana seguinte, aproveitando a boleia num camião de transporte de mármore, Heliodoro foi a Mérida.

Ficou alojado na Calle Marquesa de Pinares, na casa nova de Belén e de seu marido, Javier Molina, também arqueólogo, ocupado como ela nas eternas escavações da cidade. Reviu mais uma vez o Museu Nacional de Arte Romano – na companhia de Juan Bautista Bonilla, professor jubilado e membro do Grupo de Amigos do Museu, que conhecera numa visita deste a Vila Vi-

cosa —, o teatro e o anfiteatro, fez compras, sentou-se longamente numa das esplanadas da Praça de Espanha, a comer fatias de presunto e anchovas de vinagrete e terminou a noite de sábado com Javier num dos inúmeros bares de porta escancarada da Calle John Lennon, a beber cálices de licor de bolota e misturas esquisitas com *hierbabuena*, enquanto jovens e adultos dançavam ao lado e casais passeavam na rua, com os filhos pequenos pela mão ou em carrinhos. Nessa noite actuava ali o cantautor e também professor Miguel Ángel Naharro, homem dedicado à pesquisa de cantos regionais da Península Ibérica. À sua volta, docentes espanhóis e portugueses, de um intercâmbio escolar, bebiam cerveja, riam-se e falavam alto, sem quase se ouvirem, enquanto a voz rouca de Miguel Ángel interpretava *Cancion del Pirata*, sobre versos de José de Espronceda Delgado.

Deitou-se por volta das duas da manhã. Abusara da bebida e decerto se ressentiria do excesso, mas dias não eram dias. A emoção de estar em Mérida e o barulho dos comboios da Renfe que na estação próxima das traseiras do prédio chegavam e partiam, impossibilitavam-no de adormecer. Sempre que ali ia, acabava atordoado, numa excitação que lhe punha o coração aos pulos. Como tudo era diferente da sua pequena vila provinciana que, afinal de contas, também tinha tanta e tão boa matéria-prima e gente capaz. Em Mérida parecia sentir-se no ar um maior fluir da cultura, reflectido em cada pessoa, em cada pedra, em cada parede, mesmo que arruinada, difícil de explicar, mas quase palpável. Porém, Javier e Belén haviam-lhe dito que na cidade o número de Eulálias por metro quadrado era muito su-

perior ao de Vila Viçosa e que nesse aspecto não devia considerar-se tão infeliz quanto julgava que era. Claro que em Mérida havia mais oportunidades. Mas era preciso agarrá-las, o que nem sempre se conseguia. A Javier fora recusado, poucos meses antes, apoio financeiro para o desimpedimento de uma *villa*; Belén vira a direcção de uma campanha importantíssima relacionada com estruturas arquitectónicas da época muçulmana, que descobrira e sinalizara, e de início lhe fora atribuída, passar para as mãos de uma principiante, sua ex-aluna. Em ambos os casos, tratara-se de questões de política partidária, aliadas a descarado nepotismo. Após estes episódios, a *villa* continuava subterrada e os materiais árabes, postos a descoberto estavam em risco de derrocada, por falta de consolidação — visto que a meteórica directora logo saltara para outro projecto de maior prestígio e ninguém a substituiria. Belén sabia que segunda pessoa, sobrinha de influente membro da Asamblea de Extremadura estava na calha... Felizmente, mantinha o gabinete de restauro de mosaicos, em que era perita respeitada, sem adversário à altura dos seus mais de duzentos textos, publicados por universidades e outras instituições oficiais de toda a Espanha.

Pareceu-lhe ser muito tarde, quando finalmente conseguiu adormecer, á medida que se esbatiam na sua memória fragmentos dos versos do poema de Espronceda que o cantor lhe escrevera num guardanapo de papel.

*Que es mi barco mi tesoro,
Que es mi dios la libertad,
Mi ley la fuerza y el viento,
Mi única patria la mar.*

No domingo, ainda houve tempo para passear à beira do Guadiana e visitar os aquedutos dos Milagros e de S. Lázaro e as albufeiras de Proserpina e Cornalvo. «Heli, hoy es día de disfrutar el agua!», dissera Javier, rindo-se, lembrado das libações da véspera. E levou-o de carro a esses locais e a Alanje, já fora da cidade, onde se detiveram a ver as únicas termas do império romano em uso público, próprias para tratamentos de doenças nervosas, reumáticas, das vias respiratórias e do aparelho locomotor, entre outras.

Heliodoro regressou a Portugal, na torna-viagem do camião que o levava. Trazia consigo várias publicações, entre livros, folhetos e exemplares de «Foro», o importante boletim informativo do Consórcio da Cidade Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, que iria devorar avidamente nos dias seguintes, e réplicas de lucernas e vidros romanos, comprados no Museu e nalgumas das muitas lojas da cidade dedicadas à venda de objectos do género.

VII

Segunda-feira, dia de encerramento do castelo ao público, Heliodoro foi de manhã cedo ao Bairro Operário, a casa do marmorista José Manuel Pernas. Pouco se demorou. A conversa processou-se à porta da rua e foi curta. O cicerone entregou algumas notas, a troco de um embrulho, os dois homens despediram-se e Heliodoro dirigiu-se então à Comercial do Alentejo, onde foi comprar um bloco de folhas de papel de carta. Regressado a casa, fechou-se na sala

onde costumava trabalhar. De uma gaveta da escrivaninha tirou pequeno maço de cartas, algumas das quais amarelecidas pelo tempo. Foi-as passando, escolheu cinco e guardou de novo as restantes. As que seleccionara eram todas do falecido Túlio Espanca. Retirou-as dos envelopes em que estavam inseridas, desdobrou-as, alisou-as e pô-las lado a lado, sobre o tampo do móvel. Numa das mais recentes, o amigo agradecia-lhe a sua presença na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, pela Universidade de Évora:

A Universidade decidiu conceder esta honra ao aprendiz de historiador que sempre fui. Nunca esperei obtê-la, nem a procurei. Contudo, entenderam agraciar-me com esta distinção alguns intelectuais que me estimam. Talvez seja afinal uma espécie de desforra do destino, a quem, começando do nada, tanto deu ao longo da vida pela arte e pela história da sua terra. Lamentável é que pessoas como o meu amigo não tenham sorte semelhante. Espero vê-lo dentro de dias, dado que, a convite da Câmara Municipal e do Grupo Amigos de Vila Viçosa, aí vou fazer mais uma visita guiada.

Heliodoro lembrou esse e anteriores encontros que haviam tido, na terra comum de origem e em Évora, no escritório dos fundos do Posto de Turismo, onde Túlio Espanca trabalhara e pensou: «*Nem tu imaginas, meu velho, lá onde estás, o caldinho que a cabra da Eulália me queria arranjar. Mas, com a tua ajuda, vou-lhe pregar uma partida que a arruma de uma vez. Espero que não leves a mal, meter-te neste enredo...*» Em seguida, dedicou-se a copiar com

aplicação todas as letras do alfabeto, imitando a caligrafia do malogrado historiador. Gastou horas nisto.

Quando considerou que já era capaz de plagiar com razoável acerto a letra do Espanca, escreveu numa das folhas adquiridas na Comercial um pequeno texto que a preencheu em cerca de metade. Apesar da árdua tarefa que lhe consumira a manhã, só à quarta vez é que ficou satisfeito com o aspecto da missiva. Foi então à cozinha buscar a palmatória com vela de estearina que costumava utilizar quando faltava a energia eléctrica. Acendeu a vela e passou a folha várias vezes sobre a chama, até o papel tomar a cor amarelada que lhe emprestou uma aparência de antiguidade. Com um sorriso de prazer, dobrou a folha e meteu-a num sobrescrito, ao qual entretanto deu tratamento idêntico ao daquela. Teve o cuidado de não o fechar com cola, passando os lados do triângulo posterior apenas ao de leve pela língua. Amarrotou-o um pouco e meteu-o num saco de plástico, que cerrou com fita adesiva. Por fim, a esferográfica, escreveu nele o seguinte: «Última carta de Túlio Espanca para mim. Não tenho ainda coragem de a ler. Abriu aqui a uns tempos».

A meio da tarde, montou-se na bicicleta e partiu para o campo, no sentido de S. Romão. Na grelha traseira do velocípede, cuidadosamente atado com esticadores, via-se um volumoso embrulho. Só parou junto à ponte do Ratinho. Ali, apeou-se, retirou o embrulho, deitou a bicicleta no chão, nas imediações de um arbusto, e meteu-se depois por entre estevas que estavam à direita da ponte e o esconderiam de quem passasse na estrada. Acendiam-se as primeiras luzes, quando Heliodoro reentrou na vila,

pedalando devagar, devido ao cansaço provocado pela viagem e pela tarefa que o ocupara até ao pôr do sol.

No dia seguinte, pela hora do almoço, voltou à oficina. Previdente, entregara a chave no palácio, mas mantinha consigo uma réplica, para quando lhe apetecesse ver o que Eulália andava a fazer. Depois da ordem de serviço, nunca mais ali havia entrado – ao contrário da professora, que todas as tardes lá se fechava, evitando o ciclerone. Estranhou ver na estante dois cântaros, uma pequena talha e um pote de barro, intactos e com aspecto de modernidade. Sobre a mesa, estava aberto o *Portugal Pré-histórico – Seu Enquadramento no Mediterrâneo*, de Veiga Ferreira e Manuel Leitão, numa página de fotografias, cuja legenda era «Cerâmica lisa, sem ornamentação». Para que o livro se mantivesse aberto, Eulália colocara-lhe um martelo em cima. No momento em que Heliodoro viu os restos de terceiro cântaro junto a uma taça reconstruída, na qual o mais da superfície era de barro novo – e no resto em tudo parecida com a da fotografia –, percebeu que Eulália andava a inventar peças arqueológicas. «*Mais uma aldrabice das tuas. Parece que estás a adivinhar o que te vai acontecer*», cogitou, mal feito da surpresa que a cena lhe fizera sentir. Tirou então dos bolsos do casaco da farda vários objectos: o saco com a carta, uma navalha ferrugenta, pedaços de plasticina, paus de giz, dois pincéis e um tubo de cola encetado. Introduziu tudo numa caixa de cartão que em seguida colocou na prateleira superior da estante. Olhou uma última vez em volta, com nostalgia, e abalou, de regresso ao trabalho, pensando: «*Agora, só falta o resto...*»

Tinha Tarana chegado havia pouco do almoço, quando Heliodoro ouviu o batucar dos tacões de Eulália na ponte de madeira. Chegou-se à porta da recepção, esperou que ela se aproximasse, deu-lhe as boas-tardes e fez o seguinte pedido: «A senhora doutora, não se importa de procurar uma navalhinha que deixei na oficina? Deve estar numa caixa com tampa azul, na parte de cima da estante. Não há pressa. Veja quando puder...» Eulália saiu cerca de uma hora depois, mas não entregou a navalha que o cicerone lhe pedira. Nem sequer respondeu ao habitual cumprimento de despedida. Toda ela abanava a andar, mais do que o costume, aparentemente muito nervosa, as carnes tremendo com a pressa que levava.

Quando, finda a última visita, Heliodoro voltou à oficina, a carta ainda lá estava. Ao pegar no plástico, pareceu-lhe que a fita adesiva tinha sido mudada. Arrancou-a e confirmou que o envelope tinha sido aberto, pois estava ainda húmido de cola. Eulália engolira o engodo...

VIII

Durante dois dias, Eulália não apareceu no castelo. Na sexta-feira seguinte, Heliodoro encontrou Carola, o decano jornalista da terra, junto ao mercado municipal. «Então, amigo Heliodoro, não vai hoje assistir ao desenterramento do tesouro do Ratinho?», inquiriu este. Aparentando total surpresa, Heliodoro perguntou-lhe, por sua vez, de que tesouro se tratava. «Uns materiais antigos, que a doutora Eulália descobriu. Não está ao corrente? A mulher, das portas do

castelo para dentro e o meu amigo não sabe de nada?», espantava-se o outro, continuando: «Aquilo vai ser um corrúpio de pessoal. O acto está marcado para as quatro, junto à ribeira do Ratinho, com a Rádio Campanário, RTP de Évora, «Diário de Notícias», o presidente da Câmara Municipal, o dr. Pestana e eu, claro! Ela disse-me que foi para ali dar uma volta, que resolveu apanhar terra para uns vasos de flores e acabou por dar com uma estela romana e outras coisas, das quais não fixei o nome. Diz que nem queria acreditar no que via e que só mexeu na estela, preferindo partilhar o resto da descoberta com os seus conterrâneos e a comunicação social. Veja se aparece!» «Lá estarei, claro! Então ia agora faltar a uma coisa dessas?» afiançou Heliodoro, despedindo-se do jornalista.

Eulália foi a primeira a chegar ao Ratinho. Parou o carro na berma e colou no vidro traseiro um papel verde-alface com os seguintes dizeres: «Stop! Achados arqueológicos! Estamos aqui!» Logo depois, surgiram os repórteres da Rádio Campanário e do «Diário de Notícias» e outros convidados. Com algum atraso, apareceu o carro da RTP. Os jornalistas, que já haviam realizado de manhã reportagens sobre o Museu Arqueológico e as pedreiras de mármore, em Pardais, começaram a tomar vistas dos arredores. Heliodoro fora com António Rosa, na mota deste. O engenheiro, interessado pelas coisas da cultura, assim que se inteirara do que ia acontecer, convidara-o. O cicerone preferia a sua bicicleta; porém, como na mota a viagem era mais rápida e menos cansativa, aceitou a oferta.

Pelas quatro e meia, quando presumiu que estavam todos aqueles que convidara,

Eulália puxou de um papel, bateu as palmas, pediu silêncio e começou o preparado discurso:

*Senhor presidente da Câmara Municipal,
Senhores vereadores do Património e da Cultura,
Excelentíssima comunicação social,
Senhores convidados:*

É com profundo júbilo e imensamente comovida que verifico que acederam ao meu apelo para estarem hoje aqui, de modo a presenciarem um achado que será contributo incontornável para o enriquecimento cultural da pátria calipolense, de que tanto nos orgulhamos, herança querida deixada pelos nossos avoengos de antanho. Por um daqueles acasos do destino que só nos acontecem uma vez na vida, coube-me em sorte encontrar durante um passeio fortuito que fiz a este local materiais romanos que reputo de grande jaez – embora, reconheço, ainda não os tenha analisado cabalmente, de molde a fazer ideia exacta da sua real valia. Porém, a estela romana carcomida e suja com terra de dois mil anos que me veio parar às mãos logo que cavei a primeira pazada, permite-me – fundamentada na minha longa e hábil experiência na área arqueológica – concluir que estamos perante algo nunca antes observado. As próprias inscrições latinas que nela se podem ler são bastante estranhas, nomeadamente a primeira, ‘mentiri tantam rem’ – a qual deve significar ‘os que remam muito mentem’ –, é de todo invulgar, pelo seu significado críptico, difícil de discernir, e por isso requer investigação aprofundada; a segunda, ‘cogito, ergo sum’, é um pouco mais conhecida. Mas, por baixo, diversos objectos afloram. Lucernas,

ao que parece, de diversos tipos. Com o rigor que é meu apanágio, preferi mantê-las intocadas, repartindo o prazer da exumação com as forças culturais e políticas da velha Callipole e a comunicação social que, em tão boa hora, acedeu ao meu convite.

Penso, contudo, que o momento não é para mais conversa, pressentido que, tal como eu, todos vós estais desejosos de analisar em pormenor tão fascinante descoberta.

Terminadas estas palavras, Eulália retirou um sachó de jardinagem da sacola que trazia ao ombro e, com ele, começou a raspar a terra húmida. Heliodoro, que estava perto, ofereceu-se para ajudar. Mas Eulália fingiu não o ouvir e continuou a tarefa, com gestos estudados, como se não soubesse exactamente onde havia escavado antes. Ao cabo de poucos minutos, a pequena placa de pedra apareceu. Todos se debruçaram um pouco, de modo a poderem ver a estela a que a professora se referira no discurso. Eulália levantou-a, limpou com um pano a lama que a cobria e exibiu-a em direcção à câmara da televisão que estava a filmar o acontecimento. Era, obviamente, a encomenda que Heliodoro fora buscar a casa do marmorista. Manuel Inácio Pestana, conceituado historiador, com provas sobejamente dadas nessa área, era, de entre os presentes, aquele que estava mais apto a dar aval imediato sobre a peça. Sabendo isso, Eulália entregou-lha, com modo teatral, dizendo: «Veja lá, o colega, o que nos pode dizer sobre esta matéria...» O professor pegou na estela, analisou-a durante alguns segundos, e disse para Eulália: «A senhora professora queira desculpar-me, mas há aqui porventura um equívoco qualquer. Quanto à pri-

meira frase, trata-se de expressão famosa do historiador Salústio, contemporâneo de Cícero, que, se me não falha a memória, se pode interpretar aproximadamente como *'dizer uma tão grande mentira'*. No que concerne à segunda, é que se torna tudo muito complicado, se quisermos atribuir dois milénios a esta estela. É que, *'cogito, ergo sum'*, apesar de ser expressão latina, foi dita por Descartes, na primeira metade do século XVII, isto é, apenas há uns trezentos e cinquenta anos.»

Eulália baqueou. Percebeu que algo de muito grave estava a acontecer. Tentou tirar a pedra da mão do professor, mas aquela escorregou e tombou no solo. Sentiu-se mal. Um vórtice tomou conta dela e a última coisa que distinguiu antes de desmaiar foi a cara trocista de Heliodoro.

Pouco depois, quando acordou, viu-se encostada a um carro, amparada por Heliodoro, Carola e António Rosa. «Então, senhora doutora, o que foi isso? Veja se se anima. Não vale a pena ir-se abaixo, com um caso que afinal até é bem engraçado», dizia-lhe o cicerone, esforçando-se por não se rir. «Qual caso, qual carapuça! Isso é o que vamos ver. A frase do Descartes terá sido acrescentada mais tarde, mas a outra é verdadeira. Basta ver o tipo de letra, para se perceber que assim é. E ainda há o resto: as lucernas. Ou já se esqueceram?», vociferava Eulália, desgrenhada, lívida do delíquio. E voltou a escavar, no sítio de onde saíra a estela. À medida que ia retirando as lucernas, foi-as pondo lado a lado, até não encontrar mais nenhuma. Sete, ao todo, com diversos motivos escultóricos: uma trirreme, uma quadriga, efígies e figuras de deuses. Eulália trabalhava febrilmen-

te, sob o olhar daquele público que ainda esperava o milagre de uma novidade. No momento em que Manuel Inácio Pestana observou as primeiras duas, cujo fundo parecia ter sido raspado recentemente, apenas franziu o sobrolho, não fazendo qualquer comentário. Os espectadores da cena mantiveram-se mais um pouco em suspenso. Mas quando o investigador examinou as restantes lamparinas e foi lendo em voz alta «*Recuerdo de Mérida*», «*Museo Nacional de Arte Romano, copia del original*», «*Tunisie, reproduction inderdite*», «*Catacombe S. Callisto, Roma*» e até «*Made in Greece*», rebentou chacota geral. Heliodoro agarrava-se à barriga, de tanto rir, gozando a sua partida. Estava vingado. A professora espezinhou uma das lucernas, entrou para o automóvel, rasgou o letreiro e voltou à vila.

IX

Eulália aguentou-se na escola até ao fim desse ano lectivo. Mas concorreu e no seguinte ficou colocada em Trás-os-Montes. Era-lhe impossível sentir sobre si os olhares jocosos dos colegas e das pessoas por quem passava, conhecedoras do «caso das lucernas» – como passou a ser conhecido o episódio de que fora principal figurante – e ouvir as chalaças com que os alunos a brindavam. A anterior quadra caiu em desuso e o que agora se ouvia era:

*Descobri estela e lucerna,
Acabadinhas de fazer.
Tenho o Pestana à perna,
Ai, meu Deus, que vou morrer.*

Como estava combinado, quando Carasqueira largou a Fundação, Heliodoro recuperou a sua oficina, continuando as tarefas interrompidas com o resultado das artimanhas da professora. Voltou a ver os amigos arqueólogos portugueses e espanhóis, à data da inauguração do Museu Arqueológico. Ao fim da tarde desse dia, sentado no conforto acolhedor do Café Restauração, juntamente com eles e com Manuel Inácio Pestana, Carola, António Rosa e José Manuel Pernas, contou em pormenor àqueles que ainda não a conheciam, a trama que urdira: as falsas carta e estela e o pormenor da raspagem da frase «Recuerdo de Mérida» do fundo das duas lucernas colocadas mais à superfície, para melhor induzir Eulália em erro, caso esta lhes pegasse – e ofereceu-lhes cópias da forjada missiva de Túlio Espanca, com a qual o isco fora lançado:

Caro Heliodoro Patacas:

Nas minhas constantes deslocações, a fim de recolher dados para novo livro, encontrei um pastor em S. Romão que me deu conta de “meia dúzia de cacos antigos”, descobertos por ele junto à ponte da ribeira

do Ratinho. Para quem vem de Vila Viçosa, uns 25 metros antes de ali se chegar, há uma árvore (que o dito homem cuidou de marcar com uma cruz, a giz). Fronteira, para o lado esquerdo, fica a entrada de uma propriedade; para a direita, a cinco passos, em linha recta, estão os tais “cacos”, enterrados a pouca profundidade.

Tirei-me de cuidados e fui ver o que era aquilo: trata-se de uma estela com duas inscrições romanas, de sete lucernas, todas em bom estado de conservação e talvez de mais algum material, dado que não me demorei muito a observar o sítio onde o espólio se encontra.

Ora, como estou assoberbado de trabalho, não posso ocupar-me do assunto. Assim, entrego-lhe a tarefa de fazer a recolha das peças e de tratar de tudo o que se refere à sua recuperação, datação e inventariação. Não se demore, porque o homem ainda percebe que as coisas têm valor e pode entretanto vendê-las. Sei que posso contar consigo.

*Um abraço deste seu amigo,
Túlio Espanca*

Tempo de Poesia



Poemas Sinfónicos

a Robert Schuman

Nicolau Saião
Almeida e Sousa
Juan Ribeyrolles

Andamento

Somos conduzidos às raízes dos sonhos, na direcção
do branco e cauterizante calor da visão.
Somos tão moldáveis pelas forças ocultas
quanto por seus próprios moldes ocultos.
É mais fácil bloquearmo-nos contra as aterradoras visões da realidade
que permanecermos abertos e vulneráveis ao que elas nos confiam.
Vivemos num mundo fluido, maleável, que frequentemente escorrega por
entre os nossos dedos.

Como a inconstância da pele sob a seda
do muro sob a cal
possuímos um cérebro alado
que voa ao sabor da ventania,
um penumbroso lugar transformado
numa grande tempestade solar. A consciência é
cumprir a vontade de um desejo sempre reprimido, mas
o poeta bebe a liberdade por um cálice de vidro resplandecente.
“*Se nada é verdadeiro, tudo é permitido*”. Assim pensam aqueles
que no dia-a-dia tentam fazer-nos morder o pó da terra para
nos comerem a carne e os ossos como vampiros de lenda.
Continuaremos, todavia, a olhar a noite estrelada como se o Norte
e o Sul fossem uma só coisa viva.

II andamento

Ahora es tarde
Ahora ya nada será como antes
Ahora te quiero
Ahora hablaré con el reloj de mi abuelo
Ahora hablaré con la máquina de coser de mi tía
En estos tiempos hay que estar muy seguro
Los objetos son como minutos fugaces.

Ahora
cuéntame el sueño que guardas en tu corazón
como la luz en el pecho de un muerto.

III andamento

Perco em todos os dias eléctricos combóios e
todos os dias a máquina de escrever me dita um poema
todos os dias largo o emprego e
o amor cresce-me nas orelhas. Mal te vejo, pois
o horizonte é imutável
e nas ruas desce de novo a sombra
Os crocodilos de todos os momentos
devoram-me a vontade e
todos os dias renasço. Primaveras
apavoradas
O sol finge que brilha todos os dias e
as pernas soltam-se dia sim dia não
para correrem nos espaços abertos
entre o presente e o futuro.

Parece-te bem? Como se um barco te passasse
sob o nariz?

IV andamento

Mejor así!
Vale. Soy como un árbol
en el día destrozado. Alguien
me contempla indeciso, en blanco y negro
emocionado.
Rompe a llorar y le tiemblan
los brazos
Es que, quizás, me falta gracia.

Perdoname. Lo siento.

Soy como um perro
en la inmensidad de tus coloridos ojos.

O que os olhos nos dão

Nicolau Saião

Poucos dias depois
os afagos do vento eram pequenas pedras
salpicos, sedimentos ruídos no silêncio
na luz filtrada.

Então, avancei-lhe com o fumo

Os deuses todos à porfia
- autocarros e placas como sinais funestos
emanações de vozes
murmúrios lancinantes:
a senhora do canto um yogurt esmagado.

Então, avancei-lhe com o riso

O latim que se esquece e as contas por pagar,
mãos que batem, obscuras pés carregados de sono
cabeleiras ligeiramente balançando
como obscenas frágeis aves mortas.

Então, avancei-lhe com a chuva

Rostos sempre de lado, o barulho que faz
como que um circuito por onde o ar se escapa
para este mundo e o outro.

Então, avancei-lhe com o grito

A tua forma agitada. A noite mais que esboçada.
A refeição igual à invisível fadiga
e o rumor que adormece estendido no escuro

Então, avancei-lhe com a lonjura

Mas dirijo-me ao doce contaminar da multidão
- tudo agora já livre e jamais consumado
Construída nudez. Submissa sonolência
como se nada os salvasse.

Então, avancei-lhe com o conforto

E com essa passagem que a eles vai direita
e se torna no seu impreciso país

E com a neblina
e o desconsolo

Porque tudo se recolhe
e oculta na sombra viva
Fecunda solitária

e há muito tempo fria.

*NS, in "Nigredo/Albedo, o livro das translações"
(a sair, "Black Sun Editores" - Lisboa)*

Viagens

Ruy Ventura

10.

a nossa eloquência pouco respira dentro de água
ou entre os castanheiros que restam na vertente norte da serra.

a dor apresenta-nos.

uma ferida faz-nos visitar lugares,
a habitação do olhar mesmo se os olhos permanecem fechados.

cada lugar - um pedaço de pele arrancado à superfície do nosso corpo -
reserva uma linguagem que não entendemos.

o mistério (um acorde, a passagem das mãos) conduz a uma resposta:
a surpresa que nos leva a contemplar o mundo entre o passado e o futuro.
seremos um livro prestes a regressar à forma líquida ou sólida da origem?

escutamos um corpo cuja estranheza não conseguimos decifrar.

a eloquência permanece na água. os passos encaminham
o canto ao encontro do firmamento:

a luz, um longo braço
onde nada encontramos

e tudo consegues dizer.

11.

uma fotografia ficou por revelar dentro do verde, no olhar e na serra.
a objectiva não alcançou essa imagem
crescendo e desaparecendo ao mesmo tempo.

não encontro, nesta tarde, mais do que uma memória.
nenhuma película poderia registar esta presença,
um vulto sentado naquela rocha, como na saudade.

encontro entre todas as imagens este retrato tão pouco definido.
o mundo avança. só o coração parece ter parado, para nos escutar.
entendemos porém outra linguagem que nenhum dicionário poderá encontrar.
outra linguagem: sons que notação alguma poderá deixar para o futuro.

nasce assim a estranheza. espero, entre a sombra e a ruína, a frescura
descreve a sua translação sem que sejamos capazes de desenhá-la.

fixaremos a imagem? guardaremos os contornos de cada momento
como se fossem elementos que devolvemos à terra?

a fotografia ficou por revelar - desenho que não distinguimos.
uma melodia a que sempre pertencemos.

12.

naquela noite, a meio do jardim, algumas palavras traçaram a sangue
um caminho diferente entre duas terras que não conheço.

(nenhum isolamento nos protege. as telhas estalam.
o tecto é desenhado pela água. o vento e o granizo quebram a vidraça.)

apenas dois ramos se moveram. o mundo ficou imóvel.
a rapidez da erosão desfez o terreno, a rocha, a estrada. tudo.

aberto a sangue, entre dois lugares que não conheço,
cada minuto traçou uma legenda:
uma árvore cujo tronco estalou durante o verão.

as perguntas ficaram por responder. o caminho separou dois mundos
sem que possível fosse analisar o sangue ou a água.

a melodia preenche este poema
tentando reunir os sons e os fragmentos de uma temperatura estranha.
o corpo desaparece dentro da cidade. as raízes rebentam a calçada.
olho este livro e nada me responde.

uma casa cresceu

mas só aqui a posso encontrar.

do livro inédito Viagens (ficção)

Último desejo

Leolinda Trindade

Eu sei que o Alentejo é quente e seco,
deserto, sonhador, cheio de grandeza,
mas tem tanto mistério... tal beleza
Que eu esqueço que ele é triste e que é ardente.

Porque eu nasci aqui... e a sua gente,
traz no olhar o risco e a pureza
Das nascentes... do campo a singeleza,
e é gente igual a mim... simples e crente.

O Alentejo é meu... trago-o em mim
E não há paraíso nem jardim
que me faça sentir tanta saudade...

E se a vida p'ra mim foi uma miragem
que o meu corpo na hora da verdade,
se vá juntar à terra e à paisagem!?

A Virgem e o Alentejo

Não feches a janela que eu quero ver
passar Nossa Senhora pelo monte
quando o sol se esconder no horizonte
logo à tardinha, ao anoitecer

Que a Virgem com leveza vem beber,
a água cristalina duma fonte,
lavar seu manto, mal o sol desponte
no rio que acorda, ao amanhecer!

Não feches a janela... deixa entrar
o perfume das flores de laranjeira...
o cântico dos grilos... o luar

E a voz da Virgem Mãe Imaculada
que nos enche de paz a casa inteira
e põe no Alentejo a luz sagrada!...

O caçador

Hugo Santos

XXII

Não dorme no entanto o caçador.
Tempo é de embustes vários, de renúncias
que a caça pode ousar.
De guardadas surpresas se precata
pelos matizes da luz que agora rondam
o coração das trevas.
Pode intentar a presa um mais felino
salto na sombra ou disfarçar
de seus outros intentos
a fuga.
pelas coxas a prende, o dardo à boca
dos gomos de seu alvo.
Os rios presente, pelo ondular das algas
junto ao ventre.
De seus cerrados olhos adivinha
a aceitação da trégua agora imposta.
E, sobre o corpo posto, o caçador
de afins caçadas rememora
os troféus que couberam
e seus signos.

XXIII

Um recomeço é sempre este suspenso
jogo de luz e sombra estabelecido
entre a cativa presa e seu cautor.
Um pacto também que ambos devem
salvaguardar de intrusos golpes
por outros demandados.
Os rituais da caça não excluem
um afrouxar do cerco, um mútuo logro
que semelhe ser a trégua um signo mais
dos riscos da caçada.
A espera reaccorda
omitidos sinais que ora servem
a consentida paz de seus desvairios.

Re-olear assim doutros venenos
(pelos silêncios vindos, reparai...)
esta aguçada ponta que parece
alheia a seu mester.
Não iludir porém de mais demoras
o tempo destas naves acostadas.
Por seu lento correr os rios se chegam:
cuidai de suas águas

XXIV

À boca retrocede o caçador; ainda a luz
seus fios de seda aí enreda.
Tão docemente rasa que não bebe
mais que o lento respirar de sua presa.
De suas artes sabe que lhe basta
um mais certo colher deste (parece...)
adormecido fruto em sua árvore.
Então aponta a língua, sorve breve
e sente a luz crescer, recuperando
o seu tear de astros e prodígios.

XXV

De mil disfarces, se disse, pode ainda
usar-se o caçador.
Reapertar o cerco ou iludir
dos ardis de mais-espera sua presa.
Dar, não se dando; usar da voz
um ciciar tão breve que pareça
ser do corpo uma nave que aportou.
Ou pode ainda
esprear tão manso que mal roce
as cativas ilhargas de seu trote.
Atenta no entanto (como deve)
suster à mão o arco e sua seta:
pode a luz
de súbito furtar-se a este jogo
de subtis recuos em seus matizes
e inglório o tempo não servir
os lances da conquista.
Assim, rodando a palma recupera
da presa suas dunas.
Ouve os ventos, sob elas, percutirm

seus avisos de vinda, o murmurar
das águas ansiosas de vertigem.
E a suas fontes indo o caçador
a boca aí depõe:
as tâmaras rodeia, sente o mel
das úberes colmeias do seu peito.
Já cerra os olhos, vêde:
a luz o cega.
Escuta as harpas dos deuses ressoando.

Gajo porreiro

Carlos Garcia de Castro

Não me convinha, se morresse agora.

– Quem é que havia de levar o carro
para transportar para casa as nossas compras?

A dor chorada é sempre precisada,
nós não choramos só por nossa conta,
mas é por nossa conta que choramos.

– Quem é que havia de levar o carro
para transportar para casa as nossas compras?

Não me convinha, se morresse agora.

Faz sempre falta quem não faz mais nada
das frágeis miudezas e chatices,
pequenas nicas úteis dispensáveis
que ao dia-a-dia dão sustentação.
Faz sempre falta alguém assim em casa
que pouco faz mas sempre vai fazendo,
como num Quadro o seu caixilho à volta,
tão supletivo, secundário, inútil
que o Quadro faz mais vista, se o tiver.
As casas, nos seus móveis, corredores,
nos seus lugares à mesa, ajustamentos,

arrumações, cuidados, diligências
que até numa toalha são sinal
de bem dobrada para não dar trabalho,
trazem indícios do morrer de alguém
que de manhã ligava o esquentador,
nunca esquecia as chaves, e à noitinha
baixava as persianas das janelas.
Alguém assim faz falta quando morre,
porque não pode já deixar recados,
não vai de companhia fazer compras,
não vai levar nem já buscar amigos...
...e agora! que fazer aquele carro?
...quem vai agora já escolher os vinhos?
...quem é que tem mais ditos para as visitas?
...e o IRS, as contas, pagamentos?
...quem vai à Caixa levantar dinheiro?
– tudo tão simples, de ansiedade e fluido,
mulher e filhos também são tarefas
de ir ao vidrão e lá deitar garrafas...
...fazer rascunhos e escrever à máquina
...deitar lá fora o lixo, ir aos Correios.
Alguém do nada, só morrer faz falta.
A dor chorada é sempre precisada.
Ninguém faz nada, é sempre alguma coisa,
porque ao morrer, essencial canseira,
figura que já foi destes cuidados,
persiste como um quadro de Pintura
ali deixado sem o seu caixilho.

Uma existência vale mais que as Artes,
mesmo que o Quadro fique sem caixilho.

Para o mesmo Quadro façam mais molduras,
interessa mais o Quadro que o caixilho...

...mas não se esqueçam de levar o carro,
e é já para o ano, ao posto de Inspeção.

Alguém será capaz de o conduzir.

Março, 2001

Alentejo

Maria Lúcia Lobo de Araújo

Alma quente e generosa
Luz de doirada extensão
Entre sobreiros e azinheiras
Nascem azevias em botão
Tamanha é a imensidão
Em terra de gente boa
Janela aberta p'ra olhar o sol
O encanto e a cor do girassol

Lamentação

José Galhardas

(Em louvor de Luís Piçarra, falecido em 22 de Setembro de 1999)

Deixou-nos, para sempre, Luís Piçarra, de Moura o «rouxinol», tenor incrível, voz de oiro, à de Caruso comparável e pura, como um mármore de Carrara!

– Parecendo tanger, inconsolável,
lúgubres sons um sino desamarra!...
– Gemem violinos, chora uma guitarra...
– Sempre a Morte a ceifar inexorável!

– Chora Moura, também, seu triste fado,
lamenta-se o Alentejo, pesaroso
por não voltar, por ele, a ser cantado!

– Padecendo dum mal impiedoso,
Luís Piçarra partiu, acompanhado
da «voz sublime» que o tornou famoso!

Olhar o Monte

José do Carmo Francisco

Vejo o monte quando olho para ti. Tu não sabes mas o teu olhar é uma porta aberta, um convite, uma sugestão de caminho. Olho-te na cidade e penso logo no campo, penso logo na brancura das casas, no azul das barras, no castanho das telhas.

Cheguei aqui cansado, vinha a transpirar, os pés pesavam toneladas e, morto de sede, só descansei quando me deste um copo de água tirada de uma bilha do louceiro. A única música que aqui chega é a do vento, capaz de secar a roupa estendida e as tuas lágrimas.

Vejo o monte quando olho para ti. Vejo nos teus passos o prenúncio do movimento. És tu que seguras o alguidar da roupa que vais estender entre a última casa e a primeira árvore. Tal como foste tu a sacudir o sono e a trazer à vida do monte a sua velocidade.

Há uma ordem, uma perfeita sintonia de aromas que mistura de modo sábio o odor das flores silvestres aqui à volta e o lento cozinhado por ti decidido no espaço da cozinha onde muitas vezes preparar a refeição é mais do que arte; é uma ciência.

Vejo o monte quando olho para ti. Habito o espaço sentimental desta imagem por ti povoada. É um dia luminoso, o monte repousa e apenas o esvoaçar da roupa que tu estendeste lembra que aqui vive alguém. As tarefas quotidianas ocupam os seus locatários. Uma humidade difícil de medir percorre e liga a ternura dos teus olhos à respiração da terra.

Vejo o monte quando olho para ti!

Arronches (janela)

José do Carmo Francisco

Na janela mais bonita desta rua
Onde todos os lugares são o lugar
A sombra mais recortada é a tua
E o apelo do silêncio é para ficar

Ficar é estar onde permaneces
Quando há um altar na janela
Sou o crente que te dirige preces
E tu és a padroeira mais singela

Se por singela entender a atitude
E o sorriso perante o que suplico
Perto de ti estou perto da virtude
Por isso quero que fiques onde fico

Na janela mais bonita desta rua
É onde a noite mais custa a passar
A tua sombra é mais forte que a lua
A tua tem mais peso que o luar

Balada da Rua do Castelo (Portalegre)

Velha Rua do Castelo
Minha torre de vigia
Meu destino paralelo
Minha fonte de alegria

Janela das raparigas
Lugar de luz e de amor
Nas tuas pedras antigas
O sol deixa mais calor

Por isso quando regresso
Ao quente das tuas casas
Tenho aquilo que mereço
Só me faltam duas asas

Para eu poder viajar
No vento forte da Serra
Quando neste meu lugar
Há dias em pé de guerra

Velha Rua do Castelo
Minha parede em ruínas
Em ti enrolo o novelo
Das horas mais mofinas

Em ti resgato as tristezas
Que trago doutra cidade
Aqui eu tenho certezas
Aqui conheço a verdade

No espelho dos passeios
Nos vidros da tua montra
Aqui eu vejo sem rodeios
Todos os prós e os contra

Só então vou de abalada
Só quando sinto que mudo
Se a minha voz vai calada
Os meus olhos dizem tudo

Tempestade

Marilute

Não sou daqui!
Leva-me na garupa
Num frémido de gozo,
Não me assustam as tempestades
Tenho medo de estar aqui!

Acaricie os raios
Na tua crina ao vento
E gritarei às nuvens
Desejos inconfessáveis de sonhos
E pesadelos
Intrínsecos que ninguém
Ousou tocar
Diluirme-ei
No violeta
Que o céu roubou aos campos de flores agrestes.

... E confundir-me-ei
Com o relinchar
Qual trombeta do apocalipse!

Leva-me.
Eu sou a tempestade que te assusta!
... E te faz correr como um corcel etéreo!



«Jaz morto o menino de sua mãe»

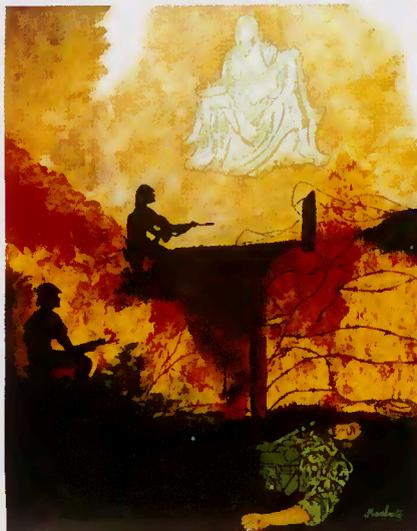
Marilute

Num gabinete qualquer
Há homens
Fardados
Luzindo medalhas ao peito.

Parecem soldadinhos de ferro!
... e brincam às guerras!

... A sala tem ar condicionado!!
São inteligentes!
O demónio ao pé deles
É um querubim.

Treinam infernos
E estão felizes
Felizes
Como crianças
Cruéis!



Da minha boca hão-de nascer fontes
dos meus olhos borboletas de asas brancas
flores da minha carne
troncos dos meus braços
seios de frutos e folhas numa árvore

tudo o que eu era e sou assim será presente

e antes de regressar outra vez
ao pó do fogo que já fui
voltarei a estar contigo em forma de ave

Munique, Fevereiro 1987



nas terras pequenas, como o Alandroal
a morte é a única surpresa
a vida, uma chatice sempre igual
tudo se sabe ou se adivinha
todos se conhecem
as meninas, que já nasceram velhas
e as velhas, que meninas envelhecem
lembra-me minha tia, menina já velhinha
menina que foi a enterrar
e as primas que ao serão nos visitavam
duas velhas meninas, quase iguais
meu pai lia o jornal e ia-se deitar
«para as senhoras ficarem livres dele», a conversar

Lembra-me os sons do anoitecer, os sons da madrugada
e o cheiro que a terra tem quando pressente chuva
cheiro a terra molhada, a flores e a galinhas
o jardineiro que fugiu com a criada
namoros à janela
velhas à porta, a falar com as vizinhas
as discussões à hora do almoço
um primo que eu olhava e nunca olhou p'ra mim
tinha eu dez anos, ele era já moço
meu pai sentado à sombra, no jardim
a rua onde morei, a casa onde vivi
o Tio Manel Ceguinho
as escadas donde tanta vez caí

Lembra-me a fonte, a «Rua das Velhas»
e a Praça
o «Jardim das Meninas», o castelo
homens sentados à porta da farmácia
o café, as procissões e o cemitério
onde, um dia qualquer, todos irão parar
finalmente calados
patifes, comunistas, maricas, anormais
e «gente como nós»
pedintes, ricos, patetas, «bons» e «maus»
(pretos não há)
todos da mesma terra, todos na mesma terra
e como sempre, iguais

Munique, Setembro 1989



Amor é fogo que arde e até se vê
é dor que quando dá, a gente sente
contentamento, muito raramente
é silêncio que fingimos não ouvir
indiferença que fingimos não sentir
e o resto é fantasia
ou mentira
ou poesia

Munique, Junho 1990

~~~~~

O cheiro dos campos, ao entardecer  
acorda em mim notas perdidas, esquecidas cores  
e o confuso desejo de não ser  
de fazer-me em folha, pedra, nuvem, pó  
para quedar-me a ver esfriar o sol  
chegar a noite  
sentir as sombras a crescer  
esperar a hora dos grilos, das cigarras  
respirar os sons, o cheiro, a luz, as sombras  
confundir-me com eles e absorver  
a seiva, o vento, o verde, o barro  
barro que sou, mudado em anoitecer

*Alandroal, Setembro 1994*

## Da minha janela

*Mariana de Jesus Carreto Gomes*

Estava triste. A alma torturada,  
Implorava ternura, isolamento...  
E através da vidraça enluarada  
Eu procurei aclarar o pensamento.

A terra—grande arfêria bordada—,  
Ardia num clarão de encantamento...  
Quebrava-se a lua—hóstia mesclada—.  
E parou-me no peito o sofrimento!...

Entre fochos de luz e alvas cambraias,  
Suspenso o olhar nos ramos das olaias,  
Eu retoquei um vergel de sedução...

Então fiquei a pensar, apreensiva,  
Do que viveria eu f'liz, emotiva,  
Se me faltasse o fogo da ilusão?!

*Fevereiro 1940*

---

## Certeza

*Mariana de Jesus Carreto Gomes*

Ontem, insatisfeita, acreditei,  
Que sentia a suprema comoção...  
Hoje, tanta incerteza já pisei,  
Que a tristeza ganhou mais amplidão!...

Ontem, na desventura que trilhei,  
Palpitava uma atroz recordação...  
E já hoje, nos espinhos que topei,  
Se despedaçou o véu d'outra ilusão!...

Um dia que se esvai, triste, sem calma,  
Em mim, é cambiante de frieza,  
Um crivo calcinante sôbre a alma...

Dias trágicos, horas insofridas,  
São doloridamente, a cruel certeza  
Da pungente incerteza desta vida!

*Janeiro 1940*

---

## Em louvor do chapéu

*Manuel Inácio Pestana*

acordei hoje  
e disse  
quero um chapéu

rapei a barba  
molhei a cara  
e disse  
quero um chapéu

comi pão bebi café  
e disse  
quero um chapéu

bom dia minha senhora  
e tiro o chapéu  
bom dia diz a senhora  
e ponho o chapéu

boa tarde pró doutor  
e tiro o chapéu  
boa tarde diz o doutor  
e ponho o chapéu

boa noite minha flor  
e tiro o chapéu  
boa noite meu amor  
cobre-me com teu chapéu  
quero senti-lo como meu

meu chapéu é um mistério  
sabe todos os meus segredos  
guarda-me a vida por inteiro  
reza-me o rosário pelos dedos

---

quero muito ao meu chapéu  
o chapéu forma de vida  
dias anos dias anos  
vai passando vai ficando  
preso aos desgostos que sinto  
tristezas e desenganos

meu chapéu envelheceu  
deixou-me à sombra da vida  
a cabeça descoberta  
a cabeça já perdida  
deixou-me à sombra da vida  
fica-me dele a lembrança

louvado seja o chapéu  
louvado seja hoje e sempre  
sem chapéu não há viver  
falta sombra no calor  
falta força no amor  
falta ajuda no prazer  
falta abrigo prá dor

o chapéu é vencedor  
ponho-o na cabeça e sinto  
alma inspiração e cor  
pra engendrar poesia  
atrevida de ousadia

adeus chapéu que morreu  
adeus chapéu que fugiu  
vale a pena ter chapéu  
tal o poeta fingidor  
o Pessoa sem chapéu?  
com chapéu se fez autor

digam-me lá meus senhores  
se o chapéu não merece  
as palavras de louvor  
tenham chapéus meus senhores  
com chapéus sereis pastores  
com chapéus sereis doutores  
louvores para o chapéu  
louvores para os senhores





